UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

HOMENS E LIVROS EM VILA RICA: 1750-1800

Thábata Araújo de Alvarenga

São Paulo
2003

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

HOMENS E LIVROS EM VILA RICA: 1750-1800

Thábata Araújo de Alvarenga

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Beatriz Nizza da Silva

São Paulo
2003

Aos meus pais,

Adalberto e Elita.

"o que a memória ama fica eterno."

Ao meu irmão, Adalberto.

Aos meus sogros, Antônio e Neuza.

Ao querido Daniel.

Fontes de força, amor e fé.

AGRADECIMENTOS

Passados os tempos laboriosos é chegada a hora de "ensarilhar armas" e agradecer. Primeiramente, agradeço a DEUS, por ter me concedido forças e clareza, nos estreitos limites de minha capacidade, para suportar as perdas que acumulei nestes últimos anos e discernir os ganhos conquistados nesses tempos sombrios.

Agradeço a meu irmão ADALBERTO, por ter suportado o peso de todas as responsabilidades que delegamos a ele e por ter incentivado-me a seguir um caminho distinto daquele que o delicado momento exigia.

Agradeço à CAPES, por ter financiado esta pesquisa, concedendo-me bolsa de mestrado e por ter possibilitado, em conseqüência, que eu me dedicasse em tempo integral a este projeto.

Ao professor LUIZ CARLOS VILLALTA tenho muito a agradecer. Primeiramente, por ter me presenteado, ainda na graduação, com as bibliotecas setecentistas de Vila Rica. Depois, por ter acreditado em minha capacidade profissional e ter me feito "companheira de incursões pelo maravilhoso mundo dos livros". Por fim, por ter sido um amigo cordial, atencioso, prestimoso e por ter estado sempre aberto aos meus apelos.

Sou muito grata aos professores LAURA DE MELLO E SOUZA e AUGUSTIN WERNET, que compuseram minha banca de qualificação e apontaram questões essenciais que, na execução deste trabalho, precisavam ser revistas. Ao professor AUGUSTIN agradeço, ainda, a atenção que dispensou-me nas resoluções das questões burocráticas que envolveram minha vida acadêmica, enquanto aluna do programa de pós-graduação do curso de História da FFLCH-USP.

Agradeço ao Arquivo do Museu da Inconfidência, nas pessoas de SUELI PERUCCI e CARMEM LEMOS, que atenderam-me sempre com delicadeza e prontidão. Ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, em especial aos funcionários da Biblioteca dos Bispos, o meu muito obrigada.

Às queridas ÉDNA e MARIA LAURA que, juntamente com JULIANO E ARTHUR, tornaram tão acolhedora minha estada nas belas cidades barrocas de Ouro Preto e Mariana, minha gratidão eterna.

A DANIELA MIRANDA, pelo interesse e cuidado que sempre manifestou em todas as etapas deste projeto, pelo empenho em ajudar-me a resolver questões, pelo empréstimo de textos e livros, o meu muito obrigada.

Aos professores de línguas, PIO PROCÓPIO DE ALVARENGA E ROBERVAL DE ARAÚJO OLIVEIRA, agradeço a importante contribuição.

A DANIEL ROCHA CORRÊA devo as audições de leitura de vários trechos dessa dissertação e as sugestões que renderam-me importantes idéias. Devo mais a companhia constante, o devotamento, o estímulo, a cumplicidade e o amor. Por tudo isso, agradeço.

Agradeço, por fim, à minha orientadora, Professora MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA, a orientação precisa, os caminhos seguros, os passos acertados. A atenção, o interesse e a generosidade que dispensou-me, nesses anos de pesquisa, são dignos da minha mais profunda admiração.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO 1 – O COMÉRCIO DE LIVROS EM VILA RICA 29

1.1 – As lojas de secos e molhados 35

1.2 – Os agentes comerciais 47

1.3 – Os leilões em praça pública 54

CAPÍTULO 2: AS BIBLIOTECAS PARTICULARES DE VILA RICA 64

2.1 – Posse de livros e composição das bibliotecas em Vila Rica 66

2.2 – As bibliotecas e seus proprietários 77

2.2.1- Os letrados 78

2.2.1.1 – O professor de Gramática latina 81

2.2.1.2 – Os juristas 84

2.2.1.3 – Os Eclesiásticos 95

2.2.2 – Profissionais de saúde 108

2.2.2.1 – A Medicina no Brasil do Setecentos ... 109

2.2.2.2 – Cirurgiões e boticários 113

2.2.3 – Grupo mercantil 120

2.2.4 – Os Militares 125

2.2.5 – Os funcionários 135

2.2.6 – Os Senhores de terras 144

2.2.7 – Os artesãos 156

2.2.8 – As mulheres 160

CAPÍTULO 3 – TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NAS LEITURAS 166

3.1 – A face ilustrada das leituras setecentistas mineiras 168

3.2 – Leituras pragmáticas em Vila Rica 174

3.2.1 – Religião 174

3.2.2 – Ciências 182

3.2.2.1 – Direito 184

3.2.2.2 – Medicina 189

3.2.2.3 – Filosofia 194

3.2.3 – Belas Letras 196

3.2.3.1 – História 197

3.2.3.2 – Línguas 201

CONCLUSÃO 203

FONTES E BIBLIOGRAFIA 211

ANEXOS 219

LISTA DE TABELAS

TABELA I: DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DOS LIVROS POR CATEGORIA SOCIAL. VILA RICA: 1750-1800. 68

TABELA II: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES ÀS BIBLIOTECAS PARTICULARES DE VILA RICA: 1750-1800. 76

TABELA III: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AO PROFESSOR DE GRAMÁTICA DE VILA RICA: 1750-1800. 82

TABELA IV: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS JURISTAS DE VILA RICA: 1750-1800. 92

TABELA V: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS ECLESIÁSTICOS DE VILA RICA: 1750-1800. 105

TABELA VI: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS BOTICÁRIOS E CIRURGIÕES DE VILA RICA: 1750-1800. 118

TABELA VII: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AO GRUPO MERCANTIL DE VILA RICA: 1750-1800..... 124

TABELA VIII: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS OFICIAIS DAS TROPAS REGULARES E AUXILIARES DE VILA RICA: 1750-1800. 134

TABELA IX: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS: 1750-1800. 142

TABELA X: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS DE VILA RICA: 1750-1800. 155

TABELA XI: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS ARTESÃOS DE VILA RICA: 1750-1800. 158

TABELA XII: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AO GRUPO DAS MULHERES DE VILA RICA: 1750-1800 164

ABREVIATURA

AHMI-CSP: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa Setecentista do Pilar.

RESUMO

A reconstituição das bibliotecas particulares existentes em Vila Rica, Capitania de Minas Gerais, entre os anos de 1750 e 1800, pesquisadas em meio aos inventários de bens dos Cartórios dos 1° e 2° Ofícios, existentes no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, possibilitou desvendar as práticas sociais que envolveram os livros naquela época específica da história do Brasil colonial. A partir de uma radiografia do funcionamento do comércio livreiro em Portugal, no Brasil e, de forma particular, em Vila Rica, detectou-se a importância dos diferentes ambientes comercias, das redes institucionais e dos núcleos de sociabilidade na conformação de um comércio não especializado de livros. As lojas de secos e molhados, os agentes comerciais e os leilões públicos foram fundamentais na difusão da palavra escrita em Vila Rica. Em um segundo momento, a disseminação da posse dos livros entre as diversas categorias sociais, a composição dos acervos bibliográficos particulares bem como as inter-relações existentes entre os diversos grupos sócio-profissionais e os livros a eles vinculados descortinam tanto as articulações que norteam as diferentes formas de acesso ao impresso quanto os fatores determinantes dos diferentes gêneros de leitura. Verifica-se que a difusão da posse do livro processou-se, em maior ou menor grau, por meio da compra, do empréstimo, da herança, da oferta, das audições de leitura. Observa-se, por fim, a partir das relações de livros arroladas nos inventários de bens, como as formas de pensamento que marcaram o século XVIII, quais sejam, o tradicional pensamento escolástico e a moderna filosofia iluminista, influenciaram na composição das bibliotecas de Vila Rica. Confronta-se a face ilustrada das demais bibliotecas setecentistas mineiras, privilegiadas pelos estudos históricos, com a proeminência das obras tradicionalistas que circularam amplamente no cenário histórico de Vila Rica e nota-se que o pragmatismo inerente aos livros consumidos, que determinava a intensidade do consumo dos diversos gêneros de leitura, era a marca do século das luzes nas bibliotecas de Vila Rica.

ABSTRACT

The reconstitution of private libraries of Vila Rica, Minas Gerais, between 1750 and 1800, made it possible to reveal the social practices concerning the books of the Brazilian colonial period. We reconstituted those libraries by examining the inventories found among the Archives of the First and Second Register

Offices of the Historical Archives of the Inconfidence Museum. After we examined how book trade worked in Portugal, Brazil and, especially, in Vila Rica, we were able to confirm the importance of the several commercial settings, of the institutional networks, and of the socialization nucleuses for the realization of a non-specialized book trade. We found out that the local general stores, the commercial agents, and public sales were fundamental for the dissemination of the written word in Vila Rica. Through a second examination of the data, we discovered that the popularization of books among the several social classes, the appearance of private libraries, and the relationships between the various social and professional groups and their preferred books revealed the negotiations that allowed for the access to print materials as well as the factors that determined which text genres were read. Book ownership was thus made common, to a lesser or higher extent, through purchase, borrowing, inheritance, and public hearings. Finally, it was possible to verify, through the examination of the books listed in the inventories, that the scholastic thinking and modern Enlightenment philosophy typical of the 1700's influenced the composition of Vila Rica's libraries. Thus we highlight the difference between Vila Rica's libraries and the high-culture character of the other libraries of Minas Gerais in the period, which distinguished themselves from the former because of the traditional prominence of the books that circulated in Vila Rica. We also note that the pragmatism inherent to the books most frequently owned not only determined the intensity and variety of reading genres, but it also was the most prominent quality of Vila Rica's libraries during the Enlightenment.

PALAVRAS-CHAVE/KEY WORDS

Bibliotecas. Livros e leitura. História. Vila Rica. 1750-1800.

Libraries. Books and reading. History. Vila Rica. 1750-1800.

"os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem"

Robert Darnton

INTRODUÇÃO

Desvendar quais livros os homens de uma determinada época e sociedade consumiam bem como determinar o conjunto de práticas sociais que envolviam o universo das leituras tem se constituído em uma preocupação cada vez mais freqüente dos sociólogos e dos historiadores da literatura, da filosofia e da cultura.

Nos dizeres de Roger Chartier três referências matriciais definem as fronteiras da história do livro e da leitura: os estudos sobre o processo de produção do livro, isto é, sobre as conjunturas que produziram os materiais impressos, sobre a sociologia dos indivíduos vinculados ao livro (editores, impressores, encadernadores, livreiros, etc.) e sobre a relevância das bibliotecas particulares; os estudos da sociologia da leitura, entendida como a avaliação das práticas sociais (compra, empréstimo, posse, intensidade e circunstância da leitura) que, repartidas segundo os diferentes meios sociais e grupos profissionais, envolvem o universo dos livros; os referenciais e os fundamentos advindos da antropologia das práticas comuns (como proposto por Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano),* das correntes da história literária sensíveis à pluralidade das interpretações e à historicidade da recepção das obras e, finalmente, das disciplinas que descrevem a formatação dos livros e estabelecem as eventuais modalidades de sua apropriação[1].

Um trabalho que articule analise textual, descrição morfológica e sociologia dos hábitos toca, fundamentalmente, na questão do sentido produzido pela obra[2]. Uma história dos livros e da leitura que se pretenda ampla e completa agrupa os estudos dos textos (gêneros, temáticas, motivos, formas), dos diferentes suportes e modalidades de inscrição, transmissão e

---

[1] CHARTIER, Roger. "Entrevista com Roger Chartier". *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, jan.-dez., 1995, p. 6.
[2] CHARTIER, Roger. "Entrevista com Roger Chartier". *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, jan.-dez., 1995, p. 7.

conservação e das apropriações do sentido pelas diferentes comunidades de leitores, em diferentes espaços e épocas sociais[3].

A reconstituição da produção, circulação e posse dos livros, bem como das práticas da leitura, articula-se ainda com as questões atinentes ao espaço-tempo da investigação histórica. A demarcação do período a ser estudado geralmente delimita as questões passíveis de serem abordadas e, como bem notou a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva em relação à história da leitura luso-brasileira, os historiadores de profissão se sentem mais à vontade com o estudo da leitura setecentista. Esse fato é atribuído à menor complexidade do período mencionado em relação aos intervenientes no processo de produção e difusão do escrito:

> temos um impressor, que se pode desdobrar em livreiro, e um autor, que se encontra dependente das instituições censórias e também de uma recolha de capital que lhe permita arcar com as despesas da impressão, caso não consiga um patrocínio da Coroa que lhe faça imprimir gratuitamente o seu texto. A publicidade é simples, redigida pelo próprio autor ou pelos livreiros, e colocada nas gazetas[4].

Em consideração a esse importante fator, à exemplo da supracitada autora, nossa abordagem nesse presente trabalho também é a de um historiador que deixa aos educadores, literatos e sociólogos a responsabilidade pelas complexidades inerentes ao devir dos séculos e se debruça, especificamente, sobre as bibliotecas existentes em Vila Rica na segunda metade do século XVIII.

Nosso interesse pela história da leitura surgiu pelo convívio com o Professor Luiz Carlos Villalta no curso de graduação da Universidade Federal de Ouro Preto. Àquela época tivemos a oportunidade de desenvolver, sob a orientação do sobredito professor, um projeto de pesquisa sobre as bibliotecas setecentistas de Vila Rica. A pesquisa (que nada mais era que um braço da importante tese de doutorado defendida pelo mesmo historiador sobre o

---

[3] CHARTIER, Roger. "Entrevista com Roger Chartier". *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, jan.-dez., 1995, n.1-2, p. 7.

[4] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas". ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 148. (Coleção Histórias de Leitura)

reformismo ilustrado, a censura literária e os usos dos livros na América Portuguesa)[5], configurou-se, ao final do curso, em monografia apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharela em História[6].

Considerando tais fatos, podemos dizer que o presente trabalho situa-se na confluência de outros dois: uma tese de doutoramento e uma monografia de bacharelado. Porém, com especificidades que escapam às esferas das pesquisas que lhes determinaram a origem.

Nosso trabalho não contém, à maneira do primeiro, as elucubrações atinentes à história das idéias e não focaliza alguns campos de ação que envolvem a história da leitura, como a censura literária e as práticas da leitura, aqui entendida como as relações existentes entre o conteúdo do livros e as idéias expressas por seus leitores. Nem tampouco reduz-se unicamente, como faz o segundo, a uma reconstituição parcial das bibliotecas particulares existentes em Vila Rica na segunda metade do século XVIII, que limita-se a verificar a disseminação da posse dos livros e indicar, de maneira ampla e geral, os principais temas que as compunham.

A peculiaridade do nosso trabalho reside no fato de procurar resgatar, em meio ao universo dos livros pesquisados em Vila Rica, entre os anos de 1750 e 1800, as práticas sociais que envolveram os homens e os livros naquela época específica de nossa história colonial. Referimo-nos às articulações que norteavam as diferentes formas de acesso ao impresso (tais como a compra, o empréstimo, a oferta, a herança, as audições de textos, etc.) e que determinavam aos diferentes gêneros de leitura as intensidades, as circunstâncias, as razões, etc..

Dessa forma, situamo-nos na esteira de uma sociologia da leitura defendida pelo historiador francês Roger Chartier, em entrevista publicada no ano de 1995 pela revista *Acervo*, do Arquivo Nacional. Essa corrente de estudos que floresceu na década de 60 do século passado, pretende avaliar todo um conjunto de práticas sociais que envolvem o universo do livro a fim de

---

[5] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de Doutoramento)

[6] ALVARENGA, Thábata Araújo de. *O Universo das Letras em Vila Rica: 1750-1800.* Ouro Preto: ICHS/UFOP, 1999. (Monografia de Bacharelado)

desvendar os usos e os significados que os diferentes leitores podem atribuir à eles.

Assim sendo, nosso exercício de uma sociologia da leitura em Vila Rica debruçou-se por um lado, na determinação dos níveis relacionais existentes entre os livros e os leitores e, por outro, na verificação das diferentes opções de consumo oferecidas ao público leitor, em sua freqüência e em sua espécie.

A matéria-prima para essa pesquisa fomos buscá-la em Ouro Preto, em meio à documentação cartorial preservada pelo **Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa Setecentista do Pilar**. Pesquisamos a totalidade dos inventários pertencentes aos Cartórios de 1° e 2° Ofícios relativos ao termo de Vila Rica, que cobriam o período compreendido entre 1750 e 1800. Em meio a esse material, selecionamos os espólios que continham descrições de livros e sobre eles, reconstruímos o universo relacional que envolvia homens e livros em Vila Rica na segunda metade do Setecentos[7].

Buscamos, como fontes de pesquisa, os inventários de bens, por apresentarem informações relevantes sobre aspectos da cultura material e, em nosso caso específico, sobre os livros que circularam na sociedade colonial. Pela identificação e descrição das obras e de outros objetos utilizados na leitura e na escrita, essa documentação nos possibilitou aprofundar nossos estudos acerca da relação homens-livros no Brasil e chegarmos a algumas conclusões sobre os hábitos e as tendências de leitura que aqui prevaleceram.

No entanto, torna-se importante mencionar a falibilidade deste tipo de fonte e os obstáculos com que nos deparamos no trabalho de investigação histórica. As relações dos livros nos inventários aparecem sob formas diversas e, na maioria dos casos, com muitas falhas. Percebemos que, freqüentemente, o escrivão do processo limita-se a escrever o título das obras, deixando de incluir o nome dos autores ou, inversamente, menciona o nome e, ou melhor, o

---

[7] Gostaríamos de fazer uma breve advertência a respeito do sistema de citações utilizado nesse trabalho. As transcrições dos documentos manuscritos tiveram sua ortografia atualizada e sofreram pequenas alterações de pontuação. No entanto, as citações transcritas a partir de outros autores constam tal como na edição consultada.

sobrenome destes, e não inclui o título da obra. Neste caso, as dificuldades ampliam-se quando o título do livro ou o sobrenome registrado são bastantes comuns no cenário lusitano, podendo ser atribuídos a mais de um autor. Acrescente-se a esses empecilhos, o fato dos títulos dos livros aparecerem, constantemente, de forma abreviada. Outro problema que não pode ser descartado diz respeito à letra do escrivão, principalmente quando o título do livro é em latim. Neste caso, fica a incerteza de se ter transcrito o registro de forma correta.

Além destes obstáculos, referentes ao registro propriamente dito, existem outros concernentes à leitura e à propriedade dos livros. Sabemos que o arrolamento de uma determinada obra entre os bens do inventariado não implica sua leitura e muito menos sua compra pelo falecido. E, como muitas pessoas liam livros que jamais compravam, não podemos restringir o acesso ao impresso à exclusiva posse do livro. Necessário mencionar ainda que os inventários geralmente ignoram os impressos sem valor (impressos estes que poderiam constituir objetos de leitura freqüente) e omitem os livros considerados perigosos, subtraídos à sucessão antes do inventário. As informações contidas nos inventários mostram-nos apenas as bibliotecas em um dado momento e só ocasionalmente nos fornecem elementos sobre sua formação, revelando (por meio de compra, venda, empréstimos, etc.) aquisições e subtrações no acervo bibliográfico. No entanto, cabe-nos mencionar que a análise qualitativa das fontes mencionadas contribuiu enormemente para que sanássemos alguns destes problemas.

A delimitação do período abarcado em nossa pesquisa pautou-se, fundamentalmente, em nossa reflexão sobre as "revoluções" que marcaram as práticas da leitura. Na justa medida em que aglutinou ao estudo dos textos e dos suportes de sua transmissão a avaliação de suas leituras, de seus usos e de suas interpretações é que Roger Chartier detectou as transformações radicais ocorridas nas modalidades de produção, de transmissão e de recepção do escrito.

Sem se constituir em propriamente uma revolução, já que a invenção da imprensa não foi a única determinante da maior ou menor difusão da matéria

escrita e das maneiras pelas quais os indivíduos apropriavam-se do conteúdo dos livros, é preciso considerar a importância das transformações, de caráter técnico, que modificaram os modos de reprodução dos textos e de produção do livro com a imprensa. Em meados do século XV, os tipos móveis e a imprensa de Gutemberg tiraram das mãos das cópias manuscritas a responsabilidade única pela multiplicação e circulação de textos[8]. Nesse sentido, o mundo moderno assistiu à substituição do livro manuscrito pelo livro impresso.

A primeira revolução, propriamente dita, das práticas da leitura, ocorrida durante a longa Idade Média, implementou uma importante transformação na modalidade física, corporal, do ato da leitura. Entre os séculos XII e XIV, a leitura oralizada, indispensável ao leitor para a compreensão do seu sentido, cedeu espaço a uma leitura possivelmente silenciosa e visual, anteriormente restrita ao espaço monástico[9]. Tais ocorrências derivaram, em grande parte, das modificações que transformaram, nos séculos XII e XIII, a própria função da palavra escrita. Naquele momento, o modelo escolástico, que destinava ao livro amplas responsabilidades no trabalho intelectual, substituiu o modelo monástico, que agregava à matéria escrita a tarefa especifica de preservação e de memória[10].

Uma segunda revolução atingiu, na segunda metade do século XVIII, os hábitos de leitura já que transformou em "extensiva" a leitura "intensiva" dos textos. Enquanto a última reduz-se a um *corpus* limitado de textos, que serão "lidos e relidos, memorizados e recitados, ouvidos e conhecidos de cor, transmitidos de geração em geração", a primeira abrange impressos numerosos e diversos que são lidos com veemência e rapidez e que possibilitam ao seu leitor a manifestação de uma consciência crítica[11].

Já a terceira revolução, ocorrida na época contemporânea, relaciona-se com os suportes e as formas que transmitem o escrito. Nesse sentido a

---

[8] CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. 2ª ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 96.
[9] CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. 2ª ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 98.
[10] CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. 2ª ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 99.
[11] CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. 2ª ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 99.

transmissão eletrônica dos textos operou grandes modificações nas estruturas fundamentais do livro, impôs novas condições de leitura e comandou novas maneiras de ler e novas relações com a escrita[12].

Aglutinando as reflexões do historiador francês sobre as mudanças ocorridas nas práticas da leitura às considerações de Maria Beatriz Nizza da Silva acerca da mobilidade dos estudiosos luso-brasileiros sobre o terreno da história da leitura é que demarcamos a segunda metade do século XVIII como o momento histórico privilegiado por nossa pesquisa. Esse período assistiu ao

> crescimento da produção do livro, a multiplicação e a transformação dos jornais, o sucesso dos pequenos formatos, a redução do preço do livro, graças às cópias, a proliferação das sociedade de leitura [...] como as bibliotecas de empréstimo.

Situa-se, portanto, nos dizeres de Roger Chartier, "na segunda metade do século XVIII uma 'revolução da leitura'"[13].

A essa constatação aliamos as transformações políticas ocorridas no império luso-brasileiro: 1750 foi o ano em que D. José I assumiu o trono e entregou os assuntos de Estado ao Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. O período que se segue, denominado consulado pombalino, marcou-se por uma série de medidas reformistas de caráter ilustrado, que visavam fortalecer o poder do Estado e garantir as bases de sustentação do Antigo Regime. Essa postura política, que encontrou seu prolongamento nos governos subseqüentes, atingiu alguns campos de ação privilegiados pela história das leituras, pois influenciou as idéias, os livros, a educação e a própria orientação filosófica do Estado português.

O conjunto de todas essas especificidades levou-nos a estabelecer 1750 e 1800 como as balizas temporais na reconstituição das bibliotecas de Vila Rica. Nossa opção espacial também considerou a importância estratégica da Capitania das Minas Gerais para a política colonial metropolitana. As reservas auríferas, encontradas inicialmente nas torrentes ao longo das vertentes da

---

[12] CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. 2ª ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 100-101.

serra do Espinhaço, estendendo-se entre as atuais cidades de Ouro Preto e Diamantina, foram incorporadas, em fins do século XVII e inícios do século XVIII, ao âmbito da colonização lusa pelas atividades dos bandeirantes paulistas que desbravavam os sertões mineiros em busca dos gentios. Se por um lado a extração do metal precioso nas Minas Gerais garantiu intensa prosperidade a Portugal, por outro, assegurou a importância econômica, social e cultural da região no conjunto da América portuguesa. A relevância da atividade mineratória na história do Brasil colonial e, em particular, das Minas Gerais, ultrapassou as fronteiras dos anos 70, período em que o declínio da mineração era já evidente e palpável. Ainda em fins do decênio de 1780, o ministro Martinho de Melo e Castro chamava a Capitania de Minas Gerais de "alma das outras capitanias [...] hua importantíssima colônia vantajosamente situada"[14]. Nesse sentido, por depender diretamente das flutuações de seu comércio colonial, a Coroa reordenou suas prioridades imperiais para favorecer suas possessões coloniais no Brasil. No entanto, a prática ilustrada (e moderada) de cunho secularizador não se esqueceu de tornar ainda mais acirrados os mecanismos da dominação colonial.

A economia mineradora, que alcançou o seu auge na década de 1740, foi a grande responsável pelo crescimento populacional e pela fundação das cidades e vilas na capitania, exercendo marcante influência cultural nos habitantes do país. A sedução da riqueza formou nas Minas Gerais uma sociedade *sui generis,* que agregava elementos de várias precedências e de todos os estratos sociais. No entorno dos principais veios minerais nasceram e prosperaram inúmeros arraiais que configuraram-se em importantes núcleos urbanos e abrigaram estruturas sociais e econômicas bastante complexas. A América portuguesa, até então fundamentalmente rural, testemunhou um acontecimento ímpar em sua história, observando o nascimento e o crescimento de uma sociedade de nítidos contornos urbanos.

---

[13] CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed., 1998, p. 100.

[14] "Minutas de instruções de M. de Melo e Castro para o Governador e capitão-general de Minas Gerais, Visconde de Barbacena". Apud MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa.* A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal - 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 126.

Ao longo da segunda década do Setecentos os três primeiros governadores responsáveis pelo ordenamento social, econômico e político da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro concluíram a obra firmada pela criação das vilas necessárias ao aglutinamento demográfico. Nesse sentido, o ano de 1711, sob o governo de Antônio de Albuquerque, assistiu à criação de três importantes vilas mineiras: a Vila do Ribeirão do Carmo (conhecida mais tarde por Mariana) criada em 8 de abril; Vila Rica (a Ouro Preto dos dias atuais) fundada em 8 de julho; e Vila Real do Sabará (atual Sabará), erigida aos 17 de julho. Medidas semelhantes foram tomadas no governo de D. Brás Baltasar da Silveira e do Conde de Assumar. Em um espaço de cinco anos, entre 1713 e 1718, esses governadores responsabilizaram-se pela criação de outras cinco vilas e quatro comarcas. Ao governo de D. Brás Baltazar da Silveira devemos a criação, no ano de 1713, de São João Del Rei; no ano de 1714, da Vila Nova da Rainha (atual Caeté) e da Vila do Príncipe (atual Serro); e em 1715, à fundação da vila de Pitangui. Esse governo também responsabilizou-se pela criação, em 1714, das comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro Frio. O Conde de Assumar encerrou esse primeiro ciclo no ano de 1718 criando a Vila de São José Del Rei (atual Tiradentes)[15]. A formação de todos esses núcleos urbanos, relativamente próximos uns dos outros, contribuiu para que uma população numerosíssima estivesse concentrada, em meados dos século XVIII, nos locais de maior opulência da capitania[16].

No entanto, não foi apenas a mineração que ocupou toda a população fixada nas regiões mineradoras. Segundo Sérgio Buarque de Hollanda, menos de um terço dos habitantes das Minas dedicava-se à extração mineral.

> O grosso dessa gente compõe-se de mercadores de venda aberta, oficiais dos mais variados ofícios, boticários,

---

[15] Extraímos as informações acerca da fundação das vilas e comarcas mineiras de: VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p.87. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos); HOLLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: Difel, 1972, t. 1, v. 2, p. 283; MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro.* A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p.104.

[16] Todas essas vilas situam-se num raio espacial que abarca, no máximo, 250 quilômetros. FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope.* História, mito e memória da Inconfidência mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

> prestamistas, estalajadeiros, tabemeiros, advogados, médicos, cirurgiões-barbeiros, burocratas, clérigos, mestre-escolas, tropeiros, soldados da milícia paga, ou, desde 1766, do corpo auxiliar, que se tornaram, uns e outros, pelas suas turbulências e atropelos, causas de constante alarme entre os moradores. Sem falar nos escravos, cujo total, segundo documentos da época, ascendiam a mais de cem mil.[17]

Esse adensamento demográfico, embora estivesse distribuído irregularmente dentro dos limites da capitania[18], garantiu às Minas Gerais, já na fase de decadência do metal precioso, o título de província mais intensamente povoada de todo o Brasil[19].

Embora não fosse a única de sua espécie, "Vila Rica de Ouro Preto representava a quintessência daquela peculiar civilização mineira florescida durante a primeira metade do século XVIII"[20]. Os arraiais auríferos espalhados na vasta Capitania de Minas Gerais prosperaram e definharam ao longo do Setecentos. No entanto, entre as vilas mineiras que margeavam a serra do Espinhaço, Vila Rica foi a que atingiu sua mais bela florescência, sendo considerada pelo autor do *Triunfo Eucarístico* "a pérola preciosa do Brasil". A descrição da povoação na pena de Simão Ferreira Machado é um importante

---

[17]Enquanto uma cifra superior à 50% da população era negra, integrada por africanos importados ou por escravos brasileiros de pura herança africana, o restante da população era constituído, *grosso modo*, por porcentagem semelhante de brancos e pardos. Temos, pois, uma flagrante superioridade numérica da população de cor nas Minas setecentistas. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972, t. 1, v. 2, p. 289. VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p.87. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos); MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal - 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 109. MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p.141.

[18] Em função da legislação que regulamentava o Distrito Diamantino e impunha-lhe estritas limitações a comarca de Serro Frio era a menos povoada. Já a comarca do Rio das Velhas, formada por grandes fazendas de gado e alguns ricos filões de ouro, embora tivesse a menor população branca, tinha o maior número de negros, sendo, portanto, a mais densamente povoada da capitania. MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal - 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 110

[19] Para o ano de 1776 a estimativa concernente ao número de moradores da Capitania chega a ultrapassar os 300 mil habitantes, o que representava uma cifra superior à 20% da população total da América Portuguesa. MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal - 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 109. MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p. 141.

[20] BOXER, Charles R.. *A Idade de Ouro do Brasil:* Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 189.

indicativo da relevância de Vila Rica, da sociedade mineira e da empresa aurífera perante os homens de seu tempo. Segundo o autor

> nesta villa habitão os homens de mayor comércio, cujo trafego e importância excede sem comparação o mayor dos mayores homens de Portugal: a ella, como a porto, se encaminhão, e recolhem as grandiosas sommas de ouro de todas as Minas na Real Casa da Moeda: nella residem os homens de mayores letras, seculares, e ecclesiásticos: nella tem assento toda a nobreza, e força da milicia; he por situação da natureza cabeça de toda a América, pela opulência das riquezas a pérola preciosa do Brasil.[21]

Minas estava então no seu apogeu. Segundo Laura de Mello e Souza, a festividade religiosa de trasladação do Santíssimo Sacramento da Igreja do Rosário para a matriz do Pilar, acontecida no ano de 1733, é um pretexto no relato de Simão Ferreira Machado. A historiadora atrela essa manifestação literária à tradição exaltatória do mito edênico que caracteriza a crônica colonial. Dessa forma o *Triunfo Eucarístico* apresenta-se muito mais como um retrato da euforia da sociedade mineradora numa festa "mais de regozijo dos sentidos do que propriamente de comprazimento espiritual"[22]. Festeja-se o êxito da empresa aurífera e não a trasladação do Santíssimo Sacramento, "e nessa excitação visual caracteristicamente barroca, é a comunidade mineira que se celebra a si própria".[23]

O grande impulso advindo das descobertas das jazidas minerais tornou Vila Rica, nos dizeres de Aires de Casal, grande, populosa, abastada e florescente[24]. A região que crescera e se enriquecera era, na segunda metade do século XVIII, um centro urbano bastante atraente, com ruas pavimentadas em ladeiras íngremes, com muitas construções urbanas de dois pisos, inúmeras e opulentas igrejas barrocas ornamentadas com altares de ouro.

---

[21]MACHADO, Simão Ferreira. *Triunfo Eucarístico.* Exemplar da Cristandade Lusitana em Exaltação da Fé na Solene Trasladação do Diviníssimo Sacramento da Igreja da Senhora do Rosário para um novo Templo da Senhora do Pilar em Vila Rica. Lisboa, na Oficina da Música, 1734, p. 24-25.

[22] ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco.* São Paulo, 1971, p. 117. Apud MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro.* A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p. 21.

[23] MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro.* A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p. 21.

Se em Minas Gerais, nessa época, circulavam os ideais revolucionários que a transformaram em cenário do abortado movimento insurrecional de 1788-1789, há-de considerarmos sua importância como pólo cultural do país em formação. Na metade do Setecentos, Vila Rica era, no cenário colonial, o único centro verdadeiro de cultura urbana. No último quartel do século, adverte-nos Laura de Mello e Souza,

> havia em Minas apreço tão acentuado pelas reuniões literárias, pelos espetáculos teatrais, pelas audições de música, pela encomenda e compra de livros, pela fruição estética que, sem exagero, pode-se falar que existia aí, talvez pela primeira vez na América portuguesa, um verdadeiro sistema cultural[25].

Alguns dos homens mais argutos e informados das Minas Gerais em fins do século XVIII, como Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e o Cônego Luís Vieira da Silva pertenciam todos à comarca de Vila Rica. O fato é que, menos de um século depois de começado o trabalho árduo nas lavras, Minas Gerais adquiria uma posição dominante em nossa paisagem intelectual e artística.

Essa elite letrada que emergira em Vila Rica era bastante representativa do caráter próprio de sua sociedade, uma vez que a riqueza tirada das minas garantiu imensas oportunidades ao cultivo do espírito e do gosto artístico. Havia aqui uma estreita conexão entre o aumento da produção do ouro e o dos contingentes de estudantes mandados anualmente ao Velho Mundo para os cursos universitários[26]. Sérgio Buarque de Hollanda aponta o paralelismo entre a maior ou menor participação de candidatos mineiros aos estudos superiores e as vicissitudes da produção aurífera em meados do século. Interessante observar que o acréscimo considerável de estudantes mineiros em Coimbra, logo ao iniciar-se a segunda metade do século XVIII, coincide exatamente com a grande fase de produção aurífera na Capitania. Nesse sentido é bastante natural que as crises na produção afetassem as condições de vida dos

---

[24] AIRES DE CASAL, Manuel. "A Província de Minas Gerais". *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 (Fac-símile da edição de 1817), tomo I, p. 368.

[25] MELLO E SOUZA, Laura de. "Prefácio". SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto.* Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 13.

moradores, ainda que estes tivessem recursos para sustentar os estudos de seus filhos no além-mar[27]. Mas apesar de tamanhas contingências, ainda durante os últimos 40 anos do século XVIII, havia uma constante preocupação dos mineiros ricos em mandar seus filhos para a Universidade de Coimbra. O número de brasileiros matriculados nesta universidade é bastante representativo deste fato: em 1786, haviam 27 brasileiros em Coimbra dos quais 12 eram mineiros; em 1787 a proporção de mineiros é ainda maior, dentre os 19 estudantes do Brasil, 10 eram da região de Minas Gerais.[28]

Nossa exposição tem por objetivo primordial enfatizar a importância que a Capitania de Minas Gerais e, em especial, Vila Rica, atingiram no cenário colonial, como importante foco de manifestação cultural e de efervescência intelectual. A capital da capitania de Minas Gerais, que aglutinava as mais diversas categorias sociais, assistiu à emergência de uma cultura alternativa que contrastava com a cultura política do absolutismo ilustrado, pois não se circunscrevia apenas às elites. Nessa nova ordem que despontava, tanto os letrados como os "homens de ínfima condição" eram portadores de visão política, independente do nível cultural que possuíam[29]. Esses indivíduos souberam utilizar-se do conhecimento livresco para o questionamento da ordem social. Ávidos por informações sobre as mudanças que o mundo experimentava, os envolvidos na conjuração mineira de 1788-1789, lançavam mão dos livros, das cópias manuscritas e da linguagem oral na disseminação das idéias[30]. Nesse sentido, por meio de empréstimos de livros e de reuniões que focalizavam a leitura coletiva de uma obra, as idéias circulavam na sociedade colonial. Torna-se importante mencionar que a ampla maioria dos

---

[26] HOLLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972, t. 1, v. 2, p. 304.
[27] HOLLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972, t. 1, v. 2, p 304.
[28] MAXWELL, Keneth. *A Devassa da Devassa*: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal - 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 117.
[29] JANCSÓ, Istiván. "A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII." In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil:* Cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 398.
[30] JANCSÓ, Istiván. "A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII." In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil:* Cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 406. VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808:* o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 46-47. (Virando Séculos)

livros seqüestrados em função da Inconfidência Mineira estava concentrada em mão de moradores da comarca de Vila Rica que, dado seu caráter predominantemente urbano, era tida como o melhor ambiente para a disseminação dos princípios Iluministas[31]. Tais obras pertenciam ao Cônego Vieira, à Cláudio Manoel da Costa, à Francisco de Paula Freire de Andrada e à Tomás Antônio Gonzaga. Vila Rica nada mais era que um núcleo urbano facultando a organização de grupos pensantes em desarmonia com a mentalidade colonial.

Aliando todas essas reflexões sobre a importância cultural da Capitania de Minas Gerais no Setecentos aos elementos sociais indispensáveis à reconstituição das práticas da leitura, tais como a existência de núcleos urbanos estruturados, de uma máquina administrativa, de instituições civis e religiosas, e de manifestações culturais permeando a vida social, é que atinamos para a relevância de se reconstituir as bibliotecas setecentistas de Vila Rica e de se verificar as práticas sociais que norteavam as relações existentes entre homens e livros no período compreendido entre 1750 e 1800.

A historiografia brasileira que se dedica à reconstituição das bibliotecas mineiras já havia revolvido outras localidades da capitania, como Mariana e Diamantina[32], e as leituras de grupos e indivíduos notáveis, como os letrados, os eclesiásticos, os inconfidentes mineiros e um livreiro[33], mas nada dizia

---

[31] FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope*. História, mito e memória da Inconfidência mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 85.

[32] DINIZ, Silvio Gabriel. "Biblioteca Setecentista nas Minas Gerais". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n.6, 1959; FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde:* o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Anna Blume, 1996; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de Doutoramento).

[33] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kriterion*. Belo Horizonte, jan./jul., n. 47/48, 1959, pp. 180-198; BURNS, E. Bradford. "O iluminismo em duas bibliotecas do Brasil Colônia". *Universitas*. Salvador, n.8-9, jan.-ago., 1971, pp. 5-15; FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981; LEITE, Paulo Gomes. "Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto". *Revista de Minas Gerais*. Belo Horizonte, (27): 22-29, jul. 1990. VILLALTA, Luiz Carlos. "O diabo na livraria dos inconfidentes". NOVAES, Adalto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; VILLALTA, Luiz Carlos. " Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII". *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, jan.-dez., 1995, pp. 19-52; LEITE, Paulo Gomes. "Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana." *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, jan.-dez., 1995, pp. 153-164. ANTUNES, Álvaro Araújo. *Espelho de cem faces:* O universo

acerca das leitura de uma população mais ampla que habitou o termo de Vila Rica. *O primeiro estudo que se prestou a esse objetivo foi o de nossa autoria* (aqui já mencionado) mas com as limitações atinentes a um trabalho monográfico.

Não podemos nos furtar de dizer que nossa grande inspiração veio da advertência de Silvio Gabriel Diniz, em artigo sobre as atividades de "um livreiro em Vila Rica no meados do século XVIII[34]. Nesse trabalho, o autor menciona a possibilidade de Vila Rica constituir um "mercado bom e certo" para o comércio de livros, em vistas do número relativamente significativo de obras que se repetem nos diversos pedidos de compras encaminhados pelo livreiro a Portugal. E adverte-nos: "em Vila Rica e Mariana, nessa altura do século XVIII, certamente existiam muitas bibliotecas[35]."

A definição das balizas espaciais e temporais, bem como da fonte documental mobilizada em nossa pesquisa formalizaram três capítulos primordiais.

O Capítulo 1, intitulado *O comércio de livros em Vila Rica* propõe-se a realizar uma breve radiografia acerca do funcionamento do comércio livreiro em Portugal e no Brasil, e de forma particular, em Vila Rica. A exposição refere-se à importância dos diferentes ambientes comercias, das redes institucionais e dos núcleos de sociabilidade na conformação de um comércio não especializado de livros. A análise detecta, especificamente em Vila Rica, a ação das lojas de secos e molhados, dos agentes comerciais e dos leilões públicos como propulsores na difusão do palavra escrita e revela quais eram as publicações que mais encontravam respaldo nessas transações comerciais.

O Capítulo 2, intitulado *As bibliotecas particulares de Vila Rica* que reconstitui o universo das bibliotecas descritas em inventários de bens, na segunda metade do século XVIII, subdivide-se em duas partes distintas, porém complementares. A primeira tem por objetivo examinar, de um lado, o perfil

---

relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1999. (Dissertação de mestrado).

[34] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kriterion.* Belo Horizonte, jan./jul., n. 47/48, 1959, pp. 180-198.

[35] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kriterion.* Belo Horizonte, jan./jul., n. 47/48, 1959, p. 184.

social do leitor pela disseminação da posse dos livros entre as diversas categorias sociais e, de outro, o teor da composição de seus acervos bibliográficos particulares. A segunda parte destina-se a buscar as inter-relações existentes entre os diversos grupos sociais (letrados, cirurgiões e boticários, grupo mercantil, militares do corpo regular e das tropas de ordenança, funcionários do governo, proprietários de terras agrícolas e minerais, artesãos, mulheres) e os materiais impressos vinculados a eles, descortinando as prática sociais que envolviam os homens e os livros em Vila Rica setecentista.

O Capítulo 3, intitulado *Tradição ou inovação nas leituras* tem por finalidade detectar, a partir das relações de livros arroladas nos inventários de bens, em que medida o tradicional pensamento escolástico e a moderna filosofia iluminista influenciaram a composição das bibliotecas de Vila Rica. Apresenta, inicialmente, a face ilustrada das bibliotecas setecentistas mineiras por intermédio de um breve balanço historiográfico acerca das pesquisas que se dedicaram às suas reconstituições. Em seguida, indica a proeminência das obras tradicionalistas que circularam amplamente no cenário histórico de Vila Rica, aduzindo à sua importância naquela conjuntura social.

O arcabouço teórico da sociologia histórica das práticas da leitura e os métodos de análise quantitativa, qualitativa e comparativa contribuíram para que pudéssemos, nesse trabalho, medir a circulação do livro entre as categorias sociais, traçar o perfil social do leitor, reconhecer as práticas sociais que envolviam o universo dos materiais escritos, examinar as tradições de leituras de uma parcela da população de Vila Rica na segunda metade do Setecentos, compreender a importância destas bibliotecas frente a outras existentes na região das Gerais e detectar as semelhanças e disparidades internas às bibliotecas particulares mineiras entre os anos de 1750 e 1800.

CAPÍTULO 1 – O COMÉRCIO DE LIVROS EM VILA RICA

Ao termo livreiro o *Dicionário* de Antônio de Morais Silva atribui o seguinte significado: negócio daqueles que tratam de livros. Esses ajustes comerciais envolvendo livros, segundo reza a historiografia, intensificaram-se em meados dos séculos XVIII e atingiram diversas províncias brasileiras. Uma análise mais acurada acerca da historiografia luso-brasileira que se debruçou sobre o tema mostra-nos que alguns historiadores priorizaram em suas abordagens a atividade dos livreiros – lusitanos e estrangeiros – instalados em Portugal[1]. Outros restringiram-se ao comércio livreiro em circunscrições geográficas mais limitadas, como o Rio de Janeiro e a Bahia, por exemplo[2]; e, os demais focalizaram o

---

[1] Um balanço historiográfico recente sobre a história do comércio livreiro luso-brasileiro pode ser encontrado em SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas". ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura.* Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 147-164. (Coleção Histórias de Leitura). A historiadora destaca as seguintes produções portuguesas sobre o tema: CAEIRO, Francisco da Gama. "Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins do Setecentos e no primeiro quartel do século XIX". *Anais da Academia Portuguesa de História,* II série, 26, 1980, pp.301-327; MEIRELES, Maria Adelaide. "A atividade livreira no Porto: século XVIII e princípios do XIX (Contribuição para o seu estudo)". *Revista de História,* 4, 1981, pp. 7-22; MEIRELES, Maria Adelaide. *Os livreiros no Porto no século XVIII.* Lisboa: Verbo, 1987; GUEDES, Fernando. "Três livreiros centenários de origem francófana: Bertrands, Férins e Chardron." *O livro e a leitura em Portugal.* Porto: Apla, 1985; GUEDES, Fernando. *Os livreiros em Portugal e suas associações desde o século XV até os nossos dias.* Lisboa: Verbo, 1993. DOMINGOS, Manuela. "Colporteurs ou livreiros. Acerca do comércio livreiro em Lisboa, 1727-1754". *Revista da Biblioteca Nacional,* série 2, 6 (1), 1991, pp.109-142; DOMINGOS, Manuela. "Mercado livreiro no século XVIII: mecanismos e agentes". *Barata,* 35, 1995, pp. 29-43; DOMINGOS, Manuela. "Contratos e sociedades de um livreiro do Setecentos: João Baptista Reycend". *Revista da Biblioteca Nacional,* série 2, 1995, pp. 195-219. Além destes trabalhos acima mencionados destacamos: RAMOS, Luís Antônio de Oliveira. "Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII" (Casos portugueses). *Revista da Faculdade de Letras.* Série História, v. 4, 1973-1974, pp.1-14; CARDOSO, Cristiano da Silva. "Livros: produção e comércio". *A Gazeta de Lisboa*: cultura e sociedade. Porto: Universidade Portucalense, 2001. (Monografia de licenciatura).

[2] Nesse núcleo inscrevem-se diversos títulos que, apesar de não se dedicarem, exclusivamente, ao negócio dos livros, referem-se à essa problemática. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História.* São Paulo, 94, 1973, pp. 441-457; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia*: Idade d'ouro do Brasil. São Paulo: Cultrix; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978. SILVA, Maria

comércio de livros entre Portugal e Brasil, de maneira mais geral, remetendo-se a diversas localidades e privilegiando fins do século XVIII e início do XIX[3].

No entanto, à exceção do importante artigo escrito por Sílvio Gabriel Diniz, sobre as atividades de um livreiro em Vila Rica em meados do Setecentos[4], detectamos uma certa carência na historiografia de estudos que privilegiem a Capitania de Minas Gerais. As pesquisas históricas apontam as regiões do Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Pará como os principais focos de recepção de remessas de livros enviados do Reino para a Colônia. Além disso, revelam que em fins do século XVIII e inícios do XIX, a Bahia e o Rio de Janeiro transformaram-se nos principais centros comerciais do ramo: o primeiro graças à importância cultural que tivera ao longo do século XVIII e o segundo em função da instalação da Corte na cidade, em 1808[5].

Uma constatação importante da historiografia revela que, na América portuguesa, não era necessário haver livreiros para os livros serem comercializados[6]. As transações comerciais envolvendo a matéria escrita marcavam-se, antes, pela informalidade do que por uma atividade organizada e

---

Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira.* Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa. Editorial Estampa, 1999.

[3] Destacam-se as pesquisas de MORAIS, Rubens Borba. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial.* Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979; HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasill:* Sua história. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Comércio de livros e censura de idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)". *Ler História,* 23, 1992, pp. 199-202; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro,* Ano III, n. 6, 1999, pp. 87-105; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de Doutoramento); ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial.* Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

[4] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kritérion.* Belo Horizonte, n. 47/48, jan.-jun., 1959, pp.180-198.

[5] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Comércio de livros e censura de idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)". *Ler História,* n. 23, 1992, pp. 66-67. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro.* Ano III, n. 6, 1999, p. 93.

[6] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas". ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura.* Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 151. (Coleção Histórias de Leitura).

regulamentada. Escapava, pois, ao grupo restrito dos livreiros e concentrava-se nas mãos daqueles que negociavam com vários tipos de mercadorias[7].

As práticas comerciais, envolvendo livros na América Portuguesa, assumiram formas díspares que, embora não fossem totalmente complementares, também não eram excludentes. A primeira delas refere-se à encomenda de materiais impressos, tanto por negociantes quanto por particulares, aos agentes comerciais portugueses que recorriam aos postos de venda lisboetas e enviavam ao Brasil os livros mais facilmente comercializáveis e os ligados aos interesses dos solicitantes[8]. A segunda delas refere-se à existência de estabelecimentos comerciais não especializados, onde os negociantes vendiam livros em meio a inúmeros outros artigos existentes em suas lojas. A terceira relaciona-se mais precisamente com as atividades das instituições religiosas que comercializavam escritos de cunho devocional junto à população católica. E havia, por fim, os leilões públicos que durante todo o Setecentos foram veículos privilegiados do comércio livreiro.

Nessas transações comerciais, as publicações que mais encontravam respaldo eram, de um lado, as obras de devoção mais necessárias à prática religiosa cotidiana, como os escritos de baixo valor comercial representados pelos populares *livros de Santa Bárbara*[9] e, de outro, as obras de caráter pragmático, consagradas em determinadas áreas profissionais e destinadas a magistrados,

---

[7] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas". ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura.* Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 153. (Coleção Histórias de Leitura).

[8] Segundo Cristiano da Silva Cardoso os anúncios de livros na Gazeta de Lisboa remetem o seu público consumidor aos comerciantes particulares (portugueses e estrangeiros), às instituições religiosas (tais como as portarias dos conventos), às instituições régias (como a loja da gazeta ou a loja da Imprensa Régia) e aos "papelistas" (os chamados "vendedores de praça" que revendiam seus livros nas ruas por não possuírem estabelecimento comercial fixo). CARDOSO, Cristiano da Silva. *A Gazeta de Lisboa:* cultura e sociedade. Porto: Universidade Portucalense, 2001, p. 95 e 100. (Monografia de licenciatura)

[9] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro.* Ano III, n.. 6, 1999, p. 95. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 365. (Tese de Doutoramento).

médicos, cirurgiões, padres etc.[10]. Sobressaíam, dessa forma, os livros que correspondiam aos interesses da população letrada colonial, como os textos jurídicos, as obras médicas, os escritos de cunho religioso e os destinados ao estudo do latim. No entanto, os livreiros não ignoraram as modas e novidades dos tempos, e divulgaram livros polêmicos ou didáticos, sobre acontecimentos recentes e idéias em voga[11].

Podemos afirmar que, embora a Capitania de Minas Gerais tenha vivido, na segunda metade do Setecentos uma intensa efervescência intelectual, aqui não existiu nenhuma livraria especializada e nenhum livreiro que se dedicasse exclusivamente ao comércio de livros. Se pensarmos que o Rio de Janeiro, até a chegada da corte, contava com um número muito reduzido de livreiros[12] e que Portugal assistiu a uma maior especialização desse comércio, apenas no último quartel do século XVIII, quando o surgimento e a expansão de um novo e próspero mercado exigiram que a venda de livros se diferenciasse e motivasse a fundação de lojas inteiramente dedicadas ao livro, julgaremos mais inteligível a precariedade do comércio livreiro nas Minas setecentistas[13].

---

[10] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Comércio de livros e censura de idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)". *Ler História*, n. 23, 1992, p. 73. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro*. Ano III, n. 6, 1999, p. 91.

[11] Os autores referem-se à literatura antinapoleônica e aos folhetos políticos vinculados ao movimento constitucional português de 1820 que movimentaram o comércio livreiro em inícios do século XIX. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Comércio de livros e censura de idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)". *Ler História*, n. 23, 1992, p. 73. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro*. Ano III, n. 6, 1999, p. 105.

[12] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Comércio de livros e censura de idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)". *Ler História*, n. 23, 1992, p. 61. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro*. Ano III, n. 6, 1999, p. 91.

[13] Analisando os anúncios de livros divulgados na gazeta de Lisboa Cristiano da Silva Cardoso observa que enquanto o biênio de 1750-1751 assistiu a uma proliferação de casas não especializadas na venda de livros, os anos de 1779-1780 observaram a quase extinção destes estabelecimentos comerciais. No entanto, embora o último biênio apresentasse uma queda no número de locais destinados à venda dos livros, a quantidade de lojas especializadas aumentou consideravelmente. CARDOSO, Cristiano da Silva. *A Gazeta de Lisboa*: cultura e sociedade. Porto: Universidade Portucalense, 2001, p. 104.

Se esta era a situação da sede do vice-reinado e da metrópole portuguesa, que detinha a produção e a comercialização dos materiais impressos, podemos afirmar que, no resto do Brasil, "o comércio especializado de livros era inexistente e apenas alguns negociantes se encarregavam de vender livros, ainda em finais do século XVIII[14]".

Embora registremos para Vila Rica um comércio de livros não especializado, mencionamos com notoriedade a figura de uma autêntico livreiro nas Minas setecentistas. Como dissemos inicialmente, o indivíduo nos veio à luz graças à garimpagem de Silvio Gabriel Diniz nos arquivos mineiros[15]. O Capitão Manoel Ribeiro dos Santos, contratador de dízimos da Capitania de Minas Gerais, não se dedicava exclusivamente ao negócio de livros. Da análise do manuscrito, encontrado no Arquivo Público Mineiro, referente às décadas de 40 e 50 do século XVIII, deduz-se que o contratador aliava o exercício da advocacia ao comércio, incluindo nesta atividade, além da venda dos "produtos" da terra e de outros "gêneros" importados de Portugal, a compra e venda de livros.

As correspondências do livreiro de Vila Rica mostram o quanto ele estava inteirado acerca do comércio que envolvia os livros e revelam que o sujeito mantinha-se informado sobre as últimas novidades editoriais, locais de venda e valores comerciais das obras, que conhecia muito da produção editorial portuguesa e que era, fundamentalmente, um amante dos livros. Vila Rica, em meados do Setecentos, conheceu e desfrutou de um livreiro assim. Os inúmeros pedidos de livros por ele encaminhados aos agentes portugueses e o número relativamente significativo de obras que neles se repetem constituem um forte indício de que, em Vila Rica, àquela altura do Setecentos, fosse realmente um "mercado bom e certo" para o comércio de livros. Quando perscrutamos as bibliotecas de Vila Rica, inventariadas na segunda metade do século XVIII, nos deparamos com muitos dos títulos comercializados por Ribeiro dos Santos.

---

[14] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro.* Ano III, n. 6, 1999, p. 91.

[15] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kritérion.* Belo Horizonte, n. 47/48, jan.-jun., 1959, pp. 180-198.

Embora não possamos afirmar que os nossos inventariados pesquisados tivessem se utilizado dos serviços prestados por esse negociante na aquisição de seus livros, estamos seguros de que foi graças a essa atividade adicional do contratador de dízimos da Capitania de Minas que se formaram muitas das bibliotecas de Vila Rica.

Nas páginas seguintes, a partir dessa forte indicação de que existia um mercado de livros em Vila Rica, procuraremos verificar, pela análise qualitativa dos inventários de bens pesquisados, como esse comércio se organizava. Seguiremos, portanto, as trilhas usadas pelos indivíduos na busca do material impresso: primeiro, analisaremos as lojas de secos e molhados, depois indicaremos o comércio realizado pelos agentes comerciais e, por fim, revolveremos os leilões em praça pública. Dessa forma, chegaremos a alguns indivíduos que se vinculavam ao comércio de livros e às principais obras comercializadas.

Não podemos nos eximir de mencionar que escapa ao nosso trabalho a ação das associações religiosas mineiras no comércio de livros. Em Portugal, o público consumidor buscava nas portarias das principais instituições do gênero muitas espécies de "livros religiosos e morais, orações fúnebres, sermões e panegíricos[16]". Essa prática era tão amplamente difundida, que o livreiro de Vila Rica, analisado por Silvio Gabriel Diniz, encaminha seus agentes comerciais a esses locais. Segundo o livreiro, os "sermoens do Dr. Luiz Glz'. Pinh.ro, per alcunha o toucinho, vendemce na Portaria do Most.ro de S. Monica" e os "Sermoens do Bispo de Patara Fr. José de Jesus Maria, chamado o Biatinho, vendemce no Convento de S. Dom.os"[17].

No Brasil o comércio de escritos religiosos através de suas instituições também foi uma realidade. A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva constata que em Pernambuco os regulares dos inúmeros conventos lá existentes

---

[16] CARDOSO, Cristiano da Silva. *A Gazeta de Lisboa*: cultura e sociedade. Porto: Universidade Portucalense, 2001, p. 95. (Monografia de licenciatura)

[17] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kritérion.* Belo Horizonte, n. 47/48, jan.-jun., 1959, p. 193.

comercializavam as obras dos escritores vinculados às suas ordens. Ressalta ainda que o caso mais visível de comercialização de livros por parte de religiosos talvez fosse o dos oratorianos, que tinham sua principal casa no Recife. Dessa forma, desde o ano de 1796, o irmão José Nunes, da Congregação do Oratório de Lisboa, remetia a essa instituição "Folhinhas de reza" referentes a cada ano[18].

No entanto, não podemos afirmar com certeza, se tal situação é característica das Minas setecentistas. Sabemos que, apesar do catolicismo fervoroso da população mineira, houve uma inflexível recusa da Coroa em permitir que qualquer ordem religiosa se estabelecesse na localidade[19]. Dessa forma, ao contrário das outras regiões, pouco sabemos acerca do papel das irmandades na distribuição e comércio de impressos.

1.1 – As lojas de secos e molhados

Em meio à documentação pesquisada no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, referente ao termo de Vila Rica, deparamos com quatro inventários de comerciantes, proprietários de lojas de secos e molhados que também lidavam, muito despretensiosamente, com o comércio livreiro[20]. A primeira indicação para esse fato, fomos buscá-la nos relatos dos viajantes estrangeiros que por aqui estiveram. Richard Burton, em passagem pelas Minas Gerais no século XIX, refere-se à diversidade de produtos comercializados por esses estabelecimentos, que vendiam "desde alho e *livro de missa*, até cachaça, doces e velas"[21] (grifo nosso). Cabe-nos ressaltar que esse fenômeno não era exclusivo das Minas

---

[18] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro.* Ano III, n. 6, 1999, pp. 95-96.

[19] BOXER, Charles R.. *A Idade de Ouro do Brasil:* Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 203.

[20] Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa Setecentista do Pilar: AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/101/1254/1785, 2°/17/177/1779, 2°/26/280/1768, 2°/42/470/1773.

[21] BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho,* p. 101. Apud. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes:* mercadores das Minas setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995, p. 58. (Dissertação de mestrado)

Gerais e tanto o Rio de Janeiro quanto Lisboa apresentaram, ao longo do Setecentos, muitas lojas que vendiam livros juntamente com outras mercadorias[22].

Não nos furtaremos a mencionar que, além dos quatro negociantes enfocados, outros estabelecimentos similares também estavam, potencialmente, envolvidos nessa atividade comercial, haja vista o grande número de bilhetes escritos por comerciantes, encontrados em meio aos inventários de bens, reclamando o pagamento de diversas mercadorias provenientes de suas lojas, entre as quais destacamos os objetos relacionados com as atividades da leitura e da escrita. No entanto, só traremos esse assunto à luz depois que analisarmos, mais detidamente, os proprietários de lojas de Vila Rica que imiscuíam-se com a venda de livros, impressos e objetos necessários à prática da escrita.

Esses estabelecimentos comercias ofereciam diversos tipos de mercadorias à população de Vila Rica[23]. Entre os ditos gêneros "molhados" destacavam-se os alimentícios, as especiarias o fumo e a aguardente e entre a "fazenda seca" constavam tecidos das mais diversas origens e qualidades, peças de enxoval, de vestuário e seus acessórios, adereços, objetos de toucador e de uso pessoal, aviamentos, utensílios domésticos, objetos de devoção etc.. No entanto, não é essa infinidade de produtos destinados aos usos e costumes cotidianos que nos chama a atenção nestas lojas de secos e molhados, mas sim a restrita oferta de livros impressos que atingiram uma parcela bastante específica da população colonial. Junto ao nosso principal objeto de análise, destacamos ainda outros

---

[22] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Comércio de livros e censura de idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)". *Ler História,* n. 23, 1992, p. 64. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro.* Ano III, n. 6, 1999, p. 103. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira.* Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa. Editorial Estampa, 1999, p. 150.

[23] Em trabalho sobre os mercadores das Minas setecentistas, Claúdia Chaves menciona a dificuldade de se distinguir, precisamente, no comércio fixo mineiro, lojistas, vendeiros e taberneiros e estabelecer as suas especificidades. No entanto define, segundo as reflexões de Clotilde Andrade Paiva, que "as vendas eram responsáveis pelo comércio de aguardente e de *molhados*, enquanto que a loja, de maior porte, comercializava aguardente, *secos*, *molhados*, remédios, etc.. Estas concentravam-se nas zonas urbanas, enquanto aquelas estavam dispersas pelas zonas urbana e rural". CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes:* mercadores das Minas setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995, p. 60. (Dissertação de mestrado)

materiais que, embora tenham atingido uma esfera mais ampla da população, não deixam de ter fortes relações com o universo das letras. Referimo-nos, pois, à oferta, nessas casas comercias, dos diversos tipos de impressos e dos materiais utilizados nas atividades da escrita[24].

Os inventários marcam a presença do comércio de livros em Vila Rica, desde fins da década de 1760 até meados da década de 1780. A primeira loja de secos e molhados inventariada pertencia ao reinol João Pereira Teles e localizava-se na paragem chamada Água Limpa, região do Padre Faria, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias[25]. Os objetos destinados à leitura e à escrita poderiam ser adquiridos nessa loja. Pereira Teles disponibilizava uma "resma de papel" pelo valor de 2$700 réis e três "tinteiros de Braga", cuja unidade comprava-se pelo valor de $080 réis. As imagens impressas de santos também eram oferecidas nessa loja à população de Vila Rica: quinze "registros" de diferentes tamanhos, qualidades e valores constituíam parte dos materiais impressos dados à venda. A outra parcela era composta por livros de devoção. Nesse estabelecimento comercial, os devotos leitores que buscavam nos livros os ensinamentos cristãos poderiam encontrar "duas horas seráficas portuguesas" vendidas a $550 réis cada uma, "quatro cartilhas de Mestre Inácio[26]" pelo valor de $040 réis cada e quatorze dúzias de "livrinhos de Santa Bárbara" ao custo de $060 réis a dúzia. Os impressos existentes na loja de João Pereira Teles, fossem eles registros ou livros, não faziam outra coisa senão engrossar o arcabouço religioso oferecido à população de Vila Rica, pois não tratavam de outra matéria senão da santa devoção católica.

---

[24] Segundo Roger Chartier, nem todo impresso mantido no foro privado é necessariamente um livro. A lâmina, presente nos rituais, nos espaços públicos, nos espaços de trabalho ou mesmo na intimidade doméstica, torna o escrito acessível a todos aqueles que a observam, inclusive aqueles que não possuem mais que os rudimentos da leitura e da escrita. E tudo isso, graças à palavra que a decifra ou à imagem que a desdobra. Por isso mantivemos os demais impressos entre nosso objeto de análise. CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2ª ed.. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 24.

[25] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/26/280/1768.

Interessante notar que, além de vendedor, o comerciante era também consumidor do material impresso por ele vendido. Entre seus objetos particulares foram inventariados "dois registros grandes um da Senhora da Piedade, outro do Senhor Crucificado" avaliados pelo mesmo preço que eram comercializados, isto é, $200 réis cada. Acreditamos, mediante a descrição desses impressos, que os registros eram mesmo imagens de santos. Portanto, objetos de culto e devoção. Entre os livros existentes em sua pequena livraria (que foram analisados quando tratamos das bibliotecas particulares e seus proprietários) também encontravam-se dois livros de horas, "umas seráficas e outras peregrinas", avaliadas ambas em $600 réis, porque já estavam usadas. Concluímos, portanto, que além de propagar a religiosidade católica, vendendo seus objetos de culto, oração e devoção, Pereira Teles também absorvia essa crença. Afinal o comerciante pertencia a um amplo grupo social que partilhava dessas práticas religiosas na vida cotidiana.

Na década de 1770, outras duas lojas de secos e molhados se aventuraram pelo comércio livreiro. A primeira, pertencente a Manoel de Lemos Magalhães, localizava-se na rua Direita da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar[27]. Esse estabelecimento também oferecia à população de Vila Rica os objetos necessários à escrita e à leitura. Para a primeira prática, o proprietário disponibilizava trinta e nove "penas de lápis" vendidas pelo valor unitário de $020 réis. Além disso, ali também se adquiriam "canivetes de aparar penas". Os impressos oferecidos para venda, de preços, tamanhos e temáticas variadas, também eram numerosos. Havia, na loja, muitas lâminas e diversos tipos de registros. Algumas descrições referiam-se à imagem retratada, outras eram mais genéricas, limitando-se, apenas, a referir o tamanho e o material do impresso, como é o caso dos registros "de meia folha", "de folha", "de duas folhas", "de quatro folhas" e "de pergaminho". No entanto, havia entre esse material indiferenciado que, quem sabe, eram estampas ou gravuras que retratava os santos mártires, vários registros de

---

[26] *Cartilha da doutrina cristã do M. Inácio*. Saiu impressa várias vezes em diversas partes. MACHADO. Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s.d. (CD-ROM). v.2, p. 543.

"países", "mapas"; "navios", "riscos de igreja", "maravilhas do mundo", "Dom Quixote" e "Alexandre na guerra". Nessa loja, as imagens impressas em papel ganhavam um novo contorno, pois escapavam à simples temática religiosa. Passaram das imagens sagradas às cartas geográficas, às figuras arquitetônicas, aos monumentos e aos fatos notáveis, chegando, inclusive, a retratar um herói de capa espada da prosa romanesca seiscentista. A figura emblemática de D. Quixote, idealizada por Miguel de Cervantes, salta das páginas do livro para as paredes das casas. Torna-se referência, humaniza-se e ocupa os espaços de sociabilidade.

Para além das imagens, os escritos vendidos nessa loja, também são marcados pela mescla entre o sagrado e o profano. Os três "breves", avaliados em $300 réis, dividiam espaço com vinte e cinco "fábulas", avaliadas em 3$200 réis. Tanto as historietas de ficção quanto os livros de orações cotidianas estiveram disponíveis ao público leitor de Vila Rica. Em casa de Manoel de Lemos, o único resquício das leituras que, porventura, pudesse ter realizado materializava-se em "sete lâminas com seus vidros e suas molduras douradas." Se a leitura na intimidade doméstica não era o forte do comerciante, talvez o fosse a prática da escrita, pois havia, em meio ao seu mobiliário, "uma papeleira de madeira branca [...] com sua ferragem dourada". Sabemos que a escrita era atividade recorrente em meio ao grupo mercantil (haja vista os inúmeros registros de débitos constantes de seus borradores) mas não podemos inferir o mesmo da leitura. No entanto, podemos especular que, entre um freguês e outro, o vendedor manuseava os livros colocados à venda e lia uma pequena oração ou um conto moralizante. Afinal, os livros estavam disponíveis, aguardando quem os quisesse desbravar.

O terceiro estabelecimento comercial do gênero pertencia a Manoel José de Souza e Silva e localizava-se, não mais no arraial de Vila Rica, mas na freguesia

---

[27] Nesse caso a inventariada é a esposa do comerciante: Maria Theodora do Sacramento. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/42/470/1773.

de Ouro Branco[28]. Nesta loja, o proprietário fornecia ao público consumidor "três resmas de papel", avaliadas todas em 6$000 réis e "dez tinteiros de chifre pequenos" que totalizavam $600 réis. Entre os materiais impressos, existiam apenas "sete cartilhas", cujo valor total alcançava $700 réis. Embora a fonte pesquisada não mencione a autoria dessa obra, acreditamos tratar-se da mesma cartilha de doutrina cristã posta à venda na loja de Pereira Teles, analisada anteriormente, uma vez que esses livros foram bastante populares nas Minas setecentistas e eram utilizados no ensino das primeiras letras. Temos, portanto, mais uma vez presente nas lojas de Vila Rica, livros que ensinam a bem viver a fé católica.

Por fim, apresentamos a última loja de secos e molhados, que também ofereceu livros à população mineira. Localizada na rua adiante da ponte do Rosário, seu proprietário chamava-se João Marques[29]. Nessa loja eram vendidas "doze resmas de papel de escrever" avaliadas em 2$700 réis cada uma delas, "oito tinteiros de chifre" a $100 réis cada um e uma caixa contendo "trinta e duas penas de lápis" ao custo de 1$200 réis. Temos, portanto, todos os objetos necessários à prática da escrita: papel, penas e tinteiro.

Para a leitura o mercador disponibilizava aos consumidores nada mais que "dez dúzias de livrinhos de Santa Bárbara" avaliados em $150 réis a dúzia. Novamente despontam em abundância os mesmos livros de oração a Santa Bárbara. Interessante observar que, na tradição católica, a influência dessa santa junto aos raios e trovões garantiu-lhe o estatuto de protetora dos mineiros. Logo, as minas de ouro e diamantes certamente favoreceram o seu culto e sua devoção. Em conseqüência, Vila Rica apresenta-se como um mercado certeiro para a venda desses livrinhos de oração. No entanto, não podemos descartar o fato de que para muitos homens a prática da religiosidade reduzia-se à simples posse de relíquias sagradas como bem mostrou Alexandre de Gusmão, a propósito dos

---

[28] Aqui, novamente, temos como inventariada a esposa do comerciante: Inácia Maria de Jesus. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/17/177/1779.

livros de Santa Bárbara e de outros objetos devocionais em uma "Dissertação sobre a relaxação das ordens religiosas":

> Nós vemos a maior parte dos povos, que em trazendo uns bentinhos, um livro de Santa Bárbara, umas constas, ou alguma oração famosa, já não cuidam em perdoar ao inimigo, restituir o alheio, nem deixar as concubinas; e aplicados a estas pequenas devoções censuram a todos aqueles, que praticam mais pelo centro as virtudes[30].

Nesse sentido os livros de Santa Bárbara podiam aplicar-se tanto ao fervor religioso quanto à sociabilidade das aparências, acentuando a distância entre o "ser e o parecer", entre "a potência e o ato".

Como dissemos inicialmente, não eram apenas essas quatro lojas analisadas as únicas em Vila Rica que se dedicavam à venda de livros. Certamente existiram muitos outros comerciantes que também ofereceram à população impressos similares a esses. Nesse sentido, o inventário de Mateus Francisco de Faria é bastante ilustrativo[31]. O tutor dos órfãos do inventariado buscou em outras lojas de secos e molhados de Vila Rica os materiais destinados ao ensino dos pequenos herdeiros. Assim, durante os anos em que freqüentaram a aula de primeiras letras, a loja de Pedro Teixeira Mursa forneceu àquelas crianças "uma cartilha" e "um tinteiro". A de João Francisco Teles abasteceu-os de "quatro mãos de papel branco" e mais "uma cartilha de doutrina" e a de Manoel Gonçalves Pereira vendeu-lhes mais três mãos de "papel branco para a escola" e um outro "tinteiro de chifre". Torna-se importante ressaltar que os livros didáticos que Pedro Teixeira Mursa vendeu aos órfãos, em fins da década de 1750, já não constavam mais do rol dos bens pertencentes a sua loja, descritos, no ano de

---

[29] Neste caso não se trata de um inventário *post-mortem* mas de um seqüestro nos bens do casal em função de ação de divórcio movida por Margarida Angélica de Matos Pia Pina, esposa do comerciante. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/101/1254/1785.

[30] Coleção de vários escritos inéditos políticos e literários de Alexandre de Gusmão. Porto: Tipografia de Faria Guimarães, 1841, pp. 237-238. Agradeço à professora Maria Beatriz Nizza da Silva a indicação desse trecho.

[31] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/96/177/1760.

1767, em seu inventário *post-mortem*[32]. Vale lembrar que vasculhamos no Capítulo 2 de nossa dissertação o universo social do inventariado mencionado[33].

O desembargador João Caetano Soares Barreto, provedor da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais, foi um homem bastante relacionado com o universo das letras. E a julgar pelos indícios fornecidos pela documentação, o comércio de Vila Rica atendeu-o prontamente no fornecimento de material destinado à escrita. Seu inventário relaciona inúmeras petições escritas por comerciantes, durante a década de 1770, mencionando os artigos comprados pelo desembargador e reclamando o seu pagamento[34]. Em mãos do comerciante João Domingos do Santos, havia comprado, entre peças de vestuário e enxoval, objetos de toucador e uso pessoal, utensílios domésticos e especiarias, alguns objetos destinados à pratica da escrita, como o "tinteiro da Índia" e as "duas dúzias de marcas". A conta devida à loja do comerciante é endossada, em grande parte, por bilhetes escritos e assinados pelo desembargador, que solicitava ao varejista os gêneros declarados.

Com outros comerciantes, tais como o alferes Antônio Ferreira da Silva e Manoel de Araújo Gomes, o desembargador também mantinha essa mesma relação comercial e adquirira em seus estabelecimentos, entre outros gêneros, várias resmas de papel destinados à escrita, algumas de Holanda e outras ordinárias. Se esses primeiros comerciantes oferecem ao desembargador apenas objetos empregados nas atividades da escrita, talvez isso se deva ao fato de não se dedicarem à venda de livros relacionados com os interesses mais imediatos desse consumidor que, além de ser um indivíduo letrado, ocupava um importante posto junto ao governo da Capitania de Minas Gerais. Como veremos no Capítulo 2, a biblioteca do desembargador era bastante especializada e não registrava nenhum livro semelhante aos encontrados à venda nos estabelecimentos comerciais de Vila Rica. No entanto, escapou à descrição da sua biblioteca um

---

[32] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/126/1574/1767.

[33] Essas informações são mais um indício de que as relações de livros presentes nos inventários são uma espécie de "instantâneo" das bibliotecas particulares, pois nos apresentam apenas sua conformação momentânea.

tipo de impresso adquirido, durante um período de quatro anos, por intermédio de Antônio Lopes Ferro (espécie de agente comercial em Vila Rica que durante muito tempo prestou serviços ao inventariado). Referimo-nos às quatro "folhinhas de algibeira" relacionadas nas contas do servidor. Essas folhinhas, por serem impressos voláteis, certamente não mais existiam, quando se inventariaram os bens do desembargador. Como muitos outros impressos que circularam no período colonial, alguns de valor irrisório, outros de caráter subversivo, estes também não foram mencionados na descrição do inventário. O impresso adquirido por Soares Barreto, ou seja, uma folhinha de algibeira, um calendário cristão, modificava-se anualmente, era descartável, de caráter efêmero. Esses dados certamente explicam o fato desses escritos terem escapado a essa e a outras coleções particulares[35].

Tanto as folhinhas de algibeira quanto objetos destinados à atividade da escrita, foram adquiridos pelo agente comercial em diversos pontos da capitania. A folhinha referente ao ano de 1752 veio da freguesia de Itabira; uma mão de papel e doze penas provinham da "loja nova do Sabará", localidade que foge aos limites espaciais de nossa pesquisa. Além disso, uma outra mão de papel de Holanda fora paga ao cocheiro de uma papelaria. Apesar de encontrarmos, pela primeira vez, na documentação, uma designação específica para os estabelecimentos destinados à venda de papéis e outros artigos próprios às atividades de escrita, não sabemos se essas lojas especializadas existiram mesmo em Vila Rica. Acreditamos muito mais na presença das lojas de secos e molhados que também trabalhavam com artigos destinados à escrita do que na existência de uma papelaria propriamente dita.

Mas onde os mercadores buscavam esses materiais destinados tanto à leitura quanto à escrita? Pesquisando outro tipo de documentação que não a

---

[34] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/88/1065/1776.

[35] Embora essas folhinhas tivessem sido, explicitamente, remetidas para a Cidade de Mariana em inícios dos século XIX, elas também não figuraram nos inventários de bens referentes àquela cidade, analisados por Luiz Carlos Villalta. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura literária e os Usos dos Livros na América Portuguesa*. São Paulo: USP, 1999, p. 376. (Tese de Doutoramento).

cartorial (mais especificamente a inquisitorial e censória) Luiz Carlos Villalta refere, genericamente, o comércio de livros do Reino para a América, restringindo o enfoque aos impressos de baixo valor econômico. Justamente os que mais figuram entre as mercadorias das lojas de secos e molhados de Vila Rica. Segundo o autor, na passagem do século XVIII para o XIX, remeteram-se para várias localidades da Colônia os "Kalendarius para o uso do Offício Divino". São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (mais especificamente a cidade de Mariana) receberam "folhinhas de reza e anno p^{ro}. de 1801". A cidade do Rio de Janeiro também foi contemplada com a remessa dos "escriptos de confição" e dos "Livros de Igr^{a}" destinados às religiosas de Santa Bárbara. "Estampas e Novenas do Coração de Jezus", bem como "folhinhas da ordem do Carmo" foram enviadas para a cidade da Bahia[36]. Salienta o autor que nenhum destes impressos religiosos superou, quantitativamente, os populares "Livros de Santa Bárbara", que foram enviados aos milhares para todos os cantos da América portuguesa. Embora o termo de Vila Rica não tenha sido uma região privilegiada com remessas de livros, via metrópole, sabemos que alguns desses impressos mencionados pelo historiador também estiveram à venda no comércio local. Como vimos, os "livros de Santa Bárbara" estavam presentes, em grande número, nas mãos dos comerciantes de Vila Rica, que os destinaram à venda em suas lojas de secos e molhados, a fim de que pudessem atingir a parcela devota da população. Da mesma forma, as "folhinhas" também eram comercializadas e, embora não figurassem nos inventários de bens, atingiram a população mineira.

Quanto aos comerciantes analisados, podemos dizer que eles faziam do Rio de Janeiro o principal entreposto de grande parte dos artigos que comercializavam. Alguns mercadores enfocados mencionam as relações comercias com os negociantes cariocas. Assim, João Pereira Teles devia, naquela cidade, a João Batista de Queirós e Companhia "uma receita de fazenda seca"[37] e, da mesma forma, João Marques devia a Brás Carneiro Leão, um dos principais

[36] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 365. (Tese de Doutoramento).

negociantes daquela praça, uma remessa dos mais diversos artigos. entre os quais constavam "três resmas de papel de escrever"[38]. Pedro Teixeira Mursa, "em razão de seu negócio tinha contas e devia várias pessoas [...] na cidade do Rio de Janeiro"[39]. Além deles havia ainda João da Mata Silva, agente comercial em Vila Rica[40]. O inventariado falecera na cidade do Rio de Janeiro, quando lá estivera com o objetivo de buscar artigos que, certamente, teriam fins comerciais. Nesse conjunto havia objetos destinados à leitura e à escrita: entre os primeiros, inúmeros registros impressos dos quais destacamos "uma Condessa da Alemanha", "dois navios pintados grandes" e "um mapa de touros". Havia ainda alguns livros religiosos, tais como o popular *Mestre da Vida* escrito pelo Frei João Franco, "dois tomos de óperas novas", "um livro de ladainha em estampas" e "umas horas seráficas". Em meio ao material destinado à escrita, João da Mata adquirira "um par de tinteiros pintados". Em codicilo, declarando "inúmeros bicos que devia", o testador referiu-se à compra dos livros. Assim, a Pedro da Silva Torres, João da Mata devia "o que importar uma mão de papel de solfa [...] dois tomos de Óperas e mais o valor da vida de São Francisco de Paula". Embora a documentação não se refira com maior precisão ao credor do inventariado, acreditamos tratar-se de um comerciante do Rio de Janeiro. Especulamos ainda a possibilidade deste indivíduo estar diretamente ligado com o comércio livreiro. Mas são apenas especulações. Ao fim e ao cabo, percebemos que, se os comerciantes coloniais têm um braço preso em Portugal (haja vista que a política colonialista guarda para a metrópole o monopólio sobre o comércio) e os mercadores fixados no interior como os das Minas Gerais, prendem-se aos negociantes do Rio de Janeiro que estendem sua rede comercial nessas localidades, por meio da forte atuação de homens da estirpe de João da Mata Silva, os chamados mascates. Julgamos que, para os mercadores de Vila Rica, o Rio de Janeiro era mesmo o provedor natural de artigos manufaturados e das demais mercadorias

---

[37] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/26/280/1768.
[38] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/101/1254/1785.
[39] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/126/1574/1767.
[40] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/27/293/1764.

comercializáveis. Sua importância comercial nas Minas é tamanha que havia em Vila Rica um indivíduo cujo ofício era ser "cobrador de vários homens de negócio do Rio de Janeiro[41]. Nesse sentido, os populares livros de devoção, os escritos moralizantes, os demais impressos e os materiais destinados à atividade da escrita eram distribuídos nas lojas de secos e molhados de Vila Rica via negociantes estabelecidos no Rio de Janeiro. Era graças a esse arranjo comercial que a população de Vila Rica poderia adquirir, com maiores facilidades, o material destinado à instrução elementar e à devoção católica.

Em síntese, podemos dizer que o comércio livreiro em Vila Rica não era especializado mas sim genérico. Os estabelecimentos que se entregavam à venda do material impresso não realizavam grandes investimentos em sua aquisição. Certamente porque o mercado era restrito e não alcançava todo o conjunto da população. Os livros de menor valor, impressos de baixo custo, destinados ao ensino elementar e à manifestação da religiosidade, podiam ser encontrados entre as mercadorias das lojas de secos e molhados da capitania. Assim, atingiam com facilidade uma parcela bem ampla da população alfabetizada. Da mesma forma, o fato destes impressos serem baratos e de baixa qualidade, faz com que escapem à descrição e avaliação dos inventários. Percebemos, no entanto, que os pesados livros *in folio,* as obras especializadas, não estavam disponíveis nestas lojas. Os indivíduos que desejassem adquiri-las utilizavam-se de outros artifícios para comprá-las. Via de regra, encomendavam-nas do Reino aos que faziam a ponte Brasil-Portugal. Por isso não detectamos nem uma casa comercial especializada em livros em todo o termo de Vila Rica. Mas vejamos agora outros artifícios empregados pela população para adquirir livros em uma localidade tão desprovida do comércio livreiro. Apresentaremos, pois, alguns casos isolados de instituições e indivíduos que lidavam com esse tipo de comércio, fosse em Vila Rica, fosse em Portugal.

---

[41] O inventário de Antônio dos Santos Lobato será nosso objeto de análise no Capítulo 2. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/19/178/1766.

1.2 – Os agentes comerciais

Além das lojas de secos e molhados e da atividade marginal das associações religiosas, alguns indivíduos residentes em Vila Rica, a exemplo do livreiro analisado por Silvio Gabriel Diniz, conjugavam o ocasional comércio de livros com algum outro ofício mais regular. Segundo Lúcia Bastos, a documentação da Real Mesa Censória revela a existência, em Portugal, de diversos livreiros, sobretudo de origem francesa que, desde fins do século XVIII, atendiam aos negociantes e aos particulares no Brasil, embora nem sempre estabelecidos em livrarias e, com freqüência, dedicando-se também a outros ramos de negócios[42]. Infelizmente não nos deparamos, em meio à documentação analisada, com nenhuma descrição desse tipo de transação comercial. Atribuímos esse nosso infortúnio justamente à crença de que era mesmo muito escasso e limitado o comércio livreiro nas Minas setecentista. Daí rarearem as fontes que mencionem o fato. Mas alguns casos pontuais surgiram em meio à documentação pesquisada ajudando assim a explicitar a forma como os homens adquiriam livros em Vila Rica, na segunda metade do Setecentos.

O primeiro caso analisado é o que consideramos o mais curioso e o mais intrigante. O Capitão Domingos da Rocha Pereira, reinol, morava em Vila Rica, na rua Direita de Antônio Dias[43]. Em seu espólio, apareceu-nos um rol bastante peculiar. Referimo-nos a alguns objetos religiosos e a um número extraordinário de materiais impressos (livros devocionais e jurídicos) descritos junto aos demais bens. O número vultoso de livros idênticos em seu inventário nos leva a duvidar de que estes materiais fossem objeto exclusivo de sua leitura e constituíssem sua biblioteca particular. O capitão conservava, no momento de sua morte, "vinte dúzias de correias de Santo Agostinho com suas argolas de chifre" avaliadas em 9$000 réis; "dezenove dúzias de argolas de chifre pequenas do mesmo santo"

---

[42] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Comércio de livros e censura de idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço. (1795-1822)". *Ler História*. 23, 1992, p. 61.

[43] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/42/489/1798.

avaliadas em 5$700 réis. A esses objetos de devoção, acrescenta-se ainda o material impresso: "treze maços de livrinhos de Indulgência de Santo Agostinho que cada maço tem vinte e cinco livros" avaliados em 48$750 réis e mais "cinco maços de livros pequenos de reza de Santo Agostinho que cada maço tem cinqüenta livros" avaliados em 7$875 réis.

Explicar a posse de tantos livros iguais vem sendo um desafio para nós. Poucos exemplares bastariam ao capitão e sua família, para que professassem sua devoção a Santo Agostinho. No entanto, esses livros religiosos eram em número de 575. Embora não tenhamos conseguido associar o capitão do Regimento Auxiliar da Nobreza de Vila Rica a nenhum outro ofício, acreditamos que esse não era o seu único meio de sobrevivência[44]. Esse arsenal, composto por tipos diversos de material de devoção, nos leva a crer que o capitão teria descoberto em Vila Rica um importante mercado para esses livros que eram vendidos a baixo custo para o grosso da população. Se os livros de *Indulgência* estavam avaliados em $150 réis cada, os de *reza* custavam pouco mais que $030 réis. Portanto, deveriam ter, em função do baixo preço, um público consumidor certo, formado pela população das mais diversas camadas sociais que preservavam a forte tradição católica de venerar os santos.

Nossa segunda hipótese também tem uma relação com o catolicismo da população colonial. Sendo um fervoroso devoto de Santo Agostinho, acreditamos que o material impresso, bem como as correias e argolas, poderiam ser destinados pelo capitão à distribuição pública e gratuita, como forma de pagamento de alguma graça alcançada (haja vista que esta forma de religiosidade ainda é uma prática corrente nos nossos dias). Em terceiro lugar, pensamos que talvez o capitão fosse apenas depositário desse material que seria por ele repassado a uma igreja, ou irmandade ou mesmo a um mercador que se

---

[44] Domingos da Rocha Pereira não era proprietário de terras, possuía um único escravo e duas casas em Vila Rica, uma assobradada, situada na rua Direita de Antônio Dias e outra térrea, na rua do Sale e suas dívidas ativas superavam em mais de 500$000 réis sua fortuna. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/42/489/1798.

responsabilizaria por comercializá-lo ou distribuí-lo gratuitamente (novamente nos vemos às voltas com a questão do comércio).

Se o destino de tantos livros de devoção fica perdido em meio às nossas conjecturas, o mesmo não acontece com as obras jurídicas também arroladas entre os bens do inventariado. Com relação a estes livros, sabemos que o Capitão Domingos era apenas depositário e não proprietário. O processo menciona "sessenta e oito livros de direito civil entre grandes e pequenos que se achavam em poder do dito testador, sem se saber a quem pertenciam, aos quais não deram os louvados valor por não serem da sua ocupação"[45]. Infelizmente também nos faltam aqui elementos que nos possibilitem identificar o proprietário dessa biblioteca jurídica.

No entanto, se considerarmos nossa primeira hipótese mencionada acima, qual seja, a do Capitão como comerciante de livros, podemos inferir aqui também que os livros jurídicos estavam em suas mãos para serem comercializados. Os livros vendidos, em segunda mão, tinham preços mais acessíveis que os novos, geralmente importados de Portugal, e atenderiam mais diretamente aos anseios da população colonial que não dispunha de largos cabedais para investir na aquisição de material impresso. Podemos considerar que o proprietário desta biblioteca, bacharel em Direito certamente, um magistrado talvez, transferira-se das Minas para o Reino e aqui deixara sua biblioteca, em mãos do inventariado, para ser vendida. Ou quem sabe, optara por se desfazer dos livros como forma de captar dinheiro em função de problemas financeiros. Ou ainda, simplesmente, estaria se desfazendo, em fins do século, de uma biblioteca que não atendia mais suas necessidades por estar desatualizada.

Estas novas hipóteses nos são muito caras pois são paralelas à primeira que elencamos, quando tentamos explicar os livros existentes entre os bens de Domingos da Rocha Pereira. Afirmar, com certeza, que o capitão inventariado era um livreiro em Vila Rica, não podemos. Mas as vias hipotéticas aqui desenvolvidas nos levam a acreditar nessa "verdade".

O segundo caso examinado também coloca em nosso foco de análise a aquisição de obras jurídicas. O Dr. José Teixeira de Matos é mais um desses indivíduos que se imiscuiu na venda de livros. Sua atividade de "livreiro" contribuiu para a formação da biblioteca de outro advogado de Vila Rica. Referimo-nos ao Dr. Agostinho Monteiro de Barros que possuía um importante acervo bibliográfico e devia, no ano de 1763, "ao doutor José Teixeira de Matos de resto de uns livros a quantia de oito oitavas de ouro"[46]. As informações advindas da fonte encerram-se aqui, mas nossas especulações vão longe.

Nossa primeira hipótese é que o advogado "livreiro" estaria desfazendo-se de sua biblioteca e por isso vendera seus livros. As justificativas para esse ato, como já afirmamos, são inúmeras e ajudam-nos a melhor compreender essa conjectura. Mas podemos pensar também que o indivíduo teria amplos contatos comerciais com a metrópole portuguesa e encomendara livros, tanto para seu acervo particular, quanto para repassar aos seus colegas de profissão. E essa é a nossa principal hipótese, uma vez que as relações comerciais entre a colônia e a metrópole, envolvendo o mercado livreiro e seus agentes comerciais, contribuíram enormemente para a formação das bibliotecas coloniais. Não podemos nos esquecer de que Manoel Ribeiro dos Santos, livreiro de Vila Rica, em meados do Setecentos, realizava atividade semelhante. Sua correspondência aos agentes portugueses menciona tanto as relações de livros encomendados pelos amigos (curiosamente um amigo letrado que encomendava livros jurídicos) quanto aquele que esperava negociar com lucro[47]. Portanto, o advogado analisado também poderia pertencer ao núcleo restrito de indivíduos que encomendavam livros em Portugal e os negociavam em Vila Rica.

Se acertamos, quando mencionamos as relações comerciais do jurista com agentes portugueses, não sabemos, mas afirmamos, com plena certeza, que o padre Bento Antônio Maciel, morador em Antônio Dias, possuía relações

---

[45] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/42/489/1798.
[46] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/16/149/1763.
[47] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kritérion*. Belo Horizonte, n. 47/48, jan.-jun., 1959, p.181.

comerciais em Portugal. De lá ele havia importado uma *Prosódia*, dicionário trilingüe escrito pelo jesuíta Antônio Pereira[48]. Interessante observar que o livro adquirido não era tido em boa conta pela Coroa portuguesa que, desde 1759, havia banido a Companhia de Jesus de seu território e colocado suas principais obras sob o foco dos aparatos censórios. Mas este fato não impediu que Diogo da Moeda[?] Moreira, morador em Lisboa, no bairro Alto, rua da Rosa, enviasse ao eclesiástico de Vila Rica, o pesado exemplar *in fólio* escrito pelo jesuíta, pela quantia de seis oitavas de ouro[49]. Se o reinol era apenas um comparsa do padre de Vila Rica, se era livreiro em Portugal ou simplesmente um agente comercial, não sabemos. Mas mais importante que desvendar o ofício do indivíduo que remeteu o livro ao padre Bento é mostrar que sua relação com o eclesiástico mineiro desembocou, mais uma vez, no amplo circuito de comunicação que marcava a vida de um impresso.

Outro reinol que também se envolvia, marginalmente, com o comércio de livros era Custódio da Silva, tutor das filhas de Domingos Francisco de Oliveira, religiosas professas no Convento de Chelas, em Lisboa[50]. Foi ele o responsável, juntamente com Manoel Álvares de Oliveira (morador em Lisboa e tio das senhoras), pela compra de inúmeros livros religiosos destinados às orações no supracitado convento, como bulas, breviários, cadernos de santos, livros espirituais, diurnos e ripançós de Antuérpia. A descrição mais minuciosa desses impressos nos oferece também elementos para comprovarmos a extrema preocupação que os compradores tinham com a aparência dos livros: diurnos e breviários seriam todos encadernados por "capas de cordovão" e "bolsas de couro". O livreiro de Vila Rica apresentado por Silvio Gabriel Diniz também preocupa-se com o aspecto formal das obras que encomenda de Portugal e exige

---

[48] *Prosodia in vocabularium trilingue latinum, lusitanum, et castellanum digestade*. Évora, por Manuel Carvalho, 1634, fol. e Lisboa, por Paulo Crasbeeck, 1643 e 1656, fol. MACHADO. Diogo Barbosa Machado. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 509.
[49] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/9/89/1791.
[50] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/42/491/1753.

livros "com capas de pasta das milhores tt.os nas costas dourados"[51]. Esses dados são relevantes porque, aos olhos de muitos leitores, a aparência dos livros tinha grande importância, já que o aspecto da obra ofereceria uma boa idéia de seu conteúdo[52].

Mas o mais interessante é que um dos breves foi, especialmente, encomendado em Roma, para que as religiosas pudessem ter missa no convento e custou-lhes a quantia de 4$000 réis. Além dos livros que o tutor das ditas senhoras angariara no comércio especializado em Lisboa, Custódio da Silva menciona à Domingos Francisco de Oliveira a existência de uma despesa no valor de 7$560 réis, "custo dos livros que vossa mercê me mandou pedir, os quais remeto no navio Nossa Senhora da Penha de França, e o Senhor do Bom Fim a entregar no Rio de Janeiro ao Reverendo Cônego Álvaro de Matos Figueiredo". Dispomos assim de uma importante informação sobre a remessa de livros de Portugal para o Brasil, com entreposto no Rio de Janeiro. No entanto, não sabemos se as obras chegaram às mãos do destinatário. Se os livros enviados não constam do inventário de bens é porque, certamente, não pertenciam ao universo de interesses do inventariado, não eram livros destinados a ele. Nesse caso específico, acreditamos que os livros expedidos de Portugal para o Rio de Janeiro, com destino ás Minas Gerais, também não eram as simples obras devocionais utilizadas pelas freiras no claustro. Não haveria sentido lógico em enviá-las (mesmo que se destinassem à leitura familiar) uma vez que as religiosas permaneciam em Portugal. Em nossa opinião, as obras cobradas ao inventariado destinavam-se ao seu filho caçula, o Dr. Manoel de Souza e Oliveira, que era advogado nos auditórios de Vila Rica[53]. O remetente, tutor das moças em Portugal, era um homem com amplas relações comerciais e adquirira no comércio

---

[51] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kritérion*. Belo Horizonte, n. 47/48, jan.-jun., 1959, p.185.

[52] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* Usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 389. (Tese de Doutoramento).

[53] Manoel de Souza e Oliveira, filho caçula de Domingos Francisco de Oliveira, era nos anos anteriores à 1776, desembargador e juiz dos órfãos de Vila Rica. BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, v. 2, p.93. (Coleção Mineiriana).

livreiro português, tanto os livros utilizados pelas freiras em Chelas, quanto os escritos jurídicos (quem sabe?) destinados ao bacharel. Infelizmente, não dispomos de informações precisas que corroborem nossas hipóteses. Ficam-nos, pois, a especulação e a certeza de que o comércio livreiro, via Portugal, era mesmo uma realidade nas Minas setecentistas.

Esses poucos casos que analisamos individualmente nos levam a crer que o comércio livreiro em Vila Rica ocorria de forma bastante ocasional, marginal mesmo. À exceção dos livrinhos devocionais, de baixo custo, existentes em mãos de Domingos da Rocha Pereira, os demais registrados através da intervenção dos agentes comerciais parecem-nos constituir uma leitura mais especializada, destinada a um público mais seleto. Essas obras, geralmente importadas de Lisboa, como se observou em alguns casos, eram bem mais caras que os primeiros livros religiosos aqui mencionados e as obras disponibilizadas nas lojas de secos e molhados da região de Vila Rica. A *Prosódia* de Bento Pereira, importada de Portugal, custou ao Padre Bento Maciel a quantia de seis oitavas de ouro, ou seja, o equivalente a 7$200 réis[54]. Esse valor não é irrisório se pensarmos que o custo máximo da maioria dos livros adquiridos no comércio de Vila Rica não ultrapassava os $150 réis (cifra em que se encontrava avaliada a dúzia dos livrinhos de Santa Bárbara e os livros *de Indulgência de Santo Agostinho)*[55]. Temos em foco, portanto, a comercialização de uma literatura mais especializada, envolvendo livros jurídicos e lingüísticos que eram importados de Portugal e envolviam custos significativos. Por isso não encontram-se presentes no comércio local. Por isso a atividade isolada de alguns indivíduos que, com fácil acesso aos comerciantes portugueses, transformavam-se em agentes comerciais e supriam, nas Minas, as carências impostas pelo minguado comércio livreiro.

---

[54] Durante toda a segunda metade do século XVIII a oitava de ouro equivalia a 1$200,00. MATOS, Raimundo José de. "Valor do ouro em diversas épocas". *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São paulo, 1981, v. 2.

1.3 – Os leilões em praça pública

Uma boa oportunidade para se adquirirem livros na sociedade mineira setecentista era freqüentar os leilões em praça pública, nos quais o juizado de órfãos apurava os bens da herança dos falecidos, através dos pregões de venda e arrematação. Tanto o Reino quanto a sede de seu vice-reinado no Brasil, fizeram dos leilões um veículo privilegiado na comercialização de livros[56].

Em Vila Rica, a venda pública de objetos parecia ser bastante usual e muitos dos inventários que analisamos trazem informações sobre essa prática. No entanto, parece-nos haver pouca concorrência a esse comércio informal e, quando havia, nem sempre a totalidade dos bens colocados à venda era arrematada, pois detectamos uma forte preferência pelos bens de raiz e pelos semoventes, em especial, os escravos. Mas, para os amantes das letras, os pregões eram uma excelente ocasião para adquirirem livros, tão escassos no mercado, em função do precário comércio livreiro. Os leilões ofereciam àqueles que não consumiam apenas os escritos devocionais disponíveis nas lojas e associações religiosas de Vila Rica uma ótima oportunidade para ampliar seu acervo bibliográfico. Embora o material impresso oferecido já tivesse sido manuseado e já tivesse servido a outrem, saía ao comprador a um custo inferior ao dos livros novos importados de Lisboa. O próprio livreiro de Vila Rica, estudado por Silvio Gabriel Diniz, remetia seus agentes lisboetas aos leilões, advertindo-os que comprassem os livros que lá havia "por morte de algum letrado, ou livreiro [...], ainda q'. Sejaõ uzados estando Saõs podem vir"[57]. Assim, o falecimento de um jurista ou de um eclesiástico, por exemplo, devia ser bem recebido pelos garimpeiros de preciosidades livrescas.

---

[55] As "horas seráficas portuguesas" vendidas na loja de João Pereira Teles eram o caso extremo já que custavam ao público consumidor $550,00.

[56] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Comércio de livros e censura de idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)". *Ler História*. 23, 1992, p. 65. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro*. Ano III, n. 6, 1999, p. 91.

[57] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kritérion*. Belo Horizonte, n. 47/48, jan.-jun., 1959, p. 189.

Essas arrematações de livros em praça pública são importantes para nós, por três razões: primeiro, pelo motivo óbvio já colocado, da sua relevância no comércio livreiro; depois, porque indicam a disseminação, a expansão da posse de livros na sociedade mineira de então; por fim, porque também sinalizam o interesse pelo material impresso, mais especificamente, os livros.

Em Vila Rica, de um total de 62 inventários em que surge a posse de livros, dez (16,1%) mencionam a sua arrematação[58]. Consideramos esses números bastante significativos, uma vez que indicam que a propriedade de livros em Vila Rica tendia a disseminar-se e a atingir a uma esfera da população que não alcançamos pela simples análise dos bens descritos nos inventários *post-mortem*. Nesses inventários, 5 indivíduos arrematam o conjunto dos bens postos à venda, inclusive os livros[59]. Não recebemos com muito otimismo esse dado, uma vez que essa compra conjunta nos leva a duvidar do real interesse do comprador pela obra vendida. A aquisição dos objetos, em seu conjunto, certamente era atraente, mas fica-nos a dúvida sobre a importância desses livros na vida de seus novos proprietários. Em alguns casos, a dúvida se esvaece, mas em outros persiste. Citaremos alguns exemplos que melhor ilustrem nossas especulações.

Os bens pertencentes ao Sargento-mor, José Luís Saião, leiloados em praça pública, foram todos arrematados por sua viúva[60]. Nesse caso acreditamos que a senhora estava muito mais interessada em impedir a dispersão da herança de seus filhos do que em garantir que o único livro da família, um missal que compunha o oratório doméstico, permanecesse com eles. Quanto aos bens pertencentes a Felipe Rodrigues Veloso, sabemos que sua botica foi arrematada por Inácio Ferreira de Sá[61]. Como veremos no Capítulo 2, não eram apenas as drogas que compunham essa botica, mas também dois livros de farmacologia, a

---

[58] Tais inventários serão analisados no Capítulo 2 de nossa dissertação. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/04/43/1751; 1° /16/149/1763; 1°/19/178/1766; 1°/43/502/1774; 1°/57/681/1762; 1°/88/1065/1776; 1°/120/1521/1762; 2°/26/280/1768; 2°/28/312/1790; 2°/56/628/1793.

[59] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/04/43/1751; 1°/19/178/1766; 1°/43/502/1774; 1°/57/681/1762; 2°/28/312/1790.

[60] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/28/312/1790.

[61] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/57/681/1762.

Farmacopéia lusitana de Dom Caetano[62], e um *Regimento* que continha as normas de funcionamento do referido estabelecimento. Certamente, esses livros seriam de grande utilidade para o novo boticário de Vila Rica, que se informaria acerca da legislação que regia o novo ofício por ele abraçado e se instruiria na identificação e preparo dos medicamentos.

Os outros cinco inventários, além de sinalizarem o real interesse pelo livro adquirido, também nos fornecem indicações mais precisas sobre o comércio livreiro propriamente dito, as dificuldades em relação à venda, as necessidades de se diminuírem os preços, o estado de conservação do material vendido.

A biblioteca do advogado Agostinho Monteiro de Barros, composta por uma ampla maioria de livros de caráter jurídico (76,8%) e uma minoria pertencente às ciências e belas letras, com predominância da filosofia e da história, foi arrematada, nos anos de 1763 e 1764, por quatro indivíduos[63]. Se não todos, pelo menos a maioria deles exercia a magistratura em Vila Rica. Quase 85% dos livros pertencentes ao falecido advogado passaram às mãos dos doutores Inácio de Souza Ferreira, Manoel Manso da Costa, Manoel de Souza e Oliveira e Aurélio Antônio Cotrim de Souza[64]. O primeiro pagou 121$750 réis por 91 tomos de livros jurídicos, históricos e filosóficos. Já o segundo arrematou 49 volumes de Direito pela quantia de 89$000 réis. O terceiro, além de comprar 28 volumes, arrematou também duas estantes pelo valor total de 64$200[65].

No entanto, a arrematação realizada por esses três juristas não alcançou a totalidade dos livros pertencentes à biblioteca do Dr. Agostinho Monteiro de

---

[62] *Farmacopéia lusitana reformada, método prático de preparar os medicamentos na forma galénica, e química.* Lisboa, no Real Convento de São Vicente, 1711. Coimbra, por João Antunes, 1714, 4°. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 554.

[63] O rol dos livros arrematados dessa livraria consta no Anexo I, ao final de nossa dissertação. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/16/149/1763.

[64] O Dr. Manoel de Souza e Oliveira era desembargador e juiz de órfãos em Vila Rica e, em outra ocasião, já havia manifestado interesse na aquisição de livros. Haja vista a remessa de livros de Lisboa a seu pai que mencionamos no sub-capítulo referente aos agentes comerciais. BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, v. 2, p.93. (Coleção Mineiriana).

Barros. Podemos afiançar que a maioria das obras de caráter jurídico foram compradas, sobrando alguns exemplares pertencentes prioritariamente às belas letras e, em menor grau, à religião. Esses livros, se não estavam nos limites estreitos dos interesses dos primeiros compradores, talvez já constituíam matéria de suas bibliotecas, restando-lhes, assim, outra sorte.

Nesse sentido, com o objetivo de evitar um maior prejuízo aos órfãos do advogado falecido, o tutor dos herdeiros solicitou ao juizado a reavaliação de alguns bens que não tinham sido arrematados, alegando que talvez fosse excessiva a sua avaliação. Dentre as obras arroladas, sobressaem "um tomo de "Esquino" [*sic*], avaliado em 1$000 réis[66]; uma "Arte de Furtar", avaliada em $600 réis; uma "bíblia" avaliada em $600 réis e "um Virgílio", avaliado em $450 réis. Estes eram os livros que o tutor dos órfãos ainda esperava vender nos leilões em praça pública, desde que seus preços fossem rebaixados. Mas eles não foram os únicos a não encontrarem compradores.

Tanto os livros quanto outros bens pertencentes à herança do Tenente Coronel Manoel Francisco da Costa Barros, colocados à venda em praça pública, também não encontraram saída em função de sua excessiva avaliação[67]. Dessa forma, o inventariante requeria que "oito tomos da Monarquia Lusitana" e "três tomos da Mística Cidade de Deus", fossem reavaliados juntamente com "um painel velho e quebrado". Ao que parece as reavaliações surtiram efeito positivo uma vez que, logo após a medida, tanto as obras mencionadas, como um outro tomo de autoria de Manoel de Faria e Souza foram arrematados pelo valor total de 21$000,00, por Domingos Francisco Ribeiro[68].

No entanto, os mencionados livros do Dr. Agostinho Monteiro de Barros e alguns outros não tiveram a mesma sorte e ficaram encalhados, sem que ninguém

---

[65] Além de ampliar sua coleção particular o Dr. Manoel de Souza e Oliveira também garantiu que sua nova biblioteca estivesse bem armazenada em seu ambiente doméstico ou profissional.

[66] Curiosamente a obra atribuída a Ésquilo não encontra-se inventariada em meio aos livros do advogado.

[67] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/120/1521/1762.

[68] Infelizmente não pudemos comparar os primeiros valores com os segundos uma vez que o inventário de Manoel Francisco da Costa Barros encontra-se mutilado e inicia-se, já à folha 93, com as arrematações dos bens.

demonstrasse maior interesse por eles. Essas obras estavam, em sua maioria, em poder do Dr. Aurélio Antônio Cotrim de Souza, bacharel formado pela Universidade de Coimbra, segundo marido da viúva do falecido advogado[69]. No entanto, o advogado declara que, dos livros restantes, alguns não se encontravam em seu poder por

> talvez levarem descaminho quando com os mais vinham à praça, contudo por os miseráveis órfãos não terem mais essa lesão não tenho dúvida pagá-los por a sua avaliação [...], isto também por evitar induções de praça aonde por a sua inutilidade não tem tido lanço em o espaço de dois anos que continuamente em ela andaram[70].

Dessa forma, o padrasto dos órfãos assumiu a obrigação de entregar em juízo a importância referente tanto aos livros perdidos quanto aos demais, por ele conservados.

Essa última arrematação da biblioteca do advogado, Agostinho Monteiro de Barros, é interessante para avaliarmos o grau de interesse do Dr. Aurélio Antônio Cotrim de Souza pelos livros colocados à venda. Primeiramente temos a destacar o fato do advogado não ter conservado consigo a biblioteca do falecido. Quanto a isso, podemos atentar para o fato do Dr. Aurélio já possuir, àquela época (1764), grande parte do acervo disponibilizado já que, como dissemos, tratava-se de uma bibliografia básica para a grupo dos advogados. Como veremos no Capítulo 2, esses livros jurídicos aqui arrolados estavam presentes, em sua ampla maioria, em todas as bibliotecas pertencentes a advogados e magistrados inventariadas em Vila Rica, na segunda metade do Setecentos. Portanto, não seria de se estranhar que também constassem do acervo bibliográfico do padrasto advogado. Já em um segundo momento, salta-nos aos olhos o fato do Dr. Aurélio manifestar um certo desdém pelos livros que ainda estavam por ser arrematados já que se refere à "inutilidade" destas obras que, postas à venda havia dois anos, não encontravam quem por elas se interessasse. Não acreditamos que o descrédito atribuído aos livros pelo Dr. Aurélio fosse em razão de considerá-los matéria

---

[69]. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/16/149/1763.

ultrapassada, desnecessária, sem préstimo. Em nosso ponto de vista, o advogado utilizou-se de um bom subterfúgio para anexar as obras ao seu acervo pelo simples valor de suas avaliações, sem ter que desembolsar sequer um tostão a mais. Acreditamos muito mais na hipótese de que essas obras já pertenciam às livrarias dos indivíduos mais letrados que, porventura, freqüentavam os leilões, do que no fato de que constituíam matéria inútil aos olhos dos juristas daquele tempo.

Esse mesmo problema enfrentado pela venda dos livros é mencionado pelo testamenteiro do desembargador, João Caetano Soares Barreto, (que também possuía uma livraria bastante especializada, repleta de obras jurídicas)[71]. O indivíduo, Dr. José da Costa Fonseca, ouvidor da Comarca de Vila Rica, furta-se a administrar a venda dos livros pertencentes ao magistrado, alegando "não haver quem os queira comprar por ser este gênero de difícil saída neste pais, e serem obras truncadas"[72]. Em minha opinião, só é compreensível o fato de uma obra incompleta não encontrar compradores, se ela estiver bastante arruinada, sem utilidade prática para aqueles que fazem uso contínuo das informações extraídas dos livros no exercício profissional. Manoel Ribeiro dos Santos, o mais proeminente livreiro de Vila Rica no Setecentos, já nos advertira acerca da necessidade de se buscarem nos leilões livros "Saõs", uma vez que nas Minas "não ha loucos que me comprem L.oz velhoz[73]". No entanto, acredito que a necessidade e a importância de uma determinada obra na atividade profissional de um indivíduo, o levaria a adquirir, sim, apenas um volume dessa obra, mesmo quando esta tinha outros mais que não estavam à venda.[74] Parece-nos que a posse de obras truncadas, em Vila Rica, não era prática exclusiva do desembargador e difundia-se entre outros advogados que lá viviam. Um exemplo

---

[70] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/16/149/1763.
[71] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/88/1065/1776.
[72] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/88/1065/1776.
[73] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kritérion.* Belo Horizonte (47/48): jan.-jun., 1959, p. 184.
[74] Os livreiros do Rio de Janeiro possuíam várias obras truncadas para vender e colocavam anúncios na gazeta com o objetivo de completá-las, pois só assim, conseguiriam aumentar o seu valor comercial. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro.* Ano III, n. 6, 1999, p. 104.

pode ser encontrado em meio aos livros do juiz de órfãos, Dr. João Pita Loureiro, que também possuía uma obra de "conteúdo truncado"[75].

Mas, além deste problema, o gênero ao qual pertenciam as obras também dificultava a sua venda. Para isso temos a seguinte hipótese: primeiramente, tais obras interessavam apenas a um grupo bastante específico de leitores, os juristas; em segundo lugar, acreditamos que os profissionais que lidavam com a justiça na capitania de Minas Gerias, a exemplo do Dr. Aurélio, já deveriam ter uma biblioteca suficientemente estruturada e, naquele momento, estavam interessados na aquisição de obras mais atualizadas do que as do acervo do desembargador. Enfatizamos que os títulos pertencentes às diversas livrarias jurídicas analisadas neste trabalho (que, como veremos no capítulo 3, foram formadas em período anterior às reformas pombalinas na Universidade de Coimbra), sofrem poucas alterações: obras e autores repetem-se constantemente. Portanto, essa regra deveria aplicar-se a muitos dos advogados residentes na capitania. Daí advém, certamente, a dificuldade na venda dos livros relacionados com a jurisprudência.

Dos livros pertencentes à livraria do desembargador João Caetano Soares Barreto colocados à venda no ano de 1776, nos leilões públicos de Vila Rica, apenas os "livros de Monsieur de Real", avaliados em 8$000 réis, foram arrematados pelo Dr. Inácio de Souza Ferreira, com $300 réis sobre sua avaliação[76]. Convém relembrar que o sobredito doutor também comprara, na década anterior, vários livros pertencentes ao falecido Dr. Agostinho Monteiro de Barros. Concluímos, portanto, que os leilões em praça pública contribuíram enormemente para a constituição de sua biblioteca particular.

Além desses principais casos analisados, o comerciante João Pereira Teles também teve a maioria de seus bens arrematados em leilões de praça pública, nos anos de 1768 e 1769[77]. Toda a fazenda de sua loja de secos e molhados foi arrematada por Antônio de Souza Coelho, com 1$200 réis sobre sua avaliação. Sabemos que, junto à fazenda, havia as "cartilhas" de doutrina cristã e os

---

[75] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/60/671/1767 e 1°/57/685/1774.
[76] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/88/1065/1776.

incontáveis "livros de Santa Bárbara". Esse compra conjunta, realizada certamente por um outro comerciante da região, garantiu que os livros religiosos continuassem disponíveis ao público consumidor de Vila Rica. Além da fazenda pertencente à loja, outros bens foram arrematados. Dos seis livros constantes da coleção particular do comerciante falecido, dois foram arrematados e outros dois foram vendidos sem que tivessem corrido em praça pública. Dessa forma, Luís de Barros adquiriu, juntamente com um recolo de camelão e uma alavanca de ferro pequena, os livros *Ponte Segura*[78] (avaliado em $200 réis) e *Tesouro de prudentes*[79] (avaliado em $450 réis) pagando, pelo conjunto dos bens adquiridos, $300 réis sobre suas avaliações. Já as horas portuguesas, avaliadas em $150 réis e as seráficas, avaliadas em $450 réis, foram vendidas a um comprador desconhecido, juntamente com uma "chicolateira" de cobre.

Infelizmente não dispomos de informações mais precisas acerca dos compradores, mas o que nos interessa aqui é pensar que os populares livros religiosos parecem não possuir grandes atrativos para a público consumidor que freqüentava os leilões. Se não, como explicar que os livros de horas fossem vendidos ao primeiro interessado por "não admitirem arrematação"[80]? Em nosso ponto de vista, esses livros de caráter religioso eram objetos pouco atraentes nos pregões de venda. Sempre que foram adquiridos, acompanhavam uma leva de pequenos objetos destinados aos usos e costumes cotidianos. Foi assim que, no ano de 1795, pagando um valor de $075 réis sobre as avaliações, Patrício Pereira da Cunha adquiriu as "horas portuguesas" do Furriel Antônio Pedro Pereira Palha[81]. Junto com elas vieram peças de vestuário e de enxoval, mobiliário e

---

[77] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/26/280/1768.

[78] *Ponte segura para o golfo da vida no estreito passo da morte ...* Lisboa, na Oficina Real Deslandeliana, 1713, 8°. Lisboa, por Pascoal da Silva, impressor del Rei, 1717, 8°. Autor: Luís Botelho Froes de Figueiredo. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 63.

[79] *Tesouro de Prudentes* escrito por Gaspar Cardoso de Siqueira. A obra possui sucessivas edições, sendo a primeira editada em Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1612, 4° e a última editada em Coimbra, por Miguel Manescal, 1712, 4°. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.

[80] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/26/280/1768.

[81] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/56/628/1793.

utensílios domésticos. Portanto, não constituíam interesse específico de seu comprador.

Todas essas informações aqui mobilizadas nos mostram que a ocorrência de um comércio informal de livros nos leilões em praça pública, pelos pregões de venda e arrematação, era uma realidade nas Minas setecentistas e mais especificamente em Vila Rica. Nossa análise descortinou duas faces desse curioso "comércio livreiro". Para os indivíduos letrados que necessitavam do material impresso, no exercício de sua profissão, a compra de livros usados nos leilões públicos era bastante atraente. Primeiramente, porque não despendiam altos cabedais na aquisição dos livros. Depois, porque não havia muitos interessados na compra, já que os lances oferecidos pelos compradores de livros não estavam muito além de sua avaliação inicial. Só para termos uma idéia mais clara a esse respeito, a maior apuração (arrecadada na venda de uma parcela dos livros do Dr. Agostinho Monteiro de Barros) não ultrapassou a importância dos 1$500 réis (pagos pelo Dr. Inácio de Souza Ferreira) e a menor alcançou apenas os $075 réis (pagos ao conjunto dos bens do Furriel Antônio Pedro Pereira Palha por Patrício Pereira da Cunha)[82]. Havia ainda os livros vendidos pelo valor por que foram avaliados e os que precisavam sofrer rebaixamento nos preços para conseguirem atrair algum interessado. Nesse sentido, a segunda face do negócio nos é estampada. Os herdeiros que necessitavam apurar o valor do espólio viam-se às voltas com as vicissitudes inerentes a todos os tipos de atividades comerciais, como o extravio dos objetos postos à venda, a falta de interesse do público consumidor na aquisição do material disponibilizado e a necessidade de se abrir mão dos lucros ou de se diminuir os preços para garantir-lhes a saída.

Descortinamos, através da análise dos autos de arrematação existentes nos inventários de bens dos proprietários de livros de Vila Rica, uma importante rede de relações comerciais envolvendo diferentes grupos sociais. Nesse meio, é incontestável a predominância de uma parcela da categoria mais letrada, formada pelo juristas de Vila Rica. Acreditamos, portanto, que grande parte dos livros

arrematados nos leilões fazia parte do universo imediato de interesses dos indivíduos que os compravam. Se pensarmos na aquisição dos livros jurídicos, podemos dizer que as obras leiloadas, até então faltantes nas bibliotecas de seus novos proprietários, constituíam bibliografia básica para aqueles que se envolviam com as questões judiciárias. Esses escritos eram utilizados constantemente como fonte de conhecimento para os profissionais que os buscavam para se instruir e praticar eximiamente a jurisprudência nos auditórios de Vila Rica. Percebemos que, enquanto as bibliotecas mais especializadas acabaram em mãos de especialistas, de pessoas que se utilizavam dos ensinamentos contidos nos livros para o exercício de sua profissão, as demais (compostas por livros religiosos ou vinculados às belas letras) foram adquiridas por indivíduos obscuros, sobre quem não colhemos informações adicionais. Nesse sentido, julgamos altamente compreensível o fato da biblioteca de um advogado ter sido repassada a outros indivíduos que partilhavam de um mesmo universo social e que as demais, menos importantes sob o ponto de vista prático, fossem compradas por homens de menor proeminência social.

Para concluir nossa exposição sobre o comércio de livros nos leilões em praça pública de Vila Rica, gostaríamos de mencionar que, embora não possamos precisar, com certeza, se os valores das obras apregoados estavam além ou aquém de seu custo real (considerando-se aqui o estado de conservação, a data de publicação e a própria importância do livro no mercado livreiro), uma coisa podemos ter certeza: como os lanços oferecidos, geralmente, eram baixos e pouco ultrapassavam o valor total dos materiais avaliados, chegando algumas vezes até a serem rebaixados, certamente não havia muitas pessoas interessadas nas obras leiloadas, caso contrário, iríamos encontrar valores bastante superiores aos primeiramente estipulados. Os livros com público certo eram os utilitários. Esses, sim, poderiam encontrar nos indivíduos impregnados pelo espírito pragmático do século um importante público consumidor.

---

[82] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/16/149/1763; 2°/56/628/1793.

CAPÍTULO 2: AS BIBLIOTECAS PARTICULARES DE VILA RICA

A fim de contribuirmos para uma sociologia da leitura no Brasil colonial, debruçamo-nos sobre a documentação cartorial referente ao termo de Vila Rica, capitania de Minas Gerais, existente no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa do Pilar de Ouro Preto. Para o desenvolvimento da pesquisa, fizemos um levantamento e um posterior exame dos inventários dos cartórios de 1° e 2° ofícios existentes no acervo do supracitado arquivo, privilegiando, neste trabalho, os anos compreendidos entre 1750 e 1800.

Inicialmente, selecionamos neste acervo inventários que mencionassem a existência de livros entre os bens declarados. Nossa pesquisa preocupou-se em buscar elementos que nos possibilitassem, de um lado, reconstituir a história dos livros como objetos materiais e, de outro, traçar o perfil dos proprietários de livros de Vila Rica. Nesse sentido, fizemos a lista dos livros arrolados nos inventários, bem como dos objetos que, porventura, pudessem ser utilizados tanto nas atividades de leitura quanto nas da escrita. No que se refere aos livros propriamente ditos, procuramos considerar os seguintes aspectos: título da obra, autor, número de volumes/tomos, valor, tamanho, tipo de encadernação, estado de conservação. Posteriormente, realizamos uma coleta de dados referentes aos proprietários de bibliotecas. Aqui, procuramos mapear a naturalidade e o domicílio dos inventariados. Dados como gênero, condição social, cor, filiação, estado civil, profissão e riqueza também foram considerados. Além disso, os bens descritos no inventário foram agrupados em categorias gerais.

Ao fim da pesquisa, os elementos coletados foram registrados em um banco de dados que nos possibilitou interpretá-los de forma quantitativa. Em seguida, procuramos identificar as obras listadas sucintamente nos inventários, relacionando título, autor, impressor, local e ano da publicação. Para isso,

utilizamo-nos da *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado[1] (trata-se de uma compilação de toda a bibliografia produzida em Portugal até a segunda metade do Setecentos), do Catálogo da Biblioteca dos Bispos, pertencente ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana-MG, da bibliografia e da relação dos jurisconsultos portugueses das *Ordenações Filipinas*[2], bem como das listas de livros que ora aparecem relacionadas nos trabalhos historiográficos acerca do tema pesquisado. A análise quantitativa possibilitou-nos, ainda, agrupar os proprietários de livros em categorias sociais distintas e determinar as regularidades e particularidades de cada grupo de proprietários.

Para reconstituirmos a história dos livros em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, e detectarmos em que medida o livro fez parte do ambiente de sociabilidade dos diversos grupos sociais, privilegiamos a análise quantitativa de documentos em série. A porcentagem de inventários póstumos que mencionam a posse de livros, a classificação das coleções segundo o número de obras que possuíam, e ainda a caracterização temática das bibliotecas privadas nos permitiram avaliar a circulação do livro e identificar as tradições de leituras de uma camada da população de Vila Rica naquele período.

Além da análise quantitativa, o material pesquisado também foi submetido a uma análise qualitativa e, em alguns casos, comparativa. Esta última nos permitiu compreender a importância dessas bibliotecas frente a outras existentes na região das Gerais e detectar as semelhanças e disparidades internas nas bibliotecas particulares, entre os anos de 1750 e 1800. A análise qualitativa envolveu, de um lado, facetas do universo relacional dos proprietários e, de outro, peculiaridades inerentes ao acervo bibliográfico que possuíam. Tentamos, dessa forma, avaliar as práticas sociais que subsistiam em meio aos diferentes grupos e envolviam o universo dos livros.

---

[1] MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana, histórica, crítica e cronológica, na qual se compreende a notícia dos autores portugueses e da obras que compuseram desde o tempo da promulgação da lei da graça até o tempo presente*. Lisboa, 1741-1759, 4 v. Consultamos a edição virtual da obra, coordenada por André Belo e editada pela Biblioteca Nacional de Lisboa. O CD-ROM da *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado é o segundo da coleção *Ofhir*: Biblioteca virtual dos descobrimentos portugueses.

[2] *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1985. (Reprodução "fac-simile" da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870).

Esse trabalho nos levou à melhor compreensão do amplo circuito de comunicação que envolve o ciclo de vida dos materiais impressos.

Nesse capítulo faremos, inicialmente, uma exposição sobre as bibliotecas particulares de Vila Rica, mostrando o perfil social dos proprietários de livros e a composição de seus acervos bibliográficos. Em um segundo momento, analisaremos, em suas particularidades, as bibliotecas e os seus proprietários, mostrando aspectos relevantes do universo que envolve homens e livros em Vila Rica setecentista.

2.1 – Posse de livros e composição das bibliotecas em Vila Rica

Para a segunda metade do século XVIII, pesquisamos um total de 690 inventários do cartório dos 1º e 2º ofícios existentes em Vila Rica.[3] Neste universo, 62 inventariados (9%) são proprietários de livros ou possuem livros dentre os bens mencionados no documento. Essa cifra, embora esteja bastante próxima da encontrada por Luiz Carlos Villalta para o termo de Mariana (8,3%) e um pouco distante da encontrada pelo mesmo historiador para a cidade do Rio de Janeiro (14,7%), encontra-se muito distante dos números contabilizados por Júnia Ferreira Furtado para a cidade de Diamantina (20%)[4].

Entre nossos inventariados, a grande maioria, 53 deles (85,5%), são do sexo masculino; os 9 inventários restantes são pertencentes ao sexo feminino. Destes últimos, 3 mulheres inventariadas (4,8%) podem ser consideradas proprietárias de livros, os outros 6 inventários (9,7%) dizem respeito aos bens

---

[3] Essa documentação analisada constitui a totalidade dos inventários pertencentes ao cartório dos 1º e 2º ofícios existentes no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa Setecentista do Pilar, referentes à segunda metade do século XVIII.

[4] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 353, 356. (Tese de Doutoramento); FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde:* o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Anna Blume, 1996, p. 54-55. Atribuímos essas diferenças aos critérios metodológicos utilizados pelos autores no trabalho com as fontes. Nesse sentido, nossa pesquisa utilizará como base de comparação apenas os números referentes à distribuição da posse de livros na região de Mariana, uma vez que os nossos critérios de investigação histórica se assemelham aos utilizados para essa localidade.

do casal e não necessariamente à esposa falecida. Esta última cifra acaba por engrossar o percentual de homens proprietários de livros já que a análise das obras nos leva a atribuir sua propriedade ao marido e não à esposa inventariada. Temos, pois, um público leitor formado, majoritariamente (95,2%), por indivíduos do sexo masculino, brancos (98,4%) e livres (100%)[5]. Esse primeiro perfil não é propriamente uma novidade na historiografia, uma vez que nossas cifras estão bem próximas das mencionadas para outras localidades da capitania[6].

Dentre aqueles cuja origem nos foi possível identificar, apenas 5 eram naturais da região de Minas Gerais, os outros 34 eram provenientes de Portugal, em sua maioria oriundos do arcebispado de Braga[7]. Uma vez fixados nas Minas, estabeleceram-se em Vila Rica e seu termo e distribuíram-se pelas diversas freguesias que a constituíam: a maioria concentrou-se no núcleo propriamente urbano formado pelas freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Os outros distribuíram-se pelas freguesias de Congonhas do Campo, Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira e Santo Antônio do Ouro Branco. Uma minoria estabeleceu-se em Santo Antônio da Casa Branca, Itatiaia e São Bartolomeu. Ao longo da análise das bibliotecas de cada um dos grupos sociais estabeleceremos, com maior precisão, a origem geográfica destes indivíduos e sua distribuição demográfica no termo de Vila Rica.

Para que melhor possamos avaliar o perfil destes proprietários de livros, procuramos agrupá-los em algumas categorias sócio-profissionais: os letrados, grupo formado pelos eclesiásticos, juristas e professores; os profissionais de saúde, compostos por cirurgiões e boticários; os comerciantes, proprietários de lojas de secos e molhados e cobradores; os militares de tropa paga e de ordenança; os funcionários do governo; os proprietários de terras agrícolas e minerais; os artesãos, no qual se inseriam alfaiates, ferradores, ferreiros e

---

[5] Apenas um inventariado, o sapateiro José de Castro Lobo era mestiço, filho de uma preta forra. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/23/244/1782.

[6] FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde:* o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Anna Blume, 1996, p. 54. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 356. (Tese de Doutoramento);

[7] 23 inventários não continham registros acerca da naturalidade do inventariado.

sapateiros; e, finalmente, as mulheres[8]. Observe, na tabela abaixo, como a posse de livro se distribuiu pelas diversas categorias sociais[9].

TABELA I: DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DOS LIVROS POR CATEGORIA SOCIAL. VILA RICA: 1750-1800.

Categoria social	Profissão	No. de inventariados	Total	%	No. de títulos e volumes inventariados	%
Letrados	Eclesiásticos	6	13	20,9	534/882	57,5/62,9
	Juristas	6				
	Professor	1				
Profissionais da saúde	Cirurgiões	3	5	8,1	32/32	3,4/2,3
	Boticários	2				
Comerciantes	Cobradores	1	6	9,7	32/33	3,4/2,3
	Mercadores	5				
Militares de tropa paga ou de ordenança	-	-	8	12,9	71/72	7,6/5,1
Funcionários	-	-	6	9,7	85/130	9,2/9,3
Proprietários de terras agrícolas e minerais	-	-	16	25,8	141/207	15,2/14,8
Artesãos	Alfaiates	2	5	8,1	27/39	2,9/2,8
	Ferradores	1				
	Ferreiros	1				
	Sapateiros	1				
Mulheres	-	-	3	4,8	7/7	0,8/0,5
Total	-	-	68	100	929/1402	100

Fonte: AHMU-CSP: 1° e 2° Ofícios. Inventários, 1750-1800.

Observando a tabela, percebemos que, numericamente, os proprietários de terras (25,8%), seguidos dos letrados (20,9%) e dos militares (12,9%), ocupam os primeiros lugares referentes à posse de livros. Em seguida, empatados na quarta posição (9,7%), aparecem o grupo dos comerciantes e

[8] Gostaríamos de esclarecer que essa inserção dos proprietários de livros de Vila Rica em categorias sócio-profissionais não é exclusivista, já que havia uma intensa superposição de atividades econômicas envolvendo os homens daquele tempo. No entanto, o enquadramento realizado foi altamente benéfico na compreensão das práticas sociais que envolviam os livros.

[9] Gostaríamos de deixar claro que, quando propomos a classificação dos inventários segundo categorias profissionais, nossa intenção não é dividir o meio social por setores de atividades e enquadrar os indivíduos num mesmo *corpus* como se partilhassem um mesmo modo de vida. Compartilhamos, com Simona Cerutti, a idéia de que os indivíduos de uma mesma categoria nem sempre possuem dos mesmos interesses e ideais e, portanto, muitas vezes, beneficiam-se de códigos sociais diferentes. Nosso objetivo é apenas tomar mais inteligível a questão referente à propriedade dos livros no século XVIII. CERUTTI, Simona. *As construções das categorias sociais.* In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Camadas recompostas*: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

dos funcionários do governo. A quinta posição é dividida pelos profissionais de saúde e pelos artesãos (8,1%). Por fim, temos o grupo feminino, das viúvas de Vila Rica (4,8%), ocupando o último lugar referente à posse dos livros[10]. Esse perfil social dos proprietários de livros de Vila Rica aproxima-se do observado em Mariana e Diamantina. No entanto, Júnia Furtado limita-se a mencionar que os 14 inventários pesquisados em Diamantina, pertenciam a uma "elite letrada" e que, enquanto três deles eram padres, outros três eram funcionários graduados da Real Extração. Os demais proprietários de livros foram excluídos de sua abordagem.[11] A minuciosa análise de Luiz Carlos Villalta para a cidade de Mariana não menciona a existência dos artesãos, dos funcionários do governo e do grupo formado pelas mulheres. Seriam esses grupos uma peculiaridade de Vila Rica? Acreditamos que não. O historiador menciona a existência de 9 mulheres entre os inventariados proprietários de livros, mas não as analisa como categoria social independente. Os funcionários do governo poderiam estar dispersos por entre os oficiais militares, já que a posição social que ocupavam poderia garantir-lhes o privilégio de uma patente. Os artesãos, por constituírem um grupo menos privilegiado economicamente, poderiam estar inseridos entre os indivíduos sem ofício, patentes ou bens imóveis, embora esses ofícios mecânicos não devessem ser desprezados.

Diante desse cenário estabelecer um porquê do interesse pelos livros e, conseqüentemente, pela leitura é uma tarefa complicada: primeiramente, porque não dispomos de elementos que nos possibilitem inserir essas categorias em um grupo maior, qual seja, a do conjunto dos inventariados de

---

[10] Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa Setecentista do Pilar. (AHMI-CSP). Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/1/8/1791; 1º/4/43/1751; 1º/11/99/1760; 1º/16/149/1763; 1º/19/178/1766; 1º/23/244/1787; 1º/24/263/1779; 1º/29/328/1788; 1º/29/315/1780; 1º/33/396/1786; 1º/34/405/1786; 1º/41/485/1788; 1º/43/502/1774; 1º/48/583/1783; 1º/54/641/1795; 1º/57/681/1762; 1º/57/684/1767; 1º/57/685/1774; 1º/62/742/1797; 1º/69/822/1784; 1º/70/830/1775; 1º/70/832/1766; 1º/79/950/1798; 1º/88/1065/1776; 1º/92/1116/1761; 1º/97/1185/1798; 1º/102/1274/1785; 1º/104/1312/1774; 1º/109/1393/1768; 1º/120/1521/1762; 1º/120/1521/1766; 1º/125/1567/1761; 1º/126/1574/1777; 1º/127/1580/1798; 1º/128/1611/1798; 2º/1/3/1790; 2º/6/60/1794; 2º/8/80/1762; 2º/8/81/1796; 2º/9/86/1768; 2º/9/89/1791; 2º/15/156/1783; 2º/17/178/1790; 2º/20/218/1784; 2º/23/244/1782; 2º/26/280/1768; 2º/27/293/1764; 2º/28/312/1790; 2º/31/344/1787; 2º/32/352/1793; 2º/40/453/1793; 2º/52/588/1778; 2º/53/601/1798; 2º/56/628/1793; 2º/57/639/1752; 2º/57/641/1775; 2º/60/671/1767; 2º/61/690/1752; 2º/63/706/1794; 2º/64/711/1791; 2º/65/722/1769; 2º/68/756/1785.

[11] FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde:* o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Anna Blume, 1996, p. 54.

Vila Rica na segunda metade do Setecentos. Saber, por exemplo, quantos padres tiveram seus bens inventariados no período e comparar o número dos padres proprietários de livros com o total nos auxiliaria bastante na compreensão do interesse de determinada categoria pelo livro[12]. No entanto, este é um dado de que não dispomos, já que nossa investigação documental privilegiou apenas os inventários que continham registros de livros.

Não nos cabe aqui analisar os dados inscritos na tabela, procurando atribuir maior ou menor importância a determinados grupos sociais, mas sim, valorizá-los enquanto leitores em potência. No entanto, quando observamos o número de títulos e volumes pertencentes a cada um desses grupos, desnudamos a chamada elite cultural de Vila Rica, pois fica bastante nítido para nós o quanto os livros faziam parte dos interesses de cada uma dessas categorias. Sem sombra de dúvidas, a existência, em mãos dos letrados, de 62,9% do total de volumes inventariados é indicativo da importância que esses impressos ocupavam na vida desses indivíduos. Atestamos aqui a hipótese formulada por Silvio Gabriel Diniz de que os funcionários do governo da capitania, os bacharéis e os eclesiásticos constituíam nossa elite cultural[13]. Mais tarde, quando examinarmos, particularmente, as bibliotecas de Vila Rica, perceberemos o que norteava a composição de suas coleções e, assim, veremos quais convergências de interesses motivavam esses indivíduos a adquirirem livros.

A configuração da tabela acima sugere que a maioria dos indivíduos que possuía livros em Vila Rica estava de alguma forma vinculado a uma profissão, uma ocupação, um ofício. Além disso, ao analisar mais de perto os bens que compunham o espólio dos inventariados, percebemos que a esse ofício conjugava-se, em 90,3% dos casos, a propriedade de escravos e, em menor grau, 38,7%, a posse de terras agrícolas e ou minerais. Esse fato nos leva a

---

[12] Luiz Carlos Villalta analisou, para a cidade de Mariana, a distribuição da posse dos livros por categoria profissional. O autor constatou que os indivíduos que possuem um ofício definido, tais como os clérigos, advogados, cirurgiões, boticários e licenciados, estão mais intimamente relacionados com a posse do livro do que as demais categorias. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, pp. 356-358. (Tese de Doutoramento).

[13] DINIZ, Silvio Gabriel. "Biblioteca Setecentista nas Minas Gerais". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte, n.6, 1959.

conjecturar que alguns desses indivíduos faziam parte de um grupo economicamente privilegiado[14].

Em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, enquanto a maior riqueza entre os proprietários de livros estava avaliada em 20:494$218 réis, a menor não ultrapassava os 129$500 réis. Mas, em média, os inventariados acumularam um patrimônio estimado em 4:421$250 réis. A primeira fortuna de Vila Rica (pertencente ao proprietário de terras Antônio Francisco França) não está ligada à maior biblioteca lá existente, mas está vinculada a um acervo bibliográfico bastante significativo, que ultrapassa, em mais de duas vezes, o número médio de volumes existentes por biblioteca que, como veremos pouco mais adiante, é de aproximadamente 23. Da mesma forma, o proprietário da maior biblioteca (Agostinho Monteiro de Barros) também possuía uma fortuna considerável que atingia e transpunha o valor médio da riqueza do conjunto dos proprietários. No entanto, a representatividade econômica do acervo bibliográfico destes dois indivíduos, diante do valor total de suas fortunas, apresenta uma variação maior: o investimento do potentado em livros atingia apenas 0,2% do total de sua riqueza, enquanto o do advogado representava 6,7%. A julgar pelo dado analisado, ambos constituem uma elite economicamente privilegiada, embora o investimento em material impresso seja mais patente entre o indivíduo letrado.

Com o objetivo de mostrar o distanciamento entre as grande fortunas e as maiores bibliotecas, Álvaro Araújo Antunes tomou como base comparativa alguns advogados setecentistas que possuíram bibliotecas na cidade de Mariana. Segundo o autor, o Dr. José Pereira Ribeiro (cujo universo relacional constitui o seu principal foco de análise), a despeito de uma condição inferior a de seu companheiro de profissão, o Dr. Antônio da Silva e Souza, possuía uma biblioteca bem mais numerosa, que alcançava quase o dobro de livros. Essas informações corroboram a tese de que "mesmo entre os letrados, as maiores bibliotecas não eram atributos das maiores fortunas"[15].

---

[14] Esses dados serão trabalhos mais detidamente na medida em que analisarmos os proprietários de livros e as suas bibliotecas particulares.

[15] ANTUNES, Álvaro Araújo. *Espelho de cem faces:* O universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1999, p. 93. (Dissertação de mestrado).

Em Mariana, entre todos os proprietários de livros pesquisados por Luiz Villalta, os monte-mores (isto é, a soma do valor dos bens, descontados as dívidas) máximo, médio e mínimo atingiam, respectivamente, 64:144$544 réis, 6:310$686 réis e 71$778 réis. Esses números, superiores aos contabilizados por nós, apontam um perfil econômico ainda mais elitizado do que o observado em Vila Rica. Talvez possamos acreditar que, em Mariana as relações entre riqueza e posse de livro eram mais estreitas que em Vila Rica setecentista.

A análise dos inventários nos mostra ainda que, entre os anos de 1750 e 1800, houve um crescimento paulatino da posse de livros com aumento acentuado nas duas últimas décadas do século. Esse crescimento paulatino é bastante compreensível uma vez que a aproximação do século XIX promove essa "revolução" na prática da leitura: o número de leitores e de material impresso torna-se maior e, conseqüentemente, tornam-se mais amplas as possibilidades de acesso ao escrito[16].

Uma vez observada a disseminação da posse do livro entre os grupos sócio-profissionais de Vila Rica, vejamos qual era a conformação das bibliotecas particulares lá existentes e para quais estilos de leitura inclinavam-se seus proprietários. Compunham nossas livrarias, aproximadamente, 929 obras e 1402 volumes[17]. Temos, portanto, uma média de 15,2 obras e 23 volumes em cada biblioteca. Na composição das bibliotecas marianenses, havia um número médio de 16,5 obras e 26,7 volumes, números bastante próximos aos que contabilizamos em Vila Rica[18]. Considerando-se o tamanho das coleções particulares, podemos dizer que se tratava de um conjunto bastante heterogêneo. As maiores bibliotecas eram de propriedade dos letrados; já as menores (que talvez nem possamos considerá-las bibliotecas,

---

[16] Segundo Luiz Carlos Villalta os números de inventários contendo livros, em Mariana, também se elevam ao longo do período estudado, mas com ritmos desiguais de crescimento. Segundo o autor, a proporção, em cada uma das décadas, dos inventários cujos ofícios se associam aos livros (clérigos, advogados, cirurgiões, boticários, licenciados e mercadores) explica as oscilações nas diferentes décadas. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 360. (Tese de Doutoramento).

[17] Neste ponto, gostaríamos de indicar mais um obstáculo com que nos deparamos frente à descrição dos inventários: contabilizar os livros descritos também não foi tarefa fácil. Como quantificar, por exemplo, *vários livros de Monsieur de Real* e *alguns livros de gramática?* Mais uma vez nosso trabalho debate-se com a imprecisão da fonte pesquisada.

pois eram compostas geralmente por um único livro de liturgia, um missal que compunha o oratório doméstico) estavam dispersas em meio a diversas categorias sociais. O advogado Agostinho Monteiro de Barros, que possuía em seu acervo 87 obras e 198 volumes e o padre Manoel Ribeiro Soares que conservava 111 obras e 154 volumes, eram os proprietários das maiores bibliotecas de Vila Rica[19]. Comparando-se esses números com os apurados nas principais bibliotecas de Diamantina e Mariana, a saber do guarda-livros Manoel Pires de Figueiredo (140 obras e 360 volumes) e do advogado Dr. José Pereira Ribeiro (211 títulos e 476 volumes), percebemos a desvantagem dos nossos maiores proprietários em relação àqueles que possuíam as maiores livrarias nas outras regiões da capitania de Minas Gerais[20]. Perante esta diferença, sugerimos ou que esses indivíduos não partilhavam dos mesmos interesses, ou que os livros que possuíam bastavam a suas necessidades, ou que talvez, as questões econômicas e as dificuldades ou facilidades inerentes à compra do material impresso tenham pesado na configuração de suas bibliotecas.

As bibliotecas de Vila Rica não eram vultosas, mas sim modestas. Considerando-se o total dos inventariados proprietários de livros, poucos (apenas 17 deles, o que corresponde a 27,4%) possuíam número igual ou superior à média de volumes existentes para cada biblioteca, isto é, 23 volumes. Nas livrarias restantes, as obras rareavam tanto que se fôssemos atribuir, aleatoriamente, um número limite de 10 obras para a formação de uma biblioteca, 38 dos nossos inventariados pesquisados, ou seja, 61,3%, não seriam inseridos em nosso trabalho de pesquisa, pois os volumes que conservaram até o momento de sua morte não ultrapassavam esse número.

---

[18] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 365. (Tese de Doutoramento).

[19] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/16/149/1763.;1°/102/1274/1785.

[20] FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde:* o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Anna Blume, 1996, p. 54; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 365. (Tese de Doutoramento). Para um estudo mais detalhado sobre a biblioteca do Dr. José Pereira Ribeiro, veja: LEITE, Paulo Gomes. "Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana." *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, jan.-dez., 1995, pp. 153-164; ANTUNES, Álvaro Araújo. *Espelho de cem faces:* O universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 1999. (Dissertação de mestrado).

Mas considerando-se que a propriedade de livros era mesmo privilégio de uma minoria, não podemos dar-nos ao luxo de descartar um livrinho sequer em nossa abordagem.

A classificação das coleções segundo o número de obras possibilitou-nos perceber que os livros, embora concentrados em algumas bibliotecas particulares, existiam e ocupavam espaço no cenário setecentista, enfim, difundiam-se pela sociedade mineira. Feita essa primeira análise, passaremos então à caracterização temática das bibliotecas privadas. A classificação das obras segundo ramos do conhecimento, possibilitar-nos-á conhecer os hábitos, os interesses, as tradições de leitura desta parcela da população mineira setecentista.

Para delimitar as áreas do saber que compunham as bibliotecas de Vila Rica, seguimos o sistema de classificação utilizado na catalogação da livraria do conde da Barca, estudada pela historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, em sua reconstituição do quadro sócio-cultural do Rio de Janeiro, de inícios do século XIX. Embora essa classificação agrupe as diversas áreas do saber, de acordo com critérios específicos da época, acreditamos que esses parâmetros adequam-se plenamente ao período que estudamos, pois ainda carregam as influências do século das Luzes.

As obras foram agrupados em quatro categorias distintas, a saber: ciências, artes, belas letras e religião. Por ciências entendemos a filosofia (na qual se incluem os textos moralizantes, constituintes de uma literatura pseudofilosófica), a ética ou moral, a economia, a política, comércio e finanças, história natural, medicina, anatomia, física, química, matemática, astronomia, astrologia, agronomia, hidrografia, ótica, música e mecânica. Por artes teremos a arte do desenho e pintura, arquitetura, arquitetura militar, arte militar, engenharia, arte pirotécnica ou do fogo, da fundição etc., ginástica, artes e ofícios mecânicos. Compõem as belas letras os escritos de retórica, as línguas, a poesia, as peças dramáticas (tragédia, comédia e entremez), a história (que abrange as obras históricas propriamente ditas, os escritos de circunstâncias, textos políticos, obras de geografia e a literatura de viagens), a prosa romanesca (romances, contos e novelas) e os tratados de civilidade.

A respeito dessas categorias classificatórias Maria Beatriz Nizza da Silva adverte-nos, primeiramente, da extrema necessidade de mantermos e acentuarmos a distinção existente entre ciências e artes, muito embora as fronteiras entre essas duas áreas do saber não se recortem com nitidez no período estudado. E observa que a principal diferença entre essas áreas encontra-se no fato das primeiras basearem-se em princípios especulativos, em teorias, e as últimas possuírem caráter técnico e estarem apoiadas em regras práticas[21]. Em segundo lugar, a autora considera que as relações entre sociedade e belas letras só serão discernidas se prestarmos atenção aos textos da época, ou seja, "à classificação das artes literárias, á teoria da linguagem literária, à própria ausência do termo literatura, ou então à extraordinária amplidão do seu significado e aos valores literários reconhecidos"[22]. Por fim, quanto aos escritos religiosos, atenta-nos para o fato de que sua produção "obedece àquilo que Braudel denominou a longa duração", pois não se observa nessa matéria, ao longo dos séculos, qualquer preocupação com novidades, já que os mesmos textos são continuadamente republicados até inícios do século XIX[23].

Tomando-se, portanto, os dados oferecidos nas relações de livros inventariados e as categorias classificatórias acima mencionadas, faremos a análise temática das livrarias de Vila Rica. Ao tentarmos traçar o perfil destas livrarias nos deparamos com o já mencionado problema colocado pelas fontes pesquisadas, ou seja, a omissão do título da obra ou da autoria da mesma, os registros de forma truncada e os ilegíveis. Esses obstáculos colocados pela documentação dificultou enormemente o trabalho de identificação das obras. Muitas vezes, tivemos de desprezar alguns registros, quantificando-os apenas e classificando-os como indeterminados. Além disso, a classificação temática das obras também foi bastante árdua. Às vezes (já que não tivemos acesso a todo os livros mencionados nos inventários) faltaram-nos elementos suficientes

---

[21] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1978, p. 113-114.
[22] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1978, p. 169-170.
[23] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1978, p. 81.

para que pudéssemos enquadrar um livro em um determinado gênero de leitura. Identificá-lo apenas não foi o bastante. Os títulos extensos, muitas vezes, contribuíram para sanar o problema, já que nos ofereceram boas indicações sobre o conteúdo do livro. Entretanto, não resolveram completamente a questão. Muitas obras foram identificadas e classificadas, porém um número considerável delas terminou por cair no triste rol dos livros indeterminados.

Vejamos como as obras existentes em Vila Rica distribuíram-se pelas diferentes áreas do saber[24].

TABELA II: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES ÀS BIBLIOTECAS PARTICULARES DE VILA RICA: 1750-1800.

Áreas do Saber	Números Relativos	%
Ciências	377/590	40,6/42,1
Artes	8/10	0,9/0,7
Belas Letras	101/138	10,9/9,8
Religião	305/457	32,8/32,6
Indeterminado	138/207	14,8/14,8
Total	929/1402	

Fonte: AHMU-CSP: 1ª e 2ª Ofícios. Inventários, 1750-1800.

Chama-nos a atenção, primeiramente, na análise temática das obras a proeminência dos escritos científicos em detrimento dos religiosos, que despontam em segundo plano. Em Mariana, temos a relação inversa e os livros religiosos preponderam alcançando cifras muito próximas às que encontramos para as ciências (40,1% dos títulos e 44,5% dos volumes)[25]. A explicação para essa curiosa e significativa inversão talvez resida no fato de haver em Vila Rica um número de bibliotecas clericais bastante inferior ao existente em Mariana (enquanto na vila foram contabilizadas apenas 6 bibliotecas eclesiásticas, na cidade existiam 22)[26]. Outro fator que também pode explicar essa diferença é a expressividade numérica das obras concentradas nas mãos dos juristas que possuíam, como veremos mais adiante, bibliotecas altamente especializadas,

[24] A subdivisão das obras dentro dessas áreas será feita quando analisarmos particularmente as bibliotecas e seus proprietários.
[25] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 367. (Tese de Doutoramento).
[26] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 357. (Tese de Doutoramento).

compostas, em sua grande maioria, por escritos relacionados com as questões do Direito. Além disso, Vila Rica possuía duas vezes mais juristas do que a cidade de Mariana. Ao pragmatismo científico e à manifestação da fé católica, seguem-se nas bibliotecas de Vila Rica os escritos na área de belas letras e, por último, as obras referentes às artes. Ao entretenimento junte-se o utilitarismo imanente às questões lingüísticas e didáticas que envolvem as belas letras, bem como o tecnicismo das artes práticas. Todos esses fatores certamente contribuíram para uma significativa mudança na composição das bibliotecas particulares existentes em Vila Rica. Se na América portuguesa as livrarias setecentistas abriram-se para os saberes profanos, mas continuaram proeminentemente religiosas[27], em Vila Rica os homens das letras, de educação e intelecto apurados, que faziam de seus livros importantes instrumentos no exercício profissional, foram os grandes responsáveis pela supremacia, em suas bibliotecas particulares, do pragmatismo inerente às ciências, artes e belas letras.

2.2 – As bibliotecas e seus proprietários

Agora que alcançamos uma visão global das livrarias particulares existentes em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, deslindaremos as práticas sociais que envolvem cada um dos diversos grupos e os materiais impressos a eles vinculados. Apresentaremos, pois, particularidades referentes a esse universo relacional que encerra sociedade e cultura, homens e livros em Vila Rica setecentista.

Para otimizar nossa análise, as relações de livros que compõem cada uma das bibliotecas particulares pesquisadas não seguirão no corpo do texto mas no final da dissertação, como anexo a este capítulo. Nos róis de livros, enumeramos, inicialmente, aquelas obras que não conseguimos identificar, nem quanto ao nome do autor, nem quanto à data e local da edição.

---

[27] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 353. (Tese de Doutoramento).

Indicamos, com a grafia atualizada, apenas o título fornecido pelo escrivão do processo. Em seguida, apresentamos as obras identificadas. Por fim, listamos os registros que mencionam apenas a autoria da obra e excluem seu título.

Os extratos letrados da população, constituídos pelos clérigos, juristas e professores, serão os primeiros a serem focalizados. Seguem-se a eles os cirurgiões e boticários e o grupo mercantil. Depois vêm os indivíduos envolvidos na administração pública da capitania: primeiro os quadros militares, depois os funcionários. Enfim, estudaremos as bibliotecas da classe proprietária de terras, dos artesãos e das mulheres de Vila Rica. Como já dissemos, nossa intenção não é atribuir maior ou menor importância a determinados grupos sociais, mas sim, valorizá-los como leitores em potencial já que constituem, entre a massa da população colonial residente em Vila Rica, uma importante parcela que detém a propriedade de livros.

2.2.1- Os letrados

No contexto do Antigo Regime colonial, tanto a Coroa portuguesa quanto a Igreja católica precaviam-se diante da circulação dos livros e frente aos saberes. A instrução, juntamente com a leitura de obras consideradas perniciosas ao Estado e à Igreja, poderiam desenvolver no indivíduo o espírito crítico e, conseqüentemente, conduzi-lo ao questionamento da ordem estabelecida. A fim de resguardar a ortodoxia civil e religiosa, a Coroa julgava mais oportuno manter a população na ignorância a chamá-la à razão ou incentivá-la na busca dos conhecimentos. Inúmeras medidas sustentaram esse raciocínio: uma delas refere-se à atuação dos organismos de censura dos livros; outro, diz respeito ao descaso com a educação elementar, reduzida a privilêgio de uma minoria.

À chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, logo nos primórdios da colonização, tiveram início tanto o trabalho de catequese dos índios quanto o cultivo das letras nos colégios da Companhia[28]. Podemos dizer, portanto, que

---

[28] LESSA, Clado Ribeiro de. "As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais. (Apontamentos para um estudo histórico)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, n.191.

na América portuguesa, até 1759, a educação esteve primordialmente ligada à Companhia de Jesus, apesar de haver também aulas vinculadas às ordens beneditinas, franciscanas e carmelitas[29]. Além de serem os jesuítas proprietários de vários colégios voltados para a formação de clérigos e leigos, possuíam também o controle dos poucos seminários que foram instalados, em fins do século XVII, em diversas localidades do território colonial, nomeadamente o seminário de Belém, na Bahia[30].

Nesse período, a fim de assegurar a manutenção da ordem estabelecida, era proibido, por determinação da Coroa, que aqui se instalassem Universidades e, embora os colégios jesuíticos ministrassem cursos de nível superior, vetava-se a concessão de graus e títulos a qualquer um dos seus estudantes[31]. Objetivava-se, com isso, manter a população em estreita dependência da Universidade de Coimbra, dificultar o acesso ao saber e tornar a educação privilégio de uma elite.

A partir da segunda metade do século XVIII, se as reformas educacionais implementadas pelo Marquês de Pombal modificaram, em parte, a situação, pouco contribuíram para a superação deste estado de coisas. A expulsão dos jesuítas, em 1759, resultou no fechamento dos colégios administrados pela ordem e na desestruturação dos seminários que funcionavam sob sua influência. Em outras palavras, o ocorrido colocou em crise as instituições de ensino vigentes até então. Desse momento em diante, as responsabilidades sobre a instrução escolar ficaram a cargo do Estado que pretendeu contornar a situação, subordinando os colégios das demais ordens religiosas às suas expectativas, introduzindo as escassas aulas régias e cobrando o subsídio literário para o pagamento dos professores.

Dado o limitado alcance social da instrução escolar criada pelo Estado português e os graves problemas que a atingiam, tais como escassez de

---

[29] VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil:* Cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 347.

[30] VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil:* Cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 347.

professores, de material didático e mesmo de recursos financeiros, os pais que desejavam instruir seus filhos apegaram-se à educação privada, contratando mestres capazes de ensinar-lhes as primeiras letras. Era, pois, no âmbito do privado que, em grande parte, a instrução se processava, preenchendo o vazio deixado pelas escassas escolas públicas.[32] Todos esses problemas trouxeram graves prejuízos à educação formal.

Se é certo que a importância da instrução variou em relação à categorias sociais, aos espaços e aos tempos diversos, não deixa de ser verdade o fato de ela ter crescido, progressivamente, a partir do século XVIII, principalmente em Minas Gerais, capitania conformada em moldes mais urbanos. Exemplo disso são os indivíduos que, no período de maior opulência, não pouparam esforços para educar seus filhos e mantê-los na Universidade de Coimbra, de onde voltariam com a expectativa de lucros profissionais. Entretanto, para aqueles que não tinham cabedais para tanto, havia a possibilidade de matricular seus filhos no seminário de Mariana e nas aulas régias. Nesse último caso, os moradores de Vila Rica contavam com a assistência de um professor de Filosofia, um de Gramática Latina e dois de primeiras letras[33].

Neste trabalho, reportaremos àquelas pessoas privilegiadas que tiveram acesso à escolaridade. Referimo-nos, pois, aos professores, juristas e eclesiásticos que viveram em Vila Rica e que, na segunda metade do século XVIII, tiveram seus bens inventariados.

Ao longo desse período, encontramos 13 inventários que mencionam a propriedade de livros pertencentes à categoria que convencionamos chamar de os letrados. Nesse universo, 6 deles eram juristas: desembargadores, juizes de

---

[31] VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil:* Cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 348.

[32] VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil:* Cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 357.

[33] VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 112; AIRES DE CASAL, Manuel. "A Província de Minas Gerais". *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 (Fac-símile da edição de 1817), tomo I, pp. 368.

órfãos e advogados[34]; 6 eram padres[35] e apenas um licenciado era professor de Gramática Latina em Vila Rica[36]. Para sabermos mais detalhadamente o que essa elite intelectual mineira consumia, em termos de palavra escrita, faremos a análise do conteúdo de suas bibliotecas, caso a caso: primeiramente, focalizaremos nossa atenção no professor de gramática; depois, verificaremos os hábitos de leitura dos magistrados e advogados; por fim, faremos uma incursão pelo universo eclesiástico.

2.2.1.1 – O professor de Gramática Latina

Na última década do século XVIII, mais precisamente no ano de 1791, foram inventariados os bens de Antônio da Costa de Oliveira, reinol de nascimento e morador em Vila Rica, na rua dos Vira-saias, freguesia de Nossa Senhora do Conceição do Antônio Dias[37]. Antônio da Costa declarara em seu testamento que havia estudado nas aulas públicas da cidade de Braga, terra onde havia nascido, e que mais tarde, fixando-se nas Minas Gerais, dedicara-se ao ensino da gramática. Era, talvez, professor na aula régia de Vila Rica.

Os livros que conservava no momento de sua morte, bem como a transmissão destes por disposição testamentária, indicam-nos o quanto o professor considerava importante o ofício que praticava. Quanto a isso suas determinações são veementes: "E quanto aos meus livros, os deixo a meu irmão Manoel da Costa de Oliveira, guarda-mor do Itacambira, para um dos seus filhos que quiser estudar"[38]. Tal afirmativa reflete uma postura de valorização dos livros no processo da aprendizagem, já que o professor de Gramática Latina desejava conservá-los para que as novas gerações da sua família fossem educadas.

A importância que os diferentes grupos sociais atribuíam à instrução escolar era determinada pela própria inserção diferenciada destes grupos

---

[34] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/16/149/1763; 1º/88/1065/1776; 1º/57/685/1774; 1º/104/1312/1774; 2º/9/86/1768; 2º/60/671/1767.
[35] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/41/485/1788; 1º/23/244/1787; 1º/48/583/1783; 1º/70/830/1775; 1º/102/1274/1785; 2º/9/89/1791.
[36] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/1/8/1791.
[37] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/1/8/1791.

numa hierarquia social e profissional[39]. No Brasil colonial, poucos indivíduos possuíam uma posição social que lhes permitisse priorizar a educação formal. No entanto, essa importância atribuída pelo professor de Gramática Latina à educação, parece conferir-lhe uma posição proeminente na sociedade colonial. Verificamos, porém, que Antônio da Costa de Oliveira não havia acumulado grande riqueza. Uma morada, ouro em barra, em pó e lavrado, alguma prataria, vestuário, enxoval, utensílios domésticos, móveis, objetos de devoção e livros formavam uma riqueza avaliada em 684$884 réis. Nesse sentido, acreditamos que o professor dedicava-se, exclusivamente, ao cultivo das letras e ao ensino da Gramática Latina.

A biblioteca que Costa de Oliveira deixou àquele de seus sobrinhos que quisesse estudar não era de grande vulto, mas também não era muito modesta. Seu acervo contava com 24 obras distribuídas em 24 volumes.

TABELA III: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AO PROFESSOR DE GRAMÁTICA LATINA DE VILA RICA: 1750-1800.

Áreas do Saber	Subdivisões	Números Relativos	%	Total Geral	%
Ciências	Direito	2/2	8,3	6/6	25
	Filosofia	4/4	16,7		
Belas Letras	Língua	3/3	12,5	10/10	41,7
	Poesia	6/6	25		
	Retórica	1/1	4,2		
Religião	-	-	-	7/7	29,1
Indeterminado	-	-	-	1/1	4,2
Total	-	-	-	24/24	100

Fonte: AHMU-CSP: 1° Ofício. Inventário, 1750-1800.

A maioria das obras, ou seja, 41,7%, estava relacionada às belas letras e tinha um caráter essencialmente didático. Estes livros eram, certamente, alguns dos materiais utilizados pelo professor nas suas aulas de gramática, a fim de instruir seus alunos no processo de conhecimento. Destacamos, em meio ao acervo literário, a presença dos autores clássicos, bem como a existência de comentários que se fizeram a respeito de suas obras: Ovídio,

---

[38] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1°/1/8/1791.

[39] VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil:* Cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 352.

Quinto Cúrcio, Virgílio, Vossius, dois sobre a obra de Virgílio (um deles *velho,* já com bastante uso) e um *Comento e Construção literal de todas as obras de Horácio;* os primeiros sem menção ao título, os últimos sem revelar a autoria. Nesta categoria enquadram-se ainda mais três títulos relacionados sobretudo com o estudo do latim: o *Dictionarium Latino-Lusitanicum* escrito por Jerônimo Cardoso, a *Gramática italiana* de autoria do oratoriano D. Luís Caetano de Lima, obra conceituada na interpretação verneyana, e a *Arte Latina*, obra do jesuíta Manuel Álvares, estigmatizada por Verney e proibida de circular nos reinos de Portugal sob D. José I[40].

Em segundo lugar, no acervo pertencente ao professor de Gramática Latina, com 29,1% da preferência, estavam as obras religiosas. O lugar de destaque ocupado por estas obras seria ainda um reflexo da herança religiosa que aprisionava a educação? Pode ser que sim, mas também pode ser que não. A favor dessa hipótese, podemos dizer que estes livros eram utilizados com o objetivo de infiltrar nas mentes dos alunos os valores morais instituídos pela Igreja Católica e endossados pela Coroa Portuguesa. Contra essa idéia, podemos sugerir que estas obras eram instrumentos utilizados na leitura privada e que auxiliavam o licenciado a viver e compreender sua fé.

As ciências, mais especificamente a filosofia e o direito, eram responsáveis por 25% da preferência do mestre. Comparados aos demais, não são nada desprezíveis os títulos relacionados com esse ramo do conhecimento. Os livros de filosofia, parecem-nos próximos das tradições aristotélico-tomistas. Existe, nessa biblioteca, por exemplo, as *Disputationes logicae* (1736), escrita pelo padre jesuíta Silvestre Aranha. Para o professor, esses livros deveriam ser importantes instrumentos na compreensão dos processos cognitivos que determinam as questões intelectuais.

Quanto aos escritos jurídicos, acreditamos que também possuíam essa função pragmática. As leis gerais portuguesas, compiladas nos livros das *Ordenações do Reino* e o *Comentário aos cinco livros das Ordenações do Reino* escrito por Inácio Colaço de Brito, são, certamente, importantes fontes de consulta sobre a legislação que vigorava tanto em Portugal quanto em seu

---

[40] ARAÚJO, Jorge de Souza. "O perfil do leitor colonial". *Artes e literatura* – Revista de Cultura

império colonial e auxiliavam o professor a orientar-se em meio às leis vigentes.

A biblioteca, inventariada na última década do século XVIII, não pode ser considerada um modelo da pedagogia educacional idealizada pelos reformistas pombalinos. Nela subsiste ainda um número significativo de obras escritas por mãos jesuítas, como é o caso da *Arte Latina,* de autoria do Padre Manoel Álvares e da obra *Disputationes logicae* do Padre Silvestre Aranha.

No entanto, essa coleção também deixa-nos vislumbrar uma pequena alteração ocorrida no interior das bibliotecas setecentistas: a substituição paulatina dos escritos de cunho religioso por outros, de caráter pragmático, vinculados ao interesse imediato de seu proprietário. Dessa forma, a livraria do professor de Gramática Latina aproximava-se da ideologia que permeava o século das luzes.

2.2.1.2 – Os juristas

Os magistrados e os advogados, ao lado de elementos do clero e de um número bastante reduzido de profissionais liberais, formavam a comunidade intelectual da América portuguesa. Garantia-lhes tal condição, além de seus conhecimentos técnico-jurídicos, o fato de terem estudado na metrópole e fazerem parte do núcleo egresso da Universidade de Coimbra.

Como possuíam um papel ativo na vida social, cultural e econômica da colônia, foram verdadeiros formadores de opinião. Tanto suas atitudes profissionais como seus estilos de vida e suas motivações pessoais exerceram um forte impacto na sociedade colonial[41]. Daí a importância de vasculharmos as prateleiras das estantes de suas bibliotecas. Tentaremos, dessa forma, encontrar indícios de como os juristas que viveram em Vila Rica, na segunda metade do Setecentos, regularam sua vida profissional e pessoal[42].

Vozes. Petrópolis, jul.-ago. 1989, n.4, p. 455.

[41] SCHWARTZ, Stuart B.. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial:* A suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 251.

[42] Apesar da importância do tema, o universo sócio-cultural dos advogados é ainda pouco estudado pela historiografia brasileira. No entanto, uma tese sobre o assunto virá à luz muito em breve, pois as práticas sócio-culturais dos advogados que atuaram em Vila Rica e Mariana,

Para o período estudado, não foram muitos os inventários de bens pertencentes a magistrados. Encontramos apenas seis que se referiam a esta categoria sócio-profissional[43]. Entretanto, torna-se necessário fazer algumas ressalvas: primeiramente, desses seis inventários, em três somente o inventariado é o magistrado ou advogado[44]. Nos outros três o indivíduo inventariado é a esposa do jurista[45]. Por que incluímos os inventários das esposas em nosso rol de pesquisa? A resposta é simples: nesses casos, os bens inventariados pertencem ao casal e não apenas à pessoa falecida. Como exemplo, podemos citar os inventários de Ana Joaquina de Castro e Felipa Maria de Matos[46]. Ambas foram casadas com o bacharel em Direito e juiz de órfãos, Dr. João Pita Loureiro. Os dois inventários continham idêntica descrição de 55 obras distribuídas em 109 volumes. Podemos assegurar que mais de 80% destas obras inventariadas pertencem ao universo jurídico. Portanto, é certo que fossem de propriedade do juiz de órfãos e não de suas esposas. O outro inventário que também ilustra esse fato é o pertencente a Ana Rita de Ciebra e Vasconcelos, esposa do Dr. Antônio José Pereira do Lago[47]. A segunda ressalva que precisamos fazer diz respeito à biblioteca do Dr. João Pita Loureiro. Apesar dos seus livros terem sido inventariados duas vezes, não os contabilizaremos em duplicidade, uma vez que sua biblioteca não apresentou variação referente à quantidade de obras existentes, nem quanto aos títulos e autores arrolados e tampouco diferenciou-se quanto à ordenação destes no corpo do texto. Já que em todos estes aspectos as semelhanças são inquestionáveis, os títulos arrolados nos dois inventários serão fundidos em uma única biblioteca, a do Dr. João Pita Loureiro.

São cinco os juristas proprietários de livros. Sabemos que um deles era provedor da Real Fazenda das Minas Gerais e desembargador em Vila Rica

---

Minas Gerais, entre a segunda metade dos Setecentos e princípios dos Oitocentos, constitui o foco da pesquisa sobre a qual se debruça Álvaro Araújo Antunes.

[43] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/16/149/1763; 1º/88/1065/1776; 1º/57/685/1774; 1º/104/1312/1774; 2º/9/86/1768; 2º/60/671/1767.

[44] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/16/149/1763; 1º/88/1065/1776; 1º/104/1312/1774.

[45] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/57/685/1774; 2º/9/86/1768; 2º/60/671/1767.

[46] AHMI-CSP. Ofício, códice, auto, ano: 2º/60/671/1767; 1º/57/685/1774

[47] AHMI-CSP. Ofício, códice, auto, ano: 2º/9/86/1768.

(ocupava, pois, um dos cargos mais importantes do judiciário)[48]; outro exercia a função de juiz de órfãos (administrava a justiça, em primeira instância, ocupando-se da tutoria dos órfãos e de suas heranças)[49]; e os demais eram todos advogados nos auditórios de Vila Rica, aparentemente, sem qualquer cargo público[50]. Todos cuja naturalidade foi indicada tinham nascido em Portugal. Um era proveniente do arcebispado de Lisboa, o outro da região do Porto e o terceiro de localidade indeterminada[51]. Os demais não tiveram sua naturalidade especificada na documentação[52]. Estabelecidos nas Minas Gerais, os juristas instalaram-se em Vila Rica: dois moravam na freguesia de Antônio Dias[53], outros dois não tiveram especificada a localidade de sua residência[54] e um único residia em Santo Antônio da Casa Branca[55].

Acreditamos que os elementos pertencentes ao grupo dedicavam-se sobretudo à sua profissão pois, em regra, possuíam apenas suas residências em Vila Rica, como bem imóvel. O juiz de órfãos, João Pita Loureiro, e o desembargador, João Caetano Soares Barreto, são as exceções. Enquanto este não possuía quaisquer bens de raiz nas Minas Gerais, aquele era proprietário de uma casa de morada assobradada com senzalas e quintal e datas de terras minerais[56]. Além disso, um número bastante razoável de escravos (11, em média) contribuía para o acúmulo de riqueza que, embora não fosse de grande vulto, aproximava-se do valor médio contabilizado para o conjunto dos proprietários de livros[57]. Portanto, também não eram modestas.

Juntos, os magistrados e os advogados de Vila Rica possuíam 347 obras distribuídas em 620 volumes. Eram eles, no conjunto dos inventariados proprietários de livros, os que possuíam as maiores bibliotecas de Vila Rica. Os

---

[48] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/88/1065/1776.
[49] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/57/685/1774; 2º/60/671/1767.
[50] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/16/149/1763; 1º/104/1312/1774; 2º/9/86/1768.
[51] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/88/1065/1776; 1º/104/1312/1774; 2º/9/86/1768.
[52] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/16/149/1763; 1º/57/685/1774; 2º/60/671/1767
[53] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/16/149/1763; 1º/104/1312/1774.
[54] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/88/1065/1776; 2º/9/86/1768.
[55] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/57/685/1774 2º/60/671/1767.
[56] AHMI-CSP. Ofício, códice, auto, ano: 2º/60/671/1767; 1º/57/685/1774 e 1º/88/1065/1776.
[57] Enquanto a riqueza do conjunto dos proprietários estava estimada em 4:421$250 réis, o monte-mor dos juristas equivalia a 4:382$558 réis. AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/16/149/1763; 1º/88/1065/1776; 1º/57/685/1774; 1º/104/1312/1774; 2º/9/86/1768; 2º/60/671/1767.

números de livros existentes em uma biblioteca e outra, embora tivessem variações significativas, equiparavam-se aqui melhor que em qualquer outra categoria profissional. A maior biblioteca, composta por 87 obras e 198 volumes, pertencia ao advogado Agostinho Monteiro de Barros[58]. Esta biblioteca era a maior entre todas as livrarias inventariadas em Vila Rica, na segunda metade do Setecentos.

Na descrição do inventário, os livros, que ficavam armazenados em "duas estantes de parede", foram divididos em duas categorias: a maioria deles (76,8% dos volumes) estava enquadrada na "livraria de advocacia do defunto" e os demais (23,2%) foram classificados como "livros históricos"[59]. De fato, todos os livros jurídicos inventariados foram inseridos no primeiro grupo. Escapava ao gênero apenas a *Prosódia* escrita por Bento Pereira que, embora não fosse, em essência, uma obra de caráter jurídico não deixava de possuir uma conexão bastante estreita com essa matéria. Haja vista que o livro era um dicionário trilingüe latino, lusitano e castelhano e como as obras jurídicas eram, em sua grande maioria, escritas em latim, o dicionário deveria possuir uma importante função instrumental nas mãos do advogado. Portanto, julgamos bastante compreensível a inserção desta obra "na livraria de advocacia" de Monteiro de Barros. Já os chamados "livros históricos", embora pertencessem a diversos ramos do conhecimento (belas letras, ciências, e religião), concentravam-se, prioritariamente, nas áreas pertencentes à filosofia e à história. As fronteiras, muitas vezes tênues, existentes entre um e outro ramo da saber escapavam à percepção de camadas da população colonial que, como o escrivão do processo, optava pela generalização. Enquanto as obras utilizadas no exercício profissional eram, geralmente, livros "grandes", *in fólio,* as demais, salvo raras exceções, possuíam formatação *in quarto* e *in oitavo.* Esses últimos livros, certamente destinados ao deleite ou ao crescimento intelectual de seus proprietários, eram mais facilmente manuseáveis e transportáveis, ao contrário dos primeiros que precisavam de amplo apoio no momento da consulta.

---

[58] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/16/149/1763.
[59] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1°/16/149/1763.

A segunda maior biblioteca, composta por 62 títulos distribuídos em 116 volumes, pertencia ao advogado Manoel Teixeira de Carvalho, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra[60]. Sua biblioteca também não escapava ao profissionalismo, pois à presença dos teólogos Domingo de Soto e Luís de Molina acrescentava-se um número maciço de obras destinadas à prática jurídica (98% dos volumes identificados). Em declaração testamentária o bacharel já referia "todos os livros de direito que se acharem de meu uso"[61]. Esta assertiva evidencia que os instrumentos auxiliares ao exercício profissional do advogado nos auditórios de Vila Rica estavam, em grande parte, em seu acervo bibliográfico.

Já o terceiro lugar na posse de livros é ocupado pelo desembargador da Relação e Casa do Porto e provedor da Real Fazenda das Minas Gerais, João Caetano Soares Barreto[62]. Sua biblioteca era formada por 56 títulos distribuídos em 110 volumes. Além destas obras que pudemos quantificar existiam, ainda, em mãos do desembargador *vários livros de Monsieur de Real*[63]. Naturalmente, esses escritos deveriam ser obras necessárias à Provedoria da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais, assim como o eram o *Sistema ou Coleção de Regimentos Reais,* legislação específica àquela administração, também presente na biblioteca analisada[64]. Mais uma vez temos em foco uma biblioteca de cunho jurídico, na qual 73,8% dos volumes identificados referiam-se ao Direito. No entanto, esse nítido caráter utilitário do acervo pertencente ao desembargador não impedia que ele se imiscuísse, bem mais que os demais juristas analisados, por outras áreas do saber, tais como as artes, as belas letras e a religião.

---

[60] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/104/1312/1774. BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, vol. 2, p. 13. (Coleção Mineiriana).

[61] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/104/1312/1774.

[62] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/88/1065/1776. BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, vol. 2, p. 28. (Coleção Mineiriana).

[63] Essas obras não foram incluídas em nossa análise quantitativa devido à generalidade do termo numérico. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/88/1065/1776.

[64] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1985. (Reprodução "fac-simile" da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870), vol. II, p. XLI.

Mas a peculiaridade desta livraria reside no fato de ser composta, não em sua totalidade mas em grande parte, por livros pertencentes a outras pessoas, conforme afirma o Dr. José da Costa Fonseca, ouvidor da Comarca de Vila Rica e testamenteiro de Soares Barreto. O destino das obras pertencentes a essa livraria foi cuidadosamente traçado pelo testamenteiro: os livros emprestados seriam devolvidos aos seus proprietários e os demais, de propriedade do desembargador, seriam colocados à venda em leilões públicos (como, de fato, o foram, como vimos no Capítulo 1).

Traçados, rigorosamente, os caminhos a serem percorridos pelos livros de Soares Barreto, os diversos proprietários de livros que tinham realizado empréstimos ao desembargador recuperaram os seus exemplares, a julgar pelas faltas (20, aproximadamente) contabilizadas em uma "lista de livros pertencentes à herança do Desembargador João Caetano Soares", existente ao final do inventário[65]. Embora não saibamos ao certo quem eram esses indivíduos que tinham emprestado livros ao desembargador, acreditamos tratar-se de homens ligados à magistratura, talvez de outras localidades mineiras. Os últimos livros desta biblioteca ficaram sob custódia do Dr. Tomé João Tavares do Amaral, também advogado nos auditórios e juízos de Minas Gerais[66]. Enquanto não fossem remetidos a quem por direito pertencessem o advogado poderia fazer bom uso do material nos pleitos judiciários. Outro magistrado que certamente se beneficiou da livraria de Soares Barreto foi o também desembargador José João Teixeira que manteve em seu poder, até o ano de 1779, alguns livros como os três tomos do "Dicionário de Moreri", "um tomo das Decisões de Gabriel Pereira" e outro das "Decisões de Valasco"[67]. Parece-nos haver uma certa coesão no universo relacional dos juristas de Vila Rica. Essas permutas de livros que, certamente, derivavam de interesses confluentes entre os elementos do grupo, eram bastante eficazes na maior difusão da palavra escrita.

---

[65] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/88/1065/1776.

[66] BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, vol. 2, p. 84. (Coleção Mineiriana).

[67] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1°/88/1065/1776.

O juiz de órfãos, também bacharel formado pela Universidade de Coimbra, João Pita Loureiro, possuía uma biblioteca que numericamente estava bem próxima da livraria do desembargador Soares Barreto. A estante de livros que possuía abrigava um acervo composto por 55 títulos e 109 volumes[68]. Deste total, mais de 80% das obras eram de Direito. Como afirmamos inicialmente, no espaço de sete anos (entre a abertura de um inventário e de outro, ambos pertencentes às suas esposas falecidas) o juiz não acrescentou uma obra sequer à sua coleção. Esse estado de inércia do acervo bibliográfico de Pita Loureiro ajuda-nos a ratificar a hipótese, apresentada no Capítulo 1, sobre a venda de obras jurídicas. Acreditamos, pois, que o mercado livreiro nas Minas Gerais não era muito promissor e, conseqüentemente, não oferecia à venda novas publicações referentes ao gênero. Sabemos que durante o período de formação de sua biblioteca, quando talvez ainda vivesse na metrópole, o Dr. João Pita Loureiro primou pela renovação e atualização de seu acervo, pois a lista de livros inventariada menciona a existência de dois exemplares de autoria de Antônio da Gama e outros dois de Manuel Mendes de Castro: em ambos os casos "um antigo e outro moderno". Julgamos, portanto, que os livros que aqui se vendiam sobre a matéria jurídica já existiam nas prateleiras da estante do inventariado e, por isso, não lhe despertavam o interesse.

Por fim, havia em Vila Rica a livraria pertencente ao Doutor Antônio José Pereira do Lago, composta por uma estante e 87 volumes de Direito, *in fólio*[69]. Tratava-se, mais uma vez, dos grossos fólios pertencentes ao foro que auxiliavam o advogado no pleno exercício de sua prática jurídica.

Na análise da tipologia das obras que compunham as bibliotecas jurídicas, o depoimento de Hipólito da Costa (1774-1823), formado em Leis e

---

[68] BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, vol. 2, p. 34. (Coleção Mineiriana). AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/60/671/1767 e 1°/57/685/1774.

[69] O escrivão do processo limitou-se à descrição genérica da livraria, sem que fossem enumerados títulos e autores. Portanto, não pudemos contabilizar o número de livros existentes. Devido a esse fato, em nossa análise quantitativa, equiparamos o número de títulos ao número de volumes especificado pela fonte, embora tenhamos consciência de que os últimos fossem, certamente, superiores aos primeiros. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/09/86/1768.

Filosofia pela Universidade de Coimbra, é bastante ilustrativo sobre os gostos literários dos homens vinculados às ciências jurídicas[70]. Votado ao culto das letras e das ciências, o patrono da imprensa brasileira referia-se às suas leituras mencionando o gosto e o prazer intelectual delas advindos. Assim, indagado a cerca dos livros que, de forma direta ou indireta, teriam contribuído para sua formação profissional e humanística, Hipólito da Costa alega que se acostumou "sempre lançar mão de qualquer livro que julgava bom, ou me inculcavam por tal, na matéria que queria estudar", mas furta-se a mencionar nomes e autores lidos:

> só pelo que diz respeito à minha faculdade principal, que é o Direito; quanto mais a respeito de todas as outras matérias, a que secundariamente me tenho aplicado, ou porque essas matérias tenham conexão com a jurisprudência, ou porque as quisesse só conhecer para meu desenfado e recreação[71].

Embora mantivesse em segredo os livros e os autores que lia, o narrador oferece-nos uma clara evidência de seus interesses particulares, das motivações que o teriam formado como leitor e, conseqüentemente, teriam favorecido, amplamente, sua formação intelectual.

Esse leque de fatores que impulsionava Hipólito da Costa ao consumo de livros e à sua conseqüente leitura encontra reflexos nas bibliotecas setecentistas dos juristas mineiros. A análise tipológica dos títulos e autores nelas existentes comprovam o fato. A bibliografia jurídica é majoritária e supera a cifra dos 70% dos volumes inventariados, conforme podemos observar pelos números indicados na tabela abaixo.

---

[70] *Narrativa da perseguição de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, natural da Colônia do Sacramento, no Rio-da-Prata. Preso e processado pelo pretenso crime de fra-maçon ou pedreiro livre.* Apud. ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial.* Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999, p. 218.

[71] *Narrativa da perseguição de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, natural da Colônia do Sacramento, no Rio-da-Prata. Preso e processado pelo pretenso crime de fra-maçon ou pedreiro livre.* Apud. ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial.* Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999, p. 218.

TABELA IV: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS JURISTAS DE VILA RICA: 1750-1800.

Áreas do Saber	Subdivisões	Números Relativos	%	Total Geral	%
Ciências	Direito	271/452	78,1/72,9	276/469	79,6/75,6
	Filosofia	5/17	1,4/2,7		
Artes	Arte militar	1/1	0,3/0,2	1/1	0,3/0,2
Belas Letras	História	9/14	2,6/2,3	15/28	4,3/4,5
	Língua	1/1	0,3/0,2		
	Poesia	2/2	0,6/0,3		
	Prosa romanesca	2/9	0,6/1,5		
	Retórica	1/2	0,3/0,3		
Religião	-	-	-	6/15	1,7/2,4
Indeterminado	-	-	-	49/107	14,1/17,3
Total	-	-	-	347/620	100

Fonte: AHMU-CSP: 1ª e 2ª Ofícios. Inventários, 1750-1800.

Os escritos referentes às ciências jurídicas tinham sido publicados em períodos bastante anteriores à reforma pombalina da Universidade de Coimbra. É comum a presença de importantes jurisconsultos portugueses que, desde o século XVI, sobressaíram-se à frente da legislação de seu país. Os nomes que mais se destacaram na jurisprudência lusitana são de praxistas, tratadistas e decisionistas: alguns atuaram durante os reinados de D. João III (1521 a 1557), D. Sebastião e D. Henrique (1557 a 1580), como é o caso de Álvaro Valasco, Antônio da Gama, Feliciano de Oliva e Souza, Francisco de Caldas Pereira de Castro e Gregório Martins Caminha; outros, durante o período de domínio espanhol, na então denominada União Ibérica (1580 a 1640) como Agostinho Barbosa, Gabriel Pereira de Castro, Jorge de Cabedo, Melchior Phebo e Miguel de Reinoso; e uma parte considerável dos escritos que circulavam na segunda metade do século XVIII tinham sido publicados após a restauração portuguesa, mais especificamente nos reinados de D. Afonso VI (1656 a 1667), D. Pedro II (1667 a 1706) e D. João V (1706 a 1750). Ao primeiro núcleo pertencem Antônio de Souza de Macedo e Domingos Antunes Portugal; ao segundo, Manoel Álvares Pegas e ao último Antônio de Paiva e Pona, Antônio Vanguerve Cabral, Diogo Camacho Guerreiro de Aboim, Manoel Álvares Solano do Vale e Silvestre Gomes de Morais. Esses nomes aqui alistados são leitura obrigatória de, praticamente, todos os juristas pesquisados, pois estão arrolados com um ou mais títulos em suas bibliotecas. Nessas livrarias também

é bastante comum encontrarmos referências a livros que correspondiam às grandes compilações das leis gerais até então existentes, denominadas *Ordenações do Reino,* bem como seus respectivos *reportórios.*

A análise das bibliotecas revela-nos que a maioria das obras que compunha as livrarias dos magistrados e advogados de Vila Rica era de caráter jurídico e, como conseqüência, tinha um sentido estritamente utilitário, pois pertencia à "faculdade principal" de seus proprietários. Entretanto, outras categorias de livros existentes naquelas bibliotecas cumpriam essa mesma função instrumental. Referimo-nos às obras que, embora não fossem estritamente relacionadas com a matéria jurídica, possuíam uma conexão bastante forte com a jurisprudência, tais como os escritos referentes às belas letras, versando sobre retórica e lingüistica, ou a própria literatura clássica latina. É nítida a utilidade de tais obras uma vez que nos auditórios, os juristas deveriam praticar a oratória, precisavam expor com eloqüência, deveriam, portanto, ter o domínio da arte de bem falar. Além disso, havia, àquela época, uma supervalorização da memória capaz de decorar trechos e do profissional do Direito que possuía habilidade suficiente para ornamentar sua argumentação com citações cultas e referências clássicas[72]. E certamente a estes fins serviriam esses livros a que secundariamente os magistrados e advogados se aplicavam.

A atuação jurídica tanto nos auditórios civis quanto nos eclesiásticos garantiu, nesses acervos, a proeminência de obras vinculadas a outras matérias. Eram escritos sagrados, obras relacionadas à Teologia e História Sagrada que, juntando-se à Filosofia e História Profana, tanto contribuíam para a formação moral e intelectual dos juristas de Vila Rica quanto para a prática da advocacia nos referidos auditórios. Destacamos, pois, dentre os escritos relacionados com a Teologia, a presença dos teólogos espanhóis Domingo de Soto e Luís de Molina (ambos envolvidos no movimento denominado "segunda Escolástica)", pertencentes à já menciona biblioteca de Manoel Teixeira de

---

[72] SCHWARTZ, Stuart B.. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial:* A suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 59.

Carvalho[73]. O primeiro foi um dos precursores, em inícios do século XVI, do movimento de recuperação do tomismo na Europa. Já o segundo, considerado um dos maiores divulgadores das doutrinas neotomistas, na segunda metade do século XVI, foi professor em Portugal, na Universidade de Évora, e ali produziu algumas de suas obras fundamentais[74]. Quanto aos escritos relacionados com a filosofia, destacamos as obras do beneditino ilustrado espanhol Bento Feijó (1676-1764), representada na biblioteca do advogado Agostinho Monteiro de Barros pelo *Theatro Crítico Universal,* pelas *Cartas eruditas y curiosas del teatro* e pela *Ilustracion Apologética del Theatro Crítico*[75]. Enquanto despontam, timidamente, nas bibliotecas dos juristas de Vila Rica, livros vinculadas à Filosofia iluminista, ainda subsistem obras de escritores ligados à segunda escolástica. É o emparelhamento, em pleno século XVIII, da tradição e do pensamento ilustrado.

Mas havia ainda outros livros nas bibliotecas desses juristas: alguns contribuíam para a vivência da fé religiosa, pois eram livros litúrgicos e devocionais. Outros poderiam servir para o deleite, a simples satisfação pessoal daqueles que os liam, como as obras de belas letras; já os demais poderiam ir ao encontro, quem sabe, de aspirações, desejos pessoais, ou ainda estar relacionadas a alguma atribuição secundária de seu proprietário, como é o caso do livro sobre Arte Militar.

Destacamos aqui as principais matérias que faziam parte do acervo bibliográfico dos juristas de Vila Rica. Gostaríamos de ressaltar que as obras classificadas em outras categorias, que não o Direito, a Retórica, e a literatura clássica latina, que consideramos as mais intimamente relacionadas com as profissões de seus proprietários, constituem uma parcela muito pequena do total das obras inventariadas. Em números absolutos, não ultrapassam a cifra dos 7% para o total de títulos e 10% para o conjunto dos volumes.

---

[73] Conforme Alcir Pécora, "segunda Escolástica" é o termo cunhado por Carlo Giacon para designar a retomada da predominância tomista no pensamento da Igreja, levada a cabo durante os anos da Contra-Reforma sobretudo por dominicanos e jesuítas. PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. São Paulo: Edusp, 1994, p. 73. AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/104/1312/1774.

[74] PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. São Paulo: Edusp, 1994, p. 73.

[75] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/16/149/1763.

A análise quantitativa nos aponta a evidência já mencionada anteriormente. A formação destas bibliotecas está condicionada à carreira escolhida por aqueles indivíduos. Os livros dos juristas de Vila Rica são importantes instrumentos de trabalho, são seus auxiliares no exercício jurídico. O segundo lugar no interesse dos magistrados e advogados, excetuando-se as obras cuja classificação não foi possível, pertence ao conjunto das belas letras que, parcialmente, também possuem conexão com a matéria jurídica. Interessante notar o quanto eram baixas as cifras referentes à literatura sacra (1,7% para o número de títulos e 2,4% para o de volumes). Esses livros, representantes da tradição religiosa, mostram-nos que entre o estrato mais intelectualizado da população setecentista de Vila Rica, o catolicismo já deixara de ter o peso que tivera. Mas apesar disso, as obras que representam as outras áreas do saber, que não a jurídica, demonstram o quanto ainda eram limitados, em plena segunda metade do século XVIII, o gosto e o hábito pela leitura. Os livros que não possuíam, para seus proprietários, um caráter funcional tinham presença modesta nas prateleiras das estantes. Estavam ainda relegados a um plano secundário. Eram privilégio de uma minoria seleta que ia, gradualmente, se abrindo aos novos saberes, às discussões que envolviam questões históricas, filosóficas e políticas e os levariam a uma melhor compreensão da sociedade em que viviam.

2.2.1.3 - Os Eclesiásticos

A Igreja católica, ofereceu à população maiores perspectivas de acesso à carreira eclesiástica. Ao contrário do que acontecia com as demais profissões, os estudos para se ingressar no clero poderiam ser realizados, em grande parte, no Brasil. Observa-se, no entanto, que a maior parte do clero colonial não se formou em Seminários, que foram tardios, ou intermitentes, como o de Mariana. Formavam-se os padres, sobretudo, nas Aulas Régias de Gramática Latina (e Retórica e Filosofia, quando as havia)[76]. Todos esses fatos

---

[76] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e quitidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João VI.* Lisboa, Estampa, 1993, p. 73.

beneficiaram àquela parcela da população que não tinha recursos suficientes para custear seus estudos na metrópole.

Se por um lado, este alargamento de oportunidades conferiu à Igreja um importante papel na resolução dos problemas referentes à formação profissional, por outro, transformou a carreira eclesiástica em um meio fácil de se ganhar a vida. Já nos últimos anos do século XVIII, proclamava o Frei Antônio da Vitória, superior da Província dos Capuchos do Rio de Janeiro: "Hoje não há verdadeiras vocações para o estado religioso; quase todos o procuram por modo de vida, e principalmente no Brasil, onde faltam empregos em que os pais arrumem seus filhos[77]." Parece-nos, portanto, que a carreira eclesiástica era mesmo um bom investimento para as famílias.

Não é de se estranhar o interesse da história dos livros e da leitura pelos eclesiásticos. Em princípio seria o clero secular (para não falarmos do regular com acesso às bibliotecas conventuais) um grupo consumidor e possuidor de livros, deles fazendo uso no exercício profissional. Dessa forma, alguns historiadores debruçaram-se sobre os clérigos a fim de conhecer suas bibliotecas particulares[78].

Em nossa pesquisa, destacaremos, prioritariamente, o trabalho de Luiz Carlos Villalta sobre as livrarias dos clérigos mineiros setecentistas já que a semelhança do objeto e do método de pesquisa nos possibilitará realizar um trabalho comparativo[79]. Sabemos que a historiografia referente ao assunto privilegia em sua abordagem a distribuição da posse de livros dentro do próprio

---

[77] Correspondência de várias autoridades. Apud. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 288.289.

[78] Dentre os estudos que, de alguma forma, enfocam as bibliotecas eclesiásticas citamos: VILLALTA, Luiz Carlos. "Os Clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII". *Acervo:* Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.01/02, jan./dez. 1995. FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na livraria do Cônego*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde*: a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo, Anna Blume, 1996. ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999. CHARTIER, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France D'Ancien Régime*. Paris: Éditions du Seuil, 1987. PICARD, Evelyne. "Une bibliotèque conventuelle aux XVIIIe Siècle: les théatins de Saint-Anne-La-Royale". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris: (27); abr./jun., 1979. MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, s/d.

corpo eclesiástico[80]. Em Vila Rica, na segunda metade do Setecentos, apenas seis indivíduos, no total dos inventariados proprietários de livros, faziam parte do corpo eclesiástico[81]. Este número equivale a uma cifra de 50% dentro do grupo que convencionamos chamar de "o grupo dos letrados". Dentro deste grupo muito heterogêneo, os clérigos constituem, pois, a metade dos letrados que, em meados do século XVIII, possuíam bibliotecas particulares.

À exceção de Antônio Rodrigues Paiva, nascido na freguesia de Congonhas do Campo, no próprio termo de Vila Rica[82], e de João da Costa Pereira, cuja naturalidade a fonte não menciona[83], os demais são todos provenientes de Portugal: três deles oriundos do Arcebispado de Braga e um nascido no Bispado de Lamego[84]. Enquanto dois deles residiam na freguesia de Antônio Dias[85], os demais viviam fora de Vila Rica: três moravam em Congonhas do Campo e um em Itabira[86]. Quase todos esses indivíduos acumularam fortunas razoáveis formadas por casas de morada, escravos, terras minerais e engenhos. O padre Manoel Ribeiro Soares ocupava a primeira posição na posse de bens: além de possuir um sobrado no arraial de Itabira, era proprietário de inúmeras datas de terras minerais na mesma freguesia, constituídas por engenhos aparelhados, tenda de ferraria, venda, moinho, carros de boi, juntas de boi de carro, casa de vivenda, quintal e senzala. Completava sua riqueza, estimada em 7:072$534 réis, várias barras

---

[79] VILLALTA, Luiz Carlos. "Os Clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII". *Acervo:* Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.01/02, jan./dez. 1995.

[80] Para citarmos apenas alguns exemplos, os trabalhos de Júnia F. Furtado e Luiz Carlos Villalta seguem este caminho. Segundo os respectivos autores, em Diamantina, metade dos padres inventariados eram proprietários de livros. Já em Mariana, no mesmo período, um terço deles possuíam livros entre os bens espoliados. Quanto aos clérigos inconfidentes, três entre os cinco seqüestros de bens mencionam a existência de bibliotecas. VILLALTA, Luiz Carlos. "Os Clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII". *Acervo:* Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.01/02, jan./dez. 1995, p. 21.

[81] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1°/41/485/1788; 1º/23/244/1787; 1º/48/583/1783; 1º/70/830/1775; 1º/102/1274/1785; 2º/9/89/1791.

[82] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/23/244/1787.

[83] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/70/830/1775.

[84] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1°/41/485/1788; 1º/48/583/1783; 2º/9/89/1791, 1º/102/1274/1785.

[85] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1°/41/485/1788; 2º/9/89/1791.

[86] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/23/244/1787; 1º/48/583/1783; 1º/70/830/1775; 1º/102/1274/1785.

de ouro com suas guias e 11 escravos[87]. O extremo oposto era ocupado por João da Costa Pereira que, desprovido de quaisquer bens de maior valor, acumulara apenas 168$200 réis[88]. Em média, os eclesiásticos de Vila Rica possuíam seis escravos e uma riqueza avaliada em 2:836$807 réis[89].

As dimensões das bibliotecas que conservaram eram diversas: a maior delas possuía 154 volumes e a menor contava com apenas um[90]. Os números de livros encontrados nas livrarias eclesiásticas de Vila Rica não ultrapassam, em média, os encontrados na região de Diamantina (15, 35 e 90) e ficam infinitamente atrás dos auferidos para os clérigos inconfidentes (cuja variação ia de 105 a 612 volumes) e para o termo de Mariana (que oscilava entre 42 e 1056 volumes)[91]. A biblioteca do reverendo vigário do arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira, Manoel Ribeiro Soares, é a segunda maior dentre todas as encontradas na região de Vila Rica, entre os anos de 1750 e 1800[92]. Possuía o padre, 111 obras distribuídas em 154 volumes. Podemos afiançar que esta era a principal biblioteca do conjunto pertencente aos eclesiásticos. Composta, majoritariamente, por obras religiosas (68,2% dos volumes), repleta de escritos de liturgia e, em menor grau, teologia, história sagrada, escritura santa e cânones, esse importante acervo eclesiástico, embora em escala bastante inferior, também contava com a presença das ciências e das belas letras (14,9% e 13% dos volumes, respectivamente) que compareciam, prioritariamente, com as ciências jurídicas, a filosofia, a medicina e a história profana.

A descrição deste acervo recebeu um tratamento especial por parte do escrivão responsável pelo inventário. Inicialmente vieram descritos os "livros de fólio" e os "livros de fólio com capas de pergaminho". Na seqüência inventariaram-se os "livros de oitavo" também "com capas de pergaminho",

---

[87] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/102/1274/1785.
[88] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/70/830/1775.
[89] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/41/485/1788; 1º/23/244/1787; 1º/48/583/1783; 1º/70/830/1775; 1º/102/1274/1785; 2º/9/89/1791.
[90] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/102/1274/1785; 1º/23/244/1787.
[91] FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde*: a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo, Anna Blume, 1996, p. 54. VILLALTA, Luiz Carlos. "Os Clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII". *Acervo:* Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.01/02, jan./dez. 1995, p. 22.
[92] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/102/1274/1785.

depois foram descritos os "livros de quarto com capas de pasta" e, por fim, os "livros de oitavo" também "com capas de pasta." À descrição da obra, o escrivão acrescentou informações acerca do estado de conservação destes exemplares: termos, como "em bom uso", "com algum uso", "em meio uso", "com seu uso", "com muito uso", "bastantemente usado" e "já velho" são freqüentes em toda a descrição do acervo bibliográfico e em nenhum outro documento encontramos um trabalho tão meticuloso como o realizado neste inventário. Embora o aspecto material do livro tenha sido completamente descrito, as informações acerca da obra em si não estão completas, pois nem sempre o título é acompanhado por sua autoria. Por pouco não nos deparamos com uma descrição perfeita de um acervo bibliográfico.

Nesta coleção, destacavam-se os grossos livros *in fólio* e os livros *in quarto*, ambos presentes com 45 volumes (29,2%). Já a encadernação "em pasta" em 83 volumes (53,9%) era preponderante em relação as 32 obras encadernadas com capas de pergaminho (20,8%). Uma boa parte deste acervo (59 volumes; 38,3%) encontrava-se em bom estado de conservação e embora alguns deles (21; 13,6%) tivessem sido amplamente usados, poucos (apenas 10; 0,6%) encontravam-se já velhos.

Essa ampla maioria de livros *in fólio* indica a importância destes exemplares na biblioteca do vigário. Segundo a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva as obras encadernadas *in-fólio*, devido aos seus altos preços, eram certamente só adquiridas por instituições religiosas, membros do alto clero ou pessoas reais, enquanto os livros de devoção, publicados em papel, eram acessíveis a todas as camadas alfabetizadas da população[93]. Concluímos, portanto, que essas obras que compunham o acervo do padre Ribeiro Soares não eram os simples livrinhos devocionais que circularam amplamente pelo universo colonial e alimentaram a fé da população católica capaz de ler. Esses livros tinham um papel bastante específico nas mãos dos membros do corpo eclesiástico, pois instruíam e auxiliavam àqueles que tinham por função ministrar o culto divino e a instrução religiosa. E para que desempenhassem com maestria tal ofício, esses indivíduos precisavam ter

amplos conhecimentos a respeito das verdades sagradas, das questões dogmáticas, históricas e filosóficas.

Já as informações sobre o estado de conservação da coleção podem levar-nos à compreensão das preferências literárias do eclesiástico, bem como do processo de formação de sua biblioteca. Ao mesmo tempo que os livros "em bom uso" podiam ser obras de consulta rara e utilização esporádica, por não estarem inseridos no leque dos interesses imediatos de seu proprietário, poderiam também ser livros novos, de recente aquisição e, conseqüentemente, de pouco uso e boa conservação. Da mesma forma "os livros velhos" ou os "bastantemente usados" poderiam tanto ser os livros de consulta freqüente, como também os primeiros a constituírem o acervo bibliográfico do padre Manoel. Embora não tenhamos dados concretos que nos levem a comprovar qualquer uma de nossas hipóteses, ficamos inclinados a aceitar como mais verossímil a segunda delas, uma vez que o acervo pertencente ao padre estava intimamente relacionado com a carreira por ele abraçada e, dessa forma, possuía importância fundamental na sua atividade profissional.

Além da biblioteca descrita no inventário atestar a relação de Ribeiro Soares com os livros, outras informações advindas do testamento reiteram sua inserção no mundo das letras, bem como o apreço que dispensava aos estudos e à carreira eclesiástica. Primeiramente, salta-nos aos olhos o fato do Padre Manoel Ribeiro Soares ter subvencionado, ao longo de três anos, os estudos eclesiásticos de seu sobrinho homônimo, além de ter-lhe custeado as despesas referentes a sua ordenação, realizada na sede do Arcebispado da Bahia. Acrescente-se a essas importantes contribuições para a formação profissional do rapaz, outras ainda de cunho econômico que lhe garantiriam a ordenação, tais como a doação de um patrimônio composto por terras agrícolas e minerais, bem como dois escravos e a concessão dos rendimentos provenientes da Capela de São Caetano da Moeda, na mesma freguesia de Itabira, da qual o sobrinho tornou-se coadjutor e capelão[94]. Dado que o "sobrinho" tinha exatamente o mesmo nome, é provável que na verdade fosse

---

[93] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1978, p. 91.
[94] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/102/1274/1785.

seu filho e que ele quisesse dar-lhe um modo de vida com a ordenação e um lugar na paróquia.

Nas disposições referentes ao seu enterro, o padre Ribeiro Soares pede, primeiramente, que lhe comprem, no mesmo dia de sua morte, em favor de sua alma, da alma de seus escravos e de seus pais, avós e irmãos "quarenta bulas de composição e outras quarenta de defuntos"[95] Em seguida, dando aos clérigos que o acompanhassem à sepultura esmola de meia oitava, pedia as habituais missas pela alma: "cento e oitenta, segundo a ordem que declara o livro intitulado Castro, *de bem morrer*, no seu fim, que principiam às folhas trezentos e sessenta e oito"[96]. E em seguida elenca as missas a serem rezadas, conforme disposição ordenada pelo autor citado:

> trinta e três aos anos que Jesus Cristo andou neste mundo, cinqüenta à sagrada morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, vinte e sete a todas as hierarquias celestes, doze aos doze apóstolos, cinco ao meu anjo da guarda, três ao Senhor São José para que me assista na hora da morte, três à Senhora Santa Ana, duas a São Bernardo, duas a São Francisco, cinco a todos os santos mártires, quatro aos santos confessores, abades anacoretas, duas às santas virgens mártires, e três às agonias que Jesus Cristo padeceu na árvore da vera cruz quando esteve para espirar[97]

Outra declaração do testador também fazia referência à sua bibliotecas: determinava o padre que o produto da venda dos livros pertencentes à sua coleção fosse também convertido em missas por sua alma, celebradas no altar privilegiado da igreja da Boa Viagem de Itabira, de onde era pároco.

Essas declarações constituem importantes indícios de que o eclesiástico não só possuía livros, mas lia alguns deles e tinha plena ciência dos preceitos neles contidos. O testador determinava o número de missas e o tipo destas de acordo com a obra de um padre jesuíta, Estevão de Castro (1573-1639). Interessante observar que a obra mencionada pelo testador, *Breve aparelho, e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão*, não faz parte de sua coleção particular. E esse dado serve-nos como um forte indício de que havia uma certa circulação dos livros no mundo colonial, de que o indivíduo poderia muito

---

[95] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/102/1274/1785.
[96] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/102/1274/1785.
[97] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/102/1274/1785.

bem fazer uso do empréstimo para a leitura de uma obra e portanto não precisava possuí-la para ter conhecimento de seu conteúdo.

Essa nossa assertiva é ratificada pelo próprio padre Ribeiro Soares que, ao declarar no testamento, os bens que possuía, afirma pertencer-lhe uma

> livraria com a qual se acham alguns livros de Carlos Antônio de Faria e Abreu, três do padre João Batista de Abreu, de Direito, e o dito padre também tem em seu poder a minha Prática Criminal e se acha na dita livraria uma Constituição da Bahia que pertence à fábrica desta matriz[98]

A confluência de interesses dessa camada da população levava os eclesiásticos a compartilharem o conteúdo das obras que possuíam. A troca ocorria, era legítima e possibilitava que as informações atingissem um grupo maior de pessoas. As dificuldades inerentes à compra de livros em Vila Rica, em fins do período colonial, poderiam ser sanadas por meio desses empréstimos.

Outro eclesiástico de Vila Rica, o padre Bento Antônio Maciel, também demonstra conhecimento sobre o conteúdo de um livro que não possuía. Em determinação testamentária, requer que o seu sepultamento seja devidamente realizado "na forma que determinam as Constituições do Arcebispado"[99]. As *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia* tinham de existir em todas as paróquias pois continha as determinações necessárias aos párocos. O padre Ribeiro Soares escreveu no testamento que o exemplar que estava com ele pertencia "à fabrica desta matriz" e, do mesmo modo, Bento Antônio Maciel poderia estar se referindo ao exemplar existente em sua paróquia.

A ampla circulação do livro, surge também no testamento de mais um padre de Vila Rica. Francisco Lopes do Vale é outro que não se incomoda em emprestar seus livros, pois declarava possuir "bastantes papéis e livros" e acrescenta que "muitos deles estão emprestados", dizendo que o sapateiro João Rodrigues, morador no arraial de Congonhas do Campo, poderá prestar informações sobre esse material, já que foi ele quem os emprestou no mesmo arraial[100]. Esses depoimentos são de fundamental importância, pois confirmam

---

[98] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/102/1274/1785.
[99] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/09/89/1791.
[100] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/48/583/1783.

a hipótese de que os livros atingiam um núcleo de pessoas mais numeroso do que o dos proprietários de bibliotecas inventariados. Além disso mostram que essa concessão gratuita da obra impressa a outrem garantia ao livro um alcance bem mais amplo do que o que lhe assegurava o incipiente comércio livreiro.

Os padres supracitados, Bento Antônio Maciel e Francisco Lopes do Vale, embora ocupassem o segundo e o terceiro lugares na posse de livros, possuíam bibliotecas muito inferiores, em termos numéricos, à primeira aqui analisada. Bento Maciel possuía apenas 18 obras distribuídas em 35 volumes[101]. A maioria deles (80%) pertencia à matéria eclesiástica e os demais referentes às belas letras, tinham um caráter iminentemente didático, como a *Prosódia* de Bento Pereira[102], a *Arte explicada,* de João de Morais Madureira Feijó e os comentários sobre as obras de Horácio e Virgílio. Esse didatismo também alcançava os escritos religiosos e era inerente aos comentários feitos sobre o *Concílio Trindentino* e o *Catecismo de Montpelier,* obras regularmente utilizadas nos estudos menores. Em geral, os padres eram escolhidos para professores de Gramática Latina quando não tinham uma paróquia a seu cargo. Mas esses lugares eram poucos, pois nem todas as vilas importantes tinham essa Aula Régia. Já nos referimos ao fato de Vila Rica possuir, na segunda metade do século XVIII, uma cadeira de Gramática Latina. Estaria, Bento Maciel envolvido com a arte de ensinar? Não sabemos precisamente, mas os livros existentes em sua biblioteca apontam para este caminho.

Já o padre Francisco Lopes do Vale possuía uma livraria composta por 16 obras distribuídas em 28 volumes[103]. Sua biblioteca também era predominantemente composta por livros relacionados à matéria eclesiástica (85,7% das obras referiam-se à liturgia, teologia e escritura santa) e por escritos pertencentes às belas letras (10,7%), onde destacam-se os autores latinos e os comentários que se fizeram a respeito de suas obras. Além destes livros que pudemos contabilizar e dos demais que encontravam-se

---

[101] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/09/89/1791.

[102] Como vimos no Capítulo 1, a obra referida era uma das mais recentes aquisições da biblioteca analisada. Foi encomendada à Diogo da Moeda [?] Moreira, em Lisboa, que a enviou pelo valor de seis oitavas de ouro. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/09/89/1791.

[103] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/48/583/1783.

emprestados, parece-nos que o padre Francisco possuía outros mais, que ainda não haviam sido transportados para a sua residência em Congonhas do Campo. Em declaração testamentária o padre afirma possuir, em casa de terceiros

> duas caixas (...) dentro das quais se acham vários livros, meia dúzia de garfos e colheres de prata, alguma louça fina, uma colcha de algodão, outro calção de veludo e vários trastes, três caixões de prego o que tudo me pertence só os deixei pelo não poder conduzir.[104]

Essa afirmação comprova o fato de a biblioteca do padre Francisco não se limitar apenas aos livros descritos no inventário. A julgar pelos dados contidos na fonte, havia alguns mais: uns emprestados e outros guardados em mãos de terceiros. Desse modo as bibliotecas eclesiásticas de Vila Rica poderiam ser bem mais numerosas do que realmente parecem nos inventários. No entanto, acreditamos que as coleções de livros aqui analisadas são importantes indicativos das tendências de leitura desse estrato da população colonial de Vila Rica.

As últimas bibliotecas eclesiásticas analisadas pertenciam a João da Costa Pereira, que possuía 11 obras em 11 volumes e Domingos Vaz de Carvalho – presbítero do hábito de São Pedro – que conservava 6 títulos e 9 volumes[105]. Esses livros não ultrapassavam as fronteiras religiosas e referiam-se à liturgia, teologia e história sagrada.

Por fim, o último eclesiástico inventariado que detinha a posse de livros era Antônio Rodrigues Paiva, também sacerdote do hábito de São Pedro[106]. No entanto, esse eclesiástico não possuía uma biblioteca, mas sim um único livro que pertencia à sua ermida. Tratava-se de um *missal*, livro especificamente destinado às celebrações da missa e que continha todas as orações que seriam pronunciadas durante o culto católico. Esse missal, juntamente com as vestes litúrgicas e as alfaias sacras, compunham uma pequena capela.

Veremos, ao longo deste capítulo, o quanto os missais conservados, ora entre os bens pertencentes às capelas, ora em meio às alfaias dos oratórios

---

[104] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/48/583/1783.
[105] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/70/830/1775; 1°/41/485/1788.
[106] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/23/244/1787.

domésticos, foram comuns entre os proprietários de livros aqui analisados. O próprio padre Manoel Ribeiro Soares (proprietário da principal biblioteca eclesiástica de Vila Rica) também possuía "um missal e um oratório com uma imagem de Jesus Cristo crucificado"[107].

Vejamos, em conjunto, quais eram as principais tendências de leituras desses indivíduos.

TABELA V: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS ECLESIÁSTICOS DE VILA RICA: 1750-1800.

Áreas do Saber	Subdivisões	Números Relativos	%	Total Geral	%
Ciências	Direito	6/9	3,7/3,8	15/23	9,2/9,7
	Filosofia	4/8	2,5/3,4		
	Medicina	4/5	2,5/2,1		
	Vários	1/1	0,6/0,4		
Belas Letras	História	11/14	6,7/5,9	24/30	14,7/12,6
	Língua	4/4	2,5/1,7		
	Peça dramática	1/1	0,6/0,4		
	Poesia	5/8	3,1/3,4		
	Prosa romanesca	1/1	0,6/0,4		
	Retórica	2/2	1,2/0,8		
Religião*	Cânones	3/3	1,8/1,3	116/177	71,2/74,4
	Escritura Santa	3/4	1,8/1,7		
	História Sagrada	14/18	8,6/7,6		
	Liturgia	75/115	46/48,3		
	Padres da Igreja	1/1	0,6/0,4		
	Teologia	20/36	12,3/15,1		
Indeterminado	-	-	-	8/8	4,9/3,3
Total	-	-	-	163/238	100

Fonte: AHMU-CSP: 1° e 2° Ofícios. Inventários, 1750-1800.
*Em vista da importância dos diferentes ramos das ciências sacras na formação eclesiástica, as obras religiosas serão aqui subdivididas, segundo classificação realizada por Evelyne Picard, em seu trabalho a respeito das bibliotecas conventuais francesas[108].

Observando a tabela, constatamos que, entre os padres de Vila Rica, as obras sagradas ocupam mais de 2/3 do total dos volumes existentes em suas

[107] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/102/1274/1785.
[108] Os cânones compreendem as obras de direito canônico, as bulas papais e as determinações dos concílios; a escritura santa compreende a bíblia, bem como cada um dos livros a ela pertencentes; a história sagrada se subdivide em história eclesiástica, história dos concílios, história dos papas e cardeais, história monástica e religiosa, mariologia, hagiografia, história das heresias e história dos locais sagrados; a liturgia compreende os catecismos, os sermonários, os manuais de confissão, os breviários e as obras devocionais; os padres da igreja referem-se aos escritos dos primeiros padres; a teologia destaca as obras de teologia moral. PICARD, Evelyne. "Une bibliotèque conventuelle aux XVIIIe Siècle: les théatins de Saint-Anne-La-Royale". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris: (27); abr./jun., 1979.

bibliotecas, ou seja, 74,4%. Apesar desta expressividade numérica, não há entre as livrarias uma homogeneidade quanto à distribuição destas obras entre os diversos ramos do saber. Apenas um eclesiástico, o padre Manoel Rodrigues Soares, revela maiores interesses, possuindo títulos que puderam ser enquadrados nas diversas categorias. Os demais têm suas preferências mais circunscritas[109].

Quanto à distribuição dessas obras pelas bibliotecas, podemos dizer que as litúrgicas apresentam-se majoritariamente em todas. Em segundo lugar na preferência dos leitores eclesiásticos, estão as obras teológicas, exceção feita às bibliotecas dos padres Antônio Rodrigues Paiva (que possuí um único livro de liturgia) e João da Costa Pereira (onde predomina a história sagrada). Em seguida vem a história sagrada, presente em três bibliotecas. A escritura santa, os cânones e os padres da igreja aparecem parcamente e são superados numericamente por obras relacionadas com as diversas áreas das ciências e belas letras.

A análise da tabela aponta-nos para a utilidade das obras que compunham as bibliotecas dos clérigos de Vila Rica. Percebemos que a maioria dos títulos está estritamente relacionada com o trabalho daqueles padres: são obras que os auxiliavam no desenvolvimento das atividades litúrgicas. Outra parte significativa das obras dizia respeito à própria formação intelectual.

Destacamos agora as obras que mais aparecem nas bibliotecas dos eclesiásticos de Vila Rica. Dentre os livros que se repetem, com maior freqüência, os breviários ocupam lugar de destaque: estão presentes em 5 das 6 bibliotecas examinadas. Além deles, destacam-se os livros de cerimoniais, os cadernos de santos e os ripanços. Também são bastante comuns títulos como a *Teologia Moral* e a *Medula Teologica*. Por fim, destacamos ainda os missais, os catecismos e as obras sobre o Concílio Tridentino que se repetem com uma menor freqüência.

Os tipos de livros encontrados nas bibliotecas clericais de Vila Rica, bem como a freqüência de alguns títulos e autores coincidem, em grande parte, com

---

[109] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/102/1274/1785.

os encontrados entre os clérigos de Mariana. Essas obras, conforme Luiz Carlos Villalta observou, indicam "a ressonância da ortodoxia católica", pois faziam parte de um grupo maior de livros que, com o objetivo de melhor instruir e disciplinar os clérigos, foram recomendados pelas autoridades eclesiásticas.[110]

Quanto às ciências, apenas em três bibliotecas ocupavam algum espaço[111]. No conjunto, perfaziam uma cifra de 22,3% do total dos volumes inventariados. Nesse campo, o leque de interesses era bastante pequeno. Novamente, o ecletismo fica restrito ao padre Manoel Ribeiro Soares, cujas obras puderam ser enquadradas em diversos ramos do conhecimento[112]. Os outros eclesiásticos proprietários possuíam apenas obras relacionadas às belas letras[113].

Nas outras bibliotecas clericais mineiras, de outras localidades e identificadas não só por meio de inventários *pós-mortem*, evidencia-se também o predomínio das ciências sacras sobre as profanas. Porém, deve-se ressaltar a significativa diferença que separa as livrarias dos clérigos inconfidentes das dos demais. Segundo Luiz Carlos Villalta,

> os primeiros possuíam interesses que ultrapassavam os limites imediatos do trabalho pastoral, voltando-se, mais fortemente para questões teológicas e, até mesmo, profanas. (...) Os clérigos não-conjurados, inversamente, à exceção do bispo Pontevel, eram prisioneiros de suas atribuições mais imediatas, fossem no trabalho pastoral, litúrgico, fosse nas atividades administrativas, que exigiam conhecimentos canônicos jurídicos[114].

Também entre eles a liturgia seguida pela teologia, entre as ciências sacras, e as belas letras, entre as profanas, ocupavam a primazia. Entretanto, os clérigos mineiros não-inconfidentes analisados por Villalta eram mais inclinados aos saberes profanos e possuíam interesses mais diversificados dos que os por

---

[110] VILLALTA, Luiz Carlos. "Os Clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII". *Acervo:* Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.01/02, jan./dez. 1995, p. 21.
[111] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/48/583/1783; 1º/102/1274/1785; 2º/9/89/1791.
[112] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/102/1274/1785.
[113] AHMI-CSP. Ofício/ códice/auto/ano: 1º/48/583/1783; 2º/9/89/1791.
[114] VILLALTA, Luiz Carlos. "Os Clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII". *Acervo:* Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.01/02, jan./dez. 1995, p. 28.

nós aqui examinados. Haja vista que dos sete padres analisados, seis deles manifestavam interesse ora pela belas letras, ora pela ciências[115]. Talvez possamos acreditar na possibilidade desse grupo ser mais intelectualizado do que os eclesiásticos de Vila Rica.

Como já dissemos anteriormente em relação às ciências sacras, também no campo referente às ciências profanas reinava a mais perfeita ortodoxia. Nas bibliotecas eclesiásticas de Vila Rica, não havia nada que pudesse, efetivamente, perturbar a ordem moral, política e religiosa da colônia portuguesa. Os ecos da razão que se fizeram ouvir entre os inconfidentes mineiros não chegariam até essa parcela da população, não seriam partilhados por eles embora todos compartilhassem de um mesmo espaço social e vivessem no cenário que abrigaria o ideário difundido pela abortada sublevação mineira.

2.2.2 - Profissionais de saúde

Os profissionais que dedicaram-se ao cuidado da saúde humana, médicos, cirurgiões e boticários, constituíram, na América Portuguesa, um grupo restrito que acabou por conferir à prática médica realizada no império colonial um caráter bastante peculiar. O pragmatismo inerente às obras que povoavam as bibliotecas particulares de indivíduos pertencentes à esta categoria profissional revelam a existência, em Vila Rica, de um núcleo social que, certamente, muito precisou beber nesses tratados e compêndios a fim de realizar seu ofício com maestria.

Antes de focalizarmos os boticários e cirurgiões que, em meados do Setecentos, habitaram o termo de Vila Rica, e analisarmos o conteúdo de suas bibliotecas particulares, gostaríamos de, sumariamente, trilhar os caminhos percorridos pela arte médica no Brasil do século XVIII[116].

---

[115] VILLALTA, Luiz Carlos. "Os Clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII". *Acervo:* Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.01/02, jan./dez. 1995, p. 44.

[116] Para um exame mais detalhado acerca do assunto ver: RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

2.2.2.1- A medicina no Brasil do Setecentos

Sabemos que o avanço da colonização e o processo de povoamento do imenso território que compreendia a América Portuguesa rompeu o equilíbrio existente entre o mundo natural e suas populações nativas. O entrecruzamento das três raças que, ao longo dos séculos, formaria a nacionalidade brasileira apresentou-se, muitas vezes, de maneira bastante nefasta. A empresa colonial foi a grande responsável pela disseminação de doenças no Brasil. As moléstias alastraram-se por seu território através de duas grandes vias: primeiramente, por meio do conquistador português; depois, via negros africanos.

Além das inúmeras influências culturais, Europa e África propagaram por todos os cantos do Brasil várias mazelas que acabaram por ampliar o quadro patológico local. Mas a esse aspecto negativo acrescenta-se outro, numa vertente oposta: o estreito contato entre as três culturas – a indígena, a africana e a européia – originou uma medicina bastante singular, uma vez que cada uma destas raças divulgou os fundamentos de sua arte médica de origem[117]. A medicina colonial, formada na confluência destas tradições culturais, apresentou-se, portanto, de maneira bastante particular.

Para entendermos de fato tal peculiaridade, precisamos destacar dois aspectos da realidade colonial que propiciaram a configuração deste modelo de arte médica tão específico. São eles: a precariedade da vida material, marcada pela raridade de médicos, cirurgiões, boticários e produtos farmacêuticos; e o sincretismo dos povos, responsável pela formação de uma medicina multifacetada e inclinada ao universo da magia[118].

No Brasil colonial, mesmo nos maiores centros urbanos e nas regiões mais desenvolvidas, fazia-se sentir a carência de médicos. Mesmo os cirurgiões eram em escasso número, bem como os boticários e outros indivíduos aptos a preparar os remédios. Considerando-se as vastas extensões territoriais brasileiras, podemos afirmar que tais profissionais eram insuficientes

---

[117] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos*. A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 23.
[118] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos*. A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 16.

para atender a alta demanda da população na sua luta cotidiana contra as doenças.

Geralmente concentrados nas cidades e vilas mais populosas, os médicos e cirurgiões qualificados trabalhavam para as Câmaras municipais prestando assistência às tropas, aos presídios e aos hospitais, mediante pagamento de uma modesta remuneração. Nos intervalos dessas atividades, priorizavam o atendimento àqueles que tivessem maiores recursos para pagar-lhes[119]. Nesse sentido, o acesso aos profissionais habilitados era privilégio de poucos.

A esse problema alia-se a já mencionada inexistência de indivíduos habilitados ao cargo de boticário e a precariedade das boticas aqui administradas. Estas, na maior parte das vezes, possuíam um número bastante reduzido de drogas européias, muitos delas já em estado avançado de deterioração, devido à ação do tempo. Como se isto ainda não bastasse, os altos custos dos remédios tornava-os praticamente inacessíveis às populações carentes. Esse problema acabava estimulando o exercício da função de boticário por pessoas que não tinham o menor conhecimento sobre o preparo dos medicamentos.

O número insuficiente de profissionais qualificados, de medicamentos e de recursos adequados ao combate das mazelas contribuiu enormemente para a utilização, por parte de toda a população colonial, das curas informais. As práticas curativas populares, embora fossem mal vistas pela medicina oficial, tornaram-se parte integrante do universo colonial e os novos saberes e experiências adquiridas renovavam-se e adaptavam-se, cotidianamente.

Na América Portuguesa, enfatiza Márcia Ribeiro, "mulheres e homens despossuídos de bagagem teórica, cirurgiões com pouca prática, curandeiras, raizeiros, benzedeiras, parteiras, feiticeiras e até mesmo charlatães preencheram o vazio deixado pela medicina oficial"[120]. Na sociedade colonial, o recurso ao curandeirismo foi, portanto, um mal necessário, e todas as camadas sociais a ele recorriam

---

[119] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 33.

A flexibilidade com que os colonos americanos utilizavam-se dos usos e costumes portugueses também contribuiu para a singularidade do exercício da medicina no Brasil. Outro aspecto desta maleabilidade que merece ser ressaltado diz respeito à distinção existente no Reino entre as categorias de médico e cirurgião, distinção esta que se esvaece no Brasil, conforme já advertira Maria Beatriz Nizza da Silva. Apesar de, em princípio, os cirurgiões se limitarem-se à realização de atividades mais dependentes da prática manual, a "precariedade da assistência médica na Colônia acabou por autorizar indivíduos de reduzida bagagem teórica a curar moléstias, prática que cabia aos médicos cumprir"[121]. Dessa forma os cirurgiões deixaram de ser simples práticos e tornaram-se médicos, cabendo-lhes ainda discutir teorias e mostrar erudição[122].

Quanto à política de saúde, excetuando-se os momentos epidêmicos, as tentativas de controle sanitário no Brasil por parte da metrópole ficam restritas a dois campos de ação: o primeiro deles diz respeito à produção de livros, em fins do século XVII e início do século XVIII, voltados para a realidade colonial e especialmente dedicados às regiões coloniais economicamente ativas (visava-se preservar a saúde dos colonos – dos escravos, principalmente – como meio de garantir a continuidade da exploração colonial); e o segundo refere-se às intervenções fiscalizadoras do funcionamento do sistema médico-cirúrgico, tais como contenção dos preços dos medicamentos, controle de qualidade dos produtos farmacêuticos e vigilância dos indivíduos que praticavam o ofício[123].

Embora a fiscalização tenha se tornado mais severa a partir da segunda metade do século XVIII, com a criação, em 1782, da Junta do Protomedicato, a ineficiência da vigilância sanitária era patente. Como exemplo, Márcia Ribeiro apresenta-nos os números referentes a registros de profissionais de saúde

---

[120] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, 39.

[121] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 34.

[122] Segundo Márcia Moises Ribeiro, os tratados de medicina produzidos no Brasil são, com raríssimas exceções, de autoria de cirurgiões e não de médicos ou físicos, fato que demonstra a respeitabilidade de tal profissão. RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 35.

[123] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, 113-114.

encontrados na Câmara de Mariana, expressivo centro minerador das Minas Gerais. Entre 1755 e 1792, estavam registrados catorze cirurgiões, sete boticários, quatro sangradores e uma parteira, totalizando 21 indivíduos. Entre 1755 e 1781, fase que antecedeu à criação da Junta do Protomedicato, foram registrados 13 profissionais. Entre 1782 e 1792, época da atuação da Junta, registraram-se 8 indivíduos. A autora observa que a maior parte dos registros concentra-se no final do Setecentos, época em que, tanto no Reino quanto no Brasil, intensificou-se a perseguição contra os que atuavam ilegalmente. A documentação revela também que nenhum médico foi registrado no período em questão. Dado que nos leva a concluir que, apesar da intensa atividade dos órgãos de vigilância, as atividades curativas próprias dos médicos devem ter permanecido ora nas mãos dos cirurgiões, ora nas dos curiosos[124].

Para terminarmos nossa exposição acerca da medicina no Brasil colonial, vale lembrar o quanto o intenso intercâmbio cultural entre as três raças que habitavam a América Portuguesa contribuiu para a criação de uma medicina extremamente matizada, que mesclava influências naturais e sobrenaturais, magia e religião. Idéias, informações e experiências irradiavam uma série de influências que circulavam e se modificavam, tanto no centro do império português quanto em seus diversos domínios coloniais. Um forte amálgama cultural surgiu a partir deste ir e vir empreendido tanto pelo saber instituído quanto pelo saber informal.

Neste contexto, podemos perceber que eram muito fluidas as barreiras existentes entre os campos da medicina, da magia e da religião, uma vez que a interdependência entre essas três esferas era algo bastante manifesto[125]. Segundo o médico Bernardo Pereira, os homens podiam contar, para a cura de seus males, com três classes de remédios: os naturais, compostos à base de plantas; os mágicos, com destaque para o uso de palavras, caracteres e ensalmos; e os eclesiásticos, com seus exorcismos e aplicações de

---

[124] Acervo da Câmara Municipal de Mariana. Livros de registros, provisões e patentes. Apud. RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 127-128.

[125] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 99.

relíquias[126]. Arrematamos esta assertiva do médico setecentista concluindo que a medicina não só tolerava, mas também estimulava a utilização destes recursos alternativos pois acreditava em sua eficácia.

Estudando os tratados médicos que circularam durante o século XVIII, Márcia Móisés Ribeiro revela-nos o emparelhamento de sistemas mágico-religiosos aos conceitos próprios da arte médica. Embora o devir do século das luzes contribuísse para um possível decréscimo das explicações sobrenaturais e uma crescente racionalização das causas das doenças, inúmeros escritos mantiveram-se na vertente oposta ao discurso científico[127]. Vemos, pois, mais uma vez, resistências e permanências acompanhando, quase que passo a passo, as fortes transformações e mudanças que marcaram o século XVIII.

2.2.2.2 - Cirurgiões e boticários

A análise dos dados referentes à documentação pertencente aos boticários e cirurgiões que possuíam livros entre seu espólio inventariado irá ao encontro de muitas das afirmativas expostas anteriormente. Para indicarmos alguns pontos de confluência, traçaremos, primeiramente, o perfil social destes indivíduos e, em seguida, focalizaremos suas bibliotecas particulares a fim de descobrirmos os interesses e motivações que os impulsionaram a adquirir livros naquela época específica do período colonial.

Em Vila Rica, o grupo formado pelos profissionais de saúde era composto por cinco elementos[128]. Quanto à naturalidade, um era reinol, proveniente do arcebispado de Braga[129]; outro colonial, nascido nas Minas Gerais, freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira, termo de Vila Rica[130]; os três restantes não tiveram discriminado na documentação o seu

---

[126] PEREIRA, Bernardo. *Anacephaleosis médico theológica mágica jurídica, moral e política.* Coimbra: Oficina de Francisco de Oliveira, 1734. Apud: RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. .99-100.

[127] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 132.

[128] AHMI-CSP, Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/34/405/1786; 1°/54/641/1795; 1°/57/681/1762; 1°/92/1116/1761; 2°/64/711/1791.

[129] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/34/405/1786.

[130] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/64/711/1791.

local de origem[131]. No termo de Vila Rica. dois deles moravam no núcleo urbano: um, na rua das Cabeças, freguesia de Nossa Senhora do Pilar; o outro, na rua de Santa Quitéria, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias[132]; os demais estavam distribuídos em duas freguesias distintas: Congonhas do Campo e Itabira[133]. Os elementos pertencentes ao grupo não acumularam muitos bens. Alguns não possuíam nenhuma riqueza imobiliária[134], outros detinham apenas a posse de suas casas de morada e um número bastante restrito de escravos[135]. O licenciado Silvestre Tavares do Rego era uma exceção: sua riqueza, estimada em 2:510$150 réis era composta por uma propriedade de terras agrícolas, casa de morada e 18 escravos. Além dele, citamos também Domingos Ribeiro Guimarães que, embora não possuísse terras nem escravos, acumulava em seu poder cinco propriedades de casas situadas em Antônio Dias (quatro delas destinadas ao aluguel) e uma riqueza avaliada em 1:945.090 réis.

Três cirurgiões e dois boticários representavam a categoria dos indivíduos que lidavam com a saúde pública em Vila Rica e que possuíam livros dentre os bens inventariados. Entre os cirurgiões apenas um, Silvestre Tavares do Rego, possuía licença real para exercer a profissão[136]. E entre os boticários, podemos atribuir ao acaso o envolvimento de Felipe Rodrigues Veloso com o ramo da farmacologia, pois a botica que administrava era proveniente de uma penhora[137]. Além disso, não havia em Vila Rica, àquela época, nenhum médico dentre os inventariados proprietários de livros. Tais fatos comprovam a informalidade e a precariedade que cercavam o sistema médico-cirúrgico predominante em Vila Rica, em fins do período colonial.

Entre os bens inventariados, chama-nos atenção, além dos livros (nosso principal objeto de análise), a relação dos objetos referentes à leitura e à escrita, bem como, neste caso específico, a lista dos objetos utilizados no

---

[131] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/54/641/1795; 1°/57/681/1762; 1°/92/1116/1761.
[132] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/34/405/1786; 1°/54/641/1795.
[133] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/57/681/1762; 1°/92/1116/1761; 2°/64/711/1791.
[134] Como é o caso de Felipe Rodrigues Veloso e Francisco Antônio de Souza. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/57/681/1762 e 1°/54/641/1795.
[135] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/64/711/1791 e 1°/34/405/1786.
[136] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/64/711/1791. (parece errado, os dados não batem)
[137] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/57/681/1762.

exercício profissional. Tais róis constituem-se em importantes indicativos da função dos livros na sociedade mineira colonial. Os boticários, Felipe Rodrigues Veloso e Luís Manoel Afonso Migueis, possuíam suas boticas com todos os seus pertences[138]. O estabelecimento, destinado ao preparo e venda de produtos farmacêuticos, era composto, geralmente, por utensílios utilizados na conservação, preparo e armazenagem dos medicamentos e por vários tipos de drogas, como os sais, óleos, ungüentos, xaropes, bálsamos, pílulas, raízes, sementes, ervas, etc.. Nos frascos, potes e mais vidros pertencentes à botica de Felipe Rodrigues Veloso encontravam-se armazenados uma série de remédios, a maior parte deles "danificados e com bastante avaria"[139]. Como vimos, a precariedade dessa botica, como a de tantas outras que ali existiram, não é um fato peculiar, mas bastante comum à história da medicina no Brasil. Mas além dos remédios encontramos nessas boticas, objetos empregados tanto nas atividades de leitura quanto nas da escrita, como os livros (importantes instrumentos de auxílio na arte de preparação das mezinhas) e os papéis (utilizados para anotações das receitas). As farmacopéias, ou seja, os livros onde se reuniam fórmulas e preceitos relativos à preparação de medicamentos e à sua identificação e onde se encontram inventariados os remédios aprovados pelo Estado, são os que mais aparecem nas mãos dos boticários. O boticário Luís Manoel possuía dois deles: a *Farmacopéia Tubalense* (1735) escrita pelo "perito boticário" e "excelente botânico" português Manoel Rodrigues Coelho e a *Farmacopéia Lusitana* (1714) de autoria de Dom Caetano de Santo Antônio que, juntamente com Curvo Semedo e Francisco da Fonseca Henriques, o Mirandela, era considerado uma das matrizes do pensamento médico de Portugal[140]. Outros dois exemplares desse importante receituário português encontravam-se também em mãos do boticário Felipe Rodrigues Veloso: um deles já não possuía valor comercial nem ao menos utilitário pois encontrava-se "desencadernado e velho, incapaz de servir por estar desbaratado", sendo, dessa forma, substituído por outro

---

[138] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/57/681/1762; 1°/92/1116/1761.
[139] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/57/681/1762.
[140] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/92/1116/1761. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 358.

exemplar equivalente, porém novo[141]. Segundo Jorge de Souza Araújo, eram muito freqüentes no Brasil colonial os títulos relacionados às matérias farmacológicas. Tais livros ficaram famosos por serem utilizados não somente por especialistas, mas também por leigos e empíricos[142]. Atestamos, aqui, mais uma vez, a peculiaridade da medicina no Brasil, onde simples receituários capacitavam indivíduos desqualificados a praticarem o ofício.

Havia ainda em mãos de Rodrigues Veloso um *Regimento* manuscrito, pertencente à sua botica, também destituído de valor comercial mas que, certamente, deveria conter os preços que regiam a preparação dos medicamentos[143]. Temos, portanto, dados indicativos das primeiras tendências de leituras dos profissionais de saúde de Vila Rica. Os livros pertencentes aos boticários (ao lado dos demais objetos de suas boticas) ocupavam, certamente, uma função instrumental. Eram mais um instrumento de trabalho nas mãos de seus proprietários leitores.

Os cirurgiões ocupavam posições equivalentes. O licenciado Silvestre Tavares do Rego possuía "toda a ferramenta da arte da cirurgia"[144]. Sua biblioteca, composta por dez títulos "de cirurgia", complementava, nitidamente, tal "ferramenta", uma vez que os livros, em muitos casos, nada mais eram do que um importante instrumento no auxílio do exercício profissional. Francisco Antônio de Souza também conservava os seus "ferros de cirurgia" que englobavam canivetes, tesoura curva, pinça, tentas, ferros de tirar dentes e um pequeno bastão de prata[145]. Dois tratados médicos-cirúrgicos completavam seu aparato profissionalizante. O primeiro deles era o *Método de curar o morbo gálico,* (1715), livro escrito pelo fisico mór de D. João IV, Doutor Duarte Madeira Arraes e ilustrado com anotações por Mirandela. Editado pela primeira vez em Lisboa, no ano de 1642, esta obra, cuja temática principal era a sífilis, teve sucessivas reedições no século XVII e XVIII. *Luz verdadeira, e recopilado exame de toda a cirurgia* de autoria do cirurgião português, Antônio Ferreira, a

---

[141] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/57/681/1762.
[142] Jorge de Souza Araújo. "O perfil do leitor colonial". *Artes e Literatura* – Revista de Cultura Vozes. Petropólis, jul.-ago., 1989, n. 4, p. 454.
[143] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/57/681/1762.
[144] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/64/711/1791.
[145] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/54/641/1795.

quem Moreri, em seu Dicionário Histórico, intitula como *un des plus celebres Chirurgiens de Portugal,* era a outra obra mencionada[146].

Domingos Ribeiro Guimarães possuía uma alçaprema e um boticão velho de tirar dentes, um sinete de marfim, uma galheta branca de vidro, um agulhão de marcar e uma seringa de repuxo[147]. Tais objetos apontam para a especificidade da função exercida pelo cirurgião: a de cuidar das moléstias dentárias que afetavam a saúde bucal da população colonial. Além dos instrumentos próprios ao ofício eram de propriedade do "cirurgião-dentista" alguns objetos referentes à leitura e à escrita, tais como uma estante de madeira branca, em que se guardavam os treze volumes pertencentes à sua coleção; uma escrivaninha de pau preto, usada para apoiar o material de leitura e de escrita; um livro onde ele registrava dívidas e alguns cadernos, onde anotava questões referentes aos aluguéis das casas que possuía. Interessante observar que Domingos Ribeiro era o único cirurgião que, aparentemente, não possuía livros referentes à arte médica-cirúrgica. Seu acervo era composto por dois escritos devocionais, uma obra jurídica e dez volumes de *vários autores,* quatro deles com formatação *in quarto,* encadernados em pergaminho, e os outros seis *in duodécimo,* muito velhos. Como não sabemos que obras eram essas, quem eram seus autores ou quais matérias continham, não podemos afirmar com certeza que não se remetessem ao saber médico e, conseqüentemente, não tivessem alguma relação com o ofício de seu proprietário.

Mas quais eram, objetivamente, as tendências e os estilos de leitura dos profissionais de saúde de Vila Rica? Eram de propriedade dos cirurgiões e boticários um total de 32 títulos e, exatamente, 32 volumes. Apenas duas destas bibliotecas chegavam ou ultrapassavam o número de 10 obras. Os cirurgiões, Domingos Ribeiro Guimarães e Silvestre Tavares do Rego contavam, em sua biblioteca, respectivamente, com 13 obras distribuídas em 13 volumes e 10 obras em 10 volumes.[148] As demais eram medíocres se considerarmos a quantidade de livros que a compunham, pois não excediam o

---

[146] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 274.
[147] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1/34/405/1786.

número de quatro títulos. Os boticários, Felipe Rodrigues Veloso e Luís Manoel Afonso Migueis, possuíam, respectivamente, 4 e 3 livros em suas bibliotecas, enquanto o cirurgião Francisco Antônio de Souza possuía apenas 2 obras[149].

Sabemos que a posse de livros na América Portuguesa não era algo muito usual, mas sim privilégio de uma pequena minoria que buscava nos livros ou um certo refinamento intelectual ou auxílio e conhecimento necessários ao exercício profissional, ou ainda, alívio para as angústias da alma. Vejamos, pela classificação das obras por áreas do saber, quais eram as motivações que impulsionavam os profissionais de saúde a adquirirem livros.

TABELA VI: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS BOTICÁRIOS E CIRURGIÕES DE VILA RICA: 1750-1800.

Áreas do Saber	Subdivisões	Números Relativos	%	Total Geral	%
Ciências	Direito	2/2	6,2/6.2	18/18	56,3
	Medicina	16/16	50/50		
Religião	-	-	-	2/2	6,2
Indeterminado	-	-	-	12/12	37,5
Total	-	-	-	32/32	100

Fonte: AHMU-CSP: 1° e 2° Ofícios. Inventários, 1750-1800.

Observando as obras existentes naquelas bibliotecas, percebemos que a maioria dos títulos identificados tinha um caráter essencialmente utilitário e referia-se a questões cientificas, mais especificamente, médicas e jurídicas. Esses escritos (16 em 18) remetiam à arte da Medicina, Cirurgia e Farmacologia e eram importantes para aqueles que dedicavam-se ao tratamento das moléstias no Brasil colonial. Considerando-se apenas as obras por nós já identificadas, podemos dizer que somente um dos profissionais de saúde pesquisado não tem 100% de sua biblioteca particular composta por títulos relacionados ao seu ofício[150]. Aos demais, podemos vincular propriedade de livros e exercício profissional. Os títulos relacionados à questões normativas e de Direito também possuem caráter pragmático. O *Regimento* pertencente à botica de Felipe Rodrigues Veloso continha os preços

[148] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/34/405/1786 e 2°/64/711/1791.
[149] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/57/681/1762; 1°/92/1116/1761; 1°/54/641/1795.
[150] A exceção, como já vimos, fica por conta do cirurgião Domingos Ribeiro Guimarães. AHMI–CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1/34/405/1786.

das drogas comercializadas e o exemplar *in fólio,* encadernado em pasta. da *Prática judicial,* escrita por Antônio Vanguerve Cabral, existente entre os livros de Domingos Ribeiro Guimarães, era essencial fonte de consulta, não só para os magistrados, mas também para aqueles interessados nas questões legislativas, úteis tanto ao indivíduo quanto à coletividade.

O lugar ocupado pelas obras religiosas na preferência do grupo analisado é minoritário. Havia apenas dois livros de cunho religioso, místico e doutrinário: um *diurno,* ou seja, um livro de rezas dos eclesiásticos, que contém as horas menores do breviário e um exemplar *in fólio,* encadernado em pasta, da *Mística Cidade de Deus,* escrito pela madre agostiniana, Maria de Jesus de Agreda, ambos de propriedade do cirurgião Domingos Ribeiro Guimarães[151]. Essa última obra (apesar de visada pelo aparato censório português), juntamente com alguns outros títulos, aparecem, freqüentemente, nos inventários de bens brasileiros, testemunhando a incontestável popularidade das obras de fundo místico e doutrinário. Embora não possamos exatamente precisar se tais obras relacionavam-se apenas com as preferências pessoais de seu proprietário ou se, como de costume, faziam parte da tradição cultural religiosa da população brasileira, o certo é que, durante todo o período colonial, eram bastante estreitas as relações entre medicina e religião. No combate aos males físicos, tanto os remédios utilizados pela medicina oficial, quanto a penitência e o cumprimento das obrigações católicas eram recomendados. Para se ter uma idéia da importância da religião na recuperação da saúde, vale lembrar as determinações das *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia* aos médicos, cirurgiões e barbeiros. Dizia o livro que, antes de aplicarem as "medicinas" para o corpo, os profissionais da saúde deveriam primeiro cuidar da alma do doente, estimulando-o à confissão[152]. Sob esse prisma, as obras religiosas acabam por engrossar o arcabouço instrumental da categoria pesquisada.

Concluímos, pela análise da tabela, que a leitura dos profissionais de saúde já não se encontra tão subordinada ao compromisso moral, pois é

---

[151] AHMI–CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1/34/405/1786.

pequena a presença de livros de caráter religioso e devocional. Estes, vale lembrar, constituíram a imensa maioria das obras publicadas e consumidas no nosso período colonial. Notamos, ainda, uma significativa predominância dos títulos científicos, especialmente vinculados à arte médica e cirúrgica, tendo em vista a formação de seus proprietários.

A análise da amostragem de livros descritos nos inventários de bens pertencentes aos profissionais que lidavam com a saúde pública, em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, leva-nos a constatar a presença significativa de obras especializadas. Leitura diretamente vinculada à profissão dos inventariados proprietários de livros. Estes são uma fração do pequeno grupo de leitores abertos às mudanças de seu tempo. As tradições de leitura impregnadas de religiosidade começam a ser superadas e substituídas, pouco a pouco, por outras de cunho instrumental ou vinculadas a quaisquer motivações pessoais. O século das Luzes imprime, embora ainda de forma bastante modesta, sua marca nas bibliotecas setecentistas.

2.2.3- Grupo mercantil

Duas tipologias de comerciantes marcavam o mercado colonial mineiro: os volantes e os fixos. Enquanto os primeiros eram representados pelo tropeiro, comboieiro, boiadeiro, atravessador, mascate e negra de tabuleiro; os últimos eram os vendeiros, os lojistas e os taberneiros.[153]

Já apontamos no Capítulo 1, a contribuição que os lojistas e, em menor grau, os mascates, ofereceram à difusão dos livros. No entanto, além do envolvimento, mesmo que tangencial, com o comércio livreiro, alguns dos representantes deste grupo social também possuíam livros entre seus objetos particulares. Mercadores com lojas abertas e comerciantes volantes compunham o grupo, formado por seis indivíduos: destes, dois eram

---

[152] *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Lisboa, 1719/Coimbra, 1720, livro I, tít. 40. Apud: RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos*. A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 99.

[153] CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes:* mercadores das Minas setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995, p. 44. (Dissertação de mestrado)

proprietários de lojas de secos e molhados, outros dois possuíam vendas; um ocupava-se no exercício de cobrador e o último parece-nos um mascate[154].

O primeiro deles Pedro Teixeira Mursa, possuía uma loja com fazenda seca no Arraial de São Bartolomeu, distante duas léguas e meia a oeste de Vila Rica[155]. João Pereira Teles, além de ser proprietário de uma loja de secos e molhados na paragem chamada Água Limpa, região do Padre Faria, possuía também uma sociedade referente à comercialização (compra e venda) de escravos[156]. Negócio este certamente lucrativo, já que a aquisição da mão de obra escrava movimentou e impulsionou a economia colonial.

José Teixeira da Mota e Cassimiro da Silva Teixeira de Menezes possuíam vendas em Vila Rica[157]. Ambos dedicavam-se ao comércio dos gêneros de primeira necessidade, isto é, os alimentícios. Sobre a mercearia de Teixeira de Menezes, sabemos que oferecia, em fins do Setecentos, à população de Vila Rica, os seguintes produtos: carnes e peixes secos, sardinha e toucinho, frutas secas (passas de uva e amêndoas), laticínios (manteiga e queijo), doces (marmelada) e outros gêneros, como a farinha e o sabão. Acrescentem-se, ainda, alguns artigos que convidam à sociabilidade, como o vinho, o fumo e as cartas de jogar, fabricadas em seu próprio estabelecimento comercial[158].

Já Antônio dos Santos Lobato era "cobrador de vários homens de negócio do Rio de Janeiro"[159]. À época de seu falecimento, em fins de maio do ano de 1766, Lobato encontrava-se no arraial do Tejuco, em Serro Frio. Em seu poder estavam alguns "bens pertencentes a um doutor já defunto no Serro, João Freire da Fonseca". Eram "duas canastras com setenta livros de Direito avaliados em 150$000 réis", "uma trombeta já velha, sem valor", "uma cama de

---

[154] Embora a historiografia admita ser difícil distinguir os diferentes estabelecimentos fixos e apontar-lhes as especificidades, nossa distinção baseia-se, fundamentalmente, na designação contida no inventário de bens. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/19/178/1766; 1°/126/1574/1777; 2°/8/81/1796; 2°/26/280/1768; 2°/27/293/1764; 2°/31/344/1787. .

[155] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/126/1574/1767.

[156] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/26/280/1768.

[157] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/31/344/1787; AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/08/81/1796.

[158] Cassimiro da Silva Teixeira de Menezes possuía "quatro fôrmas de chumbo de fazer cartas de jogar". Em seu estabelecimento estavam estocados dezesseis maços de cartas, cada um deles contendo doze baralhos. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/08/81/1796.

[159] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/19/178/1766.

vento e dois sacos avaliados em 12$000 réis". Estes bens foram encaminhados, "por mando, ao sargento-mor Cosme Damião da Silva a 7 de novembro de 1767." [160] Ao que tudo indica, passados quase dezoito meses, os bens pertencentes ao falecido doutor chegaram ao seu destino. No entanto, não sabemos porque estavam em poder do cobrador Lobato. Talvez ele apenas estivesse prestando um serviço a alguém transportando os bens do Serro para Vila Rica, ou os tivesse recebido como pagamento de alguma dívida cobrada, já que este era o ofício do inventariado pesquisado. Esses setenta livros, embora tenham escapado à nossa análise quantitativa, indicam, mais uma vez, que a difusão do material impresso não se reduzia unicamente aos grupos sócio-profissionais aqui analisados.

O último indivíduo pertencente ao grupo, João da Mata Silva, segundo todos os indícios sugeridos pela documentação pesquisada, era um mascate[161]. À época de seu falecimento, estava a negócios, na cidade do Rio de Janeiro. As diversas miudezas arroladas junto ao seu codicilo, adquiridas, certamente, naquela cidade, levam-nos a crer que se tratava de objetos destinados à comercialização.

Provenientes de Portugal, os comerciantes analisados estabeleceram-se no núcleo urbano de Vila Rica, nas freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e na de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto[162]. Ao que tudo indica, os comerciantes não associavam sua função à de proprietários de terras agrícolas e minerais, nem ao menos concentravam em suas mãos número

---

[160] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/19/178/1766. Cosme Damião Vieira da Silva, em inícios da década de 1760, era Capitão da Ordenança de Pé do distrito do Padre Faria, arrabalde de Vila Rica. BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, vol. 1, p. 326. (Coleção Mineiriana).

[161] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/27/293/1764.

[162] A documentação não nos informa a procedência de João da Mata Silva e de Cassimiro da Silva Teixeira de Menezes. Sobre o primeiro, sabemos apenas que residia em Vila Rica, mas não temos dados a respeito da localização de sua residência. O segundo possuía uma casa no areão das Cabeças, freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Os demais são do Reino: Pedro Teixeira Mursa era de Braga e, em Vila Rica, morava na rua do Salé, no Alto da Cruz, freguesia de Antônio Dias. Sobre Antônio dos Santos Lobato, português de Lisboa, também não podemos, por falta de informações, afirmar qual localidade habitava. João Pereira Teles veio do Bispado da Guarda para a paragem da Água Limpa, na região do Padre Faria, freguesia de Antônio Dias, e o último reinol analisado, José Teixeira da Mota, morava na rua do Senhor do Bonfim, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto.

considerável de escravos. Mas possuíam residências notáveis, assobradadas, na maior parte das vezes, e consideráveis fortunas[163].

Os livros que conservaram ao longo de suas vidas constituíram parcas bibliotecas. O maior proprietário de livros, dentre os comerciantes de Vila Rica, Pedro Teixeira Mursa, não tinha mais que nove volumes e o menor, Cassimiro da Silva Teixeira de Menezes, possuía apenas dois livros de horas[164]. Os demais tinham números aproximados de títulos e volumes em seus acervos particulares: Antônio dos Santos Lobato e João Pereira Teles possuíam, coincidentemente, seis títulos distintos[165]. José Teixeira da Mota era dono de uma pequena biblioteca composta por cinco títulos e o acervo de João da Mata Silva abrangia quatro títulos, mas os volumes eram em número de cinco[166].

Além dos livros impressos, deparamo-nos também com a existência de livros em branco, encadernados, geralmente de páginas pautadas, destinados à prática da escrita e utilizados para registros diversos em atividades comerciais. Antônio do Santos Lobato possuía um destes livros: era "um livro comprido em branco, capa de ruão vermelho" avaliado na quantia de 3$000, "por ser de papel bastardo"[167]. Já João Pereira Teles conservava também "um livro chamado da razão", "três borradores com capa de encerado", "três cadernos" e "outros mais" em que registrava os assentos dos débitos que lhe deviam[168]. No mundo colonial, o crédito penetrava em todas as operações econômicas e, nesse grupo social, ele deveria ser ainda mais presente. Pedro Teixeira Mursa, "em razão de seu negócio, tinha contas e devia várias pessoas não só nestas Minas, como na cidade do Rio de Janeiro", escoadouro de artigos manufaturados e demais mercadorias comercializáveis[169]. Da mesma forma, João Pereira Teles devia a uma companhia comercial do Rio de Janeiro uma receita de fazenda seca, avaliada em 1:008$932 réis destinada à sua loja

---

[163] Os comerciantes possuíam, em média, 3 escravos e uma fortuna avaliada em 7:074$176. O maior número de escravos (seis) estava concentrado nas mãos de Cassimiro da Silva Teixeira de Menezes, e o maior monte-mor (18:306$492) nas mãos de Pedro Teixeira Mursa. O lado oposto era ocupado por José Teixeira da Mota, dono de um único escravo e de uma fortuna avaliada em 1:230$394.

[164] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/126/1574/1767; 2°/08/81/1796.

[165] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/19/178/1766, 2°/26/280/1768.

[166] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/31/344/1787; 2°/27/293/1764.

[167] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/126/1574/1767.

[168] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/26/280/1768.

em Vila Rica[170]. João da Mata Silva também "declarou vários bicos que devia"[171]. Estes são apenas alguns exemplos que nos levam à percepção da importância do crédito na sociedade mineira da segunda metade do século XVIII e da grande utilidade para este grupo mercantil, no caso específico, desses livros que servem de base para a escrituração regular dos comerciantes, uma vez que são utilizados, diariamente, para anotações de operações financeiras e comerciais.

Voltemos, porém, ao material impresso reunido nas mãos dos comerciantes e destinado ao seu universo particular. Juntas, as obras pertencentes ao grupo mercantil, não ultrapassavam o número de 32 títulos e 33 volumes.

TABELA VII: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AO GRUPO MERCANTIL DE VILA RICA: 1750-1800.

Áreas do Saber	Subdivisões	Números Relativos	%	Total Geral	%
Ciências	Direito	1/1	3,1/3	5/5	15,6/15,1
	Medicina	2/2	6,3/6,1		
	Matemática	1/1	3,1/3		
	Vários	1/1	3,1/3		
Belas Letras	História	2/2	6,3/6,1	5/5	15,6/15,1
	Poesia	2/2	6,3/6,1		
	Língua	1/1	3,1/3		
Religião	-	-	-	18/18	56,3/54,7
Indeterminado	-	-	-	4/5	12,5/15,1
Total	-	-	-	32/33	100

Fonte: AHMU-CSP: 1° e 2° Ofícios. Inventários, 1750-1800.

Como podemos observar pelos índices apontados na tabela acima, os escritos religiosos constituem uma maioria absoluta, ultrapassando a cifra dos 50% do total de títulos e volumes analisados. Entre os comerciantes, os livros litúrgicos, que contêm as preces das horas canônicas e outras matérias de culto, chamados de livros de *horas*, das mais diferentes espécies, como as *seráficas,* as *peregrinas,* as de *semana santa* e as *marianas,* bem como a obra *Mestre da Vida,* de autoria do Frei João Franco são os preferidos. Além disso, os livros intitulados *Palestra da Penitência* e *Ramalhete seráfico,* existentes na

[169] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/126/1574/1767.
[170] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/26/280/1768.

biblioteca de José Teixeira da Mota, ambos versando sobre a ordem terceira vinculada aos frades franciscanos, atestam a relação de seu proprietário com a predita ordem[172]. Os livros religiosos, em geral, e os indicados acima, apontam, mais uma vez, para a religiosidade arraigada na população colonial ainda na segunda metade do Setecentos, e, mais especificamente, a vinculação a uma entidade religiosa, no caso específico, à ordem terceira do Patriarca São Francisco.

As demais áreas do saber, ciências e belas letras, aparecem empatadas e atingem uma cifra pouco superior aos 30%. Interessante notar a tímida presença de um representante da ilustração portuguesa nas bibliotecas de Vila Rica. Trata-se de Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782), com a obra *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1757). Outra obra digna de atenção, pertencente ao círculo ilustrado, é de autoria do matemático, professor e pesquisador francês, Étienne Bézout, denominada *Elementos Geométricos*. Importante destacar que as obras citadas estão ambas na biblioteca de Pedro Teixeira Mursa, que ocupava pouco mais da metade de seu acervo com obras referentes às ciências e belas letras (enquanto estas eram cinco, as religiosas eram quatro)[173].

Em síntese, podemos dizer que entre as acanhadas bibliotecas do grupo mercantil "leitor" sobressaíam, entre o material impresso, os escritos religiosos, que lhes alimentavam a fé. Os livros referentes às demais áreas do saber surgiam esporadicamente. Alguns deles imprimiram, especificamente, em um elemento do grupo comercial, a marca do século ilustrado.

2.2.4- Os Militares

Constituindo uma das estruturas da administração colonial, o setor militar desdobrava-se em três núcleos distintos: um, regular e profissional, denominado *tropa de linha*; os outros dois, auxiliares, chamados *milícias* e *corpos de ordenança*. Este último apresentava-se, às vezes, com caráter

---

[171] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/27/293/1764.
[172] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/31/344/1787.
[173] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/126/1574/1767.

honorífico. Possuir uma patente do corpo de ordenança equivalia a adquirir um título único, capaz de conferir àquele que o detinha nobreza e representação política. Para que possamos compreender melhor a estrutura militar no Brasil colonial, faremos uma breve consideração a respeito de suas tropas regulares e auxiliares.

A tropa de linha era basicamente composta de regimentos portugueses, complementados por uma parcela da população colonial que não contemplava os pretos e os mulatos muito escuros[174]. O alistamento poderia ser tanto voluntário (o que era raro), como compulsório, atingindo criminosos, vadios e outros elementos incômodos à sociedade. Quando o alistamento não bastava para preencher os quadros, procedia-se a um recrutamento que isentava os estudantes e dava preferência aos solteiros sobre os casados.

Na região das Minas Gerais, a tropa de 1ª linha era formada por *Companhias de Dragões,* soldados recrutados no norte de Portugal, que estabeleceram-se em território mineiro, a partir de fevereiro de 1719, com o objetivo de reprimir levantes e desordens causados pelo furor da descoberta das riquezas minerais e garantir à Coroa portuguesa a devida arrecadação dos tributos referentes ao ouro[175]. Já no último quartel do século XVIIII, mais precisamente em 1775, as *Companhias de Dragões* foram substituídas pelo *Regimento Regular de Cavalaria de Minas.* Essa substituição ocorreu em função da desorganização, da indisciplina e da corrupção que permeava, até então, as forças militares no Brasil colonial. Atualizando os regulamentos, os métodos de combate e os armamentos, o general austríaco, Johann Heinrich Böhm, então comandante das tropas portuguesas no Brasil, conseguiu imprimir uma certa disciplina à organização militar regular[176].

As milícias, também organizadas em regimentos, constituíam tropas auxiliares. Seus membros eram recrutados dentre a população colonial, por serviço obrigatório e não remunerado. Comandavam os regimentos das

---

[174] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 318.
[175] COTTA, Francis Albert. *De Desclassificados a Corpos Dóceis*: a organização militar nas Minas Setecentistas. (mimeo). p. 10.
[176] COTTA, Francis Albert. *De Desclassificados a Corpos Dóceis*: a organização militar nas Minas Setecentistas. (mimeo). p.15.

milícias tanto oficiais escolhidos na população civil (que igualmente não podiam se furtar ao serviço obrigatório) quanto algumas patentes regulares, destinadas a organizá-los e instruí-los[177].

Já as ordenanças abarcavam o restante da população colonial masculina, ainda não alistada na tropa de linha ou nas milícias. Organizavam-se em terços (comandados por um capitão-mor) que, por sua vez, eram divididos em companhias. Estas eram comandadas por um capitão, um tenente e um sargento ou alferes e compunham-se de 250 homens cada uma[178]. Essa estrutura militar mobilizava-se, geralmente, em casos emergenciais. Em situação rotineira, de normalidade, seus membros (que possuíam outros ofícios) permaneciam em suas atividades habituais.

Os oficiais superiores das ordenanças – capitão-mor, sargento-mor e capitão – eram indicados pelo senado da Câmara do respectivo termo, em uma lista tríplice e escolhidos pelo governador[179]. Segundo Caio Prado Jr., os postos de comando dos corpos de ordenança eram ocupados, regra geral, em todos os setores da colônia, pela nata da população colonial, ou seja, pelos seus expoentes econômicos e sociais[180]. Entendemos, portanto, que muitos oficiais recebiam suas patentes como uma benesse, um privilégio adquirido em função de sua posição social. Na época colonial, existia um número excessivo de postos de oficiais de ordenança de inexpressivo valor utilitário. Tal fato demonstra o caráter supérfluo do oficialato, cuja função prioritária consistia em satisfazer a vaidade dos pretendentes aos postos. Vale lembrar que, no Setecentos mineiro, a distinção e a ascensão social poderiam advir da aquisição de uma patente militar.

Em Minas, o primeiro terço de ordenanças foi criado simultaneamente com a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em novembro de 1709[181]. Por

---

[177] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 319.
[178] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 320.
[179] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 332-333.
[180] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 349.
[181] COTTA, Francis Albert. *De Desclassificados a Corpos Dóceis*: a organização militar nas Minas Setecentistas. (mimeo). p. 7.

constituírem uma força local, impossibilitadas de se deslocarem de suas sedes respectivas e por serem, geralmente, mal equipadas e instruídas, as ordenanças possuíam pouco valor militar[182]. A própria administração colonial não conferia crédito a esta organização, quando o assunto era missão de natureza militar. Em 1721, o Conde de Assumar, em carta a D. João V, rei de Portugal, relata: "as tropas que hoje há nas Minas, mais se deve temer que confiar em qualquer ocasião, porque os naturais da terra são comumente inábeis para esse exercício"[183] Apesar desta inaptidão natural para a carreira das armas, os corpos de ordenanças contribuíram largamente para a administração geral da colônia. Foram eles "que tornaram possível a ordem legal e administrativa neste território imenso, de população dispersa e escassez de funcionários regulares[184]". Esta iniciativa pode ser creditada ao Marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil, que em seu *Relatório* ao Vice-Rei que o vinha substituir no governo, em 1779, demonstra como "compreendera a utilidade, a necessidade mesmo de arrolar toda a população colonial em corpos organizados, a fim de tê-la facilmente ao alcance da administração, sujeita a ela e governável"[185]. Assim, os corpos de ordenança, em função de sua presença maciça e compulsória, contribuíram para tornar a administração portuguesa no Brasil colonial um pouco mais funcional. Além disso, fortaleceram o poder dos senhores de terras locais que passaram a dispor de uma força armada para impor sua própria ordem e, através dela, resguardar seus interesses.[186] Em alguns casos, os corpos de ordenanças surgem como uma espécie de "polícia privada" composta por "desclassificados" sociais agrupados em torno de poderosos senhores.

Se o objetivo desta militarização era manter a população colonial sob forte controle (uma vez que toda a população masculina, em idade adulta, e

---

[182] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 330.
[183] COTTA, Francis Albert. *De Desclassificados a Corpos Dóceis*: a organização militar nas Minas Setecentistas. (mimeo). p. 7.
[184] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 331.
[185] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 331. p.331.
[186] SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos.* A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.110-111.

com um mínimo de capacidade para manejar as armas compunha os quadros das ordenanças) e satisfazer a ambição daqueles a quem o posto de oficial garantia maiores prerrogativas, temos presente que a efetiva profissionalização dos corpos de ordenanças estava muito além dos interesses imediatos da administração colonial na América portuguesa.

Em face dessas diferenças estruturais que permeavam as tropas que compunham a organização militar do Brasil colonial, nossa primeira intenção era considerar como militares apenas os profissionais da *tropa de linha*. No entanto, nosso objetivo tornou-se inviável uma vez que não dispomos de elementos suficientes para distinguir os militares das tropas regulares daqueles pertencentes às auxiliares. Os inventários de bens que pesquisamos são muito genéricos[187]. Já a investigação no *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)* contribuiu para que desvendássemos parte do enigma[188]. Nesse sentido, optamos por trabalhar os indivíduos registrados nos inventários com patentes em um mesmo grupo: o dos militares das tropas regulares e auxiliares.

Antes, contudo, convém esclarecermos algumas questões. Embora sejam dezesseis os oficiais militares proprietários de livros encontrados nos inventários de bens, apenas oito deles serão analisados nesta categoria. Participam deste grupo os oito oficiais não mencionados na documentação do Arquivo Ultramarino (conforme atesta nossa fonte principal, apenas um deles pertence à tropa paga) e mais um indivíduo, que embora seja, comprovadamente, membro do 3° Regimento da Cavalaria Auxiliar do termo de Vila Rica, não nos foi possível, por falta de informações mais precisas, incluí-lo em quaisquer outras categorias profissionais[189].

---

[187] Dentre os dezesseis inventários mencionando patentes militares, apenas um oferece-nos elementos que nos possibilitam enquadrar o inventariado como militar de tropa paga. O inventário do Furriel Antônio Pedro Pereira Palha, menciona, na descrição dos bens, os aprestos "do uniforme de cavalaria paga", tais como o fagote, as dragonas, a farda com seus galões e os acessórios de montaria. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/56/628/1793.

[188] Sabemos, com precisão, que nove dos indivíduos pesquisados fazem parte das Companhias de Ordenança de Minas Gerais. BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, 3 vol.. (Coleção Mineiriana).

[189] Oito oficiais das Companhias de Ordenança foram remanejados para outras categorias profissionais: dois deles foram incluídos entre os burocratas: ambos, em tempo diversos, foram

Antes, porém, de nos atermos aos livros que se encontravam nas mãos dos militares de Vila Rica, torna-se interessante apresentar um texto de Saint Hilaire:

> Os soldados do Regimento das Minas são altos, bem construídos e tem boa apresentação, esse, porém, é o menor elogio que se lhes pode fazer. Em país algum vi corpo de simples militares tão perfeitamente constituído. Bastantes diferentes dos homens tão pouco dignos de apreço que constituem os regimentos do Rio de Janeiro, os soldados de Minas pertencem, geralmente, a famílias dignas, sabem todos ler e escrever, e são notáveis por sua polidez, inteligência, excelente conduta e probidade.[190]

Este relato, embora deva ser lido com cautela, leva-nos a conjecturar que, de alguma forma, esse grupo profissional familiarizava-se com as letras, já que possuía os elementos de base da cultura letrada, ou seja, decifravam a palavra escrita, exprimiam-se através dela e a compreendiam.

Encontramos, portanto, em meio aos inventários de bens pesquisados, oito indivíduos que, dotados de patentes militares, serão analisados como proprietários de livros. O grupo dos militares regulares e auxiliares é composto por dois sargentos-mores, dois capitães, um tenente, dois alferes e um furriel[191]. Neste grupo, pudemos descobrir a naturalidade de apenas cinco deles: destes, quatro eram provenientes de Portugal: dois deles vieram do Porto, um de Braga e outro da cidade de Lisboa[192]. O colonial era nascido na região das Minas Gerais, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, no próprio termo de Vila Rica, Arcebispado de Mariana[193]. Concentravam-se, em sua maioria, no núcleo urbano de Vila Rica, distribuindo-se pelas freguesias de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Nesta, espalhavam-se pela rua do Caminho Novo do Alto da Cruz e pelo bairro da Capela do Padre Faria;

---

secretários do governo da Capitania de Minas Gerais; os demais entre os senhores de terras agrícolas e minerais.

[190] SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Trad.: Vivaldi Moreira. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975, p.162.

[191] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/128/1611/1789, 2°/28/312/1790, 2°/8/80/1762, 2°/20/218/1784, 2°/53/601/1798, 1°/43/502/1774, 1°/62/742/1797, 2°/56/628/1793.

[192] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/62/742/1797, 2°/20/218/1784, 2°/8/80/1762, °/128/1611/1789.

[193] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/53/601/1798.

naquela, iam da rua Direita à rua de São José[194]. Outros três habitavam o fim da ladeira de Simão da Rocha em Vila Rica; a freguesia de Santo Antônio do Ouro Branco e a freguesia de Congonhas do Campo[195]. Grupo bastante heterogêneo que, raramente concentra em um único indivíduo, fortuna considerável, propriedade de terras, casas e escravos. Percebemos, em regra, a ausência ora de um, ora de outro destes elementos.

Casos exemplares são os do Capitão Guilherme Teixeira e do Sargento-mor José Luís Saião. Enquanto o primeiro possuía terras minerais, três casas assobradadas na Rua São José (duas delas destinadas ao aluguel, conforme atestam os créditos descritos na documentação), cinco escravos e um montante no valor de 2:343$887 réis, o segundo possuía uma fortuna estimada no valor de 9:862$341 réis, um plantel composto de 41 escravos, duas moradas de casas, uma assobradada e outra térrea e uma propriedade de terras de cultura que, embora fossem consideradas "inúteis" por estarem localizadas em "sítio inficionado e calhambola", valeram à viúva o preço de 110$000 réis[196]. Já o Sargento-mor Roberto Antônio de Lima, embora não possuísse quaisquer bens de raiz, nem sequer um escravo, acumulou uma fortuna de 2:539$708 réis[197]. O Furriel Antônio Pedro Pereira Palha encontrava-se em situação semelhante quanto aos bens de raiz, possuía apenas dois escravos, o valor de suas dívidas ativas superavam em pouco mais de 60$000 réis o valor de sua fortuna e as casas situadas na Rua do Rosário que havia adquirido do Contratador João Rodrigues de Macedo pelo valor de 400$000 réis, foram devolvidas pela viúva, após sua morte, ao antigo proprietário a fim de evitar maiores prejuízos aos herdeiros[198].

Heterogêneas também são as bibliotecas de propriedade destes indivíduos, quando consideramos a quantidade de títulos e volumes que possuíam. A maior dentre todas era a do Capitão Guilherme Teixeira, dono de uma coleção composta por 30 títulos e 31 volumes[199]. Nas demais bibliotecas,

---

[194] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/53/601/1798, 2°/8/80/1762, 2°/28/312/1790, 2°/20/218/1784, 1°/128/1611/1789.
[195] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/43/502/1774, 2°/56/628/1793, 1°/62/742/1797.
[196] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/20/218/1784; 2º/28/312/1790.
[197] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/128/1611/1798.
[198] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/56/628/1793.
[199] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/20/218/1784.

o número de títulos era sempre equivalente ao dos volumes. Assim, o Sargento-mor Roberto Antônio de Lima, que ocupava o segundo lugar, possuía 16 títulos em 16 volumes[200]. Seguiam-no, o Tenente José da Cunha Souza Carneiro e o Alferes Francisco Lopes Fernandes: o primeiro, com 9 livros e o segundo com 8[201]. Depois deles vinham o Alferes João Moreira da Rosa e o Capitão Calixto José de Arantes: ambos com 3 títulos[202]. Por fim, o Furriel Antônio Pedro Pereira Palha e o Sargento-mor José Luís Saião, com apenas um título[203].

Além de ser a maior dentre todas, a biblioteca de Guilherme Teixeira era também a mais eclética[204]. Livros de formatos e encadernações diversas sobre as mais distintas áreas do saber compunham as "duas estantes pequenas" do seu recinto doméstico. Em um documento bastante danificado pudemos resgatar a informação de que cinco livros eram *in fólio*, nove *in quarto* com um deles encadernado *em pasta,* outros nove *in oitavo* com um volume também *em pasta*. Obras religiosas e um número considerável de títulos referentes às ciências e às artes (onde se destacam as obras jurídicas e sobre arte militar) e belas letras (com destaque para a história, mais especificamente a literatura de viagem) formavam a mais rica livraria existente no grupo dos militares. Neste acervo, destacamos a presença de algumas obras que se encontram intimamente relacionadas com a vida social do capitão pesquisado. Dentre as obras religiosas existem três cuja temática refere-se à Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. São elas *Regra da Ordem Terceira do Carmo, um tomo em oitavo*; *Crônica de Carmelitas Descalços, segundo tomo, em fólio* escrita pelo Frei José de Jesus Maria; *Epítome Carmelitano em oitavo* de autoria do Padre Leonardo de Souza. Além desses livros, nosso inventariado possuía, ainda, entre seus bens, um objeto que o identificava como membro terceiro da referida ordem[205]. Em declaração testamentária, o Capitão pede para ser "amortalhado em hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo de

---

[200] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/128/1611/1789.
[201] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/53/601/1798, 1°/43/502/1774.
[202] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/62/742/1797, 2°/8/80/1762.
[203] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/56/628/1793, 2°/28/312/1790.
[204] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/20/218/1784.
[205] Na declaração dos bens constam "umas [*corroído*] de Terceiro de Nossa Senhora do Carmo". AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/20/218/1784.

quem sou irmão professo nesta vila"[206]. Estas informações adicionais ajudam-nos a entender o grande interesse que teria levado o inventariado a adquirir e conservar, durante sua vida, livros referentes a esta associação religiosa.

As duas bibliotecas seguintes, com maior número de volumes, engrossam nossa cifra do que convencionamos chamar de obras "indeterminadas", ou seja, aqueles livros que, por falta de informações mais precisas, não foram por nós classificados em quaisquer áreas do saber. Dessa forma, tanto os "dezesseis tomos de livros de oitavo de vários autores portugueses", quanto os "nove livros de vários autores, todos velhos" pertencentes, respectivamente, a Roberto Antônio de Lima e José da Cunha Souza Carneiro, não foram por nós identificados[207]. Este último possuía, ainda, "uma estante pequena com seu nicho e três gavetinhas" que, com certeza, continham as obras que preservava. A presença do mobiliário destinado à conservação deste tipo de material impresso apresenta-se como um forte indício de que os livros e a leitura, em fins do século dezoito, já haviam se entronizado no ambiente doméstico.

Dos oito títulos da biblioteca de Francisco Lopes Fernandes, sete foram descritos como se estivessem "em bom uso". Três são livros "grandes", certamente, livros *in fólio,* os demais são "pequenos", *in quarto*, segundo atesta a descrição da *Biblioteca Lusitana*[208]. Já os livros do Alferes João Moreira da Rosa são todos *pequenos*[209]. Enquanto a *Poliantéia Medicinal* de Calixto José de Arantes era um livro "em fólio, com suas estampas e já com muito uso" (sinal de que deveria ser de bastante utilidade prática para o seu proprietário), o livro *Imam* [?] *Espiritual* era "em quarto e pasta"[210].

Os dois últimos militares analisados possuem além de uma única obra de devoção, aprestos utilizados na prática da escrita. O Furriel Antônio Pedro, possuía um "tinteiro e areeiro de chumbo" e o Sargento-mor José Luís Saião possuía duas escrivaninhas, uma de prata, outra de estanho[211]. Interessante notar uma peculiaridade acerca deste Sargento-mor, que possui apenas um

---

[206] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/20/218/1784. f. 21.
[207] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/128/1611/1789; 2°/53/601/1798.
[208] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/43/502/1774.
[209] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/62/742/1797.
[210] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/8/80/1762.
[211] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/56/628/1793; 2°/28/312/1790.

missal entre os bens declarados no inventário. Esse tipo de obra, que contém as orações celebradas em uma missa, pertence em geral a um oratório doméstico. A grande casa assobradada de José Luís Saião, situada na rua Direita de Vila Rica, possuía este recinto destinado à celebração da fé. Seu oratório era composto por "um missal para celebrar missa, novo"; "um cálix com sua pátena e colherzinha", "duas casulas de damasco com seus pertences, tudo novo"; "umas sacras, em vidro"; "um prato com suas galhetas de vidro" e, por fim, "um par de galhetas de vidro sem prato"[212]. Todos os paramentos necessários ao ritual católico estavam presentes na residência deste Sargento-mor de Vila Rica. O livro nada mais era aqui do que um objeto de devoção.

Todas essas livrarias de patenteados aqui analisadas em suas particularidades totalizavam 68 obras em 69 volumes.

TABELA VIII: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS OFICIAIS DAS TROPAS REGULARES E AUXILIARES DE VILA RICA: 1750-1800.

Áreas do Saber	Subdivisões	Números Relativos	%	Total Geral	%
Ciências	Astronomia	1/1	1,4/1,4	10/10	14,1/13,9
	Direito	3/3	4,2/4,2		
	Filosofia	1/1	1,4/1,4		
	Hidrografia	2/2	2,8/2,8		
	Medicina	3/3	4,2/4,2		
Artes	Arte de cozinha	1/1	1,4/1,4	2/2	2,8/2,8
	Arte militar	1/1	1,4/1,4		
Belas Letras	História	5/5	7,0/7,0	7/7	9,9/9,7
	Manual de Civilidade	1/1	1,4/1,4		
	Poesia	1/1	1,4/1,4		
Religião	-	-	-	24/25	33,8/34,7
Indeterminado	-	-	-	28/28	39,4/38,9
Total	-	-	-	71/72	100

Fonte: AHMU-CSP: 1° e 2° Ofícios. Inventários, 1750-1800.

Excluindo-se as obras cuja identificação não foi possível, percebemos a presença de uma grande maioria de obras de devoção (34,7%), o que não é uma novidade, uma vez que estes livros permeiam as tradições de leitura de todas as camadas sociais. No entanto, se totalizarmos as demais áreas do saber, veremos que as diferenças não são tão grandes. Compõem as

[212] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/28/312/1790.

bibliotecas dos militares de Vila Rica 26,4% de títulos referentes às ciências, artes e belas letras. O interesse pela história profana é bastante visível nessa categoria, principalmente quando o assunto são os relatos de viagens. As obras jurídicas e médicas também têm boa presença nesse grupo, devido ao seu caráter pragmático. As obras que classificamos como pertencentes à astronomia e hidrografia têm todas uma relação com a profissão e a atividade desempenhada pelos militares e, juntamente com os escritos sobre arte militar, fornecem a esses indivíduos os subsídios necessários à elaboração de táticas e estratégias essenciais à arte da guerra, ou à manutenção da ordem social. Parece-nos que as matérias que formavam essas bibliotecas derivavam, sobretudo, da importância instrumental dos livros nas práticas sociais dos oficiais militares.

2.2.5- Os funcionários

Desponta em Vila Rica, entre os inventariados proprietários de livros, um grupo bastante peculiar. Trata-se de indivíduos que possuem atribuições junto ao governo da Capitania de Minas Gerais e fazem parte de sua rede administrativa. Aqui, descontados os quadros militares e os civis, da área judiciária, esses indivíduos são em número de seis[213].

O primeiro deles, Tenente Coronel Manoel Francisco da Costa Barros, ocupou diversos cargos junto ao governo da Capitania de Minas Gerais[214]. Em 1751, foi nomeado por Gomes Freire de Andrade, então governador das Minas, para o cargo de oficial ajuramentado da Secretaria do Governo. Já em fins da década de 1750, mais precisamente durante os anos de 1756 e 1757, Costa Barros ocupou o cargo de secretário de governo[215]. O segundo é Carlos José da Silva, Coronel do 3° Regimento da Cavalaria Auxiliar de Vila Rica, cavaleiro

---

[213] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/29/315/1780; 1º/69/822/1784; 1º/120/1521/1762; 2º/17/178/1790; 2º/65/722/1769; 2º/68/756/1785.
[214] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/120/1521/1762.
[215] BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, 3 vol.. (Coleção Mineiriana).

professo na Ordem de Cristo[216]. O Coronel foi nomeado no ano de 1771, por decreto de D. José I, para o cargo de escrivão deputado da Junta da Fazenda Real da Capitania de Minas Gerais, permanecendo neste ofício até o fim do século XVIII[217]. Destacamos em terceiro lugar Ambrósio Rodrigues da Cunha, que arrematou, no ano de 1784, pelo tempo de três anos, o segundo ofício de partidos do juízo dos órfãos de Vila Rica. Além disso, Rodrigues da Cunha adquirira também, no mesmo ano e pelo mesmo tempo, a provisão de solicitador de causas dos auditórios seculares da mesma vila[218]. Theotônio Nobre Cordeiro, familiar do Santo Ofício e quarto inventariado analisado, era funcionário da Junta da Administração da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais. Trabalhava como fundidor da Real Casa de Fundição de Vila Rica, desde inícios do ano de 1769[219]. Custódio José de Araújo diligenciava as dependências referentes ao contrato das entradas de que era caixa o seu tio, Capitão Manuel de Araújo Gomes[220]. Por fim, destacamos a presença, entre os proprietários de livros do também cavaleiro professo na Ordem de Cristo, o Coronel José Luís Saião[221], que no ano de 1765, por decreto de D. José I, foi nomeado secretário do governo da Capitania de Minas Gerais, por um período de três anos, que acabou estendendo-se até o ano de seu falecimento, em 1784[222].

À exceção do Coronel Carlos José da Silva e Theotônio Nobre Cordeiro, estes indivíduos destacados são todos provenientes de Portugal, ora de Braga

---

[216] O inventário de bens analisado é o da esposa do sobredito Coronel, Inácia Rosa Angélica da Silva, mas diz respeito à totalidade dos bens pertencentes ao casal. Como na partilha os livros constavam entre o rol dos bens que pertenciam à meação do marido da inventariada, optamos por enquadrá-lo entre os proprietários de livros e não sua esposa. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/17/178/1790.

[217] BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, vol. 2, pp. 65, 109, 149, 240. (Coleção Mineiriana)

[218] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/68/756/1785, f.13.

[219] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/65/722/1769, f. 300-301.

[220] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/315/1780, f. 2v..

[221] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/69/822/1784.

[222] BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, vol. 1, p. 349 e vol. 2, p. 138. (Coleção Mineiriana).

ora de Lisboa[223]. Habitavam, majoritariamente, em Vila Rica, a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e possuíam casas assobradadas na praça de Vila Rica e na rua Direita[224]. Ao que tudo indica, a posse de bens de raiz não era prioridade para os elementos deste grupo, que não acumularam grandes propriedades territoriais durante suas vidas[225].

No entanto, possuíram um número razoável de escravos e reuniram importantes cabedais. Uma média aproximada de 10 escravos e uma fortuna estimada em 6:903$568 réis caracterizava o grupo[226]. José Luís Saião detinha a maior riqueza, avaliada em 19:604$441 réis mas o maior número de escravos (22) era de Carlos José da Silva[227]. Já Ambrósio Rodrigues da Cunha estava no extremo oposto: sua riqueza era avaliada em apenas 272$491 réis e seus escravos eram apenas três[228]. Interessante notar que esses escravos também eram fonte de renda para seus proprietários. Dos seis escravos pertencentes a Custódio J. de Araújo, quatro estavam alugados a Manoel Pinto da Fonseca, morador na Passagem da Cidade de Mariana, à razão de meia oitava por semana[229].

A posse de livros era comum ao grupo, embora suas bibliotecas não se equiparassem do ponto de vista quantitativo ou qualitativo. O número de títulos existente em cada uma delas e as áreas do saber que esse material abrangia apresentam variações consideráveis, o que não eliminava algumas coincidências. Os secretários do governo de Minas Gerais, por exemplo, estão

---

[223] Os inventários analisados não continham o traslado do testamento e nenhuma outra menção às suas origens. Não pudemos precisar o local de origem, em Portugal, de Costa Barros e apenas José Luís Saião era da cidade de Lisboa.

[224] Na praça residiam Carlos José da Silva e seu vizinho, Theotônio N. Cordeiro; na rua Direita Ambrósio Rodrigues da Cunha. José Luís Saião também possuía uma casa na rua Direita, que era ocupada pela família de uma das suas filhas. Sabemos, através de um recibo passado pelo Padre Leonel de Abreu Lima, que o secretário do governo morava em casa de aluguel, mas o documento não especifica a localização desta residência. Não nos foi possível precisar o local do domicílio de Costa Barros e Custódio J. de Araújo. Este último, em declaração testamentária, afirma ter garantido, em troca de seu trabalho, salário, sustento e casa para morar. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/17/178/1790; 2º/65/722/1769; 2º/68/756/1785; 1º/69/822/1784; 1º/120/1521/1762; 1º/29/315/1780.

[225] Apenas Ambrósio Rodrigues da Cunha possuía uma sesmaria, avaliada em 100$000, na Lagoa dos Porcos. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/68/756/1785.

[226] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/29/315/1780; 1º/69/822/1784; 1º/120/1521/1762; 2º/17/178/1790; 2º/65/722/1769; 2º/68/756/1785.

[227] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/69/822/1784; 2º/17/178/1790.

[228] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/68/756/1785.

[229] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/29/315/1780.

em pólos opostos quando o assunto é o número de livros de suas bibliotecas[230]. O Coronel José Luís Saião não possuía uma biblioteca, mas sim um rico oratório doméstico que abrigava, entre os paramentos sacerdotais e os demais objetos sacros, "um missal muito velho"[231]. Esse livro, utilizado nas celebrações católicas, certamente, foi bastante usado nas missas realizadas na residência do Coronel, se ele, para isso, obteve autorização do bispo de Mariana. A utilização constante deste missal talvez explique o fato de o livro já estar bastante desgastado. Sabemos, conforme atesta uma declaração do Padre Luís Caetano de Oliveira Lobo, presbítero secular do hábito de São Pedro, que durante a vida do Coronel José Luís Saião, várias missas foram rezadas naquele oratório, pelo supracitado padre, a pedido do Coronel. Concluímos, portanto, que o missal teve bastante utilidade prática nas mãos do Padre Luís que levou a palavra sagrada ao recinto doméstico.

No outro extremo, encontramos o Tenente Coronel Manoel Francisco da Costa Barros. Sua biblioteca é constituída por 40 títulos distintos distribuídos em 54 volumes[232]. A descrição no inventário de bens informa-nos que, dos livros de Costa Barros, dois eram "in quarto" e estavam encadernados em "pasta", outros dois eram "in oitavo". Cinco livros foram descritos pelo escrivão como "todos já muito usados" e, talvez por isso, avaliados, pela ínfima quantia de $75 réis. São eles o *Compêndio Doutrinal da Imitação de Cristo,* os *Elogios Sacros,* os *Exercícios de Piedade,* o *Manual da Missa* e os *Rasgos Métricos*[233]. Acreditamos que as quatro obras de devocão e o livro de poesia tenham sido lidos mais intensamente, senão pelo Tenente Coronel, por indivíduos ligados à sua rede de sociabilidade, como seus parentes mais próximos, por exemplo.

Do total de obras inventariadas, menos da metade (18 títulos e 22 volumes) diz respeito aos assuntos religiosos[234]. Os demais livros que compõem esse acervo referem-se às artes (2 títulos em 3 volumes), às ciências (3 títulos em 3 volumes) e às belas letras (13 títulos em 22 volumes). Aqui, percebemos um

---

[230] Esse fato constitui um exemplo cabal de que elementos de uma mesma categoria profissional não partilham, necessariamente, dos mesmos interesses intelectuais.
[231] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/69/822/1784.
[232] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/120/1521/1762.
[233] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/120/1521/1762.
[234] Quatro títulos não foram vinculados a nenhuma área do saber, por faltarem-nos informações bastantes para isto.

grande apreço de Costa Barros pelos assuntos históricos (6 títulos em 14 volumes) e pelas línguas (4 títulos em 5 volumes). Pertencente a esta última categoria, a obra de autoria de Francisco José Freire, intitulada *O Secretário Português*, existente nessa biblioteca, deveria ser um livro de referência básica para o Tenente Coronel na secretaria do governo da Capitania de Minas Gerais. O livro citado, como o próprio título indica, é uma espécie de manual de instruções para aquele que ocupa o cargo de secretário, pois apresenta regras de secretaria, formulários de tratamentos e um grande número de cartas a serem utilizadas como modelo no exercício da função[235]. O conteúdo deste livro estava intimamente ligado à prática da escrita. Julgando-se ainda pela escrivaninha de charão que continha uma papeleira, um tinteiro e um areeiro de vidro, mais um tinteiro grande de jacarandá com seu areeiro e duas tesouras de aparar papel, inventariados entre os bens de Costa Barros, concluímos, com certeza, que nosso pesquisado praticava a escrita com muita freqüência. Os bens pertencentes a Costa Barros nos levam à percepção da fronteira tênue existente entre a prática da leitura e a da escrita.

Carlos José da Silva possuía a segunda maior biblioteca dentre os indivíduos que compunham o grupo analisado, se considerarmos, nesta classificação, o número de volumes contabilizados. Estes eram 45, embora o número de títulos fosse apenas 15. Certamente, "uma estante de pau branco pintada com seu banco", existente entre o mobiliário do inventariado, servia na arrumação e consulta desses livros. A grande maioria (12 obras e 35 volumes) era composta por obras religiosas, escritos vinculados à devoção de seu proprietário e de sua família: ali reunia-se a escrita sagrada, ou seja, o *velho* e o *novo testamento*, os *evangelhos*. Havia também o *Catecismo de Montpelier* e os populares livros de horas, aqui representados pelas *Horas de Semana Santa* e *Marianas*. Não faltavam ainda os livros de *diversas orações*, todo decorado "em estampas" e os exemplares sobre as vidas dos santos, que deviam ser consideradas como exemplos de moral e virtude a serem seguidos. O *missal* encontrava-se, como na residência de José Luís Saião, junto às pratarias do oratório (cálice com sua pátena e colherinha de prata), vestimentas

---

[235] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM).

e mais preparos para celebrar a missa. O oratório doméstico não seria, contudo, conservado após o falecimento da esposa do Coronel. Esses objetos de culto no espaço doméstico, o cálice, o missal e demais preparos, avaliados na quantia de 40$000 réis, serviriam como parte do pagamento dos credores do casal. Na biblioteca de Carlos J. da Silva os títulos que fugiam a essa natureza religiosa eram poucos. Entre eles, dignos de menção, são os *dois livros do Regimento da Fazenda* que, com certeza, norteavam a conduta profissional do escrivão deputado da Junta da Fazenda Real. Úteis também ao seu ofício eram "um tinteiro e areeiro de estanho" e "dois sacos de damasco para papéis" eficientes na sua armazenagem. A julgar pelos últimos objetos analisados, leitura e escrita eram práticas recorrentes na função exercida por este funcionário.

A terceira biblioteca em número de obras era de Ambrósio Rodrigues da Cunha. Eram 19 títulos em 19 volumes. Uma das obras que conservava em seu acervo estava intimamente relacionada com a nova função que, no ano de 1784, o inventariado passara a desempenhar com a arrematação do segundo ofício de partidos do juízo de órfãos. Trata-se do *Regimento do Ofício de Órfãos,* contendo o conjunto de normas que regiam o funcionamento daquela instituição. Durante um período de quase dois anos, que vai da data da redação do testamento de Rodrigues da Cunha (2 de janeiro de 1784) até o data de seu falecimento e conseqüente abertura do inventário (9 de novembro de 1785), não adquiriu um volume sequer para sua biblioteca. Em declaração testamentária, o testador menciona a existência dos mesmos "dezenove livrinhos históricos e espirituais" que ficavam guardados em "duas estantes" de madeira[236]. Embora a quantificação esteja compatível com aquela realizada por nós, percebemos que a classificação feita pelo proprietário de seu acervo livresco é bastante genérica. Excetuando-se os *livrinhos espirituais* que eram em número de nove, os *históricos* pertenciam a diversos ramos das ciências, tais como medicina, direito, matemática, astronomia, hidrografia. Os quatro títulos que não conseguimos enquadrar em nenhuma área do saber talvez refiram-se à matéria aludida pelo testador. É óbvio que não pretendíamos que

---

v. 2, p. 166.

Rodrigues da Cunha descrevesse sua biblioteca com todo o rigor e precisão. Só gostaríamos de atentar para o fato das categorias classificatórias utilizadas por ele serem mais amplas e gerais. Essa mesma generalização ocorre também quando o testador descreve o tamanho, ou melhor, o formato de suas obras que, segundo ele, são *livrinhos*. O escrivão confirma o fato para três obras e descreve os livros de *Doutrina Cristã, Tesoureiro Descoberto* e *Pensamentos Cristãos* também como *livrinhos*. Talvez por isso essas obras possuam valores tão irrisórios: os dois primeiros estão avaliados em $030 réis réis e o último em $075 réis. No entanto, o impresso intitulado *Ano histórico* apresentava-se "em meia folha" e, só para citar mais alguns exemplos que fogem à descrição do inventário, a *Prática Judicial* de Antônio Vanguerve Cabral e o *Paraíso Seráfico* do Frei João Batista de Santo Antônio tiveram edições *in fólio*. Portanto, não era só de *livrinhos* a composição da biblioteca de Rodrigues da Cunha.

Theotônio Nobre Cordeiro era dono de uma pequena biblioteca composta por sete títulos e oito volumes[237]. Destes, segundo descrição do escrivão, dois eram "in quarto" e cinco em "meio quarto". A julgar pelos livros existentes em sua biblioteca, esse indivíduo era um admirador das belas letras, pois possuía mais da metade das obras referindo-se a essa matéria. Custódio José de Araújo faleceu deixando aos seus herdeiros "alguns livros de gramática"[238]. Mais uma vez nos deparamos com a imprecisão das fontes. Pela declaração testamentária, não sabemos quantos são os livros, nem nenhum de seus títulos ou de seus autores. Fica-nos aí apenas uma indicação bastante genérica do conteúdo das obras pertencentes ao inventariado. A preocupação que Custódio J. de Araújo manifestava sobre o destino de seus bens é visível pela leitura de seu testamento. Declarados os diversos "trastes" de sua propriedade, tais como objetos de prata, vestuários e "alguns livros", o testador exige que o produto da venda destes bens seja revertido para o Hospital da Misericórdia da vila[239]. Acrescenta, ainda, que os móveis deverão ser doados para a enfermaria do mesmo hospital e que suas roupas serão destinadas ao seu

---

[236] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/68/756/1785.
[237] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/65/722/1769.
[238] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/315/1780.

escravo e afilhado, João, de nação Mina, a quem o testador também deixa alforriado, em atenção aos seus bons serviços[240].

Uma peculiaridade nestas bibliotecas é a existência de duas obras manuscritas, uma intitulada *Toques de Ouro*, de propriedade de Costa Barros e outra denominada *Partilhas da aritmética e escritura dobrada*, em poder de Carlos José da Silva[241]. A necessidade de adquirir um livro não disponível no escasso mercado livreiro, ou a raridade daquele material impresso, já na segunda metade do Setecentos, são hipóteses que nos ajudam a explicar a existência destes manuscritos.

Essas seis bibliotecas, que descrevemos individualmente, totalizam 85 títulos e 130 volumes, como podemos observar pela tabela abaixo.

TABELA IX: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO DA CAPITANIA DE MG: 1750-1800.

Areas do Saber	Subdivisões	Números Relativos	%	Total Geral	%
Ciências	Astronomia	1/1	1,2/0,8	11/16	12,9/12,3
	Direito	4/5	4,7/3,8		
	Filosofia	1/1	1,2/0,8		
	Hidrografia	1/1	1,2/0,8		
	Matemática	2/6	2,3/4,6		
	Medicina	1/1	1,2/0,8		
	Vários	1/1	1,2/0,8		
Artes	Arte militar	1/1	1,2/0,8	2/3	2,4/2,3
	Engenharia	1/2	1,2/0,8		
Belas Letras	História	9/17	10,6/13,1	20/29	23,5/22,3
	Língua	7/8	8,2/6,2		
	Manual de civilidade	1/1	1,2/0,8		
	Peça dramática	1/1	1,2/0,8		
	Poesia	1/1	1,2/0,8		
	Vários	1/1	1,2/0,8		
Religião	-	-	-	44/72	51,8/55,4
Indeterminado	-	-	-	8/10	9,4/7,7
Total	-	-	-	85/130	100

Fonte: AHMU-CSP: 1° e 2° Ofícios. Inventários, 1750-1800.

---

[239] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/315/1780.

[240] Interessante notar a preocupação de Custódio José de Araújo com a condição de liberto de seu escravo. Para que seu afilhado possa assegurar sua sobrevivência, o testador exige que a carta de alforria seja passada "com condição porém que viverá com sujeição e em companhia de Antônio José da Fonseca, meu primeiro testamenteiro, nomeado o espaço de quatro anos a fim de aprender com ele o ofício de torneiro para que melhor se possa manter e sustentar e findo que seja o dito tempo, quando não queira continuar, então poderá ir para onde bem lhe parecer". AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/315/1780.

Se analisarmos cada área individualmente, veremos que os assuntos religiosos são os preferidos no grupo de funcionários do governo. Essas obras são em número de 44 e totalizam 72 volumes (55,4%). Alguns títulos parecem ter boa receptividade entre o grupo, devido á constância com que aparecem descritos. É o caso por exemplo, das obras *Imitação de Cristo,* escrita por Thomás de Kempis, do *Mestre da Vida,* do Frei João Franco, da *Mística Cidade de Deus,* de autoria de Maria d' Agreda e dos missais.

Interessante notar também a existência, entre os livros religiosos, de obras que fazem referência às ordens terceiras. Rodrigues da Cunha, por exemplo, possuía dois títulos sobre essa matéria: um deles, intitulado *Epítome Carmelitano,* referia-se à Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo; o outro, denominado *Paraíso Seráfico* versava sobre as ordem seráficas, vinculadas ao Patriarca São Francisco[242]. O Tenente Coronel Costa Barros também possuía esse tipo de obras[243]. Duas delas versavam sobre a Ordem Terceira do Carmo: *Epítome Carmelitano* (já citado anteriormente) e *Tesouro Carmelitano;* outras três referiam à ordem seráfica: a *Trezena de São Francisco de Paula,* os *Elogios Sacros* sobre a vida de São Francisco de Paula, Patriarca da Ordem dos Mínimos e, de autoria de Frei José do Egito, talvez o *Ramalhete Seráfico*[244]. Em nosso ponto de vista a existência deste material nestas bibliotecas só pode estar relacionada à filiação de seus proprietários com as referidas ordens. Consideramos, portanto, bastante evidente a importância destes materiais impressos de natureza devocional, na conduta e manifestação religiosa da população católica setecentista de Vila Rica.

Entre as demais áreas do saber as belas letras (22,3%), seguidas pelas ciências (12,3%), são preponderantes e os grandes responsáveis por esta importância são os escritos referentes à história profana, às línguas e às ciências jurídicas. Nesse meio, não detectamos grandes coincidências nas

---

[241] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/120/1521/1762; 2º/17/178/1790.
[242] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/68/756/1785.
[243] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/120/1521/1762
[244] Na descrição do inventário, o escrivão omite o nome da obra, revelando-nos apenas sua autoria. Acreditamos tratar-se da obra mencionada acima, por ela ter tido ampla circulação no cenário colonial setecentista.

bibliotecas. A única exceção diz respeito à *Arte de Furtar,* obra de autoria controvertida, presente nas mãos de Costa Barros e Theotônio Nobre Cordeiro[245]. O interesse pelo conhecimento histórico, com dissemos, era grande entre o grupo e encontrava-se calcado, prioritariamente nas memórias militares, na vida dos grandes homens e nos fatos notáveis ocorridos na história da humanidade. Esses escritos, juntamente com outros sobre artes militares e engenharia (2,3%), conferem um certo pragmatismo à coleção de livros pertencentes aos funcionários. Sabemos que a metade dos indivíduos aqui analisados aliavam a função administrativa no governo da Capitania de Minas Gerais a um alto posto dentro da hierarquia militar auxiliar. Portanto, torna-se bastante compreensível o interesse desses homens por tais escritos. As obras jurídicas, por seu caráter prático, auxiliavam esses indivíduos a se orientarem frente à ampla legislação existente e a compreenderem melhor os mecanismos de funcionamento das instituições em que se inseriam. Da mesmo forma, o utilitarismo inerente às questões lingüísticas ajudava os funcionários a realizarem com precisão as atividades da escrita, que também eram recorrentes nas funções que ocupavam. A presença de muitas obras dessas bibliotecas não era aleatória. Esses livros, independentemente dos ramos de conhecimento a que pertenciam, possuíam uma conexão com a profissão de seus proprietários.

2.2.6- Os Senhores de terras

Em nosso trabalho de pesquisa, o grupo dos senhores de terras é majoritário entre todos os demais. Compõe-se de dezesseis indivíduos[246], dentre os quais dez eram reinóis: quatro nasceram em Braga, dois em Lamego, dois em Lisboa, e outros dois no Porto[247]. Em Minas Gerais, apenas dois

---

[245] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/120/1521/1762; 2º/65/722/1769.

[246] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/4/43/1751; 1º/11/99/1760; 1º/29/328/1788; 1º/57/681/1762; 1º/70/832/1766; 1º/79/950/1798; 1º/97/1185/1798; 1º/125/1567/1761; 1º/127/1580/1798; 1º/57/684/1767; 2º/15/156/1783; 2º/40/453/1793; 2º/57/641/1775; 2º/32/352/1793; 2º/52/588/1778; 2º/63/706/1794.

[247] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/29/328/1788; 1º/70/832/1766; 1º/79/950/1798; 1º/127/1580/1798; 1º/11/99/1760; 2º/15/156/1783; 1º/125/1567/1761; 2º/52/588/1778; 1º/4/43/1751; 2º/40/453/1793.

concentraram-se no núcleo urbano do arraial de Vila Rica: um na rua Direita da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e o outro, bem ao pé da capela de Santa Ana na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias[248]. Os demais espalharam-se pelas zonas rurais, habitando diversas freguesias, como Congonhas do Campo, Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira, Santo Antônio do Ouro Branco, Santo Antônio da Casa Branca, Itatiaia e Taquaral[249].

Neste grupo, salvo algumas exceções, os grandes cabedais estão associados às maiores bibliotecas. As três maiores fortunas ocupam, respectivamente, o primeiro, o segundo e o quarto lugares na posse de livros. O primeiro deles é Antônio Francisco França, Capitão da Ordenança de pé da freguesia de Itatiaia, termo de Vila Rica e proprietário de terras muito bem sucedido[250]. Sua residência encontrava-se situada em Soledade, freguesia de Congonhas do Campo, e possuía senzalas, casas de hóspede, estrebarias, casas de carro, quintais murados com árvores de espinho, macieiras, parreiras e bananal. A mesma propriedade territorial abrigava ainda terras minerais constantes de títulos, cartas de data e provisões. As lavras encontravam-se equipadas com tanques, uma roda com rosário colocada no veio da água, caixão e toda a ferragem destinada à extração do metal precioso. Além disso, o Capitão contava com mão-de-obra abundante: 63 escravos movimentavam o lucrativo negócio de Antônio Francisco França que, em fins da década de 1760, atingia 20:494$218 réis[251].

Sua biblioteca era a maior dentre todas pertencentes ao grupo: compunha-se por 37 títulos que, distribuídos em 51 volumes, versavam sobre as diversas áreas: religião, ciências, artes e belas letras[252]. Algumas delas estavam intimamente relacionadas com as atividades exercidas pelo

---

[248] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/328/1788; 2º/40/453/1793.

[249] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/4/43/1751; 1º/11/99/1760; 1°/57/681/1762; 1º/70/832/1766; 1º/79/950/1798; 1º/97/1185/1798; 1º/125/1567/1761; 1º/127/1580/1798; 1º/57/684/1767; 2º/15/156/1783; 2º/57/641/1775; 2º/32/352/1793; 2º/52/588/1778; 2º/63/706/1794.

[250] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/57/684/1767. BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, v. 1, p. 175. (Coleção Mineiriana).

[251] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/57/684/1767.

[252] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/57/684/1767.

inventariado. Para um capitão de Ordenança, as obras *Milícia instruída* e *Milícia prática* deveriam ter um caráter pragmático. Esse mesmo pragmatismo aplica-se à obra de Antônio da Silva, denominada *Diretório Prático da prata e ouro*. Nela o autor descreve as melhores condições para lavrar-se estes dois metais e, considerando-se que a mineração era primordial na atividade de Antônio Francisco França, não podemos descartar o valor utilitário deste livro dentro da coleção[253]. Além dos livros, havia também, entre seus bens, "duas pinturas", "cinco mapas" e "seis países" emoldurados que, certamente, eram objetos de sua atenção, observação e exame. "Duas papeleiras de vinhático, guarnecidas de jacarandá, ferragem dourada", com tamanhos distintos (sendo uma maior que a outra) compunham, juntamente com a biblioteca, as cartas geográficas e os demais quadros um ambiente profícuo às atividades de leitura e de escrita.

Manoel Fernandes de Araújo, capitão de uma das Companhias de Ordenança do distrito de Cachoeira, termo de Vila Rica, era outro potentado entre os proprietários de livros[254]. Sua fortuna era avaliada na quantia de 19:905$499 réis. Além de possuir duas propriedades de casas, uma no arraial de Itabira e outra na região do Padre Faria, era proprietário de uma fazenda ao pé da serra do rio Paraopeba, na freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira. Esta propriedade encontrava-se equipada com casa de vivenda, casa de hóspedes, senzalas, engenhos de pilões de farinha, moinho, pedra de moer mamona com rodízio, cinco paióis grandes onde encontravam-se empaiolados 500 alqueires de milho e 60 de feijão. Havia ainda, naquelas terras, aproximadamente, 20 alqueires cultivados, 15 deles contendo milho. E mais: capoeiras, matas virgens, árvores de espinho, bananal. Possuía, ainda, naquele território, 38 datas de terras minerais, com provisões de águas. Para o trabalho nas minas de ouro e na agricultura, Manoel Fernandes contava com o auxílio de 66 escravos e com a serventia de João dos Santos, que lhe

---

[253] MACHADO Barbosa Machado. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, (CD-ROM). v. 1, p. 389.

[254] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1° /4/43/1751. BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, v. 1, p. 94. (Coleção Mineiriana).

administrou, durante muitos anos, a tropa que abastecia o termo de Vila Rica, fornecendo-lhe mantimentos[255].

O inventariado também possuía uma biblioteca numerosa, composta por 21 títulos e 50 volumes. A grande maioria das obras (15 títulos e 43 volumes) tratava de questões religiosas e, a julgar pelos números, Fernandes de Araújo era um grande admirador do Padre Antônio Viera, já que conservava em sua biblioteca quinze volumes de sua autoria, treze deles pertencentes aos *Sermões* e outros dois, sem menção ao título.

Interessante comentar que a biblioteca do capitão que contabilizamos estava desfalcada ao ser inventariada. Em declaração testamentária, Manoel Fernandes afirma possuir "uma estante com setenta tomos de livros encadernados em pasta". Nesse rol, encontram-se, conforme afirma o testador, "todos os *Davis*", todos os [*ilegível*] *Ordenação do Reino* e os mais que se acharem assim na dita estante como na escola dos meninos[?] portugueses"[256]. De fato, a biblioteca do capitão possuía nove volumes intitulados *David Perseguido* e mais dois livros de *Ordenação, em bom uso*. A diferença entre o número de volumes citado no testamento e descritos no inventário é de vinte. Acreditamos que esses livros estavam em outra localidade e eram destinados a outros fins que não a simples leitura na intimidade doméstica.

Teriam sido esses livros subtraídos à sucessão no inventário por conterem matérias proibidas pelos aparatos censórios? Fica-nos a interrogação, pois não sabemos. Talvez estas obras faltantes não fossem mesmo inventariadas por pertencerem ao acervo livresco da escola dos "meninos portugueses". Mas que escola era esta e quais eram os livros que lá estavam? Qual era a relação do testador com esta escola? Novamente, a dúvida. Ao certo, só podemos afirmar que o inventariado possuía, à época de seu falecimento, oito filhos menores, cinco deles em idade escolar, entre os 7 e 13 anos de idade[257]. Baseados neste fato, talvez a escola mencionada era a aula onde estudavam os filhos do capitão e os livros que lá estavam eram,

---

[255] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º /4/43/1751.
[256] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º /4/43/1751.
[257] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º /4/43/1751.

provavelmente, cartilhas, gramáticas, dicionários e clássicos da literatura latina. Manoel Fernandes deveria ser uma espécie de patrono, mecenas das primeiras letras, um incentivador da educação em Minas Gerais, no período colonial. Senão, como explicar seu investimento em materiais de leitura para uso de outrem?

Anexos ao inventário encontram-se quitações dos herdeiros do capitão, as quais nos fornecem alguns indícios sobre o grau de alfabetização desses meninos[258]. Passados pouco mais de vinte anos do falecimento do inventariado, sabemos que as suas duas filhas eram analfabetas, não sabiam ler nem escrever e assinavam o documento com uma cruz. O filho caçula (nascido postumamente) declarava que não sabia escrever bem, mas assinava a declaração. Os demais estavam bem alfabetizados, sabiam todos ler e escrever. O que podemos concluir, analisando estes dados, é que a educação diferenciada ministrada no Brasil colonial deixou as filhas do capitão à margem do processo educacional, enquanto aos seus filhos varões foi garantido o acesso à instrução. O caçula viu-se prejudicado talvez pelo fato da morte de seu pai ter provocado a divisão da herança e também pelo fato de ter havido, após aquele falecimento, uma mudança nos focos de interesse familiar. Ao que tudo indica, Manoel Fernandes de Araújo era um homem bastante preocupado em garantir aos seus filhos o acesso às primeiras letras e por isso investia na aquisição de livros destinados a este fim.

O terceiro inventariado é Caetano Francisco da Costa, Ajudante supra das Ordenanças de Pé de Vila Rica, era síndico dos religiosos da Terra Santa [259]. Além de possuir um sítio de meia légua de terras, com casa de vivenda, rancho, senzala, quintal com árvores de espinho, bananeiras, parreiras, figueiras, pessegueiras e mais várias árvores, campos, pastos, logradouros, matos e capoeiras, o inventariado era dono de uma propriedade de casas situadas na rua Direita da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, em Vila Rica, que eram alugadas a três oitavas de ouro por mês.

---

[258] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/4/43/1751.

[259] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/328/1788. BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, v. 1, p. 315 e v.2, p. 155. (Coleção Mineiriana).

Embora a riqueza do inventariado seja menor que a dos demais já analisados, sua biblioteca não fica aquém, pois se compõe de 22 títulos e 28 volumes. Além dos livros, compunha essa biblioteca um adequado mobiliário que consistia em "uma estante" e "uma papeleirazinha pequena de madeira jacarandá com suas gavetas"[260].

A peculiaridade desta coleção reside no fato de ter uma ampla maioria de obras jurídicas. São 18 títulos e 22 volumes de importantes jurisconsultos portugueses, bibliografia básica para os especialistas da área. Interessante observar que Caetano Francisco da Costa mostrava-se atualizado com as questões jurídicas, pois possuía dois exemplares da *Prática judicial* de Antônio Vanguerve Cabral: um deles, "com bastante uso" (sinal de que deveria ser bastante consultado pelo seu proprietário) e uma segunda edição, "nova e acrescentada". Além disso, preocupava-se com o aspecto material do acervo que tinha em mãos e como se não bastasse possuir um *Paiva e Pona in quarto,* possuía outro *in fólio* e "em bom uso". Havia também nesta coleção uma série de obras manuscritas. São elas o *Regimento das Contas do Reino,* o *Regimento das terras e águas minerais,* o *Regimento dos Capitães do Mato*, um livro com *Várias ordens e curiosidades,* outro com *Várias doutrinas e leis apontadas para todas as casas* e uma *Cópia de Acórdãos*[261]. Como explicar essa abundância da legislação portuguesa e de tantas outras obras de cunho jurídico nesta biblioteca?

Este é um mistério que não conseguimos decifrar, mas não descartamos a hipótese do inventariado manter uma relação mais estreita com a rede administrativa da Capitania de Minas Gerais (haja vista o fato de ocupar o posto de ajudante supra das Ordenanças de Pé de Vila Rica). Sabemos que ele não tinha formação acadêmica e que o simples interesse pelas matérias jurídicas não justificaria a existência de uma biblioteca tão especializada, quanto as dos magistrados e advogados que analisamos. Além disso, não podemos nem aventar a hipótese de que os livros não eram realmente do inventariado e sim de terceiros, pois este fato não escaparia ao escrivão (como

---

[260] Além dos bens de raiz acima mencionados, o inventariado possuía nove escravos. Sua riqueza estava avaliada em 6:810$942,00. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/328/1788.

realmente não escapou a informação de que a adição dos dois tomos, "sem capas, de Calepino", em meio às demais obras, não tivesse efeito "por se verificar serem de terceira pessoa"[262]). Duas hipóteses podem ainda ser levantadas: na primeira, consideramos que esta coleção tivesse sido herdada e não formada por ele próprio; na segunda, pensamos que, em vista do grande número de devedores que Caetano da Costa possuía na praça, pudesse tê-la recebido como pagamento de dívidas.

O Sargento-mor, João Francisco dos Reis, era outro grande proprietário de bens de raiz[263]. Além de possuir duas casas em Vila Rica (uma no Rosário e a outro na rua do Curral), era proprietário, na freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira, de várias fazendas de terras lavradias e minerais, compostas tanto de capoeiras e matos virgens quanto de formações, minas, serviços de regos, tanques, açudes, etc.. As lavras eram todas constantes de títulos de datas minerais concedidos pelo guarda-mor daquela mesma freguesia. Completavam as propriedades rurais casas de vivenda, cozinhas, senzalas, carros, estrebarias, pombal, rancho que servia de venda, moinhos, paióis, casas de engenho, casa de tear e casa de ferraria. Acrescia o espólio imobiliário do Sargento-mor (avaliado em 13:360$756 réis) uma sociedade, na Capitania do Mato Grosso, em vários negócios e mais bens de raiz, além de escravos. Nas minas, trabalhavam 86 escravos e João Francisco dos Reis, envaidecido com o privilegio de mineiro que Sua Majestade Real lhe havia conferido, acreditava que suas "lavras esperançam fruto de trabalho e fábrica"[264]

O sargento-mor possuía uma biblioteca formada por 19 títulos e 28 volumes. Se quase metade dela compunha-se de obras religiosas (10 títulos e 15 volumes), dentre as quais destacamos a presença de Francisco Larraga, com seu *Prontuário de Teologia Moral,* a outra metade distribuía-se entre as

---

[261] Além dos bens de raiz acima mencionados, o inventariado possuía nove escravos. Sua riqueza estava avaliada em 6:810$942,00. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/328/1788.
[262] Além dos bens de raiz acima mencionados, o inventariado possuía nove escravos. Sua riqueza estava avaliada em 6:810$942,00. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/328/1788.
[263] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/79/950/1798.
[264] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/79/950/1798.

ciências e belas letras (4/5 e 5/8, respectivamente)[265]. Temos, portanto, o sagrado e o profano dividindo o espaço nesta livraria.

Um segundo grupo de proprietários possuía bibliotecas medianas, porém peculiares, como é o caso de Manoel de Lemos Vieira. Sua coleção era composta por 8 títulos e 12 volumes, todos considerados de caráter didático, destinados ao ensino e à instrução[266]. Como o inventário data de fins do século XVIII, acreditamos que os livros arrolados entre os bens do inventariado refletiam as reformas pombalinas empreendidas na educação. Sabemos que a ação regalista do Marquês de Pombal e a conseqüente eliminação dos jesuítas do campo educacional, pela sua expulsão do amplo território português e das mudanças pedagógicas produzidas na Universidade de Coimbra, até então, foco da influência jesuítica, geraram toda uma política censória em relação à circulação dos livros. Nesse sentido, acreditamos que a literatura clássica latina representada na biblioteca de Lemos Vieira por Ovídio, Virgílio e Suetônio, em exemplares *in oitavo,* fosse composta de edições recomendadas pelos órgãos responsáveis pela censura, já expurgadas de conteúdos considerados exagerados, descabidos e inconvenientes sob o ponto de vista pedagógico da época[267]. Da mesma forma, acreditamos que os quatro tomos, *in oitavo,* das *Seletas latinas* fossem a permitida *Sellecta latini Sermonis,* de autoria de Pierre Chompré (1698-1760) e que o *Novo Método Latino*, embora "já velho", fosse, provavelmente o elaborado pela Congregação do Oratório, mais especificamente, por Antônio Pereira de Figueiredo, em substituição à *Gramática latina* do Padre Manoel Álvares, da Companhia de Jesus. No entanto, a biblioteca analisada apresenta reminiscências da literatura jesuítica no campo educacional, como é o caso da popular *Prosódia* de Bento Pereira. Esta obra foi perseguida pela censura pombalina por pertencer ao rol dos livros infectados por incorreções[268]. Como o Estado não mais permitia expor aos alunos o perigo da imperfeição do idioma, os aparatos censórios persistiam,

---

[265] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/79/950/1798.
[266] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/32/352/1793.
[267] ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial.* Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999, p. 92.
[268] ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial.* Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999, p.107.

firmemente, na necessária vigilância tanto a esta obra citada acima, como a *Seleta antiga*, a *Gramática latina* do Padre Manoel Álvares e às edições não recomendadas de Virgílio, Ovídio e Horácio[269]. Mas que motivações estaria por trás da formação de uma biblioteca tão especializada? Embora não possamos afirmar que esses livros estivessem destinados à instrução de seus filhos, talvez possamos acreditar que eles pudessem ser usados na aula de Gramática Latina, fundamental para quem quisesse seguir a carreira eclesiástica[270].

André de Figueiredo da Silveira possuía uma biblioteca composta de 9 títulos, em 9 volumes, sobre temas religiosos, em sua maioria[271]. O único volume que não classificamos nesta categoria era o *Tesouro de Prudentes*, escrito por Gaspar Cardoso de Siqueira. Esse livro era composto por quatro partes que continham assuntos distintos, tais como agricultura, medicina, matemática, física, astronomia e direito. Toda essa diversidade de temas compunha os três últimos livros, mas o primeiro deles referia-se ao cômputo eclesiástico e continha algumas anotações interessantes para os párocos[272]. Portanto, não escapava à temática religiosa.

O Capitão da Cavalaria de Ordenança de Vila Rica e seu termo, Luís de Figueiredo Leitão e o também Capitão Manoel dos Reis, pertencente à Capitania da Ordenança de Pé do distrito de Ouro Branco, termo de Vila Rica[273] também compõem este grupo intermediário de proprietários de livros[274].

---

[269] ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999, p. 107.

[270] Manoel de Lemos Vieira faleceu deixando cinco herdeiros: dois homens e três mulheres, entre os 24 e 9 anos de idade. Destes, apenas o mais velho era seu filho legítimo . Os demais eram filhos naturais e mestiços. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/32/352/1793.

[271] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/11/99/1760.

[272] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.

[273] BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, v.2, p. 203. (Coleção Mineiriana).

[274] Interessante notar que nos dois casos, o inventário analisado é das esposas dos sobreditos capitães, Antônia Maria Caetana e Maria da Conceição. Como os bens inventariados pertencem ao casal e não especificamente às mulheres falecidas e, em ambos os casos, a biblioteca fazia parte da meação do viúvo, optamos por atribuir a posse dos livros aos maridos e não às suas mulheres. Outro fato que nos levou a agir dessa forma, encontra-se na declaração testamentária de Maria da Conceição. A testadora declara, solenemente, ter pedido ao Reverendo Inácio José de Almeida que escrevesse e assinasse seu testamento, já que ela

O primeiro deles possui 5 títulos, em 9 volumes, e o segundo, 7 obras, em 7 volumes. Enquanto Luís de Figueiredo Leitão possuía uma biblioteca composta basicamente de obras religiosas, com apenas um volume sobre medicina, Manoel dos Reis concentrava sua coleção na arte médica. Mais uma vez encontramos, no grupo dos proprietários de terras, uma biblioteca especializada, sem que tenhamos dados concretos que nos informem sobre os interesses que teriam levado seu proprietário a formar acervos tão específicos. A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva considera a medicina "a mais 'social' de todas as ciências, isto é, aquela que mais se imbrica na vida cotidiana de uma sociedade"[275]. Nesse caso, talvez possamos acreditar que o interesse pela matéria médica decorra das necessidades dos indivíduos e da própria precariedade da manutenção da saúde em território colonial, dada a raridade de profissionais da área. Assim, os indivíduos buscavam ampliar sua bagagem teórica para poderem se medicar e preencher o vazio deixado pela medicina profissional. Dessa forma, os compêndios médicos, cirúrgicos e farmacológicos teriam alguma utilidade nas mãos de um Capitão de Ordenança, interessado em conhecer e aplicar a arte da cura.

Além das maiores livrarias e das coleções medianas existem, entre o grupo dos proprietários de terras, bibliotecas bem pequenas. Entre estas, algumas limitam-se a um título. No primeiro caso, entre os proprietários de pequenas bibliotecas, estão Domingos Ferreira Borges e Manoel Nunes de Pinho, ambos donos de três livros em três volumes[276]. Pedro de Lima Curado possuía dois títulos em dois volumes[277]. Todos esses livros não tratavam de outra matéria senão da ascese, da mística e santa devoção católica. Já a condição de proprietário de uma única obra era ocupada por João Francisco de Aguiar, Nicolau Gonçalves, Antônio Monteiro de Noronha, Pedro Gomes Carmo e Tomás Rodrigues Vilarinho[278]. Se o primeiro, possuía "um livro de cirurgia", os

---

própria não sabia ler nem escrever. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/57/639/1752; 1°/97/1185/1798.

[275] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 196.

[276] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/15/156/1783; 2°/40/453/1793.

[277] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:. 1°/125/1567/1761; 2°/40/453/1793.

[278] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/70/832/1766; 2°/52/588/1778; 2°/57/641/1775; 1°/127/1580/1798; 2°/63/706/1794.

demais limitavam-se a um livro de devoção, destinado ao ritual da missa. Diferenciava-os apenas o fato de o livro pertencente à Nicolau Gonçalves não ser, como os demais, um simples *missal*, mas uma obra explicativa das partes constitutivas da santa missa católica. A obra de autoria de Antônio Batista Viçoso denominada *Tesouro singular* (1731), era um exemplar avaliado em $300,00, já "velho", em edição *in fólio*.

Os livros pertencentes a Antônio Monteiro de Noronha, Pedro Gomes Carmo e Tomás Rodrigues Vilarinho, assim como o exemplar similar existente em mãos de Antônio Francisco França (primeiro inventariado analisado), não faziam parte de uma biblioteca, mas sim de um oratório doméstico. Juntamente com a prataria, os objetos sacros, as alfaias litúrgicas, as imagens santificadas, as vestimentas sacerdotais, o mobiliário especifico (como a pedra de ara, a pia de vidro, a mesa da sacristia) e as peças finas de enxoval, encontramos a descrição de *um missal* que, quase sempre, vem acompanhado de uma "estante" e, vez ou outra, de "um pano" utilizado para cobri-lo. Entretanto, o estado de conservação, o formato e o valor do livro litúrgico variavam de uma capela e outra. O missal de Antônio Francisco França estava "em bom uso" e, talvez por isso, valesse uma boa quantia: 7$000 réis. Enquanto Vilarinho possuía "um missal já velho", avaliado em 4$800 réis, Pedro Gomes Carmo possuía "um missal novo", avaliado na mesma quantia. Já o pertencente à capela de Antônio Monteiro de Noronha era "pequeno" e, juntamente com a estante, foi avaliado em 3$600 réis. Apesar de acreditarmos que o aspecto material de um livro influencie em seu valor, não sabemos explicar ao certo quais parâmetros norteavam as avaliações dos peritos, uma vez que encontramos livros em estados diversos com preços equivalentes, como observamos neste caso. Mas voltando ao conteúdo destas pequenas bibliotecas, podemos afirmar, em síntese, que a tradição religiosa de parcela da população levava à aquisição e conservação de material destinado à prática da fé católica.

Estas dezesseis bibliotecas contabilizavam, juntas, 141 obras e 207 volumes, distribuídas pelas diversas áreas do saber, ciências, artes, belas letras e religião, como podemos observar na tabela que se segue.

TABELA X: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS DE VILA RICA: 1750-1800.

Áreas do Saber	Subdivisões	Números Relativos	%	Total Geral	%
Ciências	Direito	20/25	14,2/12,1	37/44	26,2/21,3
	Filosofia	3/4	2,1/1,9		
	Medicina	10/10	7,1/4,8		
	Astronomia	1/1	0,7/0,5		
	Agronomia	1/1	0,7/0,5		
	Vários	2/3	1,4/1,4		
Artes	Arte militar	2/3	1,4/1,4	3/4	2,1/1,9
	Mineralogia	1/1	0,7/0,5		
Belas Letras	História	8/11	5,7/5,3	19/28	13,5/13,5
	Poesia?	4/4	2,8/1,9		
	Contos	1/1	0,7/0,5		
	Peças dramáticas	1/3	0,7/1,4		
	Língua	5/9	3,5/4,3		
Religião	-	-	-	58/106	41,1/51,2
Indeterminado	-	-	-	24/25	17,1/12,1
Total	-	-	-	141/207	100

Fonte: AHMU-CSP: 1° e 2° Ofícios. Inventários, 1750-1800.

A superioridade numérica dos escritos de devoção é patente e alcança mais da metade de todos os volumes contabilizados. Algumas obras são bastante populares entre a categoria como os *missais*, as *Definições morais,* a *Mística Cidade de Deus* de Maria d'Agreda, o *Mestre da Vida* do Frei João Franco, o livro *Diferença entre o temporal e o eterno*, escrito pelo Pe. João Eusébio Nieremberg, a obra *David perseguido* de Dom Cristovão de Lozano e a *Descrição do tormentoso cabo da enganosa esperança* de Nicolau Fernandes Colares. Igualmente popular é o Padre Manuel Consciência, presente com duas obras: *Inocência prodigiosa* e os *Sermões panegíricos e morais.* Também sobressaem os escritos referentes às ordens terceiras religiosas, como é o caso das *Horas Seráficas* e dos livros *Paraíso Seráfico, Palestra da Penitência* e *Tesouro Carmelitano,* os primeiros referindo-se à ordem terceira do Patriarca São Francisco e o último à ordem de Nossa Senhora do Carmo. Todos esses escritos de cunho devocional são a manifestação, em nosso ponto de vista, da vivência religiosa de parcela da população colonial que tinha acesso às verdades sagradas através da leitura desse material impresso. Leitura essa

realizada na intimidade doméstica e que tanto podia ser privada (envolvendo um único indivíduo) quanto coletiva (para a participação da família).

Os livros pertencentes às demais áreas do saber, embora sejam minoritários, revelam o pragmatismo ligado tanto às ciências e artes quanto às belas letras. Três bibliotecas eram bastante especializadas: uma vinculada às questões jurídicas, outra relacionada à arte médica e uma terceira com nítido caráter didático. Nesse meio, a maior incidência é a de Gaspar Cardoso da Siqueira, presente com o ecletismo da obra *Tesouro de Prudentes* e com seu *Prognóstico geral e Lunário perpétuo*. O *Erário Mineral* de Luiz Gomes Ferreira também aparece com uma certa freqüência. Nesse conjunto de obras, vale ressaltar ainda a influência de dois autores ilustrados: o primeiro deles pertencente à ilustração espanhola, Bento Feijó, presente na biblioteca de Antônio Francisco França com a obra *Teatro Crítico Universal*[279]. O segundo é um dos grandes representantes da ilustração portuguesa, Luís Antônio Verney, presente na biblioteca de Caetano Francisco da Costa com a obra *Apparatus ad Philosophiam, & Theologiam.*[280] Esses dois exemplares constituem a modesta contribuição da filosofia iluminista às bibliotecas dos senhores de terra de Vila Rica. Embora as pequenas marcas do racionalismo, cientificismo e pragmatismo não superassem, nesse meio, as fortes tendências religiosas, elas já apontavam um caminho que, muito em breve, seria uma das importantes trilhas que os livros e a leitura percorreriam no Brasil.

2.2.7- Os artesãos

Temos visto ao longo deste trabalho o quanto, na segunda metade do século XVIII, o acesso aos livros tem se difundido. Não estamos privilegiando uma elite intelectual que possui apreço pelas especulações mentais e, conseqüentemente, utiliza-se de material impresso em sua busca pelo conhecimento. Lidamos, sim, com o homem comum, com uma parcela mais vasta da população que conservou livros em meio aos seus bens. Objetos decorativos, de devoção, de conhecimento, os livros, que rareavam no período

---

[279] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/57/684/1767.

colonial e eram prerrogativa de uma minoria, também podem ser encontrados no grupo dos artesãos.

Dois alfaiates, um ferrador, um ferreiro e um sapateiro representavam este grupo de artesãos de Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, que conservaram livros entre os seus bens inventariados[281]. Dentre eles, apenas o sapateiro José de Castro Lobo era mestiço e nascido na Capitania de Minas Gerais, mais precisamente na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Vila Rica[282]; os demais eram reinóis: três deles provenientes do Arcebispado de Braga[283] e um do Patriarcado de Lisboa[284]. Todos, sem exceção, moravam em Vila Rica e concentravam-se na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Distribuíam-se pelas fraldas do Morro do Padre Farias, pela Rua do Senhor do Bonfim, por detrás da Casa da Câmara e Cadeia, pela Senhora de Santa Ana do Morro e pelo Alto da Cruz.

Possuíam geralmente modestos cabedais, poucos escravos que os auxiliavam em seu ofício[285], casas residenciais, algumas assobradadas, outras térreas, com quintal, ora com estrebaria, ora com senzala e os demais pertences que a complementavam. À morada quase sempre se anexava a oficina artesanal[286]. Apenas José de Castro Lobo não era proprietário de escravos e não possuía quaisquer bens de raiz. Vivia em casa de aluguel, de propriedade de seu inventariante Manoel Teixeira Souto a quem devia, à hora de sua morte, setenta e cinco oitavas de ouro referentes ao aluguel À morada quase sempre se anexava a oficina artesanal[287].

---

[280] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/328/1788.

[281] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/33/396/1786, 1°/24/263/1779, 1°/109/1393/1768, 2°/61/690/1752, 2°/23/244/1782.

[282] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/23/244/1782.

[283] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/33/396/1786, 1°/24/263/1779, 2°/61/690/1752.

[284] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/33/396/1786, 1°/24/263/1779, 2°/61/690/1752, 1°/1768/109/1393.

[285] José Courano, um dos escravos de Manoel de Abreu Soares também exercia o ofício de ferreiro e, após a morte de seu senhor, ficou sob sua responsabilidade a administração da tenda da viúva e de seus herdeiros. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/61/690/1752.

[286] O inventário de bens de Manoel de Abreu Soares traz descrita uma morada de casas sitas no Morro junto da Capela de Santa Ana da Pedra Branca que são térreas, cobertas de telha, feitas de pedra até o telhado da banda da vivenda e da outra parte com duas forjas, senzalas e seu quintal cercado de pedra, avaliada em 100$000 réis. AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/61/690/1752.

[287] Para auxiliá-lo em seu ofício de sapateiro, José de Castro Lobo empregava mão-de-obra livre, conforme declara em seu testamento: "Declaro que devo a varias pessoas a saber (...) a

Não era desprezível a quantidade de livros que estes artesãos possuíam. As duas maiores bibliotecas continham oito obras: uma delas com nove volumes e a outra com oito[288]. A terceira superava as duas primeiras em número de volumes, estes eram dezessete, mas os títulos eram apenas seis[289]. E as menores possuíam, coincidentemente, números idênticos de títulos e volumes: a primeira, três livros em três volumes[290] e a segunda, dois títulos em dois volumes[291].

Juntando o acervo livresco de propriedade dos artesãos, totalizamos 27 obras distribuídas em 39 volumes[292].

TABELA XI: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AOS ARTESÃOS DE VILA RICA: 1750-1800.

Áreas do Saber	Subdivisões	Números Relativos	%	Total Geral	%
Belas Letras	História	1/1	3,7/2,6	1/1	3,7/2,6
Religião	-	-	-	24/29	88,9/74,4
Indeterminado	-	-	-	2/9	7,4/23,1
Total	-	-	-	27/39	100

Fonte: AHMU-CSP: 1° e 2° Ofícios. Inventários, 1750-1800.

Observando a tabela, percebemos que a ampla maioria dos títulos identificados são livros devocionais. Uma única obra referia-se à história profana. Trata-se de uma tradução da *História de Carlos XII. Rei de Suécia,* de Voltaire, feita, no ano de 1739, por Manoel Monteiro, padre oratoriano, membro da Academia Real de Lisboa e exímio conhecedor da história eclesiástica e

---

Manoel da Silva Maciel ou ao crioulo Francisco devo vinte e cinco oitavas de ouro procedidas do trabalho do ofício de sapateiro e desta quantia me obriguei a pagar ao dito Maciel os medicamentos com que assistiu na moléstia ao dito crioulo e assim mais devo as porções a Joaquim e Manoel meus oficiais des[de] o primeiro de junho de 1781 em diante à razão de três oitavas por mês por ambos ..." AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/23/244/1782.
AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/23/244/1782.

[288] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/33/396/1786; 2°/61/690/1752.

[289] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/24/263/1779.

[290] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/109/1393/1768.

[291] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/23/244/1782.

[292] Neste conjunto, apenas duas obras (*Várias devoções* [?], e *um livro de Óperas*) não foram enquadradas em nenhuma categoria do saber: primeiro, por não as termos localizado em nenhuma das fontes que utilizamos para este fim; segundo, por se apresentarem com títulos, em nosso ponto de vista, bastante genéricos, limitando, dessa forma, nossa compreensão de seu conteúdo.

secular[293]. Esta obra, avaliada em $300 réis, era de propriedade do alfaiate Domingos Ferreira Simões Vale, que era o único artesão mineiro que não possuía 100% de livros de devoção dentre o rol de títulos mencionados em seu inventário[294]. Além de alfaiate, Domingos Ferreira era também familiar do Santo Ofício e membro da Ordem Terceira de Patriarca São Francisco de Assis[295]. Dos sete livros devocionais, três tinham como tema central as ordens terceiras seráficas[296]. Eram eles, um "livrinho" *Palestra da Penitencia* avaliado em $300 réis, outro livro "pequeno" *Caminho dos Terceiros Seráficos* também avaliado em $300 réis e, por fim, o livro *Ramalhete Seráfico,* cujo valor era de $150 réis. O interesse do alfaiate pelas associações religiosas não se restringia às ordens seráficas, abarcava também a ordem vinculada a São Bento. Haja vista que sua biblioteca possuía dois volumes da obra *Beneditinos lusitanos*, avaliados em 3$600 réis.

Já o inventário do ferrador Manoel Francisco dos Reis Vieira fornece-nos indícios de que o indivíduo não só lia como escrevia. Além de possuir três livros de devoção, tinha um livro em que o ferrador fazia os seus assentos de dívidas, o que comprova o fato de que o inventariado dominava perfeitamente a escrita e as contas. Esse livro de registros apresentava-se rotulado, datado, numerado e assinado por ele, preenchido com vários registros de débitos, uns já quitados, outros ainda em aberto, que, ao final, conforme declaração do inventariante, aparecem somados pelo próprio Manoel Francisco[297]. Esta declaração permite-nos concluir que o inventariado era capaz de assinar, escrever, contar e realizar operações matemáticas.

O rol dos bens utilizados para o pagamento das despesas do seu funeral realizado na matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica revela uma obra diferente dos livros de devoção. Entre a prataria, a louça fina, os utensílios de mesa, as ferramentas, os móveis, os objetos de devoção, como oratório,

---

[293] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 315.
[294] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/33/396/1786.
[295] Haja vista que, dentre os bens que conservava no momento de sua morte, havia "uma medalha de ouro com seu esmalte, que pesam três oitavas, com seu trancelim de retrós preto, a qual é do familiar do Santo Oficio" avaliada em 8$000 réis.
[296] Ordem religiosa destinada a leigos, agregada à ordem monástica dos frades franciscanos.
[297] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: (1°/109/1393/1768).

crucifixo, lâmina, registros e imagens, havia dois livros: um de sermões, avaliado em $600 réis (já contabilizado por nós) e um segundo, no mesmo valor, que nos aparece como novidade, intitulado *Prática de Cozinha*[298]. A descrição dessa última obra escapou ao inventário e a sua existência, entre os bens de Manoel Francisco dos Reis Vieira, só se fez notar pelas contas do funeral.

Quanto à biblioteca do ferreiro Manoel de Abreu Soares, grande parte de seu acervo bibliográfico, composto por oito livros devocionais, terminou por engrossar a livraria do Padre Manoel Martins[299]. Como pagamento pelos serviços prestados no funeral do inventariado o padre recebeu sete livros de sua biblioteca. Esses livros, certamente, teriam boa utilidade nas mãos do padre, já que ensinavam a bem cumprir os ritos religiosos. O volume restante, avaliado em $300 réis, ficou em mãos de Tomás da Silva Cardoso, a quem o ferreiro devia 165$000 réis de resto de um crédito.

Em síntese, podemos afirmar que o grupo dos artesãos não desprezava os livros. Se é certo que o interesse maior era pelas obras de devoção, não podemos recusar o fato de que esse material de leitura vinculava-se a práticas sociais mais amplas. A pertença a associações religiosas, o conhecimento da história secular ou o simples prazer da leitura estavam certamente entre as motivações que levavam artesãos a possuir livros em Vila Rica, na segunda metade do Setecentos.

2.2.8- As mulheres

A peculiaridade do último grupo analisado não reside no fato de pertencer a uma mesma categoria profissional, mas sim de referir às mulheres de Vila Rica. A população feminina era na sua maioria analfabeta e por isso raramente possuía livros. Esse grupo era composto por três mulheres viúvas, desprovidas de bens de raiz, com uma única exceção[300]. Mas possuíam escravos e deixaram pequenas fortunas. A primeira delas, Ana Petronilha da

---

[298] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: (1°/109/1393/1768).
[299] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/61/690/1752.
[300] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/120/1521/1766; 2°/1/3/1790; 2°/6/60/1794.

Cunha e Matos, viúva do Dr. José Inácio de Castro, possuía uma casa assobradada na praia de Ouro Preto, onze escravos e uma fortuna avaliada na quantia de 1:247$173 réis. [301] Iria Eufrásia da Silva Ávila, viúva do Tenente Coronel Manoel Francisco da Costa Barros (cujo inventário já foi analisado no grupo dos funcionários do governo), possuía dois únicos escravos e seu monte-mor alcançava 2:844$640 réis[302]. Como a inventariada não possuía casa de morada, não pudemos precisar o local de sua residência em Vila Rica. A última proprietária de livros de Vila Rica era Ana Maria da Conceição[303]. Ultrapassando a faixa dos sessenta anos de idade, a inventariada era viúva de Manoel Lopes de Carvalho e considerada demente pela sociedade mineira de fins do Setecentos. Das três mulheres pesquisadas, Ana Maria é a única que tem indicada sua naturalidade: nasceu na região de Boa Vista, no próprio termo de Vila Rica. Ali, morava na paragem do Bananal, freguesia de Ouro Branco, na companhia da família de uma de suas filhas. Possuía oito escravos e um monte-mor avaliado em 832$162 réis.

Pela primeira vez em nossa pesquisa chegamos a mulheres detentoras de livros. Nos casos anteriores de inventários de mulheres a análise mais minuciosa do documento sempre nos levava a atribuir a propriedade dos livros ao marido das inventariadas. Fugindo à regra geral, os três inventários acima citados nos oferecem indícios de livros pertencentes às próprias mulheres.

Dos livros conservados por Ana Petronilha, não encontramos títulos que tenham pertencido ao seu falecido marido, que era advogado nos auditórios de Vila Rica[304]. Em seu poder, havia apenas três obras, duas delas de caráter religioso: as populares *Horas de Semana Santa*, *em bom uso* e a igualmente corriqueira *Mestre da Vida,* do Frei João Franco. Além destas, havia ainda um terceira que, devido à imprecisão da informação disponível na documentação, não conseguimos identificar. Registrada pelo escrivão, simplesmente, com o

---

[301] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/1/3/1790.
[302] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/120/1521/1766.
[303] O inventário dos bens foi realizado em virtude da demência da inventariada, estado psíquico que a "priva da regência e administração de sua pessoa e bens". AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/6/60/1794. F. 1.
[304] Embora não possamos afirmar com precisão que os livros pertencentes à inventariada sejam ou não reminiscências de uma biblioteca maior, pertencente ao seu marido, referimo-nos, aqui, aos livros de caráter jurídico.

sobrenome do autor, *Andrade,* a única informação adicional era que o exemplar encontrava-se "já bastantemente usado"[305]. Embora o número de livros fosse pequeno, existia em casa da inventariada, mobiliário destinado à sua guarda. Havia "uma estante de jacarandá torneada" que, quem sabe, já teria, em outros tempos, abrigado coleções maiores de livros. Acreditamos que o advogado, no exercício de sua profissão, deveria ter possuído um acervo bibliográfico maior e específico, destinado à consulta e ao estudo, fato que justificava a necessidade de um móvel para guardar a biblioteca. Se a família, por quaisquer motivos, abriu mão dos livros, não conservando essa biblioteca e dispondo dela, não o fez com a estante, que compunha o mobiliário doméstico. Também não se desfez da " papeleira de jacarandá", que tinha, além de uma "ferragem muito usada", um "oratório por cima".

Iria Eufrásia da Silva Ávila não conservou em seu poder a biblioteca de seu marido, Tenente Coronel Manoel Francisco da Costa Barros, que foi a pregão de venda e arrematação em praça pública de Vila Rica, como vimos no Capítulo 1. Os exemplares em seu poder também não pertenciam certamente àquela coleção. Eram dois títulos, em dois únicos volumes, versando sobre temas religiosos, distintos dos demais pertencentes ao Tenente Coronel[306]. Apesar de haver um livro coincidente nas duas coleções, não acreditamos tratar-se do mesmo exemplar. O *manual de missa* pertencente à biblioteca de Costa Barros era um livro já muito usado, avaliado com outros três, nas mesmas condições, em apenas $075 réis. Já o *manual de missa* de Iria Eufrásia, possuía uma bela "capa de veludo carmesim" e juntamente com a *Novena de Santo Antônio,* encadernada "com capa de marroquim dourado", foi avaliado em 1$200 réis[307]. Se esse missal possuía um valor médio de $600 réis, jamais poderia ser o mesmo pertencente à biblioteca de Costa Barros, que valia pouco mais que $018 réis. Eram, certamente, livros diferentes, embora tratassem da mesma matéria.

---

[305] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/1/3/1790.
[306] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/120/1521/1762; 1°/120/1521/1766.
[307] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/120/1521/1766.

Ana Maria da Conceição também possuía dois livros, embora apenas um fosse descrito no inventário[308]. É que existiam uma série de bens pertencentes à inventariada em mãos de terceiros, conforme atesta Apolinário José Tavares, curador, inventariante e genro de Ana Maria. Entre eles estavam, além dos *dois livros de quarto,* imagens religiosas, ferramentas diversas (algumas utilizadas na carpintaria), utensílios domésticos, duas rodas de fiar algodão e um sedeiro, alguns animais (bovinos e eqüinos) e três escravos. Desse rol descrito pelo inventariante, muitos bens foram localizados, como é o caso dos três escravos ausentes: o primeiro deles estava em mãos de um dos genros da inventariada (fato este que levou o inventariante a duvidar que pudesse ser restituído àquela herança), o segundo em poder do primogênito da mesma e o terceiro, embora não soubessem sobre seu paradeiro, também foi resgatado e dado ao inventário. Quanto aos livros, a sorte não foi a mesma: apenas um deles foi encontrado. Tratava-se da obra intitulada, *Descrição do tormentoso cabo da enganosa esperança,* de autoria do padre Nicolau Fernandes Colares, *in quarto,* avaliada na quantia de $600 réis. O segundo livro de que o inventariante faz menção não foi por ele recuperado e, por isso, não aparece descrito junto aos demais bens pertencentes ao inventário.

Devido ao estado de sanidade mental da inventariada, não só seus livros, como seus demais bens, foram julgados pelo juizado dos órfãos, a pedido do inventariante, inúteis à demente e, assim, foram postos em pregão de venda e arrematação. No entanto, os livros foram conservados pelo próprio inventariante, Apolinário José Tavares, que os recebeu como parcela do pagamento da dívida que com ele tinha Ana Maria da Conceição.

O número de livros reunidos nestas três pequenas bibliotecas era irrisório. As obras, assim como o número de volumes, não passavam de sete. E não havia nada além dos livros religiosos, destinados à prática da fé católica.

---

[308] O inventário dos bens foi realizado em virtude da demência da inventariada, estado psíquico que a "priva da regência e administração de sua pessoa e bens". AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/6/60/1794. F. 1.

TABELA XII: OBRAS E VOLUMES, POR ÁREA DO SABER, PERTENCENTES AO GRUPO DAS MULHERES DE VILA RICA: 1750-1800.

Áreas do Saber	Números Relativos	%
Religião	5/5	71,4
Indeterminado	2/2	28,6
Total	7/7	100

Fonte: AHMU-CSP: 1° e 2° Ofícios. Inventários, 1750-1800.

Temos, portanto, um perfil de leituras femininas bastante diferente do desenhado pela historiografia de outras regiões no século XVIII.

Roger Chartier, em artigo denominado "As práticas da escrita", é um dos historiadores que especula sobre o tipo de leitura apreciada pelas mulheres. Suas demonstrações apóiam-se na análise de um quadro de Chardin denominado *Os divertimentos da vida privada* (1745), que apresenta ao observador a figura de uma mulher surpreendida em sua leitura, com um livro nos joelhos. A imagem sugere que a leitura do livro está conjugada ao lazer e à distração. Acrescenta o autor que nessa representação de uma leitora, os contemporâneos do artista reconhecem um tema clássico: o da leitura do romance. Nesse sentido, uma descrição do quadro denominada *Observations sur les arts et quelques morceaux de peinture exposés au Louvre en 1748,* assim refere-se à obra de arte:

> Representa uma mulher displicentemente sentada numa poltrona com uma brochura numa das mãos, pousada em seu regaço. Uma espécie de langor domina-lhe os olhos, voltados para um canto do quadro, e indica que ela lia um romance e que as temas impressões recebidas a fazem sonhar com alguém que gostaria muito de ver chegar![309].

Toda uma postura feminina, marcada pela displicência e languidez, foi mobilizada na caracterização da leitora do romance que "alimenta sonhos perturbadores, nutre expectativas sentimentais, excita os sentidos"[310]. No entanto, Chartier previne que, embora não haja uma exata correspondência entre a descrição e a pintura, o relato é uma forte expressão da mentalidade da

[309] Apud. CHARTIER, Roger. "As práticas da escrita". In: ARIÈS, Philipe e CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada*: Da renascença à época das luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 145.

[310] CHARTIER, Roger. "As práticas da escrita". In: ARIÈS, Philipe e CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada*: Da renascença à época das luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 145.

época que associa leitura feminina ao ócio preguiçoso, ao prazer sensual e à intimidade secreta.

Como vimos pelos números registrados na tabela, as leituras femininas em Vila Ric,a encontram-se deliberadamente afastada desse *topos*. Segundo a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, o gênero "novela", em inícios do século XIX, não era devidamente respeitado como forma literária na corte do Rio de Janeiro, sendo considerado talvez como leitura própria de donzelas[311]. Em Vila Rica das Minas Gerais, a novela não fazia ainda parte das leituras femininas. Essa imagem laicizada da leitura não constitui a realidade na sociedade mineira setecentista. A julgar pelos livros que possuíam, nossas mulheres não deviam sonhar tanto, nem ao menos entregavam-se ao deleite e ao prazer proporcionado pelo romance fictício. A realidade que viviam era bastante distinta: era a da oração e da súplica religiosa. Por isso os textos nas mãos das viúvas de Vila Rica eram os mesmos livros de devoção que ensinavam a bem cumprir os ritos e que estavam presentes em todas as camadas alfabetizadas da população colonial.

---

[311] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 199-200.

CAPÍTULO 3 – TRADIÇÃO OU INOVAÇÃO NAS LEITURAS

O século XVIII, comumente chamado o "século das Luzes", assistiu, em toda a Europa, ao desenvolvimento de um pensamento que abarcava, ao mesmo tempo, o racionalismo crítico e a observação empírica. Entretanto, sua manifestação assumiu formas díspares: no centro de irradiação originário da Ilustração – França, Itália, Inglaterra, Alemanha – o movimento tomou a forma de transformação cultural e mental; já no imenso território em que se deu sua propagação e seu desenvolvimento defasado, lento e limitado – tais como Espanha e Portugal – o movimento Ilustrado, vinculando-se apenas à ideologia de progresso e civilização, transformou-se em um argumento a favor das políticas modernizadoras, sem romper profundamente com a ordem estabelecida[1].

A filosofia Iluminista utilizava-se do racionalismo crítico e do empirismo como instrumentos no combate às pretensões totalizantes da metafísica escolástica. Além disso, opunha-se também à visão sistêmica e transcendente que dominava as grandes construções filosóficas do século XVII.[2] Segundo Fernando Novais, a vida intelectual setecentista desenvolvia-se "nos quadros do racionalismo triunfante; não que as tendências opostas, do pensamento escolástico tradicional, houvessem ensarilhado armas – mas tinham passado nitidamente para a defensiva"[3]. Nesse sentido, na medida em que os quadros mentais substituíssem, progressivamente, os antigos pelos novos valores, o pensamento moderno consubstanciaria sua vitória sobre a tradição.

Em Portugal, na segunda metade do século XVIII, o ímpeto secularizador adotado pela prática ilustrada pombalina assumiu um caráter extremamente moderado: os intelectuais portugueses vinculados ao

---

[1] FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 93-94.
[2] FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 119.

pensamento tradicional assimilavam a ciência moderna sem romper com a ortodoxia. Só depois de filtradas e moderadas, as idéias seriam adaptadas às circunstâncias. Isto pode ser comprovado em todos os campos de atuação do processo secularizador: nos referentes às idéias, aos livros, à educação e, finalmente, à sua orientação filosófica[4]. Tal fato contribuiu para que Portugal se debatesse entre

> o conflito da tradição e as forças da mudança e da inovação, a luta entre a religião antiga e o racionalismo novo [...], o desejo de voltar a ser grandioso com base na riqueza da América do Sul, mas com a nostalgia sempre presente das glórias passadas do Oriente, o conflito entre meios despóticos e objetivos esclarecidos[5].

Se a tradição e o racionalismo forneciam a tônica do governo pombalino, foi em meio a esse embate que a metrópole portuguesa elaborou as disposições do novo governo, com vistas a reorganizar e reforçar a máquina estatal. Estes feitos que marcaram a época tiveram conseqüências importantes tanto para a metrópole quanto para o seu vasto império colonial.

Nossos objetivos nesse trabalho impelem-nos a mencionar duas medidas levadas a cabo no campo cultural que influenciaram diretamente as leituras setecentistas. Destacamos, primeiramente, a luta antijesuítica que resultou na expulsão da Companhia de Jesus do território português, em 1759, e na conseqüente reformulação do sistema educacional controlado por eles. Tal medida visava superar e liquidar o núcleo mais importante e ativo dos intelectuais tradicionais, os mais identificados com as formas de pensamento dominantes. Referimo-nos, também, à criação da Real Mesa Censória, em 1768, em substituição à Inquisição, ao Desembargo do Paço e ao Ordinário na censura de livros. Esse aparato censório constituiu um mecanismo destinado a secularizar a fiscalização e as proibições relativas à posse, leitura e circulação de livros, até então em grande parte sob o controle eclesiástico.

---

[3] NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 215.
[4] NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 431.
[5] MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal:* paradoxo do Iluminismo, Paz e Terra, São Paulo, 1997, p. 38.

Essa política de cunho secularizador e de inspiração regalista implementada pelo Estado português visava substituir a autoridade eclesiástica que até então viera estabelecendo uma hegemonia cultural, com ramificações de grande alcance no nível político, por uma autoridade real, civil e laica[6]. Objetivava destituir a Igreja de seu papel dominante no controle das instituições educacionais, familiares e culturais, incluindo-se, neste rol, a impressão e circulação de material bibliográfico.

Sempre que a prática ilustrada do pombalismo se defrontava com o "antigo" e com o "moderno, no desenvolvimento do processo de mudanças, adotava uma atitude eclética que tentava harmonizar elementos aparentemente inconciliáveis, tais como a fé e a ciência, a tradição filosófica e religiosa e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo[7]. Considerando a importância dessa atitude na conformação das formas de pensamento, verificaremos em que medida as leituras tradicionais, vinculadas à filosofia escolástica jesuítica, e as leituras modernas, ligadas aos filósofos iluministas, estiveram em mãos dos leitores de Vila Rica, influenciando e caracterizando a mentalidade regional da época.

Contrariando o que tem mostrado os estudos historiográficos que se dedicaram à historia dos livros e da leitura nas Minas setecentistas, pretendemos mostrar, nesse capítulo, que a influência do século das Luzes nas bibliotecas de Vila Rica deve-se antes ao pragmatismo inerente aos diversos campos do conhecimento (religião, ciências, artes e belas letras) que, em menor ou maior grau, as constituíam do que, propriamente, às possibilidades de leituras oferecidas pelos filósofos iluministas.

4.1 – A face ilustrada das leituras setecentistas mineiras

A vertente historiográfica que privilegia a reconstituição das bibliotecas particulares de Minas Gerais tem apontado, de maneira bastante ampla, a face

---

[6] FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 424-425.

[7] FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 430.

ilustrada das leituras setecentistas. Essa tendência da história da leitura foi inaugurada, ainda na década de 1940, com o estudo de Eduardo Frieiro sobre a biblioteca pertencente ao Cônego e conjurado mineiro, Luís Viera da Silva[8]. Pesquisando o auto de seqüestro dos bens do Cônego da Sé de Mariana, o autor faz uma análise de sua biblioteca particular – a maior dentre todas as dos Inconfidentes – com o objetivo de indagar o que lia, em fins daquele século, "o mais ilustrado dos brasileiros daquele tempo". Segundo o autor, a qualidade das obras encontradas naquela livraria lhe garantia um caráter excepcional, já que atingia diversas áreas do conhecimento: religião, filosofia, letras, ciências etc. Através deste estudo, Eduardo Frieiro apresenta-nos a face ilustrada do Cônego Luís Vieira, homem capaz de fundir as verdades da fé e do coração com as verdades da razão e da ciência.

Esse *frisson* em torno do conteúdo das estantes dos inconfidentes e de outros indivíduos pertencentes à elite intelectual luso-brasileira revelou a existência, em meio a esse núcleo social, de obras caras ao Iluminismo. Essas descobertas foram especialmente relevantes aos estudiosos da historia das idéias, pois abriram caminho ou para as análises do conteúdo dos livros ou das idéias expressas por seus leitores ou da conexão existente entre elas.

Nesse sentido, foi partindo da premissa de que, a partir da segunda metade do século XVIII, obras referentes ao Iluminismo começaram a circular na América Portuguesa que Bradford Burns se propôs a analisar o conteúdo de duas bibliotecas do Brasil colonial, existentes em São João Del Rei, interior das Minas Gerais[9]. Seu objetivo era perceber até que ponto as idéias iluministas influenciaram aqueles que com elas estabeleceram qualquer tipo de contato. As bibliotecas estudadas pertenciam às famílias de José Resende da Costa (inconfidente mineiro) e Batista Caetano de Almeida, ambos conhecidos intelectuais de idéias afrancesadas e avançadas. Segundo o autor, a pesquisa revela-nos uma estreita relação entre o conteúdo das obras conservadas e o procedimento cultural de seus proprietários, o que evidencia a significação da leitura em suas opiniões e atitudes.

---

[8] FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego.* Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1981.

Essa mesma conexão entre as idéias veiculadas nos livros e as atitudes de seus leitores é o princípio que norteia os trabalhos de Luiz Carlos Villalta, historiador que muito tem contribuído para o avanço da história dos livros e da leitura no Brasil. Em "O diabo na livraria dos inconfidentes", o autor apoia-se nos autos da devassa da Inconfidência Mineira para fazer uma análise das livrarias dos inconfidentes e de uma personagem da ordem: o bispo de Mariana, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével. A partir da análise de tal documentação e do confronto das leituras com os comportamentos, falas e escritos dos conjurados e do bispo, Luiz Villalta verifica que no conjunto das livrarias emergiria "a face de Lúcifer", compreendida como o espírito de contestação à ordem vigente, já que se compunham, quase totalmente, de "obras que minavam a primazia da Revelação na existência dos homens, em privilégio da razão, da observação e da sensualidade" [10].

Um segundo trabalho de autoria do historiador, que também segue essa linha, intitula-se "Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da Segunda metade do século XVIII". Analisando as bibliotecas pertencentes aos clérigos mineiros, identificadas não só por meio de inventários *pós-mortem*, o autor propõe-se avaliar em que medida os livros influenciaram suas condutas políticas e sexuais[11]. O grupo social focalizado nessa pesquisa é constituído, em sua maioria, por personagens notáveis à história colonial das Minas Gerais: alguns ocuparam cargos importantes dentro da hierarquia eclesiástica, outros envolveram-se com a Inconfidência Mineira de 1788-1789. O resultado da pesquisa indica a existência de uma certa tensão na atribuição de sentidos a uma determinada obra, uma vez que o leitor nem sempre fazia uma leitura condizente com aquilo que as autoridades e os livros procuravam impor. Acrescenta que os bibliotecas dos eclesiásticos inconfidentes, compostas por um número significativo de obras ilustradas e/ou que focalizavam aspectos relativos ao mundo natural, são indícios de que seus interesses ultrapassavam

---

[9] BURNS, E. Bradford. "O iluminismo em duas bibliotecas do Brasil Colônia". *Universitas*. Salvador, jan.-ago. 1971, n.8-9.

[10] VILLALTA, Luiz Carlos. "O diabo na livraria dos inconfidentes". *In:* NOVAES, Adalto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 380.

[11] VILLALTA, Luiz Carlos. "Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da Segunda metade do século XVIII". *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, jan.-dez. 1995, vol. 8, n.1-2.

os limites imediatos de seu trabalho pastoral. A conclusão desse fato foi a organização de uma sedição fundada numa estratégia baseada no conhecimento livresco das Treze Colônias da América inglesa.

Outro importante estudo que o autor apresentou à historiografia brasileira refere-se às inter-relações existentes entre o reformismo ilustrado, a censura literária e os usos dos livros na América Portuguesa[12]. Neste trabalho, o autor mostra-nos como as idéias que permearam o pensamento moderno europeu influenciaram o mundo dos livros na sociedade colonial, motivando todos os tipos de leitura e gerando, especialmente no Estado português, mecanismos de controle sobre a difusão da circulação e da posse de obras consideradas perniciosas aos poderes estabelecidos, fossem eles eclesiásticos ou seculares.

Mas os encadeamentos entre o universo dos livros e dos leitores não se restringem unicamente, como já disse, à esfera das inconfidências e alcançam outros indivíduos pertencentes à elite intelectual luso-brasileira. Nesse sentido os trabalhos de Paulo Gomes Leite e Álvaro Araújo Antunes, que abordam de formas diversas o mesmo objeto de pesquisa, oferecem-nos contribuições fundamentais. Paulo Gomes Leite escreveu um artigo a respeito de outra importante biblioteca iluminista existente nas Minas Gerais no século XVIII[13]. Tal biblioteca, composta por uma grande quantidade de livros considerados subversivos, muitos deles proibidos pela censura literária, era de propriedade do advogado de Mariana e suposto inconfidente, Dr. José Pereira Ribeiro. A fim de buscar indícios capazes de relacionar o advogado com a conjuração mineira, o autor compara sua biblioteca à do Cônego Luís Vieira da Silva. Pela análise dos livros que possuíam o autor revela-nos a importância estratégica de cada um deles no movimento e conclui que a biblioteca do Dr. José Pereira Ribeiro, em vista da riqueza de suas obras, foi o mais importante suporte ideológico da inconfidência mineira.

O universo relacional desse advogado resultou em uma importante dissertação de mestrado defendida em meados de 1999, por Álvaro Araújo

---

[12] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura literária e os Usos dos Livros na América Portuguesa*. São Paulo: USP, 1999. (Tese de Doutoramento).

Antunes, na Universidade Federal de Minas Gerais. Esse trabalho, além de enfocar as relações sociais do Dr. José Pereira Ribeiro em Coimbra, enquanto estudante no curso de direito e em Mariana e adjacências, enquanto importante intelectual mineiro, também faz uma análise da biblioteca particular que conservou durante sua vida. A partir do exame quantitativo, qualitativo e comparativo das obras existentes na biblioteca do advogado mineiro, o autor procura nos mostrar até que ponto a prática jurídica e a conduta pessoal do Dr. José Pereira Ribeiro foram influenciadas pela composição privilegiada de sua biblioteca que, como já se disse, primava pelo Iluminismo[14].

Privilegiando, da mesma forma, a figura de indivíduos notáveis, o mais recente trabalho de Júnia Ferreira Furtado destaca da biblioteca do naturalista José Vieira Couto, as idéias de "sedição, heresia e rebelião" extraídas dos mananciais iluministas que compunham seu acervo livresco[15]. Há mais de uma década, essa mesma biblioteca também já havia sido perscrutada por Paulo Gomes Leite que observou, igualmente, "contestação e revolução" em sua composição bibliográfica[16].

Todo esse rol de autores e trabalhos mencionados perfaz mais de meio século de pesquisas sobre a história da leitura, embora a maior efervescência tenha ocorrido na última década do século passado. Nossa limitada exposição historiográfica interrompe-se aqui pois a matéria analisada é suficiente ao nosso propósito. Gostaríamos de esclarecer que nossa intenção, por meio desse breve balanço historiográfico, não é introduzir uma visão que reduz a história das leituras setecentistas mineiras à análise de bibliotecas que contiveram obras iluministas. O que queremos apontar é o fascínio que a literatura iluminista e, em particular, seus escritos revolucionários, exercem sobre os historiadores.

---

[13] LEITE, Paulo Gomes. "Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana." *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, jan.-dez. 1995, vol. 8, n.1-2.

[14] ANTUNES, Álvaro Araújo. *Espelho de cem faces:* O universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 1999. (Dissertação de mestrado).

[15] FURTADO, Júnia Ferreira. "Sedição, Heresia e Rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto". Conferência apresentada no Colóquio Internacional "Política, Nação e Edição". *Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX:* O lugar dos impressos na construção da vida política. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2003.

Parece-nos que existe uma certa predileção dessa historiografia pelo livro defeso, proibido e pela leitura heterodoxa, subversiva, como se a importância de um livro derivasse, tão somente, do fato dele ter veiculado idéias que contrariassem os poderes instituídos. Nosso objetivo, com a abordagem historiográfica, foi tão somente mostrar que muitos estudos que particularizaram bibliotecas setecentistas mineiras o fizeram, sobretudo, porque seu acervo fermentava de maneira geral, o ideário das Luzes e, de forma particular, qualquer tipo de idéia revolucionária, mesmo que filiada ao pensamento tradicional.

Gostaríamos de deixar claro que essa nossa reflexão não reduz as análises dos historiadores apenas ao estudo da leituras iluministas, pois eles também apresentam as obras mais tradicionais que conformaram o século XVIII. Além disso, precisamos considerar a importante contribuição desses trabalhos para a compreensão da inserção, no pensamento colonial mineiro setecentista, dos novos esquemas mentais fundados pelo Iluminismo. No entanto, queremos apontar o outro lado da moeda. Queremos dar proeminência a obras que circularam amplamente no período colonial, que tiveram importância naquele conjuntura social, mas que não sobreviveram à longa duração. Não podemos deixar de mencionar que um trabalho semelhante a esse foi realizado por Luís Carlos Villalta em relação às bibliotecas setecentistas de Mariana[17]. No entanto, o autor privilegiou a análise quantitativa das diversas obras que circularam entre aqueles proprietários de livros, relegando a análise qualitativa desses mesmos livros a um plano secundário. Dessa forma, os títulos e autores mais proeminentes, como os dos filósofos iluministas e os relacionados à tradição cultural luso-brasileira, com destaque para a Segunda Escolástica e, em especial, para os escritos do Padre Antônio Vieira, receberam tratamento diferenciado em seu trabalho de pesquisa, uma vez que foram os que mais influenciaram as condutas sociais dos homens daquele tempo.

---

[16] LEITE, Paulo Gomes. "Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto". *Revista de Minas Gerais*. Belo Horizonte, (27): 22-29, jul. 1990.

[17] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura literária e os Usos dos Livros na América Portuguesa*. São Paulo: USP, 1999. (Tese de Doutoramento)

Contrariando o que até então vem sendo apontado pelos estudos historiográficos, referentes às Minas setecentistas, nosso trabalho pretende garantir aos autores obscuros e aos seus livros esquecidos um espaço na memória e na história social da leitura. Queremos oferecer-lhes a mesma primazia desfrutada pela literatura Iluminista e pelos demais livros que tornaram-se clássicos e caíram no gosto do público. E as bibliotecas particulares existentes em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, analisadas nesta pesquisa, oferecem-nos a matéria-prima para esse projeto.

4.2 – Leituras pragmáticas em Vila Rica

Em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, os livros que mais abundavam nas mão dos leitores referiam-se às matérias religiosas e às questões pragmáticas, relacionadas à jurisprudência ou à medicina. Alguns títulos e autores tinham acentuada preferência entre os leitores e repetiam-se inúmeras vezes entre uma biblioteca e outra. Algumas vezes, os autores mais populares entre o público leitor apresentavam mais de um título à sociedade, embora as diversas obras dadas à leitura não encontrassem a mesma receptividade.

Entre as obras mais populares que circularam em meio aos leitores de Vila Rica, relacionaremos, primeiramente, as que remetiam-se às questões religiosas, para depois nos determos nos livros científicos e beletristas que encontraram respaldo em meio aos indivíduos que conservaram livros durante a vida.

4.2.1 – Religião

Os escritos de caráter religioso foram importantes no sentido de assegurar a ortodoxia católica em meio à população cristã. Firmadores de uma conduta moral condizente com os preceitos católicos, esses livros possuíram importante caráter prático, à medida que instruíam os indivíduos na melhor forma de professar a fé e de cumprir os ritos religiosos. Podemos afirmar que,

entre as obra do gênero, a grande campeã, na preferência dos leitores de Vila Rica, foi o livro do Frei João Franco, *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*[18]. Tal obra encontrava-se presente em doze das sessenta e duas bibliotecas inventariadas, perfazendo uma cifra de 19,4%, e constituía hábito de leitura de diversos grupos sociais, dos quais excluíam-se apenas alguns núcleos mais letrados como os juristas e o professor de gramática latina, bem como os profissionais de saúde (boticários e cirurgiões), adeptos de outro tipo de leitura pragmática, mais de cunho científico. Este livro foi editado, pela primeira vez, no ano de 1731, e obteve sucessivas reedições ao longo do século XVIII. Os inventários de Vila Rica atestam sua presença desde o início da década de 1750, quando foi inventariado pela primeira vez, em 1752, até fins do século XVIII, em que foi objeto de espólio no ano de 1798.

O sucesso desta obra, certamente, não foi exclusivo à região das Minas Gerais. Seu consumo foi tão amplo na metrópole portuguesa que em um breve espaço de nove anos foram feitas oito impressões e vendidos dezesseis mil exemplares, excetuando-se, obviamente, o grande número de livros que foram impressos e vendidos, sem o conhecimento do autor[19]. Frei João Franco escreveu outras obras que não tiveram muita ressonância em Vila Rica. Dos doze tomos que constituíam sua coleção de *Sermões vários,* publicados em Lisboa, entre os anos de 1734 e 1741, em formatação *in quarto,* apenas um encontrava-se presente na biblioteca do Padre Manoel Ribeiro Soares, inventariada no ano de 1785.

Os *Missais,* imprescindíveis à esfera eclesiástica, também foram recorrentes em Vila Rica. Entretanto, não se concentraram apenas nas mãos dos clérigos, estando presentes em muitos oratórios domésticos de Vila Rica. Oito bibliotecas (12,9%) continham esse importante instrumento utilizado pelos clérigos na celebração católica. No entanto, apenas dois padres o possuíam, os demais estavam em mãos de indivíduos potentados: proprietários de terra, oficiais militares e funcionários do governo da Capitania de Minas Gerais.

---

[18] Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8°; por Maurício Vicente de Almeida, 1732, 1735 e 1736, 8°; pelos herdeiros de Antônio Pedroso Galrão, 1741 e 1744. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663-664.

[19] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 664.

Outras obras religiosas com boa receptividade entre os leitores de Vila Rica foram a *Mística Cidade de Deus*, escrita pela madre agostiniana Maria de Jesus de Agreda[20] e o *Prontuário de Teologia Moral* de Francisco Larraga[21]. Esses livros, apesar de terem sido visados pela Real Mesa Censória, não deixaram de constar entre os acervos bibliográficos da população colonial e podiam ser encontrados em seis bibliotecas de Vila Rica, (9,7%)[22].

A obra do Padre Juan Eusebio Nieremberg, *De la diferencia entro lo temporal y eterno,* além de ter saído em várias edições de Barcelona e Madrid, também foi publicada em Portugal, na segunda metade do século XVII, na língua castelhana[23]. Em Minas Gerais, assim como na metrópole portuguesa, esse livro alcançou boa acolhida e constituiu, em Vila Rica setecentista, objeto de leitura de cinco bibliotecas (8,1%). Essa mesma incidência é observada para os *breviários,* livros das leituras e orações cotidianas, prescrito pela Igreja Católica a sacerdotes e religiosos, que ali se limitaram, exclusivamente, à esfera eclesiástica, existindo em mãos de cinco padres pesquisados.

Essas cinco obras religiosas são as que mais destacaram-se em Vila Rica pela incidência em que apareceram nas bibliotecas inventariadas. Além delas, um número grande de títulos repetem-se ora em quatro ora em três bibliotecas e tornam-se ainda mais numerosos quando surgem em apenas duas. Para evitarmos uma exposição enfadonha, transcreveremos, de forma breve e direta, as obras religiosas que ocorriam com mais constância nas bibliotecas setecentistas de Vila Rica. Citaremos, primeiramente, aquelas que conseguimos identificar quanto ao nome do autor, local e data da impressão. Remeteremo-nos, apenas, ao ano da primeira edição e, ao fim da identificação, indicaremos o número de vezes que ocorreram nas bibliotecas de Vila Rica. Os

---

[20] Lisboa, na Oficina da Música, 1730. Obra identificada na BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA..

[21] Lisboa, por Francisco Xavier de Andrade, 1723, 4°. Coimbra, por Antônio Simões Ferreira, 1735, 4°. Lisboa, por Antônio de Souza e Silva, 1739, 4°. Tanto Frei João Pacheco quanto Manoel da Silva de Morais traduziram esta obra do castelhano para o português. MACHADO , Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 716 e v. 3, p. 377.

[22] Tanto suprimiu-se as edições impressas em Paris, no ano de 1717 e Madrid, no ano de 1724, da obra de Maria d'Agreda, quanto a edição impressa em Madrid, no ano de 1729, da obra de Francisco Larraga. "Catalogo dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente". In: MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional.* Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, s/d.

autores que ofereceram mais de um título à leitura também serão contemplados nessa exposição. Temos, portanto, as seguintes obras religiosas nas bibliotecas de Vila Rica.

1- *A Mocidade enganada e desenganada,* Padre Manoel Consciência. Lisboa, 1728. (3)
1- *A Velhice instruída e destruída,* Padre Manoel Consciência. Lisboa, 1742. (1)
2- *Academia singular e universal,* Frei José de Jesus Maria. Lisboa, 1737. (1)
3- *Alívio de tristes e consolação de queixosos,* Mateus Ribeiro. Lisboa, 1672. (2)
4- *Báculo Pastoral,* Francisco Saraiva e Souza. Lisboa, 1624. (2)
5- *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão,* Padre Estevão de Castro. Lisboa, 1621. (2)
6- *Cartas espirituais,* Frei Antônio das Chagas. Lisboa, 1684. (1)
7- *Catecismo da diocese de Montpellier impressos por ordem do bispo Carlos Joaquim Colbert.* Lisboa, 1815 (houve edições anteriores). (3)
8- *Católico no templo exemplar e devoto,* Frei Manoel de Deus. Lisboa, 1730. (1)
9- *Crônica de Carmelitas Descalços,* Frei José de Jesus Maria. Lisboa, 1753. (1)
10- *David perseguido, e alívios de lastimados,* Dom Cristovão Lozano. Madrid, 1740. (4)
11- *De la diferencia entro lo temporal y eterno,* Padre Juan Eusebio Nieremberg. Lisboa, 1653. (5)
12- *Descrição do tormentoso cabo da enganosa esperança,* Padre Nicolau Fernandes Colares. Lisboa, 1718. (4)
13- *Desengano de pecadores,* Alexandre Perier. Lisboa, 1735. (3)
14- *Desengano do mundo pelo mais enganado,* Frei Antônio das Chagas. Coimbra, 1743. (1)
15- *Diálogo sagrado sobre o Gênesis escrito pelo Doutor Paulo Medici,* traduzido do italiano para o português por Brás José Rebelo Leite. Lisboa, 1739. (2)
16- *Diretório Cerimonial,* Amaro dos Anjos. Lisboa, 1717. (2)
17- *Domínio sobre a fortuna, e tribunal da razão em que se examinam as felicidades e se beatifica a vida,* Antônio de Souza de Macedo. Lisboa, 1682. (1)
18- *Eco das vozes saudosas,* Padre Antônio Vieira. Lisboa, 1736. (1)
19- *Epítome Carmelitano,* Padre Leonardo de Souza. Lisboa, 1739. (3)
20- *Escada Mística,* Frei Jerônimo de Belém. Lisboa, 1740. (1)
21- *Escola decurial de várias lições,* Frei Fradique Espínola. Lisboa, 1696. (2)
22- *Eva e Ave Maria triunfante,* Antônio de Souza de Macedo. Lisboa, 1676. (1)
23- *Exame de Confessores,* Antônio Tavares. Lisboa, 1734. (2)
24- *Exercícios espirituais,* Padre Manoel Bernardes. Lisboa, 1686. (2)
25- *Flos Sanctorum,* Padre Diogo do Rosário. Lisboa, Coimbra, 1577. (2)
26- *Horas de Semana Santa,* Padre Francisco de Jesus Maria Sarmento. (4)
27- *Horas Marianas,* Padre Francisco de Jesus Maria Sarmento. Lisboa, 1820, 30ª edição. (3)
28- *Inocência prodigiosa,* Padre Manoel Consciência. Lisboa, 1721. (1)
29- *Medianeira da vida eterna Maria Santíssima Mãe de Deus,* Frei José Pereira de Santa Ana. Lisboa, s.d. (2)
30- *Meditações sobre os principais mistérios da Virgem Santíssima Senhora Nossa,* Padre Manoel Bernardes. Lisboa, 1706. (1)
31- *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente,* Frei João Franco. Lisboa, 1731. (12)
32- *Mística Cidade de Deus,* Madre Maria de Jesus de Agreda. (6)
33- *Nova Floresta,* Padre Manoel Bernardes. Lisboa, 1706. (1)
34- *Palestra da Penitência,* Frei Jerônimo de Belém. Lisboa, 1736. (3)
35- *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção,* Frei João Batista de Santo Antônio. Lisboa, 1734. (2)
36- *Pecador Convertido ao caminho da verdade, instruído com documentos importantes para a observância da Lei de Deus,* Frei Manoel de Deus. Coimbra e Lisboa, 1728. (4)
37- *Prática do confessionário,* Jaime Corela. Lisboa, 1736. (3)
38- *Prontuário de Teologia Moral,* Francisco Larraga. Lisboa, 1723. (6)
39- *Ramalhete seráfico,* Frei José do Egito. Coimbra, 1716. (3)

---

[23] Obra identificada na BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA..

40- *Ripanço ou Ofício da Semana Santa em português*. Lisboa, s.d. (3)
41- *Sermões*, Frei José de Jesus Maria. Évora, 1736. (1)
42- *Sermões*, Padre Antônio Vieira. Lisboa, 1679-1710. (3)
43- *Sermões e práticas*, Padre Manoel Bernardes. Lisboa, 1711. (1)
44- *Sermões panegíricos e morais*, Padre Manoel Consciência. Lisboa, 1722. (2)
45- *Sermões vários*, Frei João Franco. Lisboa, 1734-1741. (1)
46- *Templo teológico especulativo, e prático*, Antônio Batista Viçoso. Lisboa, 1735. (1)
47- *Tesouro Carmelitano*, Frei José de Jesus Maria. Lisboa, 1705. (2)
48- *Tesouro singular, e admirável excelência do sacrossanto sacrifício da missa da lei Evangélica dividido em três partes*, de Antônio Batista Viçoso. Lisboa, 1731. (1)
49- *Xavier dormindo, e Xavier acordado*, Padre Antônio Vieira. Lisboa, 1694. (2)

No entanto, para as obras abaixo, que também aparecem com muita constância entre os livros espoliados, não dispusemos dos elementos básicos indispensáveis à sua identificação mais precisa. Limitamo-nos, pois, a transcrevê-las, tal como foram inventariadas.

1- *Breviário* (5)
2- *Biblia sacra* (2)
3- *Bíblia sagrada e sua concordância (2)*
4- *Cadernos dos santos novos* (2)
5- *Cadernos dos santos novos lusitanos e espanhóis* (1)
6- *Concílio tridentino* (3)
7- *Concílio tridentino comentado* (2)
8- *Definições morais (2)*
9- *Diurno* (2)
10- *Graça das graças* (2)
11- *Horas Latinas* (1)
12- *Horas Peregrinas* (1)
13- *Horas Seráficas* (4)
14- *Manual de missa* (2)
15- *Missal* (8)

O rol de livros mencionado mostra-nos que a maior parte das obras de caráter religioso, consumidas pelos leitores de Vila Rica, veio à luz na primeira metade do século XVIII e, como não se dirigia a um público especializado, mas a uma camada mais ampla da população católica alfabetizada, esses livros estavam escritos em língua portuguesa e não em latim. Ali, não se vislumbra o consumo amplo dos tratados teológicos, das sagradas escrituras, dos escritos dos primeiros padres da igreja e das determinações dos concílios, primordiais à formação eclesiástica. A posse limitada de livros relacionados a essas matérias estava concentrada, em grande parte, nas mãos de membros do clero local. Como já dissemos anteriormente, o grande número de livros de devoção que se espalhavam em meio à população de Vila Rica possuíam caráter prático,

uma vez que instruíam os devotos leitores no cumprimento dos rituais católicos.

Para termos uma idéia acerca das regras que norteavam a conduta religiosa dos indivíduos, tomemos a obra do Padre Mestre Antônio Tavares, *Exame de Confessores ou Breve Tratado de Teologia Moral*[24]. A obra, além de oferecer aos sacerdotes instruções sobre o modo de agir no confessionário, apresenta uma sumária explicação acerca das três bulas da cruzada, de vivos, de defuntos e de composição. Além disso, apresenta um catálogo, contendo os casos reservados dos bispados do Reino de Portugal e suas conquistas, todas as proposições condenadas pelo Tribunal Eclesiástico, bem como uma lista dos principais casos que deviam ser denunciados ao Santo Ofício. Nesse sentido, a obra é um importante guia de conduta moral e religiosa, não apenas para os eclesiásticos, mas para a população em geral.

Os *Exercícios espirituais,* do Padre Manoel Bernardes, também procura conduzir o leitor no bom caminho da moral cristã[25]. A obra contém as "meditações da via purgativa sobre a malícia do pecado, vaidade do mundo, misérias da vida humana". Aos principiantes, o autor oferece ainda uma breve instrução do modo prático de exercitar-se na oração mental, bem como algumas respostas para as dúvidas que, porventura, assolarem os cristãos. Nesse sentido, o autor apresenta à população os meios necessários à purificação da alma e os instrui na melhor forma de conduzir a vida. Esta obra, pela elegância do estilo e eficácia da doutrina, recebeu a aprovação geral dos varões peritos na Teologia Mística e obteve a primazia sobre todas as demais escritas no mesmo gênero[26].

Já as noções fornecidas pelas *Horas de Semana Santa,* do Frei Francisco de Jesus Maria Sarmento, como o próprio subtítulo indica, deveriam ser *empregadas na lição, e meditação dos principais ofícios e sagrados*

---

[24] TAVARES, Antônio. *Exame de Confessores ou Breve Tratado de Teologia Moral.* Lisboa, na oficina de Manoel Fernandes da Costa, impressor do Santo Ofício, 1734, 4°.
[25] BERNARDES, Manoel. *Exercícios espirituais.* Lisboa, na Régia Oficina tipográfica, 1784 (quinta impressão), 2 vol.
[26] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 195.

mistérios desse santo tempo[27]. O livro nada mais é que um manual que orienta a prática religiosa dos cristãos nos dias da semana santa. No período que marca a paixão e morte de Jesus Cristo, os devotos eram conduzidos a "um jejum mais rigoroso, oração mais freqüente, retiro mais apertado, séria meditação sobre os mistérios, assistência contínua aos divinos ofícios, participação na penitência e eucaristia"[28]. O livro mostra que a penitência levada a cabo durante a quaresma deveria se intensificar no período denominado semana santa.

Acreditamos que o teor dos livros de devoção que circularam no século XVIII não escapava muito a esse caráter normativo, que impunha regras e oferecia lições congruentes à ortodoxia católica. No entanto, torna-se interessante mencionar que, quando verificamos o *Catálogo dos livros defesos nesse Reino,* dado à luz pela Real Mesa Censória[29], detectamos que um número significativo dessas obras devocionais aqui enumeradas estiveram sob o alvo da censura, apesar de sua inocência aparente e de sua relevante incidência nas bibliotecas coloniais de Vila Rica.

É notório que alguns desses livros foram visados, não apenas pelo seu conteúdo desviante, mas também pela filiação intelectual de seus escritores. Tanto as obras da tradicional escolástica jesuítica, quanto as referentes ao racionalismo moderno dos filósofos iluministas, estiveram sob a constante vigília dos aparatos censórios.

Nas bibliotecas de Vila Rica, mais que o pensamento moderno, foi a tradição que se debateu com os poderes instituídos. Dessa forma, os escolásticos Roberto Bellarmino, Hermmann Busembaum, Luís de Molina e Domingo de Soto, filiados à tradicional filosofia escolástica aristotélica e defensores das teorias corporativas de poder, estiveram sob o foco da

---

[27] SARMENTO, Fr. Francisco de Jesus Maria. *Horas da Semana Santa, empregadas na lição, e meditação dos principais ofícios, e sagrados mistérios deste santo tempo.*

[28] SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821).* São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 93.

[29] "Catalogo dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente". In: MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional.* Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, s/d.

censura[30]. No entanto, sua incidência nas mãos dos proprietários de livros de Vila Rica reduziu-se expressamente ao núcleo mais letrado de um eclesiástico e outro canonista.

No entanto, existiram, com maior incidência, nas bibliotecas pesquisadas, outros intelectuais jesuítas que sofreram os embargos da censura. Nesse núcleo, enquadram-se o importante Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, que teve o livro *Eco das vozes Saudosas* não apenas suprimido pelo edital de 10 de junho de 1768, mas condenado a arder na fogueira. Da mesma forma, a *Prática* do Frei Jaime Corela, da mesma Companhia, foi visada pelo órgão censor e impedida de vir à luz em 7 de julho de 1770. Completam a perseguição aos jesuítas portugueses, a supressão do livro do Padre Manoel da Fonseca, "aluno da sagrada Companhia de Jesus da província do Brasil", *Vida do Venerável Padre Belchior da Ponte da Companhia de Jesus da província do Brasil,* pelo edital de 10 de junho de 1771. O mesmo edital colocou fim à impressão da tradução do francês, editada em Lisboa no ano de 1765, da obra *Desengano dos pecadores,* do jesuíta Alexandre Perier.

Geralmente questões dogmáticas envolviam a censura a essas obras. O *Desengano dos pecadores,* por exemplo, cuja primeira tradução portuguesa data de 1735, era um livro de devoções, como tantos outros que circularam à época. No entanto, a veemência com que seu autor descrevia as descrições de tortura aos pecadores que caíam no inferno e a inserção, no rol dos pecadores, dos indivíduos que infligiam castigos desumanos a seus cativos e dos que beneficiavam-se com o trabalho dos escravos de ganho, certamente incomodou os poderes instituídos[31].

Além desses autores citados, muitos outros estiveram sob a mira da Real Mesa Censória. Enumeraremos as obras e os autores que circularam em meio aos leitores de Vila Rica e faremos referência, quando possível, ao edital que proibiu a sua circulação.

---

[30] VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808:* o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 14. (Virando Séculos)

[31] ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*: Transgressão e Transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro; Brasília, José Olympio; Edunb, 1993, p. 323.

1- *Desengano dos pecadores*, Alexandre Perier. Lisboa, 1765, *in* 4.º. Suprimida pelo edital de 10 de junho de 1771.
2- *Eco das vozes saudosas*, Padre Antônio Vieira. Lisboa, 1757. Suprimida pelo edital de 10 de junho de 1768.
3- *Elogios sacros da vida do glorioso São Francisco de Paula*, atribuída à Felipe de Oliveira. Lisboa, 1759. Suprimida em 19 de Dezembro de 1770.
4- *Medulla Theologiae*, Hermman Buzembaum. Suprimida.
5- *Mestre da Vida*, Frei João Franco, Lisboa, 1748, *in* 8º. Suprimida. A edição moderna de 1790 podia circular.
6- *Mística Cidade de Deus*, Maria D'Agreda. Paris, 1717, 8 v., *in* 4º; Madrid, 1724, 8 vol., *in* 12º. Suprimida.
7- *Palestra da Penitencia*, Frei Jerônimo de Belém. Lisboa, 1736. Suprimida.
8- *Prática do Confessionário*, Frei Jaime Corela. Suprimida à 7 de julho de 1770.
9- *Prontuário de Teologia Moral*, Frei Francisco Larraga. Suprimida a edição de Madrid, 1729, *in* 4º.
10- *Ramalhete Seráfico*, Frei José do Egito. Suprimida.
11- *Tesouro Carmelitano*, Frei José de Jesus Maria. Lisboa, *in* 8º. Suprimida.
12- *Vida do venerável Padre Belchior de Pontes*, Padre Manoel da Fonseca. Lisboa, 1752, *in* 4º. Suprimida pelo edital de 10 de junho de 1771.

As referências do *Catálogo* da Real Mesa Censória indicam que a censura a muitas dessas obras não era tão rigorosa, já que se limitava a edições específicas que, depois de corrigidas e substituídas, podiam novamente circular em meio ao público leitor. No entanto, não podemos eximir-nos de mencionar nesse trabalho que tais obras preocuparam os poderes eclesiásticos e seculares e, mais importante do que isso, que seus conteúdos, antes de atingirem os leitores, precisaram adequar-se à ortodoxia religiosa. Afinal, era imprescindível aos poderes instituídos que esses livros, imbuídos de caráter prático, se conformassem à estrutura dominante ligada à Igreja Católica, ao Estado absolutista e à moral convencional.

4.2.2 – Ciências

Todo esse pragmatismo emanado das obras religiosas é a marca do século XVIII nas leituras setecentistas de Vila Rica. No entanto, a utilidade prática dos livros que ali circularam torna-se ainda mais patente, quando verificamos as obras de caráter científico existentes em mãos dos proprietários de livros analisados nessa pesquisa. Tais obras, enquanto importantes instrumentos utilizados no exercício profissional, abundaram nas mãos de indivíduos que de alguma forma lidavam com essas profissões, como os magistrados e advogados, os professores régios, os médicos e cirurgiões, etc.

Nesse sentido, os tratados jurídicos, os livros de medicina e os compêndios de filosofia encontraram proeminência em meio ao grupo analisado.

Se os saberes específicos encontravam grande respaldo entre o público leitor, o que dizer de uma obra eclética, que aglutinava vários ramos do conhecimento? Examinemos, portanto, uma obra desse gênero que, certamente impressionou, pela vastidão das matérias tratadas, alguns leitores de Vila Rica.

O livro *Tesouro de Prudentes,* escrito por Gaspar Cardoso da Siqueira, que encontra-se na confluência das ciências sacras e dos saberes profanos, apresenta ao público leitor o utilitarismo da religião católica e dos diversos campos das ciências[32]. A obra, era subdivida em quatro partes: a primeira referia-se ao "cômputo eclesiástico", ou seja, à série de regras que determinam as datas das festas móveis das igrejas cristãs; a segunda referia-se de um lado à agricultura, ensinando como semear, plantar, enxertar e fazer noras[33] e, de outro, remetia-se a questões importantes vinculadas à medicina, cirurgia e farmacologia; a terceira parte apresentava várias curiosidades pertencentes ao campo da aritmética; e a quarta parte focalizava o estudo da esfera e dos quadrantes, ramos da geometria que, enquanto instrumentos auxiliares à física, prestavam-se para "*tomar altura, fabricar relógios diurnos, e noturnos; medição das horas planetárias*". A exposição sobre elementos utilizados na prática da jurídica também constituía essa última parte do *Tesouro de Prudentes.*

Essa obra, dada à luz em Coimbra, em inícios do século XVII (1612) e com sucessivas edições até a primeira metade do século XVIII, compunha o acerco bibliográfico dos proprietários de livros de Vila Rica até fins daquele século e esteve presente em mãos de cinco indivíduos (12,9%) pertencentes à diversas camadas sociais e interessados no pragmatismo inerente aos saberes veiculados pelos diversos ramos das ciências. À edição de 1651, o autor acrescentou o *Prognóstico geral, e lunário perpétuo, assim das luas novas, e*

---

[32] SIQUEIRA, Gaspar Cardoso de. *Tesouro de Prudentes*. Coimbra por Nicolau Carvalho, 1612, 4°. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.

[33] Aparelho para tirar água dos poços, cisternas, rios, etc., cuja peça principal é uma grande roda de madeira em volta da qual passa uma corda a qual estão presas caçambas.

cheias, como quartos, crescentes, e minguantes[34]. Esse novo fragmento que versava sobre o universo natural também foi editado, no decorrer do século XVII, como obra autônoma, transformando-se, mais tarde, em objeto de leitura dos homens de Vila Rica. Três bibliotecas inventariadas (4,8%) possuíam este título, mas em apenas uma detectamos a presença simultânea das obras complementares de Gaspar Cardoso da Siqueira.

Acreditamos que o sucesso dessa obra decorreu, fundamentalmente, da importância de suas informações na sociabilidade prática dos indivíduos. Mas, não foram, obviamente, apenas esses livros que marcavam o pragmatismo cientificista nas bibliotecas existentes em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII. Passemos, então, às questões do direito, às matérias médicas e aos estudos filosóficos, cuja representatividade nas bibliotecas de Vila Rica é digna de nota.

4.2.2.1 – Direito

Os grandes responsáveis pela proeminência dos saberes profanos em Vila Rica foram, certamente, os livros jurídicos que compuseram as bibliotecas dos magistrados, dos advogados e de alguns outros indivíduos interessados em se inteirar das questões que envolviam o judiciário. Parece-nos que, àquela altura do século XVIII, algumas questões do Direito deixaram de ser negócio exclusivo dos especialistas e atingiram a um outra pequena parcela da população. Vejamos, pois, quais eram os livros jurídicos mais consumidos pelos leitores de Vila Rica, na segunda metade do Setecentos e qual era a sua incidência naquelas bibliotecas.

1- *Cogitationes Juridicae, atque Forenses in quibus multa, quae in utroque Foro controversa quotidie versari possunt, miro ordine absoluta apparent.* Manoel Alvares Solano do Vale. Lisboa, 1739. (3)
2- *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae.* Manoel Alvares Pegas. Lisboa, 1669 a 1703. (3)
3- *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae ...* Manoel Gonçalves da Silva. Lisboa, 1731 a 1740. (5)
4- *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia.* D. Sebastião Monteiro da Vide. Lisboa, 1719. (2)

---

[34] Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1614, 8°. Lisboa, por João Galrão, 1686, 4°. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.

5- *De Manu Regia Tractatus, in quo explicantur omnes Leges Regiae Regni Lusitaniae, in quibus Regi cognoscendi de materiis Eclesiasticis potestas tribuitur.* Gabriel Pereira de Castro. Lisboa, 1622. (3)
6- *De Foro Ecclesiaie tractatus, materiam utriusque potestatis, spiritualis scilicet et temporalis, respiciens.* Feliciano de Oliva e Souza. Coimbra, 1648. (2)
7- *De Jure Lusitano in tres tractatus.* Mateus Homem Leitão. Coimbra, 1645. (4)
8- *Decisones Senatus Archiepiscopalis Ulyssiponensis.* Manuel Themudo da Fonseca. Lisboa, 1643. (2)
9- *Decisiones Supremi emminentissimique Senatus Portugalliae ex gravissimis Patrum responsis collectae.* Gabriel Pereira de Castro. Lisboa, 1621. (2)
10- *Decisiones Supremi Senatus Regni Lusitaniae ...* Antônio da Gama. Lisboa, 1578. (2)
11- *Forma dos libelos, e da forma das alegações judiciais, e forma de proceder no juízo secular e eclesiástico, e da forma dos contratos com suas glosas e cotas de direito.* Gregório Martins Caminha. Coimbra, 1549. (6)
12- *Index Generalis, locupletissima Gnomologia earum rerum, quae per XIV. Tomos ad Ordinationes Regias Lusitani Regni in lucem hucusque editos a doctissimo, nunquanque satis laudando ejusdem Regni Doctore D. Emmanuele Alvares Pegas ...* Manoel Alvares Solano do Vale. Lisboa, 1740 a 1742. (2)
13- *Novus et methodicus tractatus de uma et altera Quarta deducendas, vel non legitima Falcidia, et Trebellianica earumque imputatione, ad Cap. Reynaldus de Testamentis, in quatuor partes divisus.* João de Carvalho. Coimbra, 1631. (2)
14- *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Filipe I de Portugal.* Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 vol., em fólio. (8)
15- *Prática criminal expendida na forma de praxe, observada neste nosso Reino de Portugal, e ilustrada com muitas ordenações, leis extravagantes, regimentos e doutores.* Manoel Lopes Ferreira. Lisboa, 1730. (3)
16- *Praxis de judicio finium regundorum.* Antônio Lopes Leitão. Lisboa, 1654. (2)
17- *Prática judicial muito útil e necessária para os que principiam os ofícios de julgar, e advogar, e para todos, os que solicitam causas nos auditórios de um, e outro foro.* Antônio Vanguerve Cabral. Lisboa, 1712. (6)
18- *Remissiones Doctorum ad contractus, ultimas voluntates et delicta spectantes in libris IV et V Constitutionum Regiarum Lusitaniae.* Manoel Barbosa. Lisboa, 1618. (2)
19- *Reportório das Ordenações deste Reino novamente recopiladas com as remissões dos autores, que as declaram, e com a concórdia das leis da partida de Castela.* Manoel Mendes de Castro. Lisboa, 1604. (6)
20- *Resolutiones Forenses, praticabilis in quibus multaquae in utroque Foro controversa cotidie versantur uberrima legum, et Doctorum allegatione resolvuntur.* Manoel Alvares Pegas. Lisboa, 1668. (4)
21- *Tractatus de Donationibus Regiis, Jurium, et bonorum Regiae Coronae.* Domingos Antunes Portugal. Lisboa, 1683. (3)
22- *Tractatus de executionibus instrumentorum et sententiarum.* Silvestre Gomes de Moraes. Lisboa, 1707. (3)

Acreditamos que a incidência dessas obras nas bibliotecas de Vila Rica possa ser um pouco maior do que a que apontamos nesse estudo, uma vez que é constante na descrição dos inventários a menção exclusiva ao autor do tratado jurídico e a omissão de seu título. No entanto, para evitarmos erros maiores, que os próprios limites do trabalho quantitativo nos impõe, preferimos não inferir à autoria mencionada nenhuma obra específica. Mencionamos, pois, os autores mais citados nas bibliotecas descritas pelos autos dos processos de inventário.

1- Álvaro de Valasco (4)
2- Antônio Cardoso do Amaral (3)
3- Antônio de Paiva e Pona (4)
4- Antônio de Souza de Macedo (4)
5- Diogo Camacho Guerreiro de Aboim (3)
6- Francisco de Caldas Pereira de Castro (2)
7- Gabriel Pereira de Castro (2)
8- João Rodrigues Cordeiro (2)
9- João Salgado de Araújo (2)
10- Jorge de Cabedo (3)
11- Manoel Alvares Solano do Vale (2)
12- Manoel Mendes de Castro (3)
13- Manoel Themudo da Fonseca (2)
14- Melchior Phebo (3)
15- Miguel de Reinoso (3)

Além desses títulos arrolados e dos autores mencionados, algumas obras que não identificamos claramente são constantemente mencionadas nas bibliotecas jurídicas, tais como as obras de Gracianno e de Júlio Claro, existentes em três bibliotecas e as obras de Gomes e Aylen, presentes em duas.

O período de formação das bibliotecas que continham grande parte das obras jurídicas aqui mencionadas antecede às reformas pombalinas levadas a cabo nos cursos de leis e cânones da Universidade de Coimbra. Nesse sentido, a bibliografia jurídica não era atualizada do ponto de vista das determinações que faziam do jusnaturalismo e do direito pátrio o carro chefe dos estudos jurídicos. Grande parte dos livros utilizados pelos magistrados e advogados de Vila Rica foi editado ainda no século XVII e, conseqüentemente, também não eram modernos os autores em voga nessas bibliotecas. Suas contribuições para a jurisprudência antecediam ao reinado de D. Sebastião. Quando Gregório Martins Caminha entregou ao prelo o seu tratado jurídico sobre a *Forma dos libelos,* o cenário urbano que o abrigaria, mapeado nessa pesquisa, não havia sido ainda formado. Passados mais de dois séculos de sua primeira impressão, a obra ainda reinava soberana entre os juristas de Vila Rica. Presente em seis bibliotecas inventariadas (9,8%), na segunda metade do século XVIII, o livro ensinava ao seus leitores a forma de se proceder perante o juízo secular e eclesiástico e instruía os juristas na melhor maneira de se escrever um libelo, uma alegação judicial ou um contrato.

Mas a grande proeminência literária em Vila Rica, quando o assunto era as questões do Direito, pode ser observada em relação às *Ordenações do Reino* e aos seus *reportórios*. Os primeiros estavam presentes em oito bibliotecas (12,9%) e os últimos, em seis (9,7%).

Por *Ordenações* entende-se a reunião das leis gerais portuguesas em três grandes compilações, a saber: as Ordenações Afonsinas (1466), as Ordenações Manuelinas (1521) e as Ordenações Filipinas (1603)[35]. As Ordenações Afonsinas foram a primeira grande compilação das leis esparsas em vigor. Elas resultaram de

> "um vasto trabalho de consolidação das leis promulgadas desde Afonso II, das resoluções das cortes desde Afonso IV e das concordatas de D. Dinis, D. Pedro e D. João, da influência do direito canônico e Lei das Sete Partidas, dos costumes e usos"[36].

Tais ordenações não tiveram grande aplicabilidade no Brasil colonial, uma vez que foram substituídas, já em 1521, pelas Ordenações Manuelinas.

Estas últimas, visando tornar mais objetivas as normas vigentes, reuniram às Ordenações Afonsinas as leis extravagantes promulgadas até então. As Ordenações Filipinas, da mesma forma, compuseram-se da união das Ordenações Manuelinas com as leis extravagantes em vigência. Foram essas ordenações as mais importantes para o Brasil, pois tiveram aplicabilidade durante um grande período de tempo. Basta lembrar que as normas relativas ao direito civil vigoraram até 1916, quando publicou-se o Código Civil Nacional[37].

Os cinco livros que compunham as *Ordenações do Reino* obedeciam à seguinte subdivisão: o primeiro continha os regimentos dos diversos oficiais da justiça; o segundo referia-se às matérias relativas à jurisdição eclesiástica, aos

---

[35] *Ordenações do Senhor Rei D. Afonso V.* Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1792, em 8°, 5 vol.; *Ordenações do Senhor Rei D. Manoel.* Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1797, em 8°, 3 vol.; *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Filipe I de Portugal.* Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 vol., em fólio. "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1985, vol. II, p. XXXIX.

[36] NASCIMENTO, Walter Vieira. *Lições de história do direito.* Rio de Janeiro: Forense, 1984, p.201.

[37] CRISTIANI, Cláudio Valentim. "O Direito no Brasil Colonial". In: WOLKMER, Antonio Carlos (org.): *Fundamentos da História do Direito.* Belo Horizonte: Del Rey, 2001, pp. 337.338.

direitos eclesiásticos, aos direitos reais, à jurisdição dos donatários e à tolerância aos judeus e mouros; o terceiro focalizava a ordem judiciária; o quarto os contratos, sucessões e tutorias; e o quinto, os delitos e as penas[38].

Assim como as ordenações, os reportórios eram importantes instrumentos no conhecimento da legislação, uma vez que organizavam metodicamente as matérias coligidas em forma de leis. Parece-nos que o mais importante reportório que existiu entre os juristas de Vila Rica foi o escrito por Manoel Mendes de Castro. Todos os juristas e alguns oficiais militares que nos deram a conhecer seus livros possuíam o *Reportório das Ordenações deste Reino novamente recopiladas com as remissões dos autores, que as declaram, e com a concórdia das leis da partida de Castela*. Dessa forma, os leitores, profissionais ou leigos, aprenderiam a melhor se orientar em meio à legislação vigente.

As ordenações geraram ao seu redor uma vasta bibliografia, que tinha por objetivo torná-la mais inteligível ao público especializado. Surgiram, portanto, uma série de comentários e observações, em forma de livro, visando esclarecer aspectos específicos ou gerais à legislação portuguesa. Dentre os inúmeros jurisconsultos portugueses que se dedicaram a essa prática, mencionaremos apenas dois, cuja presença nas bibliotecas de Vila Rica foi notável. Referimo-nos, pois, a Manoel Álvares Pegas e a Manoel Gonçalves da Silva que escreveram, cada um a sua maneira e em seu tempo, *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae*. Como, dissemos, tais obras foram proeminentes em Vila Rica e o livro de Gonçalves da Silva (continuador da obra de Pegas), editado entre os anos de 1731 e 1740, existiu em cinco bibliotecas locais (8,1%).

Como podemos observar, pelo rol dos livros identificados, os tratados jurídicos que compunham as bibliotecas de Vila Rica eram, em sua maioria escritos em latim. Nesse sentido, atingiam a um público bastante especializado e não a uma população mais ampla, desejosa de se inteirar sobre as questões do direito. Sabemos o quanto eram restritos os núcleos alfabetizados e letrados da população colonial mineradora. Nesse sentido, não é de se estranhar que

---

[38] FERREIRA, Waldemar Martins. 1952, p. 290. Apud. ANTUNES, Álvaro Araújo. p. 224.

os livros jurídicos, escritos em latim, se limitassem às mãos do grupo letrado de Vila Rica, capaz de apreender o conteúdo da matéria escrita, e que os livros em linguagem ultrapassem essas fronteiras e se encontrassem em meio a outras camadas sociais. No entanto, esses últimos ainda eram muito poucos, na segunda metade do século XVIII. Além das *Ordenações*, dos *Reportórios* e da *Forma de Libelos*, já citados anteriormente, circulavam ainda, com uma incidência considerável nas bibliotecas setecentistas de Vila Rica, a *Prática judicial* de Antônio Vanguerve Cabral e a *Prática criminal* de Manoel Lopes Ferreira. O primeiro podia ser encontrado em seis bibliotecas (9,8%) e o segundo em apenas três (4,8%). Se os números alcançados por essa última obra nas bibliotecas pesquisadas estão um pouco abaixo da cifra, os quatro primeiros constituem, em termos quantitativos, os títulos mais representativos no conjunto dos livros jurídicos arrolados e, nesse sentido, não podem ser menosprezados.

Há que se destacar que a cultura jurídica veiculada em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, possuía um caráter eminentemente prático, já que concentrava-se em mãos de um público especializado que se utilizava-se do conhecimento livresco nos auditórios civis e eclesiásticos. Era, certamente, o conhecimento dos autores consagrados, das ordenações, das leis extravagantes e dos regimentos que dotavam o profissional da área jurídica de poder persuasivo e que conferiam consistência às suas exposições judiciais. A importância das ordenações do reino, dos reportórios, dos comentários às ordenações e de outros escritos do gênero, talvez já sinalizem para a importância que o direito pátrio vinha assumindo, após a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, na área do saber jurídico. Mas isso não passa de conjectura, uma vez que as bibliotecas não foram bafejadas por essas mudanças e a bibliografia veiculada era bastante tradicionalista.

4.2.2.2 – Medicina

Os livros de medicina, cirurgia e farmacologia, mais que quaisquer outros pertencentes às demais áreas do saber, atingiam tanto o público

especializado quando o leigo. Esse fato é, certamente, uma das conseqüências da própria feição que a medicina assumiu nos trópicos, qual seja, o de ciência precária vinculada às curas informais, dado o número reduzido de profissionais devidamente habilitados. Vejamos quais eram os tratados médicos, cirúrgicos e farmacêuticos mais consumidos pelos leitores de Vila Rica e a sua ocorrência nas bibliotecas setecentistas analisadas.

1- *Âncora Medicinal para conservar a vida com saúde*, Dom Francisco da Fonseca Henriques. Lisboa, 1721. (3)
1. *Cirurgia clássica lusitana, anatômica, farmacêutica, médica* de Antônio Gomes Lourenço. Lisboa, 1754. (1)
2- *Correção de abusos.* Frei Manoel de Azevedo. Lisboa, 1668 e 1680. (2)
3- *Desenganos para a medicina, ou botica para todo o pai de famílias.* Gabriel Grisley. (1)
4- *Erário Mineral dividido em doze tratados.* Luís Gomes Ferreira. Lisboa, 1735. (2)
5- *Farmacopéia lusitana reformada.* Dom Caetano de Santo Antônio. Lisboa, 1711. (3)
6- *Farmacopéia Tubalense Químico-Galênica.* Manoel Rodrigues Coelho. Lisboa, 1735. (2)
7- *Medicina Lusitana.* Dom Francisco da Fonseca Henriques. Lisboa, 1710. (1)
8- *Método de conhecer e curar o morbo gálico.* Duarte Madeira Arrais. Lisboa, 1642. (1)
9- *Poliantéia medicinal, noticias galênicas, e químicas repartidas em três tratados.* João Curvo Semedo. Lisboa, 1695. (2)
10- *Tratado da conservação da saúde dos povos.* Antônio Ribeiro Sanches. Paris, 1756. (1)
11- *Tesouro apolíneo, galênico, químico, cirúrgico e farmacêutico divido em duas partes.* João Vigier. (2)

As bibliotecas existentes em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, também encontravam-se defasadas em relação ao pensamento moderno. À exceção da obra de Ribeiro Sanches, os demais livros veiculados foram todos produzidos sob a influência da tradicional escolástica medieval.

No período pré-pombalino, as matrizes do pensamento médico de Portugal eram dadas por importantes autores, dentre os quais destacamos, por estarem presentes nas bibliotecas de Vila Rica, João Curvo Semedo, Francisco da Fonseca Henriques (o Mirandela, de alcunha) e Dom Caetano do Espírito Santo. Tais autores foram fonte de inspiração para outros que atuaram no vasto império colonial português como médicos e cirurgiões e transformaram sua experiência médica em importantes tratados sobre a matéria. O cirurgião português, Luís Gomes Ferreira, que estivera trabalhando na capitania de Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, é um deles. Seu *Erário Mineral* foi um dos tratados médicos importantíssimos no período e circulou entre os moradores de Vila Rica. A primeira indicação da presença deste livro no arraial devemos ao livreiro, Manoel Ribeiro dos Santos que, em

correspondência a agentes comerciais lisboetas solicita "2 tom. de Medicina Irario Mineral autor Luiz Gomes Ferr.a q'. morou nesta v.a e curou o Nevez"[39]. Coincidentemente, detectamos a presença da obra em duas bibliotecas inventariadas (3,2%).

Para a *Poliantéia Medicinal,* de João Curvo Semedo, observamos essa mesma incidência nas bibliotecas setecentistas de Vila Rica. Até meados do século XVIII, as obras de Curvo Semedo fascinaram muitos letrados e tanto os especialistas quanto os leigos as leram e as difundiram[40]. As teorias médicas construídas por esse autor distanciavam-se dos critérios racionais e aproximavam-se dos conceitos da medicina popular[41]. Suas obras, receptivas aos ensinamentos adquiridos em terras distantes da metrópole, contribuíram imensamente para a divulgação das riquezas medicinais coloniais em Portugal. Nesse sentido, observa-se no império português um movimento de influências recíprocas entre o centro de irradiação do pensamento e as áreas periféricas pois, ao mesmo tempo em que as teorias médicas mais tradicionais absorviam as experiências culturais dos povos conquistados, elas estendiam-se às diversas localidades que constituíam o império colonial[42].

As obras médicas mais populares em Vila Rica foram a *Farmacopéia lusitana reformada* de D. Caetano e a *Âncora Medicinal* de Mirandela, ambas presentes nas mãos de três leitores (4,8%). Este último autor ofereceu ao público outras duas obras: a *Medicina Lusitana*, de sua própria autoria e uma nova edição ilustrada e comentada do *Método de conhecer e curar o morbo gálico,* de Duarte Madeira Arrais[43].

Mas vejamos quais matérias tratavam os livros da "mais 'social' de todas as ciências. A já citada *Medicina Lusitana* de Francisco da Fonseca Henriques cuidava de erradicar as mazelas que atacavam a natureza humana em todos

---

[39] DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kritérion.* Belo Horizonte (47/48): jan.-jun., 1959, p.187.
[40] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, 61.
[41] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, 62.
[42] RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos.* A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997, 58.
[43] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.

os estágios da vida. A primeira parte da obra dedicava-se ao período de gestação humana, a segunda à "arte de criar e curar meninos" e a terceira, às febres. Completa a obra um tratado sobre o uso e administração do azougue.[44] As reflexões apresentadas pelo autor são tanto de caráter profilático quanto paliativo e remediável. Nesse sentido, seus fundamentos constituíam matéria importante tanto para os leigos quanto para os especialistas que desejavam se instruir sobre a melhor forma de evitar e curar as doenças.

A obra do Frei Manoel de Azevedo, *Correção de abusos,* dividia-se em dois tomos: o primeiro foi publicado no ano de 1668 e o segundo, doze anos mais tarde, em 1680. Ambos eram divididos em três tratados. O primeiro tratado do primeiro tomo referia-se aos benefícios proporcionados aos homens pelos exercícios e à importância das purgas na tratamento inicial das enfermidades; o segundo tratado ressaltava as vantagens das sangrias nos membros inferiores para o tratamento das doenças que acometiam as cabeças e os corações; o terceiro versava sobre a febre maligna e indicava os remédios específicos para a sua cura[45].

Já o primeiro tratado do segundo tomo ocupava-se da "fascinação, olho, ou quebranto" que, segundo o autor, eram enfermidades mortais aos indivíduos. Nesse sentido, a obra apontava os principais sinais que levariam os homens a diagnosticar a doença e oferecia os remédios indispensáveis à cura. O segundo focalizava as bexigas e o sarampo e o terceiro referia-se ao preparo de medicamentos, mais especificamente, os "pós purgativos de ouro" chamados de "Quintilo".[46] A descrição dos diversos tratados nos põe diante de uma obra que apresentava uma medicina multifacetada que mesclava elementos do universo sobrenatural, como a fascinação e o quebranto, a influências do mundo natural. Frei Manoel de Azevedo foi um dos escritores que mesclaram à medicina oficial, a magia e a religião, uma vez que os

---

[44] Amsterdã, por Miguel Dias, 1710 e 1731, fol.. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 148.

[45] Lisboa, por Diogo Soares de Bulhões, 1668, 4° e por Manoel Lopes Ferreira, 1690, 4°. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 184.

[46] Lisboa, por João da Costa, 1680, 4° e por Manoel e José Lopes Ferreira, 1705, 4°. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 185.

ensalmos, os exorcismos e a aplicação de relíquias sagradas também foram constantemente utilizadas na cura dos males. Esteve, portanto, na influência do pensamento tradicional.

No entanto, detectamos, pela primeira vez, entre os livros existentes nas bibliotecas de Vila Rica, uma obra produzida sob os auspícios do filosofia iluminista. Trata-se do *Tratado da conservação da saúde dos povos,* editado em Lisboa, no ano de 1757, e escrito pelo ilustrado português Antônio Ribeiro Sanches (1699-1782)[47]. O autor, diplomado em medicina e direito pela Universidade de Coimbra, discípulo de Boerhaave, freqüentava os círculos ilustrados, correspondia-se com vários filósofos e possuía um leque de interesses intelectuais muito vastos. Sendo um sábio e um especialista chegou, inclusive, a escrever um verbete para a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert. Embora estivesse distante de Portugal, desde 1726 (era, certamente, um estrangeirado), Ribeiro Sanches jamais perdeu o interesse pelo seu país de origem e, nesse sentido, colaborou ativamente com várias reformas empreendidas no período pombalino, especialmente aquelas relacionadas à reformulação do sistema educacional[48].

Diante dos livros de medicina que veiculavam em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, presentes nas bibliotecas analisadas, podemos afiançar que tais obras encontravam-se em sintonia antes com a medicina galênica, fundada em argumentos da filosofia escolástica peripatética, do que com a nova medicina preconizada por Boerhaave, fundamentada nos princípios cientificistas e racionalistas que marcaram o século das luzes. Além disso, precisamos enfatizar o caráter prático que essas obras possuíam para seus leitores, pois era por meio delas que os indivíduos inteiravam-se das principais doenças, aprendendo a diagnosticá-las e instruíam-se sobre a melhor forma de combatê-las. Dessa forma, em virtude da raridade de profissionais habilitados a exercer a arte médica nas terras coloniais os homens de letras, independentemente do nível cultural que possuíam, precisavam ter em mãos instrumentos que os socorressem em uma possível emergência. E a isso

---

[47] Paris, 1756, 8° e Lisboa, por José Filipe, 1757, 4°. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 57.

prestavam-se, certamente, os livros de medicina, cirurgia e farmacologia que circularam nas Minas setecentistas.

4.2.2.3 – Filosofia

Parece-nos que o campo da Filosofia não foi muito vasto para as leituras dos homens de Vila Rica. No entanto, selecionamos alguns títulos que julgamos representativos em nossa análise, uma vez que somavam tradição e inovação às leituras. Se em todas as áreas do conhecimento verificamos a proeminência de leituras tradicionalistas, o saber filosófico desponta nas bibliotecas de Vila Rica com uma novidade: o Iluminismo. Vejamos quais as obras filosóficas que destacamos das bibliotecas de Vila Rica.

1- *Apparatus ad Philosophiam, & Theologiam ad usum Lusitanorum adolescentium libri sex.* Luís Antônio Vernei. Roma, 1751. (1)
2- *Cartas eruditas y curiosas del teatro crítico.* Bento Feijó. Madrid, 17[79]. (houve edições anteriores) (1)
3- *Compendium logicae Conibricensis.* Padre Inácio de Carvalho. Évora, s.d.. (1)
1. *Disputationes logicae in tres partes distributae.* Padre Silvestre Aranha. Coimbra, 1736. (2).
4- *Ilustracion Apologética del Teatro Crítico.* Bento Feijó. 1777. (houve edições anteriores) (1)
5- *Teatro Crítico Universal.* Bento Feijó. Madrid, 1778. (houve edições anteriores) (3)

Essas obras estavam bem concentradas nas bibliotecas de Vila Rica e pertenciam aos indivíduos mais letrados (clérigos, advogados e professor de gramática latina) e a alguns oficiais militares. O interessante a observar é a existência tanto de obras relacionadas à filosofia escolástica quanto de títulos pertencentes aos precursores do Iluminismo em Portugal e Espanha.

Luís Antônio Vernei (1713-1792), mestre em Artes pela Universidade de Évora, mudou-se para a Itália, em 1736, e ali participou de intensa atividade intelectual, correspondendo-se com Muratori e comunicando-se com Genovese. Nesse sentido representa, em termos históricos, "a visão italiana da Ilustração, por ele ajustada, em muitos casos, às peculiaridades lusas"[49]. Suas contribuições à política ilustrada pombalina são inesgotáveis e a principal delas refere-se, justamente, à reforma do sistema educacional português. Sabemos

---

[48] FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 346-347.
[49] FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 330.

que foi com a publicação do *Verdadeiro método de estudar* que Luís Antônio Vernei sacudiu a letargia ainda dominante em Portugual e promoveu um corte decisivo no contexto cultural lusitano. Não poderíamos, nessa oportunidade, refazer a vida e obra desse importante intelectual. No entanto, precisamos mencionar que a tarefa renovadora que Vernei implementou no sistema de ensino português, com a publicação do *Verdadeiro Método,* ganhou continuidade, no ano de 1751, com a publicação dos dois primeiros volumes de um curso de filosofia, do qual o *Apparatus ad Philosophiam, et Theologiam,* existente na biblioteca de Vila Rica, faz parte.

O outros livros representantes da filosofia ilustrada nas bibliotecas de Vila Rica foram todos escritos pelo beneditino espanhol, Bento Feijó (1676-1764). Esse autor, apesar de manter-se vinculado à ortodoxia religiosa, é de fundamental importância dentro do movimento ilustrado pois, além de criticar firmemente os usos e os costumes, denunciava as crendices, as superstições e as falsas tradições existentes na esfera religiosa[50]. Suas obras, muito lidas e comentadas, obtiveram grande sucesso editorial na Espanha durante o século XVIII. Segundo Juán Sempere Y Guarinos:

> As obras deste sábio produziram uma fermentação útil; fizeram começar a duvidar; deram a conhecer outros livros muito diversos daqueles que havia no país; excitaram a curiosidade; e enfim abriram a porta à razão, que antes haviam fechado à indolência, e à falsa sabedoria [...][51]

Nesse sentido, Bento Feijó foi um dos representante de uma visão crítica e reformadora que só alcançou maior profundidade e importância na segunda metade do século XVIII.

As outras obras arroladas foram escritas por jesuítas que, igualmente, estiveram envolvidos nas questões educacionais. O Padre Silvestre Aranha foi professor de Letras Humanas no Colégio de Évora e lecionou Filosofia no

---

[50] FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 200.

[51] SEMPERE Y GUARINOS, J. Ensayo de uma biblioteca espanõlla de los mejores escritores del reinado de Carlos III. Madrid, 1785/1789. v. III, p. 44 Apud. FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 201.

Colégio de Coimbra, onde editou, em 1736, as *Disputationes logicae*[52]. Já o Padre Inácio de Carvalho foi professor de Letras Humanas, Retórica e Filosofia na Universidade de Évora, onde igualmente trouxe à luz seu *Compendium logicae Conibricensis*[53]. Essas obras certamente constituíram matéria de estudos de seus proprietários que se dedicavam, nas Minas setecentistas, à carreira eclesiástica e ao ensino de gramática.

Os livros filosóficos existentes em Vila Rica situavam-se na confluência do pensamento tradicional com o moderno. Enquanto Silvestre Aranha e Inácio de Carvalho fundamentavam-se na filosofia escolástica aristotélica, Bento Feijó e Luís Antônio Vernei representavam um Iluminismo moderado e católico. Embora considerasse que já havia teologia bastante e que o importante era difundir a ciência, o beneditino espanhol manteve-se bastante apegado à escolástica que pretendia ver renovada[54]. Temos, portanto, nos livros filosóficos existentes nas mãos dos leitores de Vila Rica, elementos modernos conjugados à tradicional cultura portuguesa.

4.2.3 – Belas Letras

A cultura literária expressa pelas belas letras não obteve grande relevo entre os proprietários de livros de Vila Rica. Os diversos gêneros que a constituíam, tais como a gramática, a retórica, a poesia, os romances, a história etc. eram consumidos ou pelo prazer de ordem estética que poderiam proporcionar aos seus cultores, ou pelo próprio valor e pelo significado que o conteúdo dos textos literários assumiram em épocas e contextos diversos, ou pelo simples deleite e entretenimento oferecidos pelo ato da leitura. Nas bibliotecas de Vila Rica, os gêneros que obtiveram maior notoriedade estavam relacionados com a história e com as questões relacionadas às línguas.

---

[52] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 707.
[53] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 533-534.
[54] FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 200.

Vejamos, portanto, dentro do gênero literário, o que consumiam os indivíduos que possuíam livros em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII.

4.2.3.1 – História

A história, enquanto parte integrante das belas letras, foi o gênero que mais despertou o interesse dos leitores de Vila Rica. Destacamos do rol de livros inventariados, os títulos e os autores que mais incidiram nas bibliotecas analisadas. Mencionamos, ainda, a existência de algumas obras que consagraram-se na longa duração devido ao seu próprio valor ou à importância histórica daquele que a produziu. Temos, portanto, nas mãos dos leitores de Vila Rica, as seguintes obras:

1. *Arte de Furtar, espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gázua geral dos Reinos de Portugal.* Obra anônima. Amsterdã, 1744. (4)
1- *Ásia portuguesa.* Manoel de Faria e Souza. Lisboa, 1666-1675, 3 vol. (3)
2- *Áureo trono episcopal ... ou notícia da criação do novo bispado de Mariana ... e da jornada que fez do Maranhão o Exmo. D. Fr. Manuel da Cruz.* Lisboa, 1749. (2)
3- *Europa portuguesa.* Manoel de Faria e Souza. Lisboa, 1667-1680, 3 vol. (1)
4- *Historia das Guerras Civis de Granada.* Jerônimo Moreira de Carvalho. Lisboa, 1735. (1)
5- *Historia de Carlos XII. Rei de Suécia escrita por Monsieur de Voltaire, e emendada segundo os reparos históricos, e críticos de Monsieur de la Motraye.* Tradução do francês pelo Padre Manoel Monteiro. Lisboa, 1739. (1)
6- *História do Imperador Carlos Magno, e dos doze Pares de França.* Jerônimo Moreira de Carvalho. Lisboa, 1728. (1)
7- *História do Futuro.* Padre Antônio Vieira. Lisboa, 1718. (1)
8- *História Sebástica.* Frei Manoel dos Santos. Lisboa, 1735. (2)
9- *História de Portugal Restaurado.* Dom Luís de Menezes. Lisboa, 1679-1698, 2 vol. (1)
10- *Lugares Comuns de letras humanas e apêndice ao Teatro de los dioses.* Tradução do toscano em castelhano por D. Diogo de Agreda e novamente traduzido em português por Baltazar Luís. Lisboa, 1744. (2)
11- *Peregrinações.* Fernando Mendes Pinto. Lisboa, 1614. (2)
12- *Theatro de los dioses.* Dom Diogo de Agreda. (2)
13- *Vida do Venerável Padre Bartolomeu de Quental, fundador da Congregação do Oratório nos Reinos de Portugal*, escrita na língua latina pelo Padre José Catalano e exposta no idioma português por Francisco José Freire. Lisboa, 1741. (1)

Os títulos arrolados apontam-nos um interesse significativo pela história do império português: seus reinados, suas possessões coloniais, seus indivíduos notáveis, suas ações militares. Significativa é a presença da obra *Arte de Furtar.* Este livro, de nítido caráter político, escrito anonimamente, no século XVII, gerou um amplo debate em torno de sua autoria. A edição de 1744, impressa em Amsterdã, que saiu com o nome do Padre Antônio Vieira,

mobilizou os intelectuais portugueses, que visavam, por meio de escritos apologéticos, ora imputar ao intelectual jesuíta a autoria do livro, ora eximí-lo da matéria escrita[55]. No entanto, estudos mais recentes, como o de Luís Reis Torgal, apontam a possibilidade da obra ter sido produzida por Antônio de Souza de Macedo[56]. O livro, que é uma espécie de denúncia das mazelas insufladas ao Reino de Portugal, durante o período da União Ibérica, alcançou bastante projeção nos círculos letrados e em Vila Rica esteve presente em quatro bibliotecas (6,5%).

Outra obra do gênero digna de nota, embora tenha surgido em apenas uma biblioteca de Vila Rica, foi escrita pelo Conde de Ericeira, D. Luís de Menezes. A *História de Portugal Restaurado,* editada em dois volumes, entre os anos de 1679 e 1698, relatava todas as ações políticas e militares que restituíram o trono português à dinastia de Bragança, desde o ano de 1640, em que foi aclamado rei D. João VI, até o ano de 1668, no qual se celebram as pazes com Castela[57]. O importante a destacar sobre essa obra é que, passado pouco mais de um século, seus relatos forneceram a base ideológica que fundamentaram o abortado movimento insurrecional mineiro, de 1788-1789.

Os estudos historiográficos mais recentes tem vinculado a inconfidência mineira tanto às luzes quanto às tradições culturais luso-brasileiras[58]. No entanto, o historiador Luiz Carlos Villalta foi pioneiro em apontar essa filiação da Inconfidência Mineira à Restauração Portuguesa de 1640[59]. Segundo o historiador, tanto o livro específico do Conde de Ericeira quanto outros que versavam sobre o mesmo assunto, circularam em mãos dos inconfidentes,

---

[55] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 64.

[56] TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração.* Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982.

[57] *Tomo I.* Lisboa, por João Galrão, 1679, fol. e por Antônio Pedroso Galrão, 1710, fol.. Tomo II. Lisboa, por Miguel Deslandes, 1698, fol.. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 117.

[58] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura literária e os Usos dos Livros na América Portuguesa.* São Paulo: USP, 1999. (Tese de Doutoramento). VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808:* o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo, Companhia das Letras, 2000 (Virando Séculos). FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope.* História, mito e memória da Inconfidência mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

[59] VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura literária e os Usos dos Livros na América Portuguesa.* São Paulo: USP, 1999. (Tese de Doutoramento); VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808:* o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos)

oferecendo-lhes estratégias a serem utilizadas na rebelião. Parece-nos que a mais importante estratégia evocada por esses escritos foi a descrição do ritual da sedição. Vejamos, pelas próprias palavras de Luiz Carlos Villalta, como os inconfidentes se apropriaram, em prol de seus objetivos específicos, das idéias contidas no livro do Conde de Ericeira.

> Segundo o padre Carlos Toledo, o abade Raynal ensinava como fazer a rebelião, seu livro "trazia o modo de se fazerem os levantes". Tal modo consistiria em cortar a "cabeça do governador e fazendo uma fala ao povo e repetida por um sujeito erudito". Na parte da obra de Raynal sobre a independência da América Inglesa não há nenhuma referência que lembre esse "cortando a cabeça do governador". Tal referência encontra-se na narrativa concernente à Restauração Portuguesa de 1640[60].

Segundo o historiador,

> Na obra *História de Portugal Restaurado*, do conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, (...) a Restauração é classificada como um movimento pelo qual as gentes portuguesas – oprimidas por um governo tirânico que desrespeitava o pacto primeiro estabelecido por Filipe II, vexados por excessos tributários – restituíram a coroa ao seu herdeiro legítimo, o duque de Bragança, el-rei d. João IV. A morte de Miguel de Vasconcelos é apresentada como recurso para incitar o povo e como castigo por seus serviços ao domínio espanhol; ela é cercada por gritos em defesa da liberdade e em aclamação a d. João IV; Vasconcelos é ainda lançado à fúria da multidão[61].

Aproximando esse relato à fala do padre Toledo, o autor revela-nos que o livro mencionado, de propriedade do Cônego Luís Vieira da Silva, teria sido objeto de leitura dos inconfidentes mineiros. Tal fato evidencia o caráter pragmático dessa obra naquela conjuntura política e social.

Outros livros com boa incidência em Vila Rica, que também referiam-se ao reino de Portugal, foram escritos por Manoel de Faria e Souza. Enquanto a *Ásia portuguesa* esteve presente em três bibliotecas (4,8%), a *Europa Portuguesa* existia em apenas uma (1,6%). Os três tomos que constituíam ambas as obras foram editados entre os anos de 1666 e 1670. Na *Europa*

---

[60] VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808:* o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 55. (Virando Séculos)

[61] VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808:* o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 55. (Virando Séculos)

Portuguesa, o autor pretendia reconstituir a história de Portugal desde a origem dos tempos até o curto reinado de D. Sebastião, apresentando-nos uma longa descrição do Reino de Portugal. Já na obra *Ásia Portuguesa,* o objetivo era reconstituir a história de Portugal, desde o princípio da dominação no continente asiático até os sucessos do tempo do domínio dos reis castelhanos.

Além desses livros que exaltavam a história de Portugal, a notícia da criação do bispado de Mariana e da chegada de D. Frei Manoel da Cruz à capitania de Minas Gerais, que rendeu uma festa apoteótica, registrada no *Áureo Trono Episcopal,* também foi objeto de interesse dos leitores de Vila Rica. Afinal, a sede do poder espiritual situava-se na circunvizinhança da sede do poder temporal. Nesse sentido, os leitores de Vila Rica preservavam, pela leitura do *Áureo Trono Episcopal,* a memória das manifestações sócio-culturais ocorridas na Capitania.

Referimo-nos, por fim, a duas obras escritas por importantes intelectuais de correntes opostas. Mais uma vez, presenciamos inovação e tradição nas leituras setecentistas, pois colocamos, lado a lado, o padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, defensor de idéias escolásticas e Voltaire, um dos principais nomes vinculados ao Iluminismo francês. Entre as inúmeras obras que os autores deram a conhecer existem, referentes ao gênero, nas biblioteca de Vila Rica, a sebastianíssima *História do Futuro,* de Vieira e a *História de Carlos XII,* de Voltaire, numa tradução para a língua portuguesa do Padre Manoel Monteiro.

Temos, portanto, em Vila Rica, o consumo de uma história eminentemente comprometida com a História de Portugal. A incidência de livros sobre essa matéria talvez seja mesmo um importante indício, conforme tão bem apontou Luiz Carlos Villalta, em estudo sobre a inconfidência mineira, do quanto os colonos das Minas Gerais reconheciam-se como portugueses, mesmo sendo portugueses da América. Nesse sentido, a leitura dos livros de história contribuíam para o conhecimento de sua própria história e para a preservação da memória sócio-cultural de seu povo.

4.2.3.2 – Línguas

A teoria da linguagem era fornecida aos homens de letras, especialmente pelos estudos lingüísticos. A formalidade na utilização deste sistema de signos e o cuidado com a língua culta eram determinantes em algumas esferas sociais e garantiam, muitas vezes, a proeminência e a importância social dos indivíduos. O uso da palavra articulada ou escrita, como meio de expressão e de comunicação entre pessoas, tornaram indispensáveis as obras que versavam sobre esse tema. Em Vila Rica setecentista, as aulas régias de Gramática Latina, integradas aos estudos menores, certamente fizeram parte do cotidiano de parcela de sua população e podemos observar nas bibliotecas analisadas a existência de alguns autores que se dedicaram à matéria. Vejamos quais foram suas contribuições.

1. *Arte [de sintaxe] explicada.* João de Morais Madureira Feijó. Lisboa, 1730-1735. (2)
2. *Arte da gramática latina.* Padre Manuel Álvares. Lisboa, 1572. (1)
3. *Comentário a Virgílio no qual se explicam os lugares mais dificultosos do Poeta.* Padre Francisco Aranha. Évora, 1657. (1)
4. *Dictionarium latino-lusitanicum, et vice versa Lusitano-latinum.* Jerônimo Cardoso. Coimbra, 1569. (1)
5. *Novo método de Gramática latina.* Antônio Pereira de Figueiredo. (1)
6. *O Secretário Português.* Francisco José Freire. Lisboa, 1745. (3)
7. *Prontuário de Sintaxe dividido em duas partes.* Padre Antônio Franco. Évora, 1699. (1)
8. *Prosodia in Vocabularium trilingue Latinum, Lusitanum, et Castellanum digesta.* Bento Pereira. Évora, 1634. (4)

Além desses títulos, os inventários trazem ainda algumas referência aos poetas latinos, Virgílio, Horácio e Ovídio, bem como aos comentários que se fizeram às suas obras.

Observamos que as artes de gramática latina, os dicionários, os clássicos da literatura latina e as obras que buscavam torná-los mais inteligíveis foram os livros referentes às línguas que mais se destacaram. Salvo exceções, muitos dos autores aqui descritos são filhos da Companhia de Jesus, como os padres Manuel Álvares, Francisco Aranha, Antônio Franco, Bento Pereira e Madureira Feijó. Sabemos que a segunda metade do século XVIII assistiu a uma contenda entre o reformismo ilustrado português e a Companhia de Jesus. Os jesuítas, acusados de propagarem o obscurantismo no império luso, em pleno século das Luzes, foram rechaçados pelo todo

poderoso Marquês Pombal e, conseqüentemente, afastados do sistema de ensino. As reformas, ao mesmo tempo em que tentavam edificar uma nova estrutura educacional, fundamentada em novos ideários, combatiam os princípios antiquados, sustentados pelos jesuítas, através dos aparatos destinados à censura de livros. Dessa forma, a Real Mesa Censória atuou efetivamente no sentido de coibir a circulação de livros escritos por mãos jesuítas. Entretanto, a situação das bibliotecas de Vila Rica mostram-nos que muitas destas obras resistiram ao controle do Estado e persistiram nas mãos dos leitores.

O melhor exemplo é mesmo a *Prosódia* de Bento Pereira, dicionário trilingüe – latino, lusitano e castelhano – que proibido de ser usado com fins didáticos, subsistiu, até fins do século XVIII, em quatro bibliotecas de Vila Rica (6,5%), sendo que uma delas pertencia a um professor de Gramática Latina.

No entanto, o cenário mineiro assistiu à substituição da *Arte da gramática latina, do* padre jesuíta Manuel Álvares pelo *Novo método de Gramática latina,* do oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo. Essa obra, de nítida inspiração "verneiana", ofereceu aos cursos menores específicos da área, os novos embasamentos teóricos que deveriam nortear a prática pedagógica. Mais uma vez as bibliotecas de Vila Rica demonstram estar na confluência da tradição e da inovação.

No entanto, apenas uma vez ou outra os livros, consumidos em Vila Rica e analisados nesta amostra, esbarram com o pensamento moderno. As bibliotecas inventariadas, no período compreendido entre 1750 e 1800, ofereciam livros absolutamente normais aos seus leitores tradicionalistas. Mas o pragmatismo inerente à maioria das obras que existiram entre os proprietários de livros de Vila Rica foi a grande marca do século XVIII, naqueles importantes receptáculos do conhecimento.

CONCLUSÕES

Na designação de Pierre Bourdieu a palavra leitura pode ser substituída por toda uma série de palavras que indicam espécies de consumo cultural. As particularidades desse consumo cultural levam o sociólogo francês a uma reflexão profissional sobre os pressupostos normativos que rodeiam as abordagens que envolvem práticas culturais. A reflexão só avança na medida em que o autor evoca a oposição medieval existente entre *auctor* e *lector*. Segundo Bourdieu:

> O *auctor* é aquele que produz ele próprio e cuja produção é autorizada pela *auctoritas,* a de *auctor*, o filho de suas obras, célebre por suas obras. O *lector* é alguém muito diferente, é alguém cuja produção consiste em falar das obras dos outros[1].

Essa divisão que, na sociedade contemporânea, corresponde àquela de escritor e crítico, é fundamental na compreensão do trabalho intelectual voltado às práticas da leitura, uma vez que todos os estudiosos que se dedicam ao tema estão na posição de *lectores* e se arriscam a investir todo um conjunto de pressupostos, inerentes à posição de *lector,* em suas análises das leituras e das práticas sociais que envolvem seus meios de acesso, seus usos, suas intensidades, suas razões e suas relações com o escrito[2].

O fundamental, nessa advertência, reside no fato de que muitos historiadores tendem para uma "visão universalista do ato da leitura" e projetam, restrospectivamente, suas próprias relações com os textos no estudo da evolução das práticas sociais que a envolvem, transformando tal relação na única historicamente possível[3]. No entanto, as capacidades e as situações de leitura são historicamente variáveis e, na medida em que historicizamos nossa relação com a leitura, nos desembaraçamos dos pressupostos inconscientes.

---

[1] BOURDIER, Pierre; CHARTIER, Roger. "A leitura: uma prática cultural". CHARTIER, Roger (org.). *As práticas da leitura.* São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 232.
[2] BOURDIER, Pierre; CHARTIER, Roger. "A leitura: uma prática cultural". CHARTIER, Roger (org.). *As práticas da leitura.* São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 232.
[3] BOURDIER, Pierre; CHARTIER, Roger. "A leitura: uma prática cultural". CHARTIER, Roger (org.). *As práticas da leitura.* São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 233.

Foi na tentativa de evitar a posição universalizante de *lectores* que somos, que buscamos a historicidade das práticas sociais que envolveram os livros em Vila Rica, entre os anos de 1750 e 1800. A importância sócio-cultural da Capitania de Minas Gerais, no período, e a relevância particular de Vila Rica, conduziram-nos na busca das práticas sociais que ali envolveram os livros e a leitura. A existência de núcleos urbanos bem consolidados, de uma máquina administrativa, de instituições civis e religiosas, e de manifestações culturais permeando a vida social, tornaram Vila Rica um ambiente profícuo ao consumo cultural dos livros.

Observa-se, inicialmente, que as formas de acesso aos livros em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, difundiram-se por meio de práticas comerciais. O comércio de livros, realizado em Vila Rica, ocorria na informalidade e mobilizava as redes comerciais e institucionais, bem como os núcleos de sociabilidade. Nesse sentido, as lojas de secos e molhados, os agentes comerciais e os leilões públicos foram importantes agentes na difusão local do material impresso. No entanto, não se verifica uma total uniformidade nos livros comercializados pelos diferentes setores.

Os estabelecimentos comerciais fixos, isto é, as lojas de secos e molhados, dedicavam-se à venda de livros de baixo valor comercial, destinados à manifestação da religiosidade e ao ensino das primeiras letras. A *Cartilha de doutrina cristã*, do Mestre Inácio e, mais especificamente, os populares livros de *Santa Bárbara,* foram os mais importantes impressos, em termos quantitativos, disponibilizados à venda pelos lojistas de Vila Rica. Os baixos preços dos livros comercializados garantiam-lhes a difusão entre uma camada mais ampla da população alfabetizada, desejosa dos alimentos da alma e da instrução para a melhor forma de se praticar os ritos religiosos. A peculiaridade desses impressos, vendidos pelos estabelecimentos comerciais de Vila Rica, ou seja, o fato de serem baratos, de baixa qualidade e, às vezes, de caráter efêmero, fez com que escapassem aos róis de livros existentes nos inventários, uma vez que não os encontramos em mãos dos indivíduos que possuíam bibliotecas particulares. Observa-se que, tanto os populares livros de devoção e os escritos moralizantes, quanto os demais impressos (lâminas, registros,

mapas etc.) e os materiais destinados à atividade da escrita (papel, pena, tinteiro e areeiro), chegavam às mãos dos lojistas de Vila Rica, via negociantes estabelecidos no Rio de Janeiro. Era esse benéfico arranjo comercial que possibilitava a difusão dos materiais destinados à leitura e à escrita entre a população de Vila Rica.

No entanto, os leitores mais especializados recorriam à atividade de agentes comercias em Portugal, ou em Vila Rica, para suprir suas necessidades de leitura. Verifica-se que as relações comerciais entre a região e a metrópole, envolvendo o mercado livreiro e seus agentes comerciais, contribuíram bastante para a formação das bibliotecas locais. Havia, em Vila Rica, de um lado, indivíduos que encomendavam livros em Portugal e os negociavam, informalmente, na região e, de outro, sujeitos que fizeram de seus contatos com a metrópole uma forma eficaz para aquisição do material impresso. Nos registros de casos envolvendo a ação dos agentes comerciais, os livros comercializados constituíam uma leitura mais especializada (geralmente jurídica), destinada a um público mais seleto, que despendia, em função dos custos da importação e do próprio valor material das obras, maiores quantias em suas aquisições. A atividade comercial desses indivíduos foi importante no suprimento do comércio livreiro local e, conseqüentemente, na formação de algumas bibliotecas particulares de Vila Rica.

Veículos privilegiados no comércio de livros, os leilões públicos também ofereceram, à população de Vila Rica, boas oportunidades na aquisição desses materiais impressos. Embora tenham garantido uma maior disseminação da posse de livros na sociedade mineira de então, nota-se pouca concorrência a esse comércio livreiro informal. As obras especializadas, (as jurídicas, majoritariamente), em detrimento dos populares livros religiosos, eram as que mais atraíam o público consumidor, formado pela parcela mais letrada da população local. O comércio livreiro, levado a efeito nos leilões públicos também, era afetado pelas vicissitudes inerentes a todos os tipos de atividades comerciais. Detecta-se, dessa forma, o extravio dos livros postos à venda, a falta de interesse do público consumidor na aquisição do material disponibilizado e a necessidade de se conformar às regras do mercado,

abrindo mão dos lucros ou diminuindo os preços das obras para garantir-lhes a saída. Observa-se que grande parte dos livros arrematados nos leilões fazia parte do universo imediato de interesses dos indivíduos que os compravam. Haja vista a predominância, nessa prática social, de uma parcela da categoria mais letrada de Vila Rica, ou seja, os juristas. Percebe-se que, enquanto as bibliotecas mais especializadas acabaram em mãos de especialistas, de pessoas que se utilizavam dos ensinamentos contidos nos livros para o exercício de uma profissão, as demais (compostas por livros religiosos ou vinculados às belas letras) foram adquiridas por indivíduos com menor proeminência social. Nesse sentido, os livros com público certo eram os utilitários. Esses, sim, poderiam encontrar, nos indivíduos impregnados pelo espírito pragmático do século, um importante público consumidor.

A reconstituição do perfil dos indivíduos que possuíam livros arrolados em inventários de bens, levou-nos à percepção de que, entre o público leitor de Vila Rica (público este, majoritariamente, masculino, branco e livre), na segunda metade do século XVIII, a propriedade de livros disseminou-se em meio a diversas categorias sócio-profissionais: eclesiásticos, juristas, um professor, cirurgiões e boticários, mercadores, oficiais militares, funcionários do governo, senhores de terras, artesãos e mulheres que, em maior ou menor grau, estavam associados aos livros.

A classificação das coleções segundo o número de obras que possuíam e a caracterização temática das bibliotecas privadas de Vila Rica revelam um conjunto bastante heterogêneo. Do ponto de vista quantitativo, grande parte das bibliotecas eram modestas, já que, quase três quartos dos proprietários de livros possuíam número inferior à média de volumes existentes para cada biblioteca, isto é, 23 volumes.

Observamos que, embora as maiores estivessem concentradas em meio a uma única categoria sócio-profissional, a dos juristas de Vila Rica, as menores estavam difusas pelos mais diferentes grupos. No entanto, uma peculiaridade nessas pequenas bibliotecas e, mais especificamente, naquelas que abrigavam apenas uma obra, diz respeito à função social da obra conservada. Tratava-se, geralmente, de um único livro de liturgia: um missal

que, pertencente ao oratório doméstico, auxiliava na celebração da missa católica. Naquelas mais proeminentes bibliotecas de Vila Rica, em termos quantitativos, que estavam em mãos do estrato mais letrado da população, ou seja, os juristas, identificamos a preponderância dos livros especializados, em sua ampla maioria, livros sobre questões de Direito.

Observa-se que, além dos juristas, os indivíduos que possuíam profissões vinculadas aos usos dos conhecimentos livrescos, tais como os eclesiásticos, o professor, os cirurgiões e os boticários, conservaram coleções bibliográficas mais diretamente relacionadas com as atividades profissionais que desempenhavam. Verifica-se que, nesse sentido, a incidência de determinado gênero de leitura em uma biblioteca especializada decorria, geralmente, da importância e do significado que as obras possuíam, dentro das necessidades profissionais de seu proprietário.

No entanto, havia algumas bibliotecas especializadas em meio a indivíduos que, aparentemente, não tinham porque possuí-las. Nesses casos, o caráter prático inerente a algumas áreas do conhecimento fazia com que as questões do direito, a arte da medicina e os livros didáticos, de maneira mais preponderante, atingissem parcelas mais amplas da população que detinha a posse de livros.

Nos demais grupos observa-se, quase sempre, a predominância dos livros religiosos e devocionais, embora os lugares ocupados pelas ciências e belas letras não fossem menos significativos. Verifica-se, aqui também, com uma certa freqüência, o uso pragmático que envolvia os livros, pois muitas obras aproximavam-se dos interesses pessoais de seus proprietários.

A reconstituição do universo social dos possuidores de bibliotecas, em Vila Rica, na segunda metade do Setecentos, possibilitou a percepção de que os livros, embora concentrados em algumas bibliotecas particulares, existiam e ocupavam espaço no cenário setecentista, enfim, difundiam-se pela sociedade mineira de Vila Rica. Além disso, nota-se que o empréstimo de livros, a doação ou o interesse em sua conservação, a ciência sobre o conteúdo das obras, a dispersão do material bibliográfico, o paralelismo entre as práticas da leitura e as da escrita, o caráter pragmático e econômico dos livros, são importantes

práticas sociais observadas em relação aos livros que circularam em Vila Rica. na segunda metade do Setecentos.

As bibliotecas de Vila Rica, analisadas nessa pesquisa, apresentam, em seu conjunto, a proeminência dos escritos científicos em detrimento dos religiosos, que despontam em segundo plano. Explica-se a superioridade numérica das ciências, pela concentração das obras nas mãos dos juristas de Vila Rica, como destacamos acima. Às ciências e à religião, seguem-se, nas bibliotecas de Vila Rica, as belas letras e, por último, as artes práticas. A função pragmática dessas obras contribuiu para uma importante mudança na composição das bibliotecas particulares, existentes em Vila Rica, que não demonstravam, como ocorria com as demais da América portuguesa do Setecentos, uma maior proeminência dos escritos de caráter religioso e cunho devocional. Verifica-se, em Vila Rica, que os homens das letras, que usavam seus livros no exercício profissional, foram os principais responsáveis pela supremacia, em suas bibliotecas particulares, do pragmatismo inerente às ciências, artes e belas letras.

Torna-se importante ressaltar que as obras consumidas em Vila Rica, na segunda metade do Setecentos, constituíam leituras normais de leitores tradicionalistas que bem pouco receberam as influências dos ventos da Ilustração. Nota-se, nessas bibliotecas analisadas, a existência de obras sob o alvo da censura pombalina, a despeito do caráter essencialmente prático dessas leituras. Tratava-se, no entanto, de uma censura branda, limitada a determinadas edições, que depois de revisadas e substituídas, voltariam às mãos do público leitor. Nas bibliotecas de Vila Rica, mais que o pensamento moderno, foi a tradição que se debateu com os poderes instituídos, pois parte considerável dos livros visados, que existiam nas mãos dos leitores, foi escrita por jesuítas, filiados à filosofia escolástica peripatética. Alguns livros de intelectuais ligados à filosofia Iluminista, que ali circularam, estavam vinculados à prática ilustrada pombalina. Nesse sentido, possuíam o beneplácito dos poderes instituídos.

A religião, as ciências e as belas letras foram as áreas do saber com maior incidência nas bibliotecas setecentistas analisadas. Os livros religiosos

mais intensamente consumidos pelos leitores de Vila Rica ditavam os preceitos católicos, objetivando assegurar a ortodoxia religiosa. Destinavam-se não a um público especializado, mas a uma parcela mais ampla da população que buscava, nos livros, as definições morais que regulariam sua vida cristã.

As obras de caráter científico, como os livros jurídicos, os tratados de medicina, cirurgia e farmacologia e os compêndios de filosofia, também possuíam um sentido pragmático, já que eram importantes instrumentos utilizados no exercício profissional. Enquanto as matérias do Direito e da Filosofia concentravam-se, geralmente, nas mãos dos profissionais das áreas (magistrados, advogados, padres e professores), as ciências médicas atingiam um público mais abrangente e não especializado.

Observa-se que as reformas pombalinas, levadas a cabo na Universidade de Coimbra, são posteriores ao período de formação da maioria das bibliotecas que continham grande parte dessas obras. Nesse sentido, não influenciaram na aquisição dos livros. Em geral, as bibliotecas analisadas distanciavam-se da prática ilustrada levada a efeito nas reformas educacionais. Apenas na área da Filosofia observa-se um maior equilíbrio entre o pensamento tradicional e a filosofia Iluminista. No entanto, eram eminentemente tradicionalistas, os livros e os autores, ligados às ciências, em voga naquelas bibliotecas.

Em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, a importância pragmática das belas letras decorria, na maioria das vezes, da necessidade do aprendizado da língua culta, fundamental à proeminência social, e de um conhecimento mais abrangente da história de Portugal, que tinha como provável objetivo preservar a memória histórica dos portugueses da América. A as obras que versavam sobre esses temas foram, pois, indispensáveis aos leitores de Vila Rica. Nessa área, verifica-se também, a confluência entre o pensamento tradicional e o espírito das Luzes, embora os primeiros estivessem em proeminência nessas bibliotecas.

Pode-se afirmar, sobre os livros existentes nas bibliotecas setecentistas de Vila Rica, que, no debate entre inovação e tradição, venceu a tradição. Nas bibliotecas analisadas nessa pesquisa, o espaço ocupado pela filosofia

iluminista era bastante modesto, se comparado à primazia das matérias e dos autores mais tradicionais existentes nas mãos dos leitores de Vila Rica. Necessário ressaltar, no entanto, que, independentemente da forma de pensamento que configurava as obras, os livros de religião, ciências, artes e belas letras tinham um sentido eminentemente pragmático nas mãos dos leitores. Essa utilidade prática que os homens encontravam nos livros, certamente, foi a grande prática social que norteou a composição das bibliotecas de Vila Rica, entre os anos de 1750 e 1800.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência

Inventários: ofício/códice/auto/ano.

1°/1/8/1791
1º/11/99/1760
1º/16/149/1763
1°/18/175/1782
1°/19/178/1766
1º/23/244/1787
1°/24/263/1779
1°/29/328/1788
1º/29/315/1780
1°/33/396/1786
1°/34/405/1786
1°/41/485/1788
1°/42/489/1798
1º/42/491/1753
1°/43/502/1774
1º/48/583/1783
1º/54/641/1795
1°/57/681/1762
1º/57/684/1767
1°/57/685/1774
1º/62/742/1797
1º/69/822/1784
1º/70/830/1775
1º/70/832/1766
1º/79/950/1798
1º/88/1065/1776
1º/92/1116/1761
1º/97/1185/1798
1º/101/1254/1785
1º/102/1274/1785
1º/104/1312/1774
1º/109/1393/1768
1º/120/1521/1762
1º/120/1521/1766
1º/125/1567/1761

1º/126/1574/1777
1º/127/1580/1798
1º/128/1611/1798
2º/1/3/1790
2º/6/60/1794
2º/8/80/1762
2º/9/861768
2º/9/89/1791
2º/15/156/1783
2º/17/177/1779
2º/17/178/1790
2º/20/218/1784
2º/23/244/1782
2º/26/280/1768
2º/27/293/1764
2º/28/312/1790
2º/31/344/1787
2º/32/352/1793
2º/40/453/1793
2º/42/470/1773
2º/52/588/1778
2º/53/601/1798
2º/56/628/1793
2º/57/639/1752
2º/57/641/1775
2º/60/671/1767
2°/61/690/1752
2º/63/706/1794
2º/64/711/1791
2º/65/722/1769
2º/68/756/1785

Fontes impressas

BERNARDES, Manoel. *Exercícios espirituais*. Lisboa, na Régia Oficina tipográfica, 1784 (quinta impressão), 2 vol.

"Catalogo dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente". In: MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, s/d

GUSMÃO, Alexandre de. Coleção de vários escritos inéditos políticos e literários de Alexandre de Gusmão. Porto: Tipografia de Faria Guimarães, 1841.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975, p.162.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (Série *Ofhir:* Biblioteca virtual dos descobrimentos portugueses, n. 2).

MACHADO, Simão Ferreira. *Triunfo Eucarístico.* Exemplar da Cristandade Lusitana em Exaltação da Fé na Solene Trasladação do Diviníssimo Sacramento da Igreja da Senhora do Rosário para um novo Templo da Senhora do Pilar em Vila Rica. Lisboa, na Oficina da Música, 1734.

Ordenações Filipinas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1985. (Reprodução "fac-simile" da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870).

TAVARES, Antônio. *Exame de Confessores ou Breve Tratado de Teologia Moral.* Lisboa, na oficina de Manoel Fernandes da Costa, impressor do Santo Ofício, 1734, 4°.

Bibliografia

Obras de referência

BOSCHI, Caio César. *Inventário dos Manuscritos Avulsos Relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, 3 vol.. (Coleção Mineiriana).

SILVA, Antônio de Morais. *Dicionário de Língua portuguesa.* Rio de Janeiro, Fluminense, 1922.

Livros

AIRES DE CASAL, Manuel. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. (Fac-símile da edição de 1817).

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro; Brasília, José Olympio; Edunb, 1993.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial.* Salvador: UFBA; Ilhéus: UESC, 1999.

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil:* dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CHARTIER, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France D'Ancien Régime.* Paris: Éditions du Seuil, 1987.

CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2ª ed.. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope*. História, mito e memória da Inconfidência mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde:* o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Anna Blume, 1996.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil.* (Sua história). São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional.* Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, s/d.

MATOS, Raimundo José de. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837).* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

MAXWELL, Keneth. *A Devassa da Devassa*. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal:* Paradoxo do Iluminismo. Paz e Terra: São Paulo, 1997.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

MORAIS, Rubens Borba. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial.* Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

NASCIMENTO, Walter Vieira. *Lições de história do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. São Paulo: Edusp, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos*. A Arte Médica no Brasil do Século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos*. A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B.. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial:* A suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia*: Idade d'ouro do Brasil. São Paulo: Cultrix; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e quitidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João VI*. Lisboa, Estampa, 1993.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira:* Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1997.

TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos)

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808:* o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos)

Artigos

ARAÚJO, Jorge de Souza. "O perfil do leitor colonial". *Artes e literatura* – Revista de Cultura Vozes. Petrópolis, jul.-ago. 1989, n.4, pp. 448-457.

BOURDIER, Pierre; CHARTIER, Roger. "A leitura: *uma prática cultural*". In: CHARTIER, Roger (org.). *As práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BURNS, E. Bradford. "O iluminismo em duas bibliotecas do Brasil Colônia". *Universitas*. Salvador, jan.-ago. 1971, n.8-9, pp. 5-15.

CHARTIER, Roger. "As práticas da escrita". In: ARIÈS, Philipe e CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada*: Da renascença à época das luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

CHARTIER, Roger. "Entrevista com Roger Chartier". *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, jan.-dez., 1995, pp 3-11.

CERUTTI, Simona. *As construções das categorias sociais*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Camadas recompostas*: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COTTA, Francis Albert. *De Desclassificados a Corpos Dóceis*: a organização militar nas Minas setecentistas. pp. 2-23. (mimeo)

CRISTIANI, Claúdio Valentim. "O Direito no Brasil Colonial". In: WOLKMER, Antônio Carlos (org.). *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte, Del Rey, 2001.

DINIZ, Silvio Gabriel. "Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII". *Kriterion*. Belo Horizonte, jan./jul., n. 47/48, 1959, p. 180-198.

DINIZ, Silvio Gabriel. "Biblioteca Setecentista nas Minas Gerais". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n.6, 1959.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. t.1, v.2. São Paulo: Difel, 1972.

JANCSÓ, Istiván. "A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII." In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil:* Cotidiano e vida privada na América portuguesa. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEITE, Paulo Gomes. "Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto". *Revista de Minas Gerais*. Belo Horizonte, (27): 22-29, jul. 1990.

LEITE, Paulo Gomes. "Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana." *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, jan.-dez., 1995, pp. 153-164.

LESSA, Clado Ribeiro de. "As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais: apontamentos para um estudo histórico". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n.191.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. "Comércio de livros e censura de idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)". *Ler História*. Lisboa, n. 23, 1992, pp. 199-202.

PICARD, Evelyne. "Une bibliotèque conventuelle aux XVIIIe Siècle: les théatins de Saint-Anne-La-Royale". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine.* Paris, n. 27, abr./jun., 1979.

RAMOS, Luís Antônio de Oliveira. "Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII" (Casos portugueses). *Revista da faculdade de Letras*. Série História, vol.4, 1973-1974, pp.1-14.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)". *Revista de História*. São Paulo, n. 94, 1973, pp. 441-457.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas". In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura)

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Os Livreiros de Lisboa e o Comércio de Livros com o Brasil". *Revista Portuguesa de História do Livro*. Ano III, n. 6, 1999, pp. 87-105.

VILLALTA, Luiz Carlos. "O diabo na livraria dos inconfidentes". NOVAES, Adaulto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VILLALTA, Luiz Carlos. " Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII". *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, jan.-dez., 1995, pp. 19-52.

VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil:* Cotidiano e vida privada na América portuguesa. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Teses, dissertações e monografias

ALVARENGA, Thábata Araújo de. *O Universo das Letras em Vila Rica: 1750-1800.* Ouro Preto: UFOP-ICHS, 1999. (Monografia de Bacharelado)

ANTUNES, Álvaro Araújo. *Espelho de cem faces:* O universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 1999. (Dissertação de mestrado).

CARDOSO, Cristiano da Silva. *A Gazeta de Lisboa:* cultura e sociedade. Porto: Universidade Portucalense, 2001. (Monografia de licenciatura)

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes:* mercadores das Minas Setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995. (Dissertação de mestrado)

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura:* usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: USP-FFLCH, 1999. (Tese de Doutoramento)

ANEXOS

ANEXO I

Rol dos livros arrematados, pertencentes à livraria do Dr. Agostinho Monteiro de Barros.

Arrematante	Vol.	Obra	Autor	Valor
Dr. Manoel Manso da Costa Reis	1	-	João Rodrigues Cordeiro	1$200
	29	-	Manoel Álvares Pegas	60$000
	6	Ciência de Corte	-	6$400
	4	Dedifor[?] de Pechio	-	6$400
	9	Livros de direito canônico e civil	-	14$400
Dr. Inácio de Souza Ferreira	2	-	Antônio Cardoso do Amaral	2$400
	1	-	Antônio da Gama	1$200
	1	-	Antônio de Paiva e Pona	$900
	1	-	Antônio Vanguerve Cabral	1$800
	14	-	Bento Feijó	13$100
	9	-	Diogo Camacho Guerreiro de Aboim	12$800
	4	-	Francisco de Caldas Pereira de Castro	6$400
	4	-	Manoel Gonçalves da Silva	8$000
	1	-	Manoel Mendes e Castro	1$200
	4	-	Manoel Themudo da Fonseca	3$600
	3	-	Melchior Phebo	3$600
	3	-	Silvestre Gomes de Moraes	3$600
	3	-	Silvestre Gomes de Moraes	6$400
	1	-	Thomé Valasco	$900
	1	Ayor	-	1$200
	2	Castijos	-	3$200
	1	*Casamento perfeito*	Diogo de Paiva de Andrade	$600
	1	*Compendium diversorum Titulorum Juris Pontificii*	Diogo de Brito de Carvalho	1$200
	3	*David perseguido e alívios de lastimados*	D. Cristovão Lozano	3$000
	1	*De Jure Lusitano in tres tractatus*	Matheus Homem Leitão	1$900
	3	*De Manu Regia Tractatus*	Gabriel Pereira de Castro	3$600
	1	*Decisiones*	Jorge de Cabedo	1$200
	1	*Domus Supplicationis Curiae Lusitaniae Stylique supremi Senatus consulta*	João Martins da Costa	$600
	1	*Forma de Libellos*	Gregório Martins Caminha	$600
	8	Graciano	-	21$200

	2	*Historia Chronologica dos Papas, Emperadores, e Reys*	D. João Evangelista	2$000
	1	*Novus et methodicus tractatus*	João de Carvalho	1$200
	1	*Observationes praticae in quibus multa*	Miguel de Reinoso	1$200
	1	Partida de Castela com glosas de Montalvão	-	1$600
	1	*Practica Criminal*	Manoel Lopes Ferreira	1$200
	1	*Praxis de judicio finium regundorum*	Antônio Lopes Leitão.	1$200
	2	*Remissiones Doctorum in varia loca Concilii Tridentini*	Agostinho Barbosa	2$400
	1	Sepola	-	1$200
	1	*Sistema ou Coleção de Regimentos Reais*	-	1$200
	3	*Theatro de los dioses*	D. Diogo de Agreda	1$800
	2	*Tractatus de Donationibus Regiis, Jurium, et bonorum Regiae Coronae*	Domingos Antunes Portugal	2$400
Dr. Manoel de Souza e Oliveira	1	-	João Salgado de Araújo	2$000
	4	-	Júlio Claro	6$400
	2	Capie latrius	-	2$000
	1	Cartas missivas	-	1$000
	3	Casa régia	-	3$600
	1	*De Foro Ecclesiaie tractatus*	Feliciano de Oliva e Souza	1$200
	4	Fontanella	-	9$600
	3	*Index Generalis ... a ... D. Emmanuele Alvares Pegas*	Manoel Alvares Solano do Vale.	4$800
	1	*Manual Practico Judicial, civil, e Criminal*	Alexandre Caetano Gomes	1$200
	2	*Nova Arte de Conceitos*	Francisco Leitão Ferreira	2$000
	1	Olea decision. jur.	-	2$800
	4	Posthins	-	14$000
	1	*Reflexões sobre a vaidade dos homens*	Matias Aires Ramos da Silva e Eça	1$200
Dr. Aurélio Antônio Cotrim de Souza	1	-	Agostinho Barbosa*	-
		-	Ésquilo	1$000
	1	*Arte de Furtar*	-	-
	1	Bíblia Sacra	-	-
	1	Crônica de Mar.*	-	-
	1	Enquiridion jure*	-	-
	1	História Eclesiástica*	-	-
	1	Poema*	-	-
	1	Vida de Alexandre Magno*	-	-
	1	Virgílio	-	-

* Livros desaparecidos, porém pagos pelo arrematante.
Fonte: AHMI-CSP. Inventários. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/16/149/1763.

ANEXO II

Rol dos livros/autores inventariados

1. – Letrados

1.1 – Professor de Gramática latina

- **Antônio da Costa de Oliveira**[1]

1. *Comento de Virgílio*
2. *Comento e Construção literal de todas as obras de Horácio*
3. *Compêndio do Novo e Velho Testamento*
4. *Concílio Tridentino*
5. *Concílio Tridentino Comentado*
6. *Filosofia de Motica* [?] *intitulado de Natalia* [?]
7. *Filosofia*, de
8. *Lógica Sacra*
9. *Serso* [?]
10. *Vida de santos*
11. *Catecismo da diocese de Montpelier impressos por ordem do bispo Carlos Joaquim Colbert, traduzidos na língua portuguesa, para por eles se ensinar a doutrina cristã aos meninos nas escolas do reino e domínios de Portugal. Acrescentados com a ladainha e modos de ajudar à missa*
    Lisboa, 1815. (houve edições anteriores)[2]
12. *Comentário aos cinco livros das Ordenações do Reino*
    Autor: Inácio Colaço de Brito[3]

---

[1] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/1/8/1791.
[2] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1978, p. 94.

13. *De Institutione Grammatica libri tres*
    Autor: Padre Manuel Álvares
    Olyssipone. Excudebat Joannes Barrerius, M. D. LXXII[4].

14. *Dictionarium Latino-Lusitanicum, & vice versa Lusitano-Latinum cum adagiorum fere omnium seriem alphabeticam pro utili expositione Ecclesiasticorum, & vocabalorum interpretatione*
    Autor: Jerônimo Cardoso
    Conimbricae, apud Joannem Barrerium, septem Idus Julii M.D.LXIX, 4°.[5]

15. *Disputationes logicae in tres partes distributae. Prima de Universalibus generatim. Secunda de Universalibus speciatim. Tertia denique de signis*
    Autor: Padre Silvestre Aranha
    Conimbricae, ex Typog. Regal Artium Colleg. S. J., 1736[6].

16. *Elogia Sacra, et profana*. 4°.
    Autor: Padre Antônio dos Reis[7]

17. *Gramática italiana, e arte para aprender a lingua Italiana por meio da lingua portuguesa*
    Autor: Dom Luís Caetano de Lima
    Lisboa, na Oficina da Congregação do Oratório, 1734, 4°[8].

18. *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Felipe I de Portugal*
    Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 vol., em fólio[9].

19. Francisco Larraga

20. Gerhard Johann Vossius

21. Ovídio

22. Quinto Cúrcio

23. Virgílio

---

[3] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 535.
[4] Trata-se da famosa *Arte da gramática latina*. Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII esta obra foi reproduzida em multiplicadas reimpressões devido à sua incontestável aceitação. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d (CD-ROM). v. 3, p. 172.
[5] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d (CD-ROM). v. 2, p. 491.
[6] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d (CD-ROM). v. 3, p. 707.
[7] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d (CD-ROM). v. 3, p. 370.
[8] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d (CD-ROM). v. 3, p. 68.
[9] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1985. (Reprodução "fac-simile" da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870), v. II, p. XXXIX..

1.2 – Juristas

- **Agostinho Monteiro de Barros**[10]

1. *Au theatro*
   Autor: Mercier.
2. *Ayor. de port.*
3. *Bíblia sacra*
4. *Capie letrius*
5. *Carta do Cond. Monte* [?] *Sahur* [?]
6. *Castijou* [?]
7. *Cas. reg. de comen*
8. *Ciência de cortes*
9. *Copol de servitum*
10. *Corpo de Direito Canônico*
11. *Crônica de Maris*
12. *Direito civil com glosas de Acúrsio e índex geral*
13. *Enchiridion jure*
14. *Fontanella oper. omn.*
15. *Graciano forense*
16. *História eclesiástica*
17. *Júlio Claro com sete adições de Bojardo*
18. *Olea decis. jur. com specileg.*
19. *Ordenação Petrina* [*sic*]
20. *Partida de Castela com glosas de Montalvão*
21. *Pechii et a quae duct.*
22. *Pecúlio Jurídico*
23. *Porthins*

---

[10] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/16/149/1763.

24. *Sabel oper. omn.*

25. *Sehyn. ad. instr.*

26. *Seop. ad. Graciano.*

27. *Vida de Alexandre Magno*

28. *Allegação de direito*
Autor: Manoel Alvares Pegas[11]

29. *Allegationes super varias materias*
Autor: Thomé Valasco
Porto, 1612, 1 vol. em fólio[12].

30. *Arte de Furtar, espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gázua geral dos Reinos de Portugal*
Amsterdã, por Martinho Schagen, 1744, 4°[13].

31. *Ásia Portuguesa*
Autor: Manoel de Faria e Souza.
Tomo I. Lisboa, por Henrique Valente de Oliveira, 1666, fol.; por Bernardo da Costa de Carvalho, 1703, fol.
Tomos II e III. Lisboa, por Antônio Crasbeeck de Melo, 1674 e 1675, fol.[14].

32. *Cartas eruditas, y curiosas del teatro, em que, por la mayor parte, se continua el designio del Theatro Crítico Universal, impugnando, o reduciendo a dudosas varias opiniones comunes*
Autor: Bento Feijó
Madrid, na Imprensa dos herdeiros de Francisco Hierr[*corroído*], MDCC[*corroído*][15].

33. *Casamento perfeito em que se contém advertências muito importantes para viverem os casados em quietação, e contentamento, e muitas historias, e acontecimentos particulares dos tempos antigos, e modernos: diversos costumes, leis, e cerimônias, que tiveram algumas nações do mundo: com varias sentenças, e documentos de autores gregos, e latinos declarados em português tudo em ordem ao mesmo intento.*
Autor: Diogo de Paiva de Andrade
Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1630, 4°; por Miguel Rodrigues, 1726, 8°.[16]

34. *Cogitationes Juridicae, atque Forenses in quibus multa, quae in utroque Foro controversa quotidie versari possunt, miro ordine absoluta apparent*
Autor: Manoel Alvares Solano do Vale
Lisboa, 1739, 1 vol. em fólio[17].

---

[11] Diogo Barbosa Machado menciona a existência de oito *Allegações* escritas pelo autor. No entanto, a descrição do inventário não indicou seu favorecido MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 176.
[12] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVII.
[13] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 63.
[14] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 259.
[15] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[16] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 688.
[17] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." Ordenações Filipinas. v. II, p. LI.

35. *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae in quibus, dilucide singulae leges explanantur, ac enucleantur secundum Juris, ac Praxis in utroque foro laico, et Ecclesiastico theoricam, continuando scilicet exlibro III tit. 13 ad perficiendum opus Commentariorum ab Emmanuele Alvares Pegas editum, usque ad tit. 12 lib. 3*
Autor: Manoel Gonçalves da Silva
Lisboa, 1731 a 1740, 4 vol. em 4°[18].

36. *Commentaria in Ordinationes Regias Lusitanorum cum concordantiis utriusque Juris, Legum, & statutorum aliarum Provinciarum in quibus novae circa Officiorum creationes, judiciorum ordinem, contranctum, ultimarum, voluntantum, & delictorum materias plura cumulantur, decidunturque nostris, & alienigenis perutilia, & necessaria*
Autor: Agostinho Barbosa[19]

37. *Commentaria in Ordinationes Regni Portugalliae*
Autor: Manuel Alvares Pegas
Lisboa, por João da Costa, 1669 a 1703, 14 vol. em fólio[20].

38. *Compendium diversorum Titulorum Juris Pontificii, & variarum Resolutionum utriusque juris Tomus primus in quo continentur Commentaria in Rub. & Tit. de Locato & Conducto de Emphyteusi Tractatus, & aliae Quaestiones*
Autor: Diogo de Brito de Carvalho
Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 1619, fol[21].

39. *David perseguido e alívios de lastimados. História sagrada, parafraseada con exemplos, y varias histárias humanas, y divinas*
Autor: D. Cristovão Lozano
Madrid, na Oficina dos herdeiros de Juan de Ariztia, MDCCXL[22].

40. *De Foro Ecclesiaie tractatus, materiam utriusque potestatis, spiritualis scilicet et temporalis, respiciens*
Autor: Feliciano de Oliva e Souza
Pars I, II et III. Coimbra, 1648, 1 vol. em fólio[23].

41. *De Jure Lusitano in tres tractatus. I- de Gravaminibus: II- de Securitatibus: III- de Inquisitionibus*
Autor: Matheus Homem Leitão
Coimbra, 1645, 1 vol. em fólio[24].

42. *De Manu Regia Tractatus, in quo explicantur omnes Leges Regiae Regni Lusitaniae, in quibus Regi cognoscendi de materiis Eclesiasticis potestas tribuitur*
Autor: Gabriel Pereira de Castro
Lisboa, 1622, 2 vol. em fólio[25].

---

[18] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." Ordenações Filipinas. v. II, p. LII.
[19] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 60.
[20] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 175.
[21] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 642.
[22] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[23] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLIX.
[24] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. LI.

43. *Decisiones*
Autor: Jorge de Cabedo[26]

44. *Decisiones Supremi emminentissimique Senatus Portugalliae ex gravissimis Patrum responsis collectae*
Autor: Gabriel Pereira de Castro
Lisboa, 1621, 1 vol. em fólio[27].

45. *Decisiones Supremi Senatus Regni Lusitaniae, centuriae IV, omnibus Juris Pontificii et Caesarei Professoribus, Judicibus, et Advocatis perutiles et necessariae ad casus cum Canonicos, tum civiles, feudales quoque et criminales plene cognoscendos*
Autor: Antônio da Gama
Lisboa, 1578, 1 vol. em fólio[28].

46. *Decisones Senatus Archiepiscopalis Ulyssiponensis*
Autor: Manuel Themudo da Fonseca
Lisboa, 1643, 4 vol. em fólio, encadernados em dois[29].

47. *Domus Supplicationis Curiae Lusitaniae Stylique supremi Senatusconsulta*
Autor: João Martins da Costa
Lisboa, 1608, 1 vol. em fólio[30].

48. *Dubctationes in Foro frequentes, modo juridico disputatae, et secundum jus nostrum resolutae et in multis fortasse nora illius intelligentia.* Opus in quatuor partes divisim: *I- de Testamentis: II- de Naturalium sucessione: III- de jure Emphiteutico: IV- de Interdictis*
Autor: João Rodrigues Cordeiro
Coimbra, 1713, 1 vol. em fólio[31].

49. *El Alfonso Poema Heróico*
Autor: Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos
Paris, por Estevão Michalliet, 1712, 12°. Luca, por Marescondoli, 1716, 4°. Salamanca, por Antônio José Vilagordo, 1731 e 1737, 4° e 8°[32].

50. *Europa Portuguesa*
Autor: Manoel de Faria e Souza
Tomo I. Lisboa, por Henrique Valente de Oliveira, 1667, fol.; por Antônio Crasbeeck de Melo, 1678 fol.
Tomos II e III. Lisboa, por Antonio Crasbeeck de Melo, 1679 e 1680, fol.[33].

---

[25] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVIII.
[26] "Guia para facilitar a consulta das obras dos antigos jurisconsultos, denominados reinícolas". *Ordenações Filipinas.* v. II, p. 834.
[27] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVIII.
[28] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVII.
[29] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLIX.
[30] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVIII.
[31] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. LI.
[32] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 120-121.
[33] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 259.

51. *Forma de libelos, e alegações; e forma de proceder no Juízo Secular, e Eclesiástico, e dos Contratos com suas glosas, e cotas de Direito*
Autor: Gregório Martins Caminha
Coimbra, 1549, 1 vol. em fólio[34].

52. *Historia Cronológica dos Papas, Imperadores, e Reis, que tem reinado na Europa do nascimento de Cristo até o presente*
Autor: D. João Evangelista
Coimbra, por Antônio Simões Ferreira, 1731 e 1737, 12°[35].

53. *Ilustracion Apologética al primero, y segundo tomo del Theatro Crítico, donde se notam mas de quatrocientos descuidos al Autor del Anti-theatro, y de los setenta, que este imputa al Author del Theatro Crítico, se rebaxan los sesenta y nueve y médio*
Autor: Bento Feijó
Madrid, por Pantaleon Aznar, Carrera de San Geronimo, MDCCLXXVII[36]

54. *Index Generalis, locupletissima Gnomologia earum rerum, quae per XIV. Tomos ad Ordinationes Regias Lusitani Regni in lucem hucusque editos a doctissimo, nunquanque satis laudando ejusdem Regni Doctore D. Emmanuele Alvares Pegas continentur, seu odorifer succus omnes resolutive resolutiones tum ejusdem authoris, tum amplissimorum, dissertissimorumque statuum hujus Regni Decisiones continens*
Autor: Manoel Alvares Solano do Vale
Tomus Primus, Secundus e Tertius. Lisboa, por Antônio de Souza da Silva, 1740, 1741 e 1742, fol.[37].

55. *Manual prático judicial, civil, e criminal, em que se descrevem recopiladamente os modos de proceder em um, e outro Juízo, &c.*
Autor: Alexandre Caetano Gomes
Lisboa, na Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1748, fol. e por Domingos Gonçalves, 1751, 4°[38].

56. *Nobiliarquia portuguesa, tratado da nobreza hereditária, e política*
Autor: Antônio de Vilas Boas e Sampaio
Lisboa, por Francisco Vilela, 1676, 4°; por Filipe de Souza Vilela, 1708, 4°; na Oficina Ferreiriana, 1717, 4°[39].

57. *Nova Arte de Conceitos, que com o titulo de Lições Acadêmicas na publica Academia dos Anônimos de Lisboa ditava, e explicava*
Autor: Francisco Leitão Ferreira
Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1718 e 1721, 8°[40].

---

[34] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVII.
[35] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 654.
[36] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[37] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 177
[38] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 8.
[39] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 427.
[40] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 172.

58. *Novus et methodicus tractatus de uma et altera Quarta deducendas, vel non legitima Falcidia, et Trebellianica earumque imputatione, ad Cap. Reynaldus de Testamentis, in quatuor partes divisus*
Autor: João de Carvalho
Coimbra, 1631, 1 vol. em fólio[41].

59. *Observationes praticae in quibus multa, quae in controversiam in forensibus Judiciis adducantur, felici stylo pertractantur*
Autor: Miguel de Reinoso
Lisboa, 1625, 1 vol., em fólio[42].

60. *Opusculum de mayoratus possessorio interdicito, seu de ordine procedendi in causis Mayoratus possesionis, & proprietatis*
Autor: Manuel Alvares Pegas
Lisboa, por Miguel Deslandes, 1695, 4°[43].

61. *Prática criminal expendida na forma de praxe, observada neste nosso Reino de Portugal, e ilustrada com muitas ordenações, leis extravagantes, regimentos e doutores.*
Autor: Manuel Lopes Ferreira
Lisboa, 1730, 4 vol. em fólio[44].

62. *Prática judicial muito útil, e necessária para os que principiam os ofícios de julgar, e advogar, e para todos, os que solicitam causas nos auditórios de um, e outro foro*
Autor: Antônio Vanguerve Cabral
Lisboa, 1712 e 1727, 1 vol. em fólio[45].

63. *Praxis de judicio finium regundorum*
Autor: Antônio Lopes Leitão
Lisboa, 1654[46].

64. *Prosodia in vocabularium trilingue latinum, lusitanum, et castellanum digestade*
Autor: Bento Pereira
Évora, por Manuel Carvalho, 1634, fol.; Lisboa, por Paulo Crasbeeck, 1643 e 1656, fol.[47].

65. *Reflexões sobre a vaidade dos homens*
Autor: Matias Aires Ramos da Silva e Eça
Lisboa, por Francisco Luís Ameno, 1752, 4°[48].

---

[41] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLIX.
[42] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVIII.
[43] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM), v. 3, p. 176.
[44] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. LI.
[45] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. LI.
[46] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. L.
[47] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 509.
[48] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 254.

66. *Remissiones Doctorum in varia loca Concilii Tridentini*
Autor: Agostinho Barbosa
Ullyssipone, apud Petrus Craesbeeck, 1618, 4°. Toleti, Brixiae, 1620 Antuerpiae e Lugduni in 8° & ibi apud Laurent. Durand[49].

67. *Reportório das Ordenações deste Reino recopiladas com as remissões dos autores, que as declaram, e com a concórdia das leis da partida de Castela*
Autor: Manoel Mendes de Castro
Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1604 e 1698, fol.; por Pedro Crasbeck, 1623, fol.. Coimbra, por Manoel Dias, 1661, fol.; por Francisco de Oliveira, 1725, fol.[50].

68. *Resolutiones forenses, praticabilis in quibus multaquae in utroque foro controversa cotidie versantur uberrima legum, et doctorum allegatione resolvuntur*
Autor: Manoel Alvares Pegas
Lisboa, 1668, 7 vol. em fólio[51]

69. *Suma seu praxis judicum et advocatorum à sacris canonibus deducta, et ipisismet confirmata*
Autor: Antônio Cardoso do Amaral
Lisboa, 1610, 2 vol. em fólio[52].

70. *Sistema ou coleção de regimentos reais: contem os regimentos pertencentes à administração da Fazenda Real*
Lisboa, por Antônio Menescal, 1718 a 1724, 2 vol. em fólio; José Roberto Monteiro de Campos Coelho de Souza, 1783, 6 vol. em fólio[53].

71. *Theatro Crítico Universal*
Autor: Bento Feijó
Madrid, por D. Joaquim Ibarra, impressor da Câmara de Sua Majestade, MDCCLXXVIII[54].

72. *Theatro de los dioses*
D. Diogo de Agreda[55]

73. *Tractatus de competentiis inter archiepiscopos, episcopos et nuntium apostolicum, cum potestate legate à latere*
Autor: Manuel Alvares Pegas
Leon, 1675 e Lisboa, 1728, 1 vol. em fólio[56]

---

[49] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 57.
[50] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 309.
[51] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. L.
[52] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. XLVIII.
[53] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. XLI.
[54] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[55] Uma tradução desta obra para a língua portuguesa foi realizada por Baltazar Luís. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 65.
[56] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. L.

74. *Tractatus de Donationibus Regiis, Jurium, et bonorum Regiae Coronae*
Autor: Domingos Antunes Portugal
Lisboa, 1683, 3 vol. em fólio[57].

75. *Tractatus de exclusione, inclusione, sucesione, e erectione Mayoratus*
Autor: Manuel Alvares Pegas
Lisboa, 1686, 5 vol. em fólio[58].

76. *Tractatus de executionibus instrumentorum et sententiarum*
Autor: Silvestre Gomes de Moraes
Lisboa, 1707, 3 vol. em fólio[59].

77. *Antônio de Paiva e Pona*

78. *Antônio de Souza de Macedo*

79. *Diogo Camacho Guerreiro de Aboim*

80. *Francisco de Caldas Pereira de Castro*

81. *Gomes e Aylen*

82. *Manuel Mendes de Castro*

83. *Melchior Phebo*

84. *João Salgado de Araújo*

85. *Virgílio*

- **Manoel Teixeira de Carvalho[60]**

1. *Aflito* [?]

2. *Altimaro* [?]

3. *Axioma juris*

4. *Capula* [?]

5. *Consilium* [?]

6. *Decretum devi gracianno universi juris canonicis*

7. *De lianno* [?]

---

[57] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLIX.
[58] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." Ordenações Filipinas. v. II, p. L.
[59] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." Ordenações Filipinas. v. II, p. L.
[60] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/104/1312/1774.

8. *Edital* [?], de

9. *Felipe dessius* [?] *te regola juris*

10. *Gigas*

11. *Graciano*

12. *Juris consulto*
Autor: Agostinho Barbosa.

13. *Mincigeli* [?]

14. *Negalant.* [?] *de Pignor* [?]

15. *Peregrino de jure*

16. *Tamborim* [?]

17. *Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae*
Autor: Manoel Alvares Pegas
Lisboa, por João da Costa, 1669 a 1703, 14 vol. em fólio[61].

18. *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae in quibus, dilucide singulae leges explanantur, ac enucleantur secundum Juris, ac Praxis in utroque foro laico, et Ecclesiastico theoricam, continuando scilicet exlibro III tit. 13 ad perficiendum opus Commentariorum ab Emmanuele Alvares Pegas editum, usque ad tit. 12 lib. 3*
Autor: Manoel Gonçalves da Silva
Lisboa, 1731 a 1740, 4 vol. em 4°[62].

19. *Commentarii ad interpretationen Tit. ff. de Judiciis*
Autor: Pedro Barbosa
Ullyssipone apud Petrum Crasbeeck, 1613, fol.; Francforti, in Collegio Musarum Paltheniano, 1615, fol.; Lugduni, apud Lodovicum Prost, 1622, fol. & Francforti, Wolfgangum Endterum, 1650, fol.[63].

20. *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Felipe I de Portugal*
Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 vol., em fólio[64].

21. *Prática criminal expendida na forma de praxe, observada neste nosso Reino de Portugal, e ilustrada com muitas ordenações, leis extravagantes, regimentos e doutores*
Autor: Manuel Lopes Ferreira
Lisboa, 1730, 4 vol. em fólio[65].

---

[61] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 175.
[62] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. LII.
[63] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 562.
[64] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. XXXIX..
[65] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. LI.

22. *Prática judicial muito útil, e necessária para os que principiam os ofícios de julgar, e advogar, e para todos, os que solicitam causas nos auditórios de um, e outro foro*
Autor: Antônio Vanguerve Cabral
Lisboa, 1712 e 1727, 1 vol. em fólio[66].

23. *Remissiones Doctorum ad contractus, ultimas voluntates et delicta spectantes in libris IV et V Constitutionum Regiarum Lusitaniae*
Autor: Manoel Barbosa
Lisboa, 1618, 1 vol. em fólio[67].

24. *Reportório das Ordenações deste Reino recopiladas com as remissões dos autores, que as declaram, e com a concórdia das leis da partida de Castela.*
Autor: Manoel Mendes de Castro
Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1604 e 1698, fol.; por Pedro Crasbeck, 1623, fol.. Coimbra, por Manoel Dias, 1661, fol.; por Francisco de Oliveira, 1725, fol.[68].

25. *Resolutiones Forenses, praticabilis in quibus multaquae in utroque Foro controversa cotidie versantur uberrima legum, et Doctorum allegatione resolvuntur*
Autor: Manoel Alvares Pegas
Lisboa, 1668, 7 vol. em fólio[69].

26. *Tractatus de executionibus instrumentorum et sententiarum*
Autor: Silvestre Gomes de Moraes
Lisboa, 1707, 3 vol. em fólio[70].

27. *Álvaro Valasco*

28. *Antônio Cardoso do Amaral*

29. *Antônio de Paiva e Pona*

30. *Antônio de Souza de Macedo*

31. *Antônio do Espírito Santo*

32. *Antônio Fernandes de Macera*

33. *Diogo Camacho Guerreiro de Aboim*

34. *Domingo de Soto*

35. *Domingos Antunes Portugal*

36. *Dom Francisco de Amaya*

37. *Francisco de Caldas Pereira de Castro*

---

[66] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. LI.
[67] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVIII.
[68] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 309.
[69] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. L.
[70] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. L.

38. *Gabriel Pereira de Castro*

39. *Gaspar Rodrigues*

40. *Gonçalo Mendes de Vasconcelos*

41. *Gonçalo Soares da Paz*

42. *João de Carvalho*

43. *João Martins da Costa*

44. *João Rodrigues Cordeiro*

45. *Jorge de Cabedo*

46. *José de Senne*

47. *José Vaz Freire*

48. *Júlio Claro*

49. *Luís de Molina*

50. *Manoel Alvares Solano do Vale*

51. *Manoel Barbosa*

52. *Manoel Mendes e Castro*

53. *Manoel Ribeiro Neto*

54. *Manoel Themudo da Fonseca*

55. *Matheus Homem Leitão*

56. *Melchior Phebo*

57. *Miguel de Reinoso*

58. *Thomé Valasco*

- **João Caetano Soares Barreto**[71]

1. *Brun. consilia*

2. *Brun. incodie*

3. *Brunneru manu infanductus*

4. *Carleval de judiciis*

---

[71] AHMI-CSP. Ofício, códice, auto, ano: 1°/88/1065/1776.

5. *Códice Justiniano*

6. *Coleção de leis do ano de 70*

7. *Compendiarum civilis*

8. *Compendium jurídico*

9. *Consial vegubi* [?]

10. *Consio resulut. crimin.*

11. *Consioli allegat. for. et oper.*

12. *Contos* [?] *célebres e interessantes*

13. De *Luca veneriaris*

14. *Decione decobed*

15. *Dicionário Histórico*
    Autor: Moreri

16. *Disquisitiones Magicae*
    Autor: Mart. Ant. Del Rio

17. *Escobar de ratiocinis*

18. *Gobii cons. decisiva*

19. *Gobii de sucessionibuns ab intestatos*

20. *Gobii jur. consulte*

21. *Gobii var*

22. *Gutierrez ópera*

23. *Julio Claro pract. crim. et. oper. jurid.*

24. *Jure consult.*
    Autor: Miguel de Reinoso

25. *Kees ad institut.*

26. *Olea tract. decisione jurium et cetein*

27. *Ópera*
    Autor: Fragoso

28. *Pacione* [?] *de location*

29. *Remissiones Doctorum*[72]

---

[72] Agostinho Barbosa e Manuel Barbosa possuem, ambos, duas obras com títulos que assim se iniciam. No entanto, o inventário pesquisado não menciona a autoria deste escrito.

30. *Sanz. de re crimi.*

31. *Theologiae Moralis*
Autor: Nicolai Massoto

32. *Torre Blanc de magia*

33. *Vários livros de Monsieur de Real*

34. *Viris juris consulto*

35. *Analitycus commentarius, sive ad typum instrumenti, Emptionis et Venditionis tractatus*
Autor: Francisco de Caldas Pereira de Castro
Lisboa, 1615, 1 vol. em fólio[73].

36. *Cogitationes Juridicae, atque Forenses in quibus multa, quae in utroque Foro controversa quotidie versari possunt, miro ordine absoluta apparent*
Autor: Manoel Alvares Solano do Vale
Lisboa, 1739, 1 vol. em fólio[74].

37. *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae in quibus, dilucide singulae leges explanantur, ac enucleantur secundum Juris, ac Praxis in utroque foro laico, et Ecclesiastico theoricam, continuando scilicet exlibro III tit. 13 ad perficiendum opus Commentariorum ab Emmanuele Alvares Pegas editum, usque ad tit. 12 lib. 3*
Autor: Manoel Gonçalves da Silva
Lisboa, 1731 a 1740, 4 vol. em 4°[75].

38. *Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae*
Autor: Manoel Alvares Pegas
Lisboa, por João da Costa, 1669 a 1703, 14 vol. em fólio[76].

39. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*
Autor: Dom Sebastião Monteiro da Vide
Lisboa, por Pascoal da Silva, Impressor de Sua Majestade, 1719, fol.[77].

40. *De Jure Lusitano in tres tractatus. I- de Gravaminibus: II- de Securitatibus: III- de Inquisitionibus*
Autor: Matheus Homem Leitão
Coimbra, 1645, 1 vol. em fólio.[78]

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v.1, pp. 57-58 e v. 3, p. 192.

[73] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*, v. II, p. XLVII.

[74] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.". *Ordenações Filipinas*. v. II, p. LI.

[75] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. LII.

[76] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 175.

[77] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 695.

[78] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. LI.

41. *De Manu Regia Tractatus, in quo explicantur omnes Leges Regiae Regni Lusitaniae, in quibus Regi cognoscendi de materiis Eclesiasticis potestas tribuitur*
Autor: Gabriel Pereira de Castro
Lisboa, 1622, 2 vol. em fólio[79].

42. *Decisiones Supremi Senatus Regni Lusitaniae, centuriae IV, omnibus Juris Pontificii et Caesarei Professoribus, Judicibus, et Advocatis perutiles et necessariae ad casus cum Canonicos, tum civiles, feudales quoque et criminales plene cognoscendos*
Autor: Antônio da Gama
Lisboa, 1578, 1 vol. em fólio[80].

43. *Decisiones Supremi emminentissimique Senatus Portugalliae ex gravissimis Patrum responsis collectae*
Autor: Gabriel Pereira de Castro
Lisboa, 1621, 1 vol. em fólio[81].

44. *Consultationum et Decisionum, ac rerum judicatorum*
Autor: Álvaro Valasco
Lisboa, 1588, 1 vol. em fólio[82].

45. *Decisones Senatus Archiepiscopalis Ulyssiponensis.*
Autor: Manuel Themudo da Fonseca
Lisboa, 1643, 4 vol. em fólio, encadernados em dois[83].

46. *Forma de libelos, e alegações; e forma de proceder no Juizo Secular, e Eclesiástico, e dos contratos com suas glosas, e cotas de direito.*
Autor: Gregório Martins Caminha
Coimbra, 1549. 1 vol. em fólio[84].

47. *Relectio nova ad Diocletiani et Maximiani Imperatorum Augustissimorum decisionem in legem unicam* Cod. *ex delicto defuncti in quantum haeredes conveniantur*
Autor: Francisco de Caldas Pereira de Castro
Franckfurt, 1630, 1 vol. em fólio[85].

48. *Tractatus in Induciis debitorum à creditoribus suis, aliisque personis concedendis vel non; ad Justinianum Caesarem in libro ultimo Cod. Qui nobis cedere possint, et municipales leges Regni Castellae, et Lusitaniae*
Autor: Luiz Sanches de Mello
Málaga, 1642, 1 vol. em 4°[86].

---

[79] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVIII.
[80] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVII.
[81] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVIII.
[82] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." Ordenações Filipinas. v. II, p. XLVII.
[83] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." Ordenações Filipinas. v. II, p. XLIX.
[84] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVII.
[85] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVII.
[86] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. LII.

49. *O capitão da infantaria português com a teórica, e prática das suas funções exercitadas assim nas armadas terrestres, e navais, como nas praças, e Corte*
Autor: André Ribeiro Coutinho
Tomos 1 e 2. Lisboa na Oficina Silviana e na Academia Real, 1751, 4°[87].

50. *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Felipe I de Portugal*
Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 vol., em fólio[88].

51. *Reportório das Ordenações deste Reino recopiladas com as remissões dos autores, que as declaram, e com a concórdia das leis da partida de Castela*
Autor: Manoel Mendes de Castro
Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1604 e 1698, fol.; por Pedro Crasbeck, 1623, fol.. Coimbra, por Manoel Dias, 1661, fol.; por Francisco de Oliveira, 1725, fol.[89].

52. *Resolutiones Forenses, praticabilis in quibus multaquae in utroque Foro controversa cotidie versantur uberrima legum, et Doctorum allegatione resolvuntur*
Autor: Manoel Alvares Pegas
Lisboa, 1668, 7 vol. em fólio[90].

53. *Sermões*
D. Fr. José de Jesus Maria
1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Partes. Évora, 1736 e 1737, 4°[91].

54. *Sistema ou coleção de regimentos reais: contém os regimentos pertencentes à administração da Fazenda Real.*
Lisboa, por Antônio Menescal, 1718 a 1724, 2 vol. em fólio; José Roberto Monteiro de Campos Coelho de Souza, 1783, 6 vol. em fólio[92].

55. *Tractatus de executionibus instrumentorum et sententiarum*
Autor: Silvestre Gomes de Moraes
Lisboa, 1707, 3 vol. em fólio[93].

- **João Pita Loureiro[94]**

1. *Altimaro* [?]

---

[87] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 19.
[88] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XXXIX.
[89] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 309.
[90] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. L.
[91] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 864.
[92] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLI.
[93] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." Ordenações Filipinas. v. II, p. L.
[94] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/60/671/1767 e 1°/57/685/1774.

2. *Cancione* [?]

3. *Carleval*

4. *Casa régia*

5. *Conteúdo truncado* [?]

6. *Lexicon juris*

7. *Lizardo de usuris* [?]

8. *Marta apelação*

9. *Mascardo* [?]

10. Olea

11. *Ordenações novas com seus reportórios*

12. *Pilhardo* [?]

13. *Saavedra*

14. *Sepela* [?]

15. *Cogitationes Juridicae, atque Forenses in quibus multa, quae in utroque Foro controversa quotidie versari possunt, miro ordine absoluta apparent*
Autor: Manoel Alvares Solano do Vale
Lisboa, 1739, 1 vol. em fólio[95].

16. *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae in quibus, dilucide singulae leges explanantur, ac enucleantur secundum Juris, ac Praxis in utroque foro laico, et Ecclesiastico theoricam, continuando scilicet exlibro III tit. 13 ad perficiendum opus Commentariorum ab Emmanuele Alvares Pegas editum, usque ad tit. 12 lib. 3*
Autor: Manoel Gonçalves da Silva
Lisboa, 1731 a 1740, 4 vol. em 4°[96].

17. *De Foro Ecclesiaie tractatus, materiam utriusque potestatis, spiritualis scilicet et temporalis, respiciens*
Autor: Feliciano de Oliva e Souza
Pars I, II et III. Coimbra, 1648, 1 vol. em fólio[97].

18. *De Jure Lusitano in tres tractatus. I- de Gravaminibus: II- de Securitatibus: III- de Inquisitionibus*
Autor: Matheus Homem Leitão
Coimbra, 1645, 1 vol. em fólio[98].

---

[95] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. LI.
[96] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. LII.
[97] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. XLIX.
[98] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. LI.

19. *De Manu Regia Tractatus, in quo explicantur omnes Leges Regiae Regni Lusitaniae, in quibus Regi cognoscendi de materiis Eclesiasticis potestas tribuitur*
Autor: Gabriel Pereira de Castro
Lisboa, 1622, 2 vol. em fólio[99].

20. *De munere Provisoris praticum compendium*
Autor: Simão de Oliveira da Costa
Lisboa, 1670, 1 vol. em fólio[100].

21. *Index Generalis, locupletissima Gnomologia earum rerum, quae per XIV. Tomos ad Ordinationes Regias Lusitani Regni in lucem hucusque editos a doctissimo, nunquanque satis laudando ejusdem Regni Doctore D. Emmanuele Alvares Pegas continentur, seu odorifer succus omnes resolutive resolutiones tum ejusdem authoris, tum amplissimorum, dissertissimorumque statuum hujus Regni Decisiones continens*
Autor: Manoel Alvares Solano do Vale
Tomus Primus, Secundus e Tertius. Lisboa, por Antônio de Souza da Silva, 1740, 1741 e 1742, fol.[101].

22. *Novus et methodicus tractatus de uma et altera Quarta deducendas, vel non legitima Falcidia, et Trebellianica earumque imputatione, ad Cap. Reynaldus de Testamentis, in quatuor partes divisus*
Autor: João de Carvalho
Coimbra, 1631, 1 vol. em fólio[102].

23. *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Felipe I de Portugal*
Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 vol., em fólio[103].

24. *Promptuarium juridicum, quod scilicet inpromptu exhibebit rite, ac diligenter quaerentibus omnes resolutiones circa universum Jus Pontificium, Imperiale, ac Regium, secundum quod in Tibunalibus Lusitaniae causae decidi solent*
Autor: Bento Pereira
Évora, 1690, 1 vol. em fólio[104]

25. *Remissiones Doctorum ad contractus, ultimas voluntates et delicta spectantes in libris IV et V Constitutionum Regiarum Lusitaniae*
Autor: Manoel Barbosa
Lisboa, 1618, 1 vol. em fólio[105].

26. *Reportório das Ordenações deste Reino recopiladas com as remissões dos autores, que as declaram, e com a concórdia das leis da partida de Castela.*
Autor: Manoel Mendes de Castro

---

[99] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLVIII.
[100] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLIX.
[101] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 177.
[102] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XLIX.
[103] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* v. II, p. XXXIX.
[104] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.", *Ordenações Filipinas,* v. II, p. L.
[105] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas,* v. II, p. XLVIII.

Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1604 e 1698, fol.; por Pedro Crasbeck, 1623, fol.. Coimbra, por Manoel Dias, 1661, fol.; por Francisco de Oliveira, 1725, fol.[106].

27. *Resolutiones Forenses, praticabilis in quibus multaquae in utroque Foro controversa cotidie versantur uberrima legum, et Doctorum allegatione resolvuntur*
Autor: Manoel Alvares Pegas
Lisboa, 1668, 7 vol. em fólio[107].

28. *Tractatus de concursu et privilegiis creditorum in bonis debitoris, et de praelationibus eorum, atque de ordine et gradu, quo solutio fieri debet*
Autor: Amador Rodrigues
Madrid, 1616, 1 vol. em fólio[108].

29. *Tractatus de Donationibus Regiis, Jurium, et bonorum Regiae Coronae*
Autor: Domingos Antunes Portugal
Lisboa, 1683, 3 vol. em fólio[109].

30. *Tratado de induciis debitorum a creditoribus suis, aliisque personis concedendis vel non; ad Justinianum Caesarem in libro ultimo Cod. Qui nobis cedere possint, et municipales leges Regni Castella, et Lusitaniae*
Autor: Luís Sanches de Melo
Málaga, 1642, 1 vol. em 4°[110]

31. *Álvaro Valasco*

32. *Antônio Cardoso do Amaral*

33. *Antônio da Gama*

34. *Antônio de Paiva e Pona*

35. *Antônio de Souza de Macedo*

36. *Antônio Mendes Arouca*

37. *Diogo Camacho Guerreiro de Aboim*

38. *Flores de Mena*

39. *Francisco de Almeida Jordão*

40. *Gabriel Pereira de Castro*

41. *Gomes e Aylen*

42. *Gregório Martins Caminha*

---

[106] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 309.
[107] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*, v. II, p. L.
[108] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*, v. II, p. XLIX.
[109] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*, v. II, p. XLIX.
[110] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. LII.

43. *João Rodrigues Cordeiro*

44. *Jorge de Cabedo*

45. *Manoel Álvares Ferreira*

46. *Manoel Mendes e Castro*

47. *Manoel Themudo da Fonseca*

48. *Melchior Phebo*

49. *Miguel de Reinoso*

50. *Pedro Barbosa*

51. *João Salgado de Araújo*

52. *Silvestre Gomes de Moraes*

53. *Vicente Gusmão Soares*

- **Antônio José Pereira do Lago**[111]

1. *Direito*, livros de

[111] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/09/86/1768.

1.3 – Eclesiásticos

- **Manoel Ribeiro Soares**[112]

1. *Aurea rosa super evangelia*
2. *Biblia sacra*
3. *Bignoni* [?] *concioner* [?] *de sermões*
4. *Breviários venezianos*, Jogo de
5. *Caderno dos santos novos*
6. *Cerimonial de Azambuja*
7. *Cerimonial de Gavanto*
8. *Cerimonial dos Bispos Novos*
9. *Cetrum davidcum*
10. *Concílio tridentino*
11. *Concordantia a biblia*
12. *Direito*, livro de
    Autor: Álvaro Valasco.
13. *Doutrinas evangélicas para as festas maiores da quaresma em vários sermões*
14. *Enchiridion conclusionum et regularum utrivigue juris*
15. *Evangelhos da Quaresma*
    Autor: Padre Mestre Frei Cristovão de Avindonado [?].
16. *Filosofia*
    Autor: Scoto
17. *Flore logeo sacro*
18. *Governo de mineiros*
19. *História sagrada*
20. *História universal*
21. *Institutiones imperiales*
22. *Manegito* [?] *de flores*

---

[112] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/102/1274/1785.

23. *Missal*

24. *Mistérios históricos de mil setecentos e quarenta e um*

25. *Oleaster in Isaiam*

26. *Ópera Moral e Teológica*
Autor: Martinho Bonacina

27. *Prática das festividades dos santos*

28. *Pratris* [?] *didages stela e esimii verbi.*

29. *Sermões*
Autor: Padre Gaspar

30. *Sermões de assuntos vários para os domingos, quintas e sextas feiras da quaresma*
Autor: Frei Diogo Vieira

31. *Sermões de Hortêncio*

32. *Sermões do advento*

33. *Sermões do adventum*
Autor: Joannis Racelini

34. *Sermões para muitas festividades dos santos*

35. *Sermões vários*

36. *Soares Bahiense*

37. *Suma de toda a matéria moral*
Autor: Torressilas

38. *Vários sermões*

39. *Vida de São João da Mata e de São Felis de Valões*

40. *Vivas jam* [?] *mate thecium theologica trutirra* [?]

41. *A Mocidade enganada, e desenganada. Duelo espiritual onde com gravíssimas sentenças da escritura, e santos padres, com sólidas considerações, e exemplos mui singulares de erudição sagrada, e profana se propõem e convencem em forma de diálogo todas as escusas que a mocidade, e qualquer outro pecador alega, e com que se engana para se não converter a Deus*
Autor: Padre Manuel Consciência
Tomo 1. Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1728, 4°; por Maurício Vicente de Almeida, 1734.
Parte 2. Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1730, 3°.
Parte 3 e Tomos 3 e 4, Parte 5, Parte 6. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida, 1731, 1737, 1738, 4°[113].

42. *A velhice instruída, e destruída. Propõem-se em forma de diálogo com gravíssimas sentenças, singulares exemplos, e todo o gênero de erudição os muitos privilégios, que lhe*

---

[113] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 230.

competem, e a enobrecem: as virtuosas instruções de que necessita para se dirigir, e reta para se conservar, e os vícios que moralmente a profanam e destroem para os fugir. Opúsculo ascético, e mui útil ainda para outras idades.
Autor: Pe. Manoel Consciência
1 e 2 partes. Lisboa, na Regia Oficina Silviana, 1742, 4°.[114]

43. *Academia singular, e universal, histórica, moral, e política, eclesiástica, científica, e cronológica, constitutivo de um varão perfeito desde o instante primeiro que se gera no ventre materno até o instante ultimo que no claustro da sepultura se resolve. Compreende todos os estados, operações, e modos da vida humana. Artes científicas, liberais, políticas, mecânicas, e servis, autorizada com vastíssimas noticias, primeiros princípios, e antigüidades célebres extraídas naõ só da Escritura Sagrada, Santos Padres, e Doutores da Igreja, mas de outros quase infinitos escritores que do orbe todo universalizado, singularizado historiaram*
Autor: Frei José de Jesus Maria
Lisboa, por Pedro Ferreira, impressor da Rainha Nossa Senhora, 1737, fol.[115].

44. *Âncora Medicinal para conservar a vida com saúde*
Autor: D. Francisco da Fonseca Henriques
Lisboa, na Oficina da Música, 1721, 8° e na Oficina Augustiniana, 1731, 4°[116].

45. *As Aventuras de Telêmaco*
Autor: François de Salignac de la Mothe Fenelon
Londres, MDCCXC[117].

46. *Ásia Portuguesa*
Autor: Manoel de Faria e Souza
Tomo I. Lisboa, por Henrique Valente de Oliveira, 1666, fol. e por Bernardo da Costa de Carvalho, 1703, fol.
Tomos II e III. Lisboa, por Antônio Crasbeeck de Melo, 1674 e 1675, fol.[118].

47. *Áureo trono episcopal ... ou notícia da criação do novo bispado de Mariana ... e da jornada que fez do Maranhão o Exmo. D. Fr. Manuel da Cruz*
Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1749[119].

48. *Báculo pastoral de flores de exemplos colhidos de vária, e autêntica história espiritual sobre a doutrina cristã. Dedicado ao Sereníssimo Senhor D. Teodósio II. deste nome duque de Bragança*
Autor: Francisco Saraiva e Souza
Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1624, 4°; por Henrique Valente de Oliveira, 1657, 4°; por Antônio Rodrigues de Abreu, 1676, 4°; por João Galrão, 1682 e 1690, 4°; por Antônio Pedroso Galrão, 1698, 1708, 1719, 4°[120].

---

[114] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 230.
[115] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 865.
[116] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 148.
[117] Consultamos uma edição em francês: *Les Aventures de Télémaque, Fils D'Ulysse.* Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[118] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 259.
[119] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[120] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 259.

49. *Canticum Marianum, hoc est, Sanctissimae Dei Genitricis Virginis Marie Canticum nempe ejus Magnificat litteralibus pariter, ac mysticis illustrationibus investigatum*
Autor: Pe. Pedro do Amaral
Évora, pela Tipografia Acad., 1709, 4°[121].

50. *Cartas espirituais*
Autor: Frei Antônio das Chagas
1ª e 2ª Partes. Lisboa, por Miguel Deslandes, 1684 e 1687, 4°[122].

51. *Céu místico à gloriosíssima Senhora Santa Ana*
Autor: Pe. Sebastião de Azevedo
Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1725, 4°[123].

52. *Cirurgia Clássica Lusitana, Anatômica, Farmacêutica, Médica*
Autor: Antônio Gomes Lourenço
Lisboa, por Bernardo Antônio de Oliveira, 1754, 4°[124].

53. *Compendium logicae Conibricensis*
Autor: P. Inácio de Carvalho
Eborae, ex Officina Academiae, 4°[125].

54. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*
Autor: Dom Sebastião Monteiro da Vide
Lisboa, por Pascoal da Silva, Impressor de Sua Majestade, 1719, fol.[126].

55. *Correção de abusos. Contém três tratados. o 1. trata do grande proveito, que a todos faz o exercício, e o quanto proveitosas são as purgas no princípio das enfermidades. O 2. de como convém as sangrias dos pés primeiro, que dos braços nas enfermidades, que cometem a cabeça e o coração. O 3. do conhecimento da febre maligna com os remédios para ela mais particulares. Tom. 1.* Lisboa, por Diogo Soares de Bulhões, 1668, 4 e por Manoel Lopes Ferreira, 1690, 4.
Correção de Abusos introduzidos contra o verdadeiro método da medicina, e farol medicinal para Médicos, Cirurgiões, e Boticários dividido em três Tratados. 1. da Fascinação, olho, ou quebranto, e que é enfermidade mortal não só para meninos, senão para os de maior idade com os sinais para se conhecer, e remédios para se curar. 2. da curação das Bexigas, e Sarampo. 3. dos pós purgativos de ouro preparado chamados de Quintillo. Tom.2. Lisboa, por João da Costa, 1680, 4° e por Manoel e José Lopes Ferreira, 1705, 4.
Autor: Frei Manoel de Azevedo[127].

---

[121] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 557.
[122] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 240.
[123] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 680.
[124] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 37.
[125] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 534.
[126] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 695.
[127] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 184-185.

56. *David penitente. Discursos Morais pregados nos Sábados da Quaresma, que se celebraram em N. Senhora da Graça em Lisboa no ano de 1682 com Sete Sermões da Semana Santa*
Autor: Frei Agostinho da Costa
Lisboa, por Domingos Carneiro, 1685, 4°[128].

57. *Declaração copiosa da doutrina cristã*
Autor: Roberto Belarmino.

58. *Desengano de pecadores*
Autor: Alexandre Perier.
Lisboa, 1735[129].

59. *De la diferencia entro lo temporal y eterno*
Autor: Pe. Juan Eusébio Nieremberg
Lisboa, Oficina de Pablo Craesbeck, 1653; Oficina de Antônio Craesbeck, 1665; Évora, Oficina da Universidade, 1678[130].

60. *Diretor de Diretores para o governo das almas, no qual se contem os avisos, e documentos para o governo das almas, que vão por caminho extraordinário*
Autor: Frei Antônio de Santo Ângelo
Lisboa, na Oficina da Congregação do Oratório, 1738, 4°[131].

61. *Disputationes logicae in tres partes distributae. Prima de Universalibus generatim. Secunda de Universalibus speciatim. Tertia denique de signis*
Autor: P. Silvestre Aranha
Conimbricae, ex Typog. Regal Artium Colleg. S. J., 1736[132].

62. *Divertimento erudito para os curiosos de notícias históricas, eclesiásticas, Políticas, e naturais sagradas, e profanas descobertas em todas as idades, e estados do mundo até o presente, e extraídas de vários autores*
Autor: Frei João Pacheco
Tomo 1. Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1734, fol.
Tomos 2 e 3. Lisboa, por Antônio de Souza e Silva, 1738, fol.[133].

63. *Elementos da História traduzidos de Francês do Abade de Vallemont em Português*
Tradutor: Pedro de Souza de Castelo Branco
Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1751, 4°[134].

---

[128] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 63.
[129] ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*: Transgressão e Transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro; Brasília, José Olympio; Edunb, 1993, p. 323.
[130] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[131] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 204.
[132] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 707.
[133] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 716.
[134] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 264.

64. *Eva, e Ave Maria triunfante teatro de erudição e Filosofia Cristã em que se representam os dois estados do mundo caído em Eva e levantado em Ave*
Autor: Antônio de Souza de Macedo
1ª e 2ª Partes. Lisboa, por Miguel Deslandes e por Antônio Crasbeeck de Melo, 1676, fol.; na Oficina Deslandesiana, 1711, fol.; por Pascoal da Silva, impressor de Sua Majestade, 1716, fol.[135].

65. *Ex purgatorium Theologiae, Moralis in quo omnes Theologiae Moralis materiae purgata faece ex ponuntur*
Autor: P. Manoel Sanches
Lisboa, na Oficina Deslandesiana, 1715, 4º e por Pedro Ferreira, 1723, 4º[136].

66. *Exame de Confessores, ou breve Tratado em que discorrendo por todas as matérias de Teologia Moral se instrui um Sacerdote em ordem ao como se deve haver no Confessionário*
Autor: Antônio Tavares
Lisboa, por Manoel Fernandes da Costa, impressor do Santo Ofício, 1734, 4º[137].

67. *Expositio Bullae Crusiatae Lusitaniae concessae in qua etiam declaratur Bulla Hispana & ostenduntur discrimina quae inter utramque Bullam reperiuntur, & decreta aliquot Summorum Pontificum, & S. Cardinal Congregationis ab authoribus non dum explicata, noviter enodantur*
Autor: Pe Luís Nogueira
Coloniae, Aggripinae sumptibus Fratrum Huguetam, 1691, fol; Antuerpiae apud Henricum, & Cornelium Verdussem, 1716, fol.; Coloniae, ex Typis Societatis, 1744, fol.[138].

68. *Flos Sanctorum ou História das Vidas, e feitos heróicos, e obras insignes dos Santos com muitos Sermões, e práticas espirituais que servem a muitas Festas do ano: revistas, e cotejadas com seus originais autênticos de mandado do mui ilustre D. Fr. Bartholomeu dos Mártires &c*
Autor: P. Diogo do Rosário
Coimbra, por Antônio de Maris, 1577, fol.; Lisboa, 1622 e por Lourenço Anvers, 1647; por Antônio Crasbeeck de Mello, 1680, fol.[139].

69. *Forma de Libelos, e Alegações; e forma de proceder no Juízo Secular, e Eclesiástico, e dos Contratos com suas Glosas, e Cotas de Direito*
Autor: Gregório Martins Caminha
Coimbra, 1549. 1 vol. em fólio[140].

70. *História do Futuro. Livro Antiprimeiro, Prologômeno a toda a História do Futuro, em que se declara o fim, e se provam os fundamentos dela. Matéria, verdade , e utilidades da História do Futuro*
Autor: P. Antônio Vieira
Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1718, 4º[141].

---

[135] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 402.
[136] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 365.
[137] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 404.
[138] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 123.
[139] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 692.
[140] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.", *Ordenações Filipinas,* v. II, p. XLVII.

71. *História Sebástica. Contém a vida do augusto Príncipe o Senhor D. Sebastiaõ Rei de Portugal, e os sucessos memoráveis do Reino, e Conquistas no seu tempo*
Autor: Frei Manoel dos Santos
Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1735, fol.[142].

72. *Histórias do Senhor de Matozinhos*
Autor: Frei Rafael da Purificação[143].

73. *Itinerário da Terra Santa*
Autor: Fr. Pantaleão de Aveiro
Lisboa, por Simão Lopes, 1593, 4°; por Antônio Alvares, 1596, 4°; por Diogo Tavares e Simão Lopes, 1600, 4°; por João Galrào, 1685, 4° e por Antônio Pedroso Galrào, 1732, 4°[144].

74. *Medulla theologicae*
Autor: Ludovico Abelly.
Patavii, Typis Seminarii, 1785[145].

75. *Medulla Theologiae Moralis*
Autor: Hermann Busembaum.
Paris, 1865. (houve edições anteriores)[146]

76. *Nova Arte de Conceitos, que com o titulo de Lições Acadêmicas na pública Academia dos Anônimos de Lisboa ditava, e explicava*
Autor: Francisco Leitão Ferreira
Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1718 e 1721, 8°[147].

77. *Nova Floresta, ou Silva de vários Apophthegmas, e ditos sentenciosos espirituais, e morais com reflexões em que o útil da doutrina se acompanha com o vário da erudição assim divina como humana*
Autor: P. Manoel Bernardes
Tomos 1 e 2. Lisboa, por Valentim da Costa Deslandes, impressor del Rei, 1706 e 1708, 4°.
Tomo 3. Lisboa, na Oficina Real Deslandesiana, 1711, 4°.
Tomos 4 e 5. Lisboa, por José Antônio da Silva, 1726 e 1728, 4°[148].

78. *O Secretário Português compendiosamente instruído no modo de escrever cartas por meio de uma instrução preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e um grande número de Cartas com todas as espécies, que tem mais uso*
Autor: Francisco Joseph Freire
Lisboa, por Antônio Isidoro da Fonseca, 1745, 4°.[149]

---

[141] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 424.
[142] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 367.
[143] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 634.
[144] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 510.
[145] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[146] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[147] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 172.
[148] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 195.

79. *Pinto Renascido empenado, e desempenado. Primeiro vôo*
Autor: Tomás Pinto Brandão
Lisboa, na Oficina da Música, 1732[150].

80. *Política Moral, e Civil. Aula da Nobreza Lusitana, autorizada com todo o gênero de erudição sagrada, e profana para a doutrina, e direção dos Principes, e mais Políticos.*
Autor: Damião Antônio de Lemos Faria e Castro
Lisboa, por Francisco Luís Ameno, 6 tomos, 1749 a 1754, 4°[151].

81. *Polyanthea sacra*
Autor: P. Andreae Spanner.
Venetiis, 1709[152].

82. *Prática Criminal expendida na forma de Praxe, observada neste nosso Reino de Portugal, e ilustrada com muitas Ordenações, Leis extravagantes, Regimentos e Doutores*
Autor: Manuel Lopes Ferreira
Lisboa, 1730, 4 vol. em fólio[153].

83. *Prática do confessionário, e explicação das Proposições Condenadas pela Santidade de Inocêncio XI. e Alexandre VII. Sua matéria, os casos mais seletos da Teologia Moral, sua forma, um Dialogo entre o Confessor, e o penitente*
Autor: Fr. Jayme Corella
Parte I e II. Lisboa por Gabriel Soares, 1736 e 1737, em fólio[154].

84. *Praxis de judicio finium regundorum*
Autor: Antônio Lopes Leitão
Lisboa, 1654[155].

85. *Prontuário de Teologia Moral muito útil, e proveitoso para todos os que se quiserem expor para Confessores, e para a divina administração do Sacramento da penitência*
Autor: Francisco Larraga
Lisboa, por Francisco Xavier de Andrade, 1723, 4°. Coimbra, por Antônio Simões Ferreira, 1735, 4°. Lisboa, por Antônio de Souza e Silva, 1739, 4°[156].

86. *Prosodia in vocabularium trilingue latinum, lusitanum, et castellanum digestade.*
Autor: Bento Pereira
Évora, por Manuel Carvalho, 1634, fol. e Lisboa, por Paulo Crasbeeck, 1643 e 1656, fol.[157].

---

[149] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 166.
[150] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 747.
[151] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 93-94.
[152] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[153] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.". *Ordenações Filipinas.* v. II, p. LI.
[154] Obra traduzida do espanhol para o português por Domingos Rodrigues Faya. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 715.
[155] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.", *Ordenações Filipinas,* v. II, p. L.
[156] Tanto Frei João Pacheco quanto Manoel da Silva de Morais traduziram esta obra do castelhano para o português. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 716 e v. 3, p. 377.
[157] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 509.

87. *Relectio Theologica de Sacerdotio Christi Domini, & utroque ejus Regno, cum commentario in Orationem Hyeremiae*
Autor: Fr. Manoel de Lacerda
Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1625, 4°[158].

88. *Retrato dos triunfos divinos contra os desprimores humanos*
Autor: P. Francisco Aires
Lisboa, por Paulo Craesbeeck, 1658,4°[159].

89. *Ripanço ou Ofício da Semana Santa em português, com orações para a confissão e sagrada comunhão, visitas das igrejas em Quinta-feira Santa e novena das almas*
Lisboa, s.d., vende-se na loja do Matos livreiro[160].

90. *Sermões*
Autor: Frei Gabriel Coutinho
Lisboa, por Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Ofício, 1744, 4°[161].

91. *Sermões*
Autor: Padre Antônio Vieira[162]

92. *Sermões vários*
Autor: Frei João Franco[163].

93. *Sermões vários*
Autor: Frei Antônio de Santo Eliseu
Partes 1 a 3. Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1736, 1737, 1740, 4°[164].

94. *Sermões vários*
Autor: Frei Vicente da Luz.
Lisboa, por Pascoal da Silva, impressor del Rei, 1724, 4°[165].

95. *Sermões vários*
Autor: Frei André da Cerqueira
Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1727, 4°[166].

---

[158] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 292.
[159] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 108.
[160] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[161] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 313.
[162] A coleção de sermões do Padre Antônio Vieira é bastante numerosa. Indicamos, aqui, os *Sermoens*, escritos em quatorze partes e publicados, em Lisboa, entre os anos de 1679 e 1710, em formatação *in quarto*. A edição da *1ª Parte* ficou à cargo de João da Costa e a impressão da *14ª Parte* é de Valentim da Costa Deslandes. As demais edições foram feitas por Miguel Deslandes. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 421-422.
[163] A coleção de sermões do Frei João Franco é composta por 12 tomos publicados em Lisboa, entre os anos de 1734 e 1741, em formatação *in quarto*. Maurício Vicente de Almeida (tomos 1 e 2 e 4 a 7), a Oficina da Música (tomo 3) e os herdeiros de Antônio Pedroso Galrão (tomos 8 a 12) foram os responsáveis pelas edições. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.
[164] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 258.
[165] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 783.

96. *Sermões e práticas*
Autor: Padre Manoel Bernardes
1ª Parte. Lisboa, na Oficina Real Deslandesiana, 1711, 4°.
2ª Parte. Lisboa, na Oficina da Congregação do Oratório, 1733, 4°[167].

97. *Sermões Panegíricos, e Morais*
Autor: Pe. Manoel Consciência
Tomo I. Lisboa por José Manescal, 1722, 4°.
Tomo II. Lisboa por Bernardo da Costa de Carvalho, 1726, 4°.[168]

98. *Sermões Panegíricos pregados em várias Festividades de Cristo, e de Sua Mãe Santíssima*
Autor: Frei José de Souza
Lisboa, por Pascoal da Silva, impressor del Rei, 1721, 4°[169].

99. *Templo teológico especulativo, e prático, aonde se verá uma breve suma de Teologia Especulativa, e Moral com os casos reservados do Patriarcado de Lisboa, e mais Dioceses de Portugal expostos, e declarados conforme as novas constituições, e declarações, que em muitos Bispados se fizeram depois que escreveram os que até o presente os tem tratado, e se ajuntam aos ditos casos reservados de toda a Diocese de Portugal as excomunhões de suas Constituições até agora não explicadas &c.*
Autor: Antônio Batista Viçoso
Lisboa, por Manoel Fernandes de Costa, impressor do Santo Ofício, 1735, fol.[170].

100. *Tesouro Apolíneo, galênico, químico, cirúrgico e farmacêutico dividido em duas partes.*
Autor: João Vigier[171]

101. *Theatro de los dioses*
Autor: D. Diogo de Agreda[172].

102. *Teologia Moral*
Autor: Sebastiani Giribaldo.

103. *Theologia Moralis*
Autor: S. Alphonsi de Ligorio.
Paris, s/d. [173]

---

[166] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 142.
[167] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 195.
[168] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 229.
[169] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 902.
[170] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 214.
[171] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 286.
[172] Uma tradução desta obra para a língua portuguesa foi realizada por Baltazar Luís. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 65.
[173] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

104. *Tesouro de Prudentes. Contém quatro livros 1. Do cômputo Eclesiástico com algumas anotações para os Párocos 2. Tem dois Tratados 1. de coisas tocantes a Agricultura para semear plantar enxertar, modo para fazer Noras, que andem por si, para prognosticar dos tempos, e novidades. O 2. de coisas importantes a Medicina, e cirurgia com alguns remédios experimentados. Livro 3. da Aritmética com várias curiosidades a ela pertencentes. 4. da Esfera, maneira de fazer quadrantes para tomar altura, fabricar relógios diurnos, e noturnos; medição das horas planetárias. Preparação das duas figuras usadas na Judiciária para julgar dos tempos, novidades, e coisas semelhantes*
Autor: Gaspar Cardoso de Siqueira
Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1612, 4°[174].

105. *Troféu Evangélico, exposto em quinze Sermões históricos, morais, e Panegíricos.*
Autor: D. Diogo da Anunciação Justiniano
4 Partes. Lisboa, por Miguel Deslandes, 1685 e 1699, 4° ; na Oficina Deslandesiana, 1713, 4° (4ª Parte).

106. *Vida de S. Caetano*
Autor: Manoel da Fonseca
Lisboa, por Antônio Craesbeeck, 1673, 8°[175].

107. *Vida devota*
Autor: São Francisco de Sales
Paris, J. Leroux et Jouby, 1856. (houve edições anteriores) [176]

108. *Viridarium Sacrae et prophanae eruditionis*
Autor: Pe. Francisco de Mendonça
Lugduni, apud Jacobum Cardon, 1632, fol.; Coloniae, apud Petrum Henningium, 1633, fol. e 1650, 8°; Lugduni, apud Laurentium Anisson, 1645 e 1649; Coloniae, Agrippinae, por viduam Joannis Schlebusch, 1733, 8°[177].

109. *Xavier dormindo, e Xavier acordado; dormindo em três orações Panegíricas no Tríduo da sua Festa: Acordado em doze Sermões Panegíricos, Morais, e Ascéticos, os nove da sua Novena, o Décimo da sua Canonização, o Undécimo do seu Dia, e o último do seu Patrocínio. 8ª Parte*
Autor: Padre Antônio Vieira
Lisboa, por Miguel Deslandes, 1694[178].

---

[174] A obra possui sucessivas edições, sendo a última publicada em Coimbra por Miguel Manescal, 1712, 4°. A edição de 1651, Coimbra, por Thomé Carvalho foi acrescentada pelo autor com o *Prognostico, e Lunario perpetuo*. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.
[175] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 242.
[176] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[177] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 206.
[178] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 421.

- **Bento Antônio Maciel**[179]

1. *Breve aparelho para ajudar aos enfermos*

2. *Breviário*

3. *Caderno dos santos novos*

4. *Concílio Tridentino comentado*

5. *Manual do sacerdote*

6. *Obras de Horácio comentado*

7. *Ritual de Paulo V*

8. *Teologia Moral*

9. *Virgílio comentado*

10. *Arte explicada. 2ª Parte. Sintaxe para o uso do Excelentíssimo duque de Lafões*
    Autor: João de Morais Madureira Feijó
    Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1730, 4º[180].

11. *Catecismo da diocese de Montpelier impressos por ordem do bispo Carlos Joaquim Colbert, traduzidos na língua portuguesa, para por eles se ensinar a doutrina cristã aos meninos nas escolas do reino e domínios de Portugal. Acrescentados com a ladainha e modos de ajudar à missa*
    Lisboa, 1815. (houve edições anteriores)[181]

12. *Diretório Cerimonial*
    Autor: Amaro dos Anjos
    Lisboa, por Filipe de Souza Vilela, 1717, 4º[182]

13. *Prática do confessionário, e explicação das Proposições Condenadas pela Santidade de Inocêncio XI. e Alexandre VII. Sua matéria, os casos mais seletos da Teologia Moral, sua forma, um Dialogo entre o Confessor, e o penitente*
    Autor: Fr. Jayme Corella
    Parte I e II. Lisboa por Gabriel Soares, 1736 e 1737, em fólio[183].

---

[179] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/09/89/1791.
[180] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 707.
[181] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1978, p. 94.
[182] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 126.
[183] Obra traduzida do espanhol para o português por Domingos Rodrigues Faya. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 715.

14. *Propria Sanctorum Ord. S. Benedict Regnorum Portugalliae*
Autor: Fr. Leão de São Tomás
Coimbra, por Gomes de Loureiro, 1625, 1646 e 1694. Lisboa, por João da Costa, 1667; por João Galrão, 1680 e por Antônio Pedroso Galrão, 1700. Coimbra, no Coleg. Art., 1719. Lisboa, por Pedro Ferreira, 1736 e por Miguel Rodrigues, 1734, 4°[184].

15. *Prosodia in vocabularium trilingue latinum, lusitanum, et castellanum digestade*
Autor: Bento Pereira
Évora, por Manuel Carvalho, 1634, fol. e Lisboa, por Paulo Crasbeeck, 1643 e 1656, fol[185].

16. *Ripanço ou Ofício da Semana Santa em português, com orações para a confissão e sagrada comunhão, visitas das igrejas em Quinta-feira Santa e novena das almas*
Lisboa, s.d., vende-se na loja do Matos livreiro.

17. Francisco Larraga

- **Francisco Lopes do Vale[186]**

1. *Breviário*

2. *Catecismo Romano*

3. *Doutrina Sagrada*, de

4. *Escritura Sagrada*, de

5. *Felis Potesta*

6. *Mural de Teologia Evangélica e Sacramento da Penitência*

7. *Perfeito Pároco de Mural*

8. *Brados do Pastor às suas ovelhas. Obra espiritual dividida em duas partes. Na primeira se contém quarenta práticas doutrinais por fácil, e breve estilo explicadas para maior utilidade do Bispado de Cabo Verde. Na segunda um espelho de desengano para pecadores confiados*
Autor: D. Frei José de Santa Maria de Jesus
Lisboa, por Manoel Fernandes da Costa, impressor do Santo Ofício, 1731 e 1735, 4°[187].

9. *Comédias Castelhanas*
Autor: Luís do Couto Felix[188].

---

[184] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 5.
[185] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 509.
[186] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/48/583/1783.
[187] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 874.
[188] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 89.

10. *Comentário a Virgílio no qual se explicam os lugares mais dificultosos do Poeta*
Autor: Padre Francisco Aranha
Évora, na Oficina da Universidade, 1657, 8° e Lisboa, 1668, 8°[189].

11. *Diretório Cerimonial*
Autor: Amaro dos Anjos
Lisboa, por Filipe de Souza Vilela, 1717, 4°[190]

12. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*
Autor: Frei João Franco
Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8°. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida.[191]

13. *Ofício de defuntos*
Autor: Frei Afonso de Palma[192].

14. Francisco Larraga

15. Virgílio

- **João da Costa Pereira[193]**

1. *Breviário de todo o ano*

2. *Casos reservados*

3. *Diurno*

4. *Medula teológica*

5. *Memória de todas as missas*

6. *Santos novos lusitanos e espanhóis*

7. *Teologia Moral*

8. *Breve aparelho, e modo fácil para ajudar a bem morrer um Cristão; com a recopilação da matéria de Testamentos, e penitência, várias orações devotas tiradas da Escritura Sagrada, e do Ritual Romano de nosso Santo P. Paulo V*
Autor: Pe. Estevão de Castro
Lisboa, por João Rodrigues, 1621, 8°; por Antônio Álvares, 1639, 8°; por Domingos Carneiro, 1663, 8°; por Miguel Manescal, 1677; por Antônio Pedroso Galrão, 1723, 8°. Coimbra, por José Antunes da Silva, 1705, 8°[194].

---

[189] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 110.
[190] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 126.
[191] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.
[192] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 46.
[193] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/70/830/1775.

9. *Meditações sobre os principais Mistérios da Virgem Santíssima Senhora nossa, Mãe de Deus, Rainha dos Anjos, Advogada dos pecadores*
Autor: Padre Manoel Bernardes
Lisboa, por Bernardo da Costa de Carvalho, 1706, 8º[195].

10. *Prática do confessionário, e explicação das Proposições Condenadas pela Santidade de Inocêncio XI. e Alexandre VII. Sua matéria, os casos mais seletos da Teologia Moral, sua forma, um Dialogo entre o Confessor, e o penitente*
Autor: Fr. Jayme Corella
Parte I e II. Lisboa por Gabriel Soares, 1736 e 1737, em fólio[196].

11. *Vida de Maria no Ventre de Santa Anna*
Autor: Pe. Antônio dos Reis
Lisboa, na Oficina da Congregação, 1737, 12º[197].

- **Domingos Vaz de Carvalho[198]**

1. *Breviário*

2. *Cerimonial de defuntos*

3. *Cerimonial dos sacramentos*

4. *Prontuário de Teologia Moral muito útil, e proveitoso para todos os que se quiserem expor para Confessores, e para a divina administração do Sacramento da penitência*
Autor: Francisco Larraga
Lisboa, por Francisco Xavier de Andrade, 1723, 4º. Coimbra, por Antônio Simões Ferreira, 1735, 4º. Lisboa, por Antônio de Souza e Silva, 1739, 4º[199].

5. *Ripanço ou Ofício da Semana Santa em português, com orações para a confissão e sagrada comunhão, visitas das igrejas em Quinta-feira Santa e novena das almas*
Lisboa, s.d., vende-se na loja do Matos livreiro.

6. *Teatro Eclesiástico, em que se acham muitos documentos de Canto Chão para qualquer pessoa, dedicada ao culto divino nos Ofícios do Coro, e Altar*
Autor: Fr. Domingos do Rosário
Lisboa, na Oficina Joaquiniana de Música, 1743, 4º; por Francisco da Silva, 1751, 4º[200].

---

[194] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 753.
[195] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 195.
[196] Obra traduzida do espanhol para o português por Domingos Rodrigues Faya. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 715.
[197] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 369.
[198] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/41/485/1788.
[199] Tanto Frei João Pacheco quanto Manoel da Silva de Morais traduziram esta obra do castelhano para o português. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 716 e v. 3, p. 377.
[200] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 109.

- **Antônio Rodrigues Paiva**[201]

1. Missal

[201] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/23/244/1787.

2 – Cirurgiões e boticários

• Domingos Ribeiro Guimarães[202]

1. *Vários autores*, livros de

2. *Diurno*

3. *Maria Santíssima, mística cidade de Deus. Breve compêndio da vida e mistérios de Maria, que nas obras da venerável madre soror Maria de Jesus de Agreda se contém.*
   Autora: Madre Maria de Jesus de Agreda.
   Lisboa, na Oficina da Música, 1730[203].

4. *Prática judicial muito útil, e necessária para os que principiam os ofícios de julgar, e advogar, e para todos, os que solicitam causas nos auditórios de um, e outro foro*
   Autor: Antônio Vanguerve Cabral
   Lisboa, 1712 e 1727. 1 vol. em fólio.[204]

• Felipe Rodrigues Veloso[205]

1. *Diocórides* ·

2. *Regimento da botica*

3. *Farmacopéia lusitana reformada, método prático de preparar os medicamentos na forma Galênica, e Química*
   Autor: D. Caetano de Santo Antônio
   Lisboa, no Real Convento de São Vicente, 1711. Coimbra, por João Antunes, 1714, 4°[206].

---

[202] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/34/405/1786.
[203] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[204] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.", *Ordenações Filipinas*, v. II, p. LI.
[205] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/57/681/1762.
[206] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 554.

- **Luís Manoel Afonso Miguéis**[207]

1. *Felix Palacio*

2. *Farmacopéia lusitana reformada, método prático de preparar os medicamentos na forma Galênica, e Química*
   Autor: D. Caetano de Santo Antônio
   Lisboa, no Real Convento de São Vicente, 1711. Coimbra, por João Antunes, 1714, 4°[208].

3. *Farmacopéia Tubalense Químico-Galênica. 1ª Parte, em que se faz não só uma reflexão física, sobre os princípios mistos expondo depois a definição de ambas as Farmacopéias, e as operações em que se dividem com os objetos dela inteiramente explicados, mas também se mostra um Dicionário com muitas vozes, e termos de ambas as Farmacopéias, e a explicação dos mais versados Sinônimos com que em diversos Idiotismos se pedem os simples medicinais, e finaliza com a indagação dos três Reinos Animal, Vegetal, e Mineral com algumas objeções propostas, e decididas acerca dos medicamentos deste tão dilatado Império*
   Parte 2 que contém um Tratado das mais usais e seletas composições dos antigos, como dos modernos, e ainda algumas que por ocultas se não vulgarizam; com os cálculos dos medicamentos purgantes, Narcóticos, e Mercuriais, e também com as anotações precisas, e necessárias para a sua mais perfeita manipulação
   Autor: Manoel Rodrigues Coelho
   Lisboa, por Antônio de Souza da Silva, 1735, fol.[209].

- **Francisco Antônio de Souza**[210]

1. *Luz verdadeira, e recopilado exame de toda a cirurgia*
   Autor: Antônio Ferreira
   Lisboa, por Domingos Carneiro, 1670. Lisboa, por Valentim da Costa Deslandes, 1705 (edição acrescentada)[211].

2. *Método de conhecer e curar o morbo gálico. 1ª Parte. Propõem-se definitivamente a essência, espécies, causas, sinais, prognósticos, e cura do morbo gálico, e todos seus efeitos, e se trata do azougue, salsaparilha, Guaiação, pão santo, raiz da China, e de todos os mais remédios desta enfermidade*
   2ª Parte. Disputam-se largamente por questões, e argumentos em forma todas as dúvidas, que se podem mover sobre a essência, espécies, causas, sinais, e prognósticos da cura do morbo gálico, e as que pode haver sobre o azougue &c.
   Autor: Doutor Duarte Madeira Arraes
   Lisboa, por Lourenço de Anvers, 1642, 4°. Lisboa, por Antônio Crasbeek de Melo, 1683, fol.[212].

---

[207] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/92/1116/1761.
[208] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 554.
[209] Segundo Diogo Barbosa Machado, à época da publicação da *Biblioteca Lusitana*, a 3ª parte desta obra já encontrava-se pronta para a impressão e o autor já estava trabalhando na 4ª parte. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 358.
[210] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/54/641/1795.
[211] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 274.

- **Silvestre Tavares do Rego**[213]

1. Cirurgia, livros de

[212] Houve ainda uma edição ilustrada da primeira parte desta obra, com inúmeras anotações de Francisco Afonso Henriques, o Mirandela. Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1715, fol.. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 734.

[213] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:2°/64/711/1791.

3. – Grupo Mercantil

• Pedro Teixeira Mursa[214]

1. *Desenganos para a medicina, ou botica para todo o pai de famílias*
   Autor: Gabriel Grisley[215].

2. *Alivio de tristes, e consolação de queixosos*
   Autor: Matheus Ribeiro
   Partes 1, 2, 3 e 4. Lisboa, por João da Costa, 1672 (*Parte 1*) e 1674 (demais), 8°. Lisboa, por Miguel Deslandes, 1681, 4°[216].

3. *Corte na Aldeia, e noites de inverno*
   Autor: Francisco Rodrigues Lobo
   Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 1630, 4°[217].

4. *Vozes Saudosas da eloqüência, do espírito, do zelo, e da eminente sabedoria do P. Antonio Vieira, &c.*
   Autor: Pe. Antônio Vieira
   Lisboa, por Miguel Rodrigues, impressor do Senhor Patriarca, 1736, 4°[218].

5. *Elementos Geométricos*
   Autor: Etienne Bézout.

6. *Exame de Confessores, ou breve Tratado em que discorrendo por todas as matérias de Teologia Moral se instrui um Sacerdote em ordem ao como se deve haver no Confessionário*
   Autor: Antônio Tavares
   Lisboa, por Manoel Fernandes da Costa, impressor do Santo Ofício, 1734, 4°[219].

7. *Maria Santíssima, mística cidade de Deus. Breve compêndio da vida e mistérios de Maria, que nas obras da venerável madre soror Maria de Jesus de Agreda se contém.*
   Autora: Madre Maria de Jesus de Agreda.
   Lisboa, na Oficina da Música, 1730[220].

8. *Soneto em louvor de João Antonio Garrido, compondo tabuada curiosa*
   Autor: Frei Inácio Xavier do Couto
   Lisboa, 1743, 4°[221].

---

[214] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/126/1574/1767.
[215] ARAÚJO, Jorge de Souza. "O perfil do leitor colonial". *Artes e literatura* – Revista de Cultura Vozes. Petrópolis, jul.-ago. 1989, n.4.
[216] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 450.
[217] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 243
[218] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 425.
[219] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 404.
[220] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[221] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 552.

9. *Tratado da Conservação da saúde dos Povos, obra útil, e igualmente necessária aos Magistrados, Capitães, Generais, Capitães de Mar, e Guerra, Prelados, Abadessas, Médicos, e Pais de Famílias, com um Apêndice Considerações sobre os Terremotos com a notícia dos mais consideráveis de que faz menção a História, e dos últimos, que se sentiram na Europa desde o 1. de Novembro de 1755*
   Autor: Antônio Ribeiro Sanches
   Paris, 1756, 8° e Lisboa, por José Filipe, 1757, 4°[222].

- **Antônio dos Santos Lobato[223]**

1. *Óperas Portuguesas*

2. *Escola decurial de várias lições*
   Autor: Fr. Fradique Espinola
   Lisboa, por Manoel Lopes Ferreira, 1696, 8°[224].

3. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*
   Autor: Frei João Franco
   Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8°. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida.[225]

4. *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Felipe I de Portugal*
   Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 vol., em fólio[226].

5. *Pecador Convertido ao caminho da verdade, instruído com documentos importantes para a observância da Lei de Deus*
   Autor: Fr. Manoel de Deos
   Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1728 e 1731, 8°. Coimbra, por Antônio Simões Ferreira, 1728, 4°[227].

6. *Prontuário da sintaxe dividido em duas partes. na primeira se contem a sintaxe pela mesma ordem da arte; nos escólios se põem a significação do nome, o verbo com o caso competente. Na segunda parte se tratam de algumas notícias congruente à mesma sintaxe.*
   Autor: Padre Antônio Franco.
   Évora, na Oficina da Universidade, 1699, 1716, 8°. Lisboa, por Valentim da Costa Deslandes, 1704[228].

---

[222] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 57.
[223] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/19/178/1766.
[224] O livro possui 11 partes: a 1ª data de 1696; a 2ª de 1697; a 3ª e 4ª de 1698; a 5ª, 6ª e 7ª de 1699; a 8ª de 1700, a 9ª de 1701, a 10ª de 1702 e a 11ª de 1707. Todas foram impressas por Manoel Lopes Ferreira e tiveram formatação *in oitavo*. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 80.
[225] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.
[226] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. XXXIX..
[227] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 245.
[228] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 280.

- **João Pereira Teles**[228]

1. *Histórias Proveitosas*

2. *Horas Peregrinas*

3. *Horas Seráficas*

4. *Gritos das Almas do Purgatório, e meios para os aplacar traduzidos do seu original Castelhano de Domingos Joseph Boneta Porcioneiro da Metropolitana de Saragoça*
   Tradutor: Manoel de Coimbra
   Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1703, 8°. Lisboa, por Filipe de Souza Vilela, 1714, 8°[229].

5. *Ponte Segura para o golfo da Vida no estreito passo da morte, que a mão do supremo Artífice deixou por misericórdia a toda a alma viadora descuidada do caminho, e fatigada no trânsito; levantada em três arcos triunfais, e milagrosos fabricados dos três Soberanos Nomes de Jesus, Maria, José*
   Autor: Luís Botelho Fróis de Figueiredo
   Lisboa, na Oficina Real Deslandeliana, 1713, 8°. Lisboa, por Pascoal da Silva, impressor del Rei, 1717, 8°[230].

6. *Tesouro de Prudentes. Contém quatro livros 1. Do cômputo Eclesiástico com algumas anotações para os Párocos 2. Tem dois Tratados 1. de coisas tocantes a Agricultura para semear plantar enxertar, modo para fazer Noras, que andem por si, para prognosticar dos tempos, e novidades. O 2. de coisas importantes a Medicina, e cirurgia com alguns remédios experimentados. Livro 3. da Aritmética com várias curiosidades a ela pertencentes. 4. da Esfera, maneira de fazer quadrantes para tomar altura, fabricar relógios diurnos, e noturnos; medição das horas planetárias. Preparação das duas figuras usadas na Judiciária para julgar dos tempos, novidades, e coisas semelhantes*
   Autor: Gaspar Cardoso de Siqueira
   Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1612, 4°[231].

- **José Teixeira da Mota**[232]

1. *Monte Líbano.*

2. *História dos Mártires de Marrocos*
   Autor: D. Matheus[233].

---

[228] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/26/280/1768.
[229] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 224.
[230] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 63.
[231] A obra possui sucessivas edições, sendo a última editada em Coimbra, por Miguel Manescal, 1712, 4°. A edição de 1651, Coimbra, por Thomé Carvalho, foi acrescentada pelo autor com o *Prognostico, e Lunario perpetuo*. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.
[232] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/31/344/1787.

3. *Palestra da Penitência. Origem, Graças, indulgências, privilégios da Terceira Ordem Seráfica, obra utilíssima para os Veneráveis filhos da Terceiras Ordens, e mais Católicos. Com a notícia da milagrosa Imagem do Menino Deus; da vida do Padre Fr. Thome de Santo Antonio filho da Santa Recoleição, e da Madre Cecilia Maria de Jesus Venerável Preta &c.*
Autor: Frei Jerônimo de Belém
Lisboa por Antônio Isidoro da Fonseca, 1736, 8°.[234]

4. *Ramalhete seráfico composto de várias flores espirituais para salvação, e aproveitamento dos Irmãos Terceiros Seculares da Venerável Ordem Terceira da Penitência*
Fr. José do Egipto
Coimbra, por Bento Seco Ferreira, 1716, 8°.[235]

5. Fernando Mendes Pinto

- **João da Mata Silva[236]**

1. *Horas Seráficas*

2. *Ladainha*, livro de

3. *Óperas*

4. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente.*
Autor: Frei João Franco
Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8°. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida.[237]

- **Cassimiro da Silva Teixeira de Menezes[238]**

1. *Horas de Semana Santa*

2. *Horas Marianas*

---

[233] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 446.
[234] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 486.
[235] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 846.
[236] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/27/293/1764.
[237] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.
[238] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/08/81/1796.

4. – Militares

• Guilherme Teixeira[239]

1. *Arte da navegação*

2. *Arte de cirurgia*

3. *Contra o vício [corroído] oração*

4. *Fa [corroído] [corroído] Garrido*

5. *Papéis da guerra e da pa[z]*

6. *Regra da Ordem Terceira do Carmo*

7. *Vozes es [corroído]*

8. *A Mocidade enganada, e desenganada. Duelo espiritual onde com gravíssimas sentenças da escritura, e santos padres, com sólidas considerações, e exemplos mui singulares de erudição sagrada, e profana se propõem e convencem em forma de diálogo todas as escusas que a mocidade, e qualquer outro pecador alega, e com que se engana para se não converter a Deus*
   Autor: Pe. Manoel Conciência
   Tomo I: Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1728, 4. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida, 1734.
   Parte 2: Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1730, 3.
   Parte 3, Tomos 3 e 4: Lisboa por Maurício Vicente de Almeida, 1731, 4.
   Parte 5 e 6: Lisboa na Oficina Augustiniana, 1737 e 1738, 4[240].

9. *Amores de Maria Santíssima Mãe de Deus, e Senhora nossa em amorosos Colóquios à mesma Senhora*
   Autor: D. Fernando da Cruz
   Lisboa, por Domingos Carneiro, 1682, 8. Lisboa, na Oficina Rita-Cassiana, 1737, 8[241].

10. *Âncora Medicinal para conservar a vida com saúde*
    Autor: D. Francisco da Fonseca Henriques, o Mirandella
    Lisboa na Officina da Musica, 1721, 8° & ibi na Officina Augustiniana, 1731, 4[242].

11. *Arte de Cozinha dividida em duas partes. A primeira trata do modo de cozinhar vários pratos de toda a casta de carne, e de fazer conservas, pastéis, tortas, e empadas. A 2. trata de peixes, mariscos, frutas, ervas, laticínios, conservas, e doces com a forma de banquetes para qualquer tempo do ano*
    Autor: Domingos Rodrigues
    Lisboa, por João Galrão, 1680 e 1683, 8[243].

---

[239] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/20/218/1784.
[240] O inventariado possui apenas a primeira e segunda parte desta obra, em dois tomos. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 230.
[241] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 25.
[242] O inventariado possui uma edição *in oitavo*. Idem, v. 2, p. 148.

12. *Ásia Portuguesa*
Autor: Manoel de Faria e Souza
Tomo I. Consta do princípio desta conquista até onde suspendeu a pena o grande João de Barros. Lisboa, por Henrique Valente de Oliveira, 1666, fol. e Lisboa, por Bernardo da Costa de Carvalho, 1703, fol.
Tomo II. Compreende a história desde o ano de 1538 até 1581. Lisboa, por Antônio Crasbeeck de Melo, 1674, fol.
Tomo III. Contém os sucessos do tempo do domínio dos reis castelhanos. Lisboa, por Antônio Crasbeeck de Melo, 1675, fol.[244]

13. *Crônica de Carmelitas Descalços, particular da Província de S. Filipe, dos Reinos de Portugal, e Algarve, e suas Conquistas*
Autor: Fr. José de Jesus Maria
Lisboa, por Bernardo Antônio de Oliveira, 1753, fol.[245]

14. *David perseguido e alívios de lastimados. História sagrada, parafraseada con exemplos, y varias histárias humanas, y divinas*
Autor: D. Cristovão Lozano
Madrid, na Oficina dos herdeiros de Juan de Ariztia, MDCCXL[246].

15. *Descrição do Tormentoso Cabo da enganosa esperança à hora da morte exposta em uma nova carta de marear, que ensina como se pode atravessar com menos risco aquele tempestuoso Promontório por meio da Penitência, e reforma da vida*
Autor: Nicolau Fernandes Colares
Part. 1. Lisboa, por Miguel Manescal, impressor do Santo Ofício e da Sereníssima Casa de Bragança, 1718, 4.
Part. 2. Lisboa, por Filipe de Souza Villela, 1720, 4[247].

16. *Desengano de pecadores*
Autor: Alexandre Perier.
Lisboa, 1735[248].

17. *De la diferencia entro lo temporal y eterno*
Autor: Pe. Juan Eusébio Nieremberg
Lisboa, Oficina de Pablo Craesbeck, 1653; Oficina de Antônio Craesbeck, 1665; Évora, Oficina da Universidade, 1678[249].

---

[243] As edições de 1698 e 1732 foram acrescentadas com *a Terceira parte da forma dos Banquetes para qualquer tempo do anno, e do modo com que se hospedarão os embaixadores, e como se guarnece huma Mesa redonda à Estrangeira.* Lisboa, por Manoel Lopes Ferreira, 1698, 8. Lisboa, na Oficina Ferreiriana, 1732, 8. MACHADO, Diogo Barbosa. Biblioteca Lusitana. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 715.
[244] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 259.
[245] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 213.
[246] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[247] Segundo Diogo Barbosa Machado, João Baptista de Castro acrescentou mais duas partes a esta obra, escrevendo o complemento da *3ª Parte*, que o autor original teria deixado imperfeito e parcela da *4ª Parte*, seguindo o mesmo estilo e idéia que deram origem à matéria. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 596, v. 3, p. 493.
[248] ARAÚJO, Emanuel. O *teatro dos vícios*: Transgressão e Transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro; Brasília, José Olympio; Edunb, 1993, p. 323.
[249] Biblioteca Nacional de Lisboa.

18. *Epitome Carmelitano Histórico, e ascético para universal notícia dos Veneráveis Irmãos Terceiros, e para especial memória de algumas prerrogativas, graças, e benefícios, privilégios, e maravilhas que em toda a Carmelitana Ordem se admiram*
Autor: P. Leonardo de Souza
Lisboa, 1739, 8[250].

19. *Escada Mística dividida em nove degraus para a Novena do Santíssimo Coração de Jesus extraída do livro Coração de Jesus, e segunda vez impressa com as indulgências concedidas a este, e a outros santos exercícios, de que trata*
Autor: Fr. Jerônimo de Belém
Lisboa, na Oficina Joaquiniana, 1740, 12[251].

20. Fênix renascida, ou obras poéticas dos melhores engenhos Portugueses
Vários autores
Lisboa, por Antônio Lopes Ferreira, 1716, 8[252].

21. *Forma dos libelos, e da forma das Alegações judiciais, e forma de proceder no juízo secular, e Eclesiástico, e da forma dos contratos com suas glossas, e cotas de direito*
Autor: Gregório Martins Caminha
Coimbra, 1549. 1 vol. em fólio[253].

22.. *História Sebástica. Contém a vida do augusto Príncipe o Senhor D. Sebastião Rei de Portugal, e os sucessos memoráveis do reino, e Conquistas no seu tempo*
Autor: Frei Manoel dos Santos
Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1735, fol[254]..

23. *Jornada, que o Senhor Antônio de Albuquerque Coelho Governador, e Capitão Geral da Cidade do Nome de Deus de Macau na China fez de Goa até chegar à dita Cidade dividida em duas partes*
Autor: João Tavares de Veles Guerreiro
Lisboa, na Oficina de Música, 1721, 8.[255]

24. *Prognóstico geral, e Lunário perpétuo, assim das Luas novas, e cheias, como quartos, crescentes, e minguantes*
Autor: Gaspar Cardoso da Siqueira
Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1614, 8. Lisboa, por João Galrão, 1686, 4[256].

25. *Medianeira da vida eterna Maria Santissima Mãe de Deus. Parte 2*
Autor: Frei José Pereira de Santa Anna
Lisboa, na Oficina dos herdeiros de Antonio Pedroso Galrão, 8[257].

---

[250] Esta obra foi publicada sem o nome do impressor. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 9.
[251] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 486.
[252] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 290.
[253] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.", *Ordenações Filipinas*, v. II, p. XLVII.
[254] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 367.
[255] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 773.
[256] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.
[257] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 222.

26. *Prática judicial muito útil, e necessária para os que principiam os ofícios de julgar, e advogar, e para todos, os que solicitam causas nos auditórios de um, e outro foro*
Autor: Antônio Vanguerve Cabral
Lisboa, 1712 e 1727. 1 vol. em fólio.[258]

27. *Reformação Cristã pelo Padre Francisco de Castro da Companhia de Jesus*
Autor: Luís Nunes Tinoco
Lisboa, por João Galrão, 1677.[259]

28. *Reportório das Ordenações deste Reino recopiladas com as remissões dos autores, que as declaram, e com a concórdia das leis da partida de Castela*
Autor: Manoel Mendes de Castro
Lisboa por Jorge Rodrigues, 1604, fol. & ibi. por eumd. Typ. 1608, fol. & ibi por Pedro Crasbeck, 1623, addicionado por seu filho Martim Alvares de Castro Advogado da Casa de Suplicaçaõ, e Coimbra, por Manoel Dias, 1661, fol. & ibi por Francisco de Oliveira, 1725, fol.[260]

29. *Theatro Crítico Universal*
Autor: Bento Feijó
Madrid, por D. Joaquim Ibarra, impressor da Câmara de Sua Majestade, MDCCLXXVIII[261].

30. Fernando Mendes Pinto

- **Roberto Antônio de Lima[262]**

1. *Vários autores portugueses*, livros de

- **José da Cunha Sousa Carneiro**

1. *Vários autores, livros de*

- **Francisco Lopes Fernandes[263]**

1. *Dedicatória in clisopatram esclarecido tutelar da cidade de Lisboa o glorioso Padre Santo Antônio*

---

[258] Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.", *Ordenações Filipinas*, v. II, p. LI.
[259] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 125.
[260] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 309.
[261] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[262] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/128/1611/1789.
[263] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/43/502/1774.

2. *Exercício de perfeição de virtudes cristãs*

3. *Cartilha da Doutrina Cristã do M. Ignacio*
   Autor: Padre Inácio Martins
   Saiu impressa várias vezes em diversas partes.[264]

4. *Crônica do muito alto, e muito esclarecido Príncipe D. Afonso Henriquez primeiro Rei de Portugal*
   Autor: Duarte Galvão
   Lisboa, na Oficina Ferreiriana, 1726, fol.[265]

5. *História Seráfica Cronológica de S. Francisco na Província de Portugal*
   Autor: Fr. Fernando da Soledade
   Tomo 3. Refere os seus progressos no tempo de 52. anos do de 1448 até o de 1500. Conta as Missões, que fizeram os Religiosos dela a várias partes do Mundo, e em particular à Índia Oriental, onde arvoraram o Estandarte da Fé, batizaram muitos milhões de criaturas, agregaram à coroa de Portugal muitas Coroas com o zelo da virtude, afeto da Pátria, despesa do sangue, e sacrifício das vidas com um Discurso Apologético em defensão do 5. liv. desta 3. Parte. Lisboa, por Manoel e José Lopes Ferreira, 1705, fol.. Lisboa, por Domingos Gonçalves, 1735, fol.
   Tomo 4. Refere os seus progressos no tempo de 68. anos do de 1501 até o de 1568. Conta as últimas controvérsias que se moveram entre o Estado da Claustra, e família da Observância; a divisão entre ambas, os argumentos da segunda e diminuições da primeira até a sua última extinção neste Reino. Relata os nascimentos de duas Províncias procedidas da de Portugal, a dos Algarves, e a de Santo Antonio. Descreve numerosas fundações de Conventos, e Mosteiros, e as virtudes de uma grande cópia de servos de Deus, e Esposas de Cristo. Lisboa, por Manoel e José Lopes Ferreira, 1709, fol.
   Tomo 5. Refere os seus progressos no tempo de 146. anos do de 1569 até o de 1715. aos quais juntos memórias dos três seguintes. Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1729, fol.[266]

6. *Sermões. 11. Parte*
   Autor: Padre Antônio Vieira
   Lisboa, por Miguel Deslandes, 1696, 4.[267]

7. *Sermões vários, Panegíricos, e morais*
   Autor: Frei Antônio de Santa Anna
   Tom. 1. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida, 1735, 4.
   Tom. 2. Lisboa, por Miguel Rodrigues, impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, 1738, 4.[268]

8. *Xavier dormindo, e Xavier acordado; dormindo em três orações Panegíricas no Tríduo da sua Festa: Acordado em doze Sermões Panegíricos, Morais, e Ascéticos, os nove da sua Novena, o Décimo da sua Canonização, o Undécimo do seu Dia, e o último do seu Patrocínio. 8. Parte*
   Autor: Padre Antônio Vieira
   Lisboa, por Miguel Deslandes, 1694[269].

---

[264] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 543.
[265] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 732.
[266] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 57.
[267] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 422.
[268] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 206.

- **João Moreira da Rosa**[270]

1. *Minas dos predestinados*

2. *Arte de galantaria*
   Autor: D. Francisco de Portugal
   Lisboa, por João da Costa, 1670, 4.. Lisboa, por Antônio Crasbeeck de Mello, 1683, 8..[271]

3. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*
   Autor: Frei João Franco
   Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida.[272]

- **Calixto José de Arantes**[273]

1. *Horas Latinas*

2. *Imam [?] Espiritual*

3. *Polianteia Medicinal, notícias Galênicas, e Químicas repartidas em três tratados*
   Autor: João Curvo Semmedo
   Lisboa, por Miguel Deslandes, impressor de Sua Majestade, 1695, *fol.*[274].

- **Antônio Pedro Pereira Palha**[275]

1. *Horas de Semana Santa*

- **José Luís Sayão**[276]

1. *Missal*

---

[269] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 421.
[270] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/62/742/1797.
[271] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 232.
[272] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.
[273] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/8/80/1762.
[274] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 643.
[275] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/56/628/1793.
[276] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/28/312/1790.

5. – Funcionários

- **Manoel Francisco da Costa Barros**[277]

1. *Compêndio Doutrinal da imitação de Cristo*[278]

2. *Exercícios de Piedade*

3. *Graças da Graça*

4. *História de vagabundos*

5. *Júbilos da América*

6. *Manual da missa*

7. *Memórias militares*

8. *Obras de Graciano*

9. *Toques de ouro*

10. *Trezena de São Francisco de Paula*

11. *Urbanidade e cortesia*

12. *Arte explicada*
    Autor: João de Morais Madureira Feijó
    1ª. Parte - Princípios. Contém todos os Nominativos Linguagens, Rudimentos, Gêneros, Pretéritos, e Declinações dos Latinos, e Gregos com toda a explicação necessária para a perfeita inteligência dos Principiantes; os métodos de perguntar em cada princípio para se saberem em breve tempo, e com facilidade. Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1735, 4º.
    2ª. Parte. Sintaxe para o uso do Excelentíssimo Duque de Lafões. Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1730, 4º.
    Apêndice da Sintaxe perfeita, e segundo Tomo da segunda parte. Escólios de Nomes, e verbos ad usum Excellentissimi Ducis Allafonensis. Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1732, 4º e Coimbra, por Luís Seco Ferreira, 1739, 4º.
    3ª Parte e 4º Tomo - Sintaxe Figurada, Sílaba, e Versos com a medição ad usum Excellentissimi Ducis Allafonensis. Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1732, 4. e Coimbra, por Luís Seco Ferreira, 1739, 4º[279].

---

[277] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/120/1521/1762.

[278] Apesar de não termos encontrado referências precisas sobre esta obra acreditamos tratar-se da *Imitação de Cristo*, vulgarmente intitulada *Comtemptus Mundi*, escrita pelo Cônego Thomás de Kempis. Esta obra, originalmente escrita em latim, teve duas traduções para o português, conforme atesta Diogo Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 704 e v. 2, p. 693.

[279] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 707.

31. *Arte de Furtar, espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gázua geral dos Reinos de Portugal*
Amsterdã, por Martinho Schagen, 1744, 4°[280].

13. *Báculo Pastoral de flores de exemplos colhidos de vária, e autêntica história espiritual sobre a doutrina Cristã*
Autor: Francisco Saraiva de Souza
Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1624, 4[281].

14. *Diálogo Sagrado sobre o Gênesis escrito pelo Doutor Paulo Medici Sacerdote, e Leitor público de Teologia Positiva em Florença*
Tradutor: Brás José Rebello Leite
Lisboa, por Domingos Gonçalves,1739, 4[282].

15. *Domínio sobre a Fortuna, e Tribunal da rezão em que se examinam as felicidades, e se beatifica a vida*
Autor: Antônio de Souza de Macedo
Lisboa, por Miguel Deslandes, 1682, 4. Lisboa, por Paschoal da Silva, 1716, fol[283].

16. *Elogios Sacros da vida do glorioso Taumaturgo de Paula Plenipotenciário de Deus, Chanceler da caridade, Sagrado Patriarca da esclarecida ordem dos Mínimos São Francisco de Paula*
Autor: Filipe de Oliveira
Lisboa, por Pedro Ferreira, impressor da Sereníssima Rainha, 1743, 8[284].

17. *Epitome Carmelitano Histórico, e ascético para universal notícia dos Veneráveis Irmãos Terceiros, e para especial memória de algumas prerrogativas, graças, e benefícios, privilégios, e maravilhas que em toda a Carmelitana Ordem se admiram*
Autor: P. Leonardo de Souza
Lisboa, 1739, 8[285].

18. *Escola do mundo, ou instrução de um Pai para um filho pertencente ao modo com que se deve viver no mundo dividido em diálogos*
Tradutor: Antôonio Blem
Tom. 1. Lisboa, na Oficina da Música, 1722, 8.
Tom. 2. Lisboa, na Oficina da Música, 1724, 8[286].

19. *Espelho do Invisível, em que se expoem a Deus um, e Trino no Trono da eternidade, as divinas Idias de Cristo, e a Virgem, o Céu, e a Terra*
Autor: Troillo de Vasconcelos da Cunha
Lisboa, por José Lopes Ferreira, 1714[287].

---

[280] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 63.
[281] A obra foi editada sucessivas vezes. A última edição mencionada pela *Biblioteca Lusitana* ocorreu em 1719, Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 259.
[282] Trata-se de uma tradução do italiano para o português. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 547.
[283] A última edição desta obra foi impressa ao fim do livro intitulado *Eva, e Ave*. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 401.
[284] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 77.
[285] Esta obra foi publicada sem o nome do impressor. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 9.
[286] Trata-se de uma tradução da obra francesa de Monsiur le Noble. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 221.

20. *Governo do Mundo em seco, palavras embrulhadas em papéis, ou escritório da razão exposto no progresso de um Diálogo*
Autor: Manoel José de Paiva
Tom. 1. Lisboa, por Francisco Luiz Ameno, 1748, 4.
Tom.1 e 2. Lisboa, por Domingos Rodrigues, 1751[288].

21. *Gramática Francesa, ou arte para aprender o Francês por meio da língua Portuguesa*
Autor: D. Luís Caetano de Lima
Lisboa, na Oficina Real Deslandesiana, 1710, 8. Lisboa, na Oficina da Congregação do Oratório, 1734, 4°[289].

22. *História de Portugal*
Autor: Manoel de Faria e Sousa[290].

23. *Instrução da Cavalaria da Brida com um copioso tratado da Alveitaria*
Autor: Antonio Pereira Rego
Coimbra, por José Ferreira, 1679, 4. Coimbra, por João Antunes, 1712, 4.[291]

24. *Lugares Comuns de letras humanas e apêndice ao Teatro de los dioses ..*
Tradução do toscano em castelhano por D. Diogo de Agreda e novamente traduzido em português ... por Baltazar Luís
Lisboa, Oficina dos Herdeiros de Antônio Pedroso Galrão, 1744[292].

25. *Medianeira da vida eterna Maria Santissima Mãe de Deus. Parte 2*
Autor: Frei José Pereira de Santa Anna
Lisboa, na Oficina dos herdeiros de Antonio Pedroso Galrão, 8[293].

26. *Mestre da morte Jesus Cristo nosso redentor Crucificado, que com o seu exemplo ensina eficases meios de termos no fim da vida um trânsito seguro para a conta, feliz para o prêmio. Parte 1*
Autor: Frei José Pereira de Santa Anna
Lisboa, na Oficina dos herdeiros de Antonio Pedroso Galrão, 1747, 8[294].

27. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*
Autor: Frei João Franco
Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida.[295]

---

[287] Trata-se de um poema heróico. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 766.
[288] A publicação de 1748 saiu com a autoria de Silvestre Silvério da Silveira e Silva. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 244.
[289] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 68.
[290] A *Biblioteca Lusitana* não inventaria este título. Mas localizamos uma obra denominada *Epitome de las Historias Portuguezas. 1° e 2° Tomo divididos em 4 Partes*, que talvez possa ser a registrada pelo escrivão. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 257.
[291] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 348.
[292] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[293] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 222.
[294] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 222.
[295] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.

10. *Maria Santíssima, mística cidade de Deus. Breve compêndio da vida e mistérios de Maria, que nas obras da venerável madre soror Maria de Jesus de Agreda se contém.*
Autora: Madre Maria de Jesus de Agreda.
Lisboa, na Oficina da Música, 1730[296].

28. *Monarquia Lusitana*[297].

29. *O Engenheiro Português dividido em dois Tratados, que compreende a Geometria prática sobre o papel, e sobre o terreno, o uso dos intrumentos mais necessários aos Engenheiros, o modo de desenhar, e dar aguadas nas plantas militares; e no apêndice a Trigonometria rectilínea. Tom. 1*
Autor: Manoel de Azevedo Fortes
Tom. 1. Lisboa por Manoel Fernandes da Costa, impressor do Santo Ofício, 1728, 4.
Tom. 2. que compreende a Fortificação regular, e irregular, o ataque, e defesa das Praças, e o uso das armas de guerra. Lisboa por Manoel Fernandes da Costa, impressor do Santo Ofício, 1729, 4[298].

30. *O Secretario Português compendiosamente instruído no modo de escrever cartas por meio de uma instrução preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e um grande número de Cartas com todas as espécies, que têm mais uso*
Autor: Francisco Joseph Freyre
Lisboa, por Antônio Isidoro da Fonseca, 1745, 4.[299]

31. *Ortografia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua Portuguesa. Divide-se em três partes. A 1ª. de cada uma das letras, e da sua pronunciação; das vogais, e Ditongos; dos Acentos, ou tons da pronunciação. A 2ª. de como se dividem as palavras; da pontuação; algumas abreviaturas, conta dos Romanos, e Latinos, Calendas, Nonas, e Idos. A 3ª. dos erros do vulgo, emendas da Ortografia no escrever, e pronunciar toda a língua Portuguesa. Verbos irregulares, palavras dúbias, e as suas significações. Uma breve instrução para os Mestres das Escolas*
Autor: João de Morais Madureira Feijó
Lisboa, por Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1734, 4º e Coimbra, por Luís Seco Ferreira, 1739, 4º[300].

32. *Progressos Acadêmicos dos Anônimos de Lisboa*
Vários autores
Lisboa, por José Lopes Ferreira, 1718, 4[301].

33. *Rasgos Métricos em várias Poesias*
Autor: Alexandre Antonio de Lima
Lisboa, por Francisco da Silva, 1742, 8[302].

---

[296] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[297] Trata-se de uma obra enciclopédica produzida por diversos autores, tais como Frei Antônio Brandão, Frei Bernardo de Brito, Frei Francisco Brandão, José Pereira Baião, Frei Manoel dos Santos e o Frei Rafael de Jesus. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM).
[298] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 187.
[299] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 166.
[300] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 707.
[301] Trata-se de uma publicação da Academia dos Anônimos de Lisboa. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 67.
[302] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 7.

34. *Tesouro Carmelitano manifesto, e oferecido aos Irmãos, e Irmãs da Venerável Ordem Terceira da Rainha dos Anjos, Mãe de Deus, Senhora do Carmo*
Autor: Fr. José de Jesus Maria
Lisboa, por Miguel manescal, 1705, 8[303].

35. *Tesouro de Prudentes. Contém quatro livros 1. Do cômputo Eclesiástico com algumas anotações para os Párocos 2. Tem dois Tratados 1. de coisas tocantes a Agricultura para semear plantar enxertar, modo para fazer Noras, que andem por si, para prognosticar dos tempos, e novidades. O 2. de coisas importantes a Medicina, e cirurgia com alguns remédios experimentados. Livro 3. da Aritmética com várias curiosidades a ela pertencentes. 4. da Esfera, maneira de fazer quadrantes para tomar altura, fabricar relógios diurnos, e noturnos; medição das horas planetárias. Preparação das duas figuras usadas na Judiciária para julgar dos tempos, novidades, e coisas semelhantes*
Autor: Gaspar Cardozo de Siqueira
Coimbra por Nicolau Carvalho, 1612, 4[304]

36. *Vida do Venerável Padre Bartholomeu de Quental Fundador da Congregação do Oratório nos Reinos de Portugal, escrita na língua latina pelo P. Joseph Catalano, e exposta no idioma Português*
Autor: Francisco Joseph Freyre
Lisboa, por Antônio Isidoro da Fonseca, 1741, 8[305].

37. Frei José do Egipto

- **Ambrósio Rodrigues da Cunha[306]**

1.*Doutrina cristã*, de

2. *Regimento do Ofício de Orfãos*

3. *Tesoureiro descoberto*

4. *Âncora Medicinal para conservar a vida com saúde*
Autor: D. Francisco da Fonseca Henriques, o Mirandella
Lisboa na Oficina da Musica, 1721, 8° & na Oficina Augustiniana, 1731, 4[307].

5. *Ano Histórico. Diário português, notícia abreviada das pessoas grandes e coisas notáveis de Portugal.*
Autor: Frei Francisco de Santa Maria
Lisboa, Oficina de José Lopes Ferreira, 1714 (2° ed. 1744)[308]

---

[303] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 863.
[304] A obra possui sucessivas edições, sendo a última editada em Coimbra por Miguel Manescal, 1712, 4. A edição de 1651, Coimbra, por Thomé Carvalho foi acrescentada pelo autor com o *Prognostico, e Lunario perpetuo*. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.
[305] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 166.
[306] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/68/756/1785.
[307] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 148.
[308] Biblioteca Nacional de Lisboa.

6. *Avisos do céu, sucessos de Portugal. Compêndio das mais notáveis coisas, que no Reino de Portugal aconteceram desde a perda d'el-rei D. Sebastião até o ano de 1627.*
   Autor: Luís de Torres de Lima.
   Edições em 1653, 1654, 1722, 1761. Esta última em Lisboa, Oficina de Manuel antônio Monteiro[309]
7. *Áureo Trono Episcopal, colocado nas minas de ouro, ou Notícia breve de Criação do novo bispado marianense*
   Autor: D. Frei Manoel da Luz
   Lisboa, por Miguel Menescal da Costa, 1749[310].

8. *Carta de Marear*
   Autor: Frei Antônio do Rosário
   Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1698, 8[311].

9. *Católico no Templo exemplar, e devoto*
   Autor: Fr. Manoel de Deus
   Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1730, 8[312].

10. *Epitome Carmelitano Histórico, e ascético para universal notícia dos Veneráveis Irmãos Terceiros, e para especial memória de algumas prerrogativas, graças, e benefícios, privilégios, e maravilhas que em toda a Carmelitana Ordem se admiram*
    Autor: P. Leonardo de Souza
    Lisboa, 1739, 8[313].

11. *Escola Decurial de várias lições*
    Autor: Fr. Fradique Espinola
    Lisboa, por Manoel Lopes Ferreira, 1696, 8[314].

12. *Prognóstico geral, e Lunário perpétuo, assim das Luas novas, e cheias, como quartos, crescentes, e minguantes*
    Autor: Gaspar Cardoso da Siqueira
    Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1614, 8. Lisboa, por João Galrão, 1686, 4[315].

13. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*
    Autor: Frei João Franco
    Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida.[316]

---

[309] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[310] ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial.* Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999, p.112.
[311] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 378.
[312] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 245.
[313] Esta obra foi publicada sem o nome do impressor. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 9.
[314] O livro possui 11 partes: a 1ª data de 1696; a 2ª de 1697; a 3ª e 4ª de 1698; a 5ª, 6ª e 7ª de 1699; a 8ª de 1700, a 9ª de 1701, a 10ª de 1702 e a 11ª de 1707. Todas foram impressas por Manoel Lopes Ferreira e tiveram formatação *in oitavo.* MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 80.
[315] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.
[316] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.

14. *Paraíso Seráfico plantado nos santos lugares da Redenção, regado com as preciosas correntes do Salvador do mundo Jesus Cristo fonte da vida, guardado pelos filhos do Patriarca S. Francisco com a espada de seu ardente zelo, repartido em oito estâncias nas quais se descrevem os principais santuários em que residem os Religiosos franciscanos. Primeira Parte*
Parte segunda Refere em sinco livros a Guerra Sacra até a tomada de Jerusalém o estado do governo de seus Reis até Guido de Susignano, e perda da Santa Cidade, motivos desta perda; Vaticínios do Restaurador dos Santos Lugares o Santo P. S. Francisco Sumário das últimas Armadas dos Cruzados, que intentaram a Restauração do Reino de Jerusalém: estabelecimento do Patriarca Seráfico e da sua Religião na Ásia com especialidade para guarda e culto do Santíssimo Sepulcro e mais Lugares santos
Autor: Frei João Batista de Santo Antônio
Lisboa, por Domingos Gonçalves, 1734 e 1741, fol.[317].

15. *Pecador Convertido ao caminho da verdade, instruído com documentos importantes para a observância da Lei de Deus*
Autor: Fr. Manoel de Deos
Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1728 e 1731, 8 e Coimbra, por Antônio Simões Ferreira, 1728, 4[318].

16. *Pensamentos Cristãos para todos os dias do mês*
Autor: Antônio de Araújo
Lisboa, por João Galrão, 1680, 12[319].

17. *Portento da Penitência, desengano da vaidade, e assombro de um outro sexo. História admirável de uma mulher famosa, sem mais nome que a Penitente, a qual fez vida celestial nas montanhas do Convento de Santa Maria dos Anjos de Serra Morena*
Autor: Fr. Theodoro de S. Anna
Lisboa, na Real Oficina Silviana e da Academia Real, 1740, 4[320].

18. *Prática judicial muito útil, e necessária para os que principiam os ofícios de julgar, e advogar, e para todos, os que solicitam causas nos auditórios de um, e outro foro*
Autor: Antônio Vanguerve Cabral
Lisboa, 1712 e 1727. 1 vol. em fólio.[321]

19. *Tratado de Aritmética e Álgebra, em o qual, com muita clareza, se explica tudo o que pertence a esta Arte, e se descrevem as regras principais da Geometria, e as proporções que as distinguem, com a notícia dos pesos, de ouro e prata, e muitas questões, curiosas que se movem para sua inteligência*
Autor: Antônio Pereira
Lisboa, por José Lopes Ferreira, Impressor da Rainha Nossa Senhora, 1713, 4°[322]

---

[317] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 595.
[318] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 245.
[319] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 208.
[320] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 728.
[321] Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.", *Ordenações Filipinas*, v. II, p. LI.

- **Carlos José da Silva**[323]

1. *Diversas Orações*, livro de

2. *Evangelhos*, livros dos

3. *Horas Marianas*

4. *Missal*

5. *Novo Altar*

6. *Novo testamento*, livros do

7. *Partilhas da Aritmética e escritura dobrada*

8. *Velho Testamento*, livros do

9. *Vida de São Bento José*

10. *Cartas interessantes do Papa Clemente XIV traduzidas em português*
    Autor: Ganganelli.
    1814 (2ª Edição)[324].

11. *Catecismo da diocese de Montpellier impressos por ordem do bispo Carlos Joaquim Colbert, traduzidos na língua portuguesa, para por eles se ensinar a doutrina cristã aos meninos nas escolas dos reinos e domínios de Portugal. Acrescentados com a ladainha e modos de ajudar à missa*
    Lisboa, 1815[325].

12. *Flos Sanctorum ou História das Vidas, e feitos heróicos, e obras insignes dos Santos com muitos Sermões, e práticas espirituais que servem a muitas Festas do ano: revistas, e cotejadas com seus originais autênticos de mandado do mui ilustre D. Fr. Bartholomeu dos Mártires &c*
    Autor: P. Diogo do Rosário
    Coimbra, por Antônio de Maris, 1577, fol.; Lisboa, 1622 e por Lourenço Anvers, 1647; por Antônio Crasbeeck de Mello, 1680, fol.[326].

13. *Horas da Semana Santa, empregadas na lição, e meditação dos principais ofícios, e sagrados mistérios deste santo tempo*
    Autor: Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento.[327]

14. *Imitação de Cristo*
    Autor: Thomás de Kempis[328].

---

[322] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 347.
[323] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/17/178/1790.
[324] Ignoramos a data da primeira edição desta obra uma vez que a Biblioteca Nacional de Lisboa só possuía a sua segunda edição. Biblioteca Nacional de Lisboa.
[325] Houve edições anteriores. SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 94.
[326] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 692.
[327] SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 93.

15. *Regimentos e Ordenações da Fazenda*
Lisboa, Germão Galhardo, 1548[329].

- **Theotônio Nobre Cordeiro[330]**

1. *Comédias*, de

2. *Meditações*, de

3. *Arte de Furtar, espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gázua geral dos Reinos de Portugal*
Amsterdã, por Martinho Schagen, 1744, 4°[331].

4. *Historia das guerras civis de Granada*
Autor: Jerônimo Moreira de Carvalho
Lisboa, por Antônio de Souza da Silva, 1735, 8[332].

5. *História do Imperador Carlos Magno, e dos doze Pares de França*
Autor: Jerônimo Moreira de Carvalho
Lisboa, por Pedro Ferreira, 1728, 8. Coimbra, por José Antunes, impressor da Universidade, 1732, 8[333].

6. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*
Autor: Frei João Franco
Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida.[334]

7. *Maria Santíssima, mística cidade de Deus. Breve compêndio da vida e mistérios de Maria, que nas obras da venerável madre soror Maria de Jesus de Agreda se contém.*
Autora: Madre Maria de Jesus de Agreda.
Lisboa, na Oficina da Música, 1730[335].

---

[328] A *Biblioteca Lusitana* registra duas traduções para esta obra de Thomás de Kempis. A primeira, intitulada *Imitaçaõ de Christo que vulgarmente se intitula Comtemptus Mundi dividida em quatro Livros escrita em Latim pelo Veneravel Thomaz de Kempis Conego Regular de Santo Agostinho,* foi feita por Diogo Vaz Carrilho e editada em Lisboa, por João da Costa, nos anos de 1670 e 1673, 8°. Uma terceira edição foi feita na mesma cidade, em 1679, por Domingos Carneiro, 8°. A segunda tradução, realizada por João Martins, intitulava-se, simplesmente, *Imitaçaõ de Christo composta por Thomas de Kempis* e foi editada em Lisboa, por Domingos Carneiro, em 1679, 12°. A segunda edição desta obra ocorreu já em 1739, na Oficina Joaquiniana de Música, 12°. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 704 e v. 2, p. 693.
[329] Existe na Biblioteca Nacional de Lisboa outra edição de 1682. Biblioteca Nacional de Lisboa.
[330] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/65/722/1769.
[331] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 63.
[332] Trata-se de uma tradução feita do castelhano para o português. A *Biblioteca Lusitana* não menciona a autoria do original. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 163.
[333] Trata-se de outra tradução feita do castelhano para o português. A *Biblioteca Lusitana* não menciona, novamente, a autoria do original. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 509.
[334] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.

- **Custódio José de Araújo**[336]

1. *Gramática*, alguns livros de

- **José Luís Saião**[337]

1. Missal

---

[335] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[336] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/315/1780.
[337] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/69/822/1784.

6. – Senhores de terras

- **Antônio Francisco França**[338]

1. *Crônica de Dom Manoel*

2. *Coleção universal*

3. *Comédia, de*

4. *Ferreira da Madeira.*

5. *História de David*

6. *Milicia instruída*

7. *Missal*

8. *Vários autores,* livrinhos de

9. *Diálogo sagrado sobre o Gênesis escrito pelo Doutor Paulo Medici Sacerdote, e Leitor público de Teologia Positiva em Florença*
   Tradutor: Brás José Rebelo Leite
   Lisboa, por Domingos Gonçalves,1739, 4°[339].

11. *De la diferencia entro lo temporal y eterno*
    Autor: Pe. Juan Eusébio Nieremberg
    Lisboa, Oficina de Pablo Craesbeck, 1653; Oficina de Antônio Craesbeck, 1665; Évora, Oficina da Universidade, 1678[340].

12. *Diretório Prático da prata, e ouro, em que se mostram as condições com que se devem lavrar estes dois nobilíssimos metais para que se evitem nas obras os enganos, e nos artífices os erros*
    Autor: Antônio da Silva
    Lisboa, por Miguel Manescal, impressor do Santo Ofício e da Sereníssima Casa de Bragança, 1720[341].

13. *Embaixada do Conde de Villarmayor Fernando Telles da Sylva, de Lisboa à Corte de Viena, e viagem da Rainha Nossa Senhora D. Maria Anna de Austria de Viena à Corte de Lisboa com uma sumaria notícia das Provincias, e Cidades por onde se fez a Jornada*
    Autor: Padre Francisco da Fonseca
    Viena, por Joãnem Didacum Kurner, 1717, 8°[342].

---

[338] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano:1°/57/684/1767.
[339] Trata-se de uma tradução do italiano para o português. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 547.
[340] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[341] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 389.
[342] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 147

14. *Exercícios espirituais, e meditações da via purgativa, sobre a malícia do pecado, vaidade do mundo, misérias da vida humana, e quatro Novíssimos do homem*
Autor: Padre Manoel Bernardes
Parte 1. Lisboa, por Miguel Deslandes, 1686, 4°, por Manoel Lopes Ferreira, 1706, 4°, por Antônio Pedroso Galrão, 1731, 4°.
Parte 2. Lisboa, por Miguel Deslandes, 1686, 4°, por Manoel Lopes Ferreira, 1706, 4°, por Bernardo da Costa, 1731, 4°[343].

15. *Itinerário espiritual da Alma ordenado por considerações devotas por meio das quais pode a alma buscar o seu verdadeiro descanso que é Deus Nosso Senhor.* 4°.
Autor: Fr. Lopo Soares[344].

16. *Lenitivos da dor propostos ao augustísimo, e poderoso Monarca ElRei D. Pedro II e aplicados aos leais Portugueses no justificado sentimento da intempestiva morte da Serenissima Rainha D. Maria Sofia Izabella*
Autor: Frei Francisco da Natividade
Lisboa, por Miguel Deslandes, fol.[345].

18. *Lugares comuns de letras humanas e apêndice ao Teatro de los dioses ...*
Tradução do toscano em castelhano por D. Diogo de Agreda e novamente traduzido em português ... por Baltazar Luís
Lisboa, Oficina dos Herdeiros de Antônio Pedroso Galrão, 1744[346].

19. *Milícia prática, e manejo de infantaria*
Autor: Bento Gomes Coelho
Tomos 1 e 2. Lisboa, por Antônio de Souza e Silva, 1740, 4°[347].

20. *Paraízo Seráfico plantado nos santos lugares da Redenção, regado com as preciosas correntes do Salvador do mundo Jesus Cristo fonte da vida, guardado pelos filhos do Patriarca S. Francisco com a espada de seu ardente zelo, repartido em oito estâncias nas quais se descrevem os principais santuários em que residem os Religiosos franciscanos. Primeira Parte*
Parte segunda Refere em sinco livros a Guerra Sacra até a tomada de Jerusalém o estado do governo de seus Reis até Guido de Susignano, e perda da Santa Cidade, motivos desta perda; Vaticínios do Restaurador dos Santos Lugares o Santo P. S. Francisco Sumário das últimas Armadas dos Cruzados, que intentaram a Restauração do Reino de Jerusalém: estabelecimento do Patriarca Seráfico e da sua Religião na Ásia com especialidade para guarda e culto do Santíssimo Sepulcro e mais Lugares santos
Autor: Frei João Batista de Santo Antônio
Lisboa, por Domingos Gonçalves, 1734 e 1741, fol.[348].

---

[343]. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 195
[344]MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 18.
[345] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 213.
[346] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[347] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 72.
[348] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 595.

21. *Peregrinação em que dá conta de muitas, e muitas estranhas coisas, que viu, e ouviu no reino da China, no da Tartaria, no do Sornau, que vulgarmente se chama Sião, no do Caliminhan, no do Pegú, no de Martavão, e em outros muitos Reinos, e Senhorios das partes Orientais, de que nestas nossas do Ocidente há muito pouca, ou nenhuma notícia*
Autor: Fernando Mendes Pinto
Lisboa, por Antônio Craesbeck, 1614 e 1678, fol.. Lisboa, por José Lopes Ferreira, 1711, fol.. Lisboa, na Oficina Ferreiriana, 1725, fol..[349]

22. *Theatro Crítico Universal*
Autor: Bento Feijó
Madrid, por D. Joaquim Ibarra, impressor da Câmara de Sua Majestade, MDCCLXXVIII[350].

23. Galvão

24. Jorge de Cabedo

- **Manoel Fernandes de Araújo[351]**

1. [*ilegível*] [*ilegível*] *da vida*

2. *Cova do enganoso esperando a hora da morte*

3. *Definições Morais*

4. *Gazetas de Relações de Portugal*

5. *Monte divino*

6. *Paraíso Contemplativo*

7. *Varia lição*
Autor: Silva

8. *Centinela contra Judeus posta em a Torre da Igreja escrita em castelhano pelo P. Francisco de Torregozillo*
Tradutor: Pedro Lobo Corrêa
Lisboa, por João Galrão, 1684, 8°. Coimbra, por José Antunes da Silva, impressor da Universidade, 1710, 8°. Lisboa por Pedro Ferreira, 1748, 8°.[352]

9. *David perseguido e alívios de lastimados. História sagrada, parafraseada con exemplos, y varias histárias humanas, y divinas*
Autor: D. Cristovão Lozano
Madrid, na Oficina dos herdeiros de Juan de Ariztia, MDCCXL[353].

---

[349] Esta obra foi vertida para as línguas castelhana e francesa. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 40.
[350] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
[351] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1° /4/43/1751
[352] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 589.
[353] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

10. *Exemplar político ideado nas ações de seu Oitavo Avô o Sereníssimo Rei D. Pedro I. deste Reino*
Autor: Frei Henrique de Noronha
Lisboa, por Pascoal da Silva, Impressor del Rei, 1723, 8°.[354]

11. *Miscelânea Moral, em que com singular clareza se tratam várias matérias morais em perguntas muito necessárias*
Autor: Gaspar de Carvalho
1, 2 e 3 Partes. *Lisboa, por Francisco Xavier de Andrade, 1722, 4°.*[355]

12. *Maria Santíssima, mística cidade de Deus. Breve compêndio da vida e mistérios de Maria, que nas obras da venerável madre soror Maria de Jesus de Agreda se contém.*
Autora: Madre Maria de Jesus de Agreda.
Lisboa, na Oficina da Música, 1730[356].

13. *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Felipe I de Portugal*
Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 vol., em fólio[357].

14. *Pecador Convertido ao caminho da verdade, instruído com documentos importantes para a observância da Lei de Deus*
Autor: Frei Manoel de Deus
Coimbra, por Antônio Simões Ferreira, 1728, 4°. Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1728, 8° e 1731, 4°[358].

15. *Farmacopéia lusitana reformada, método prático de preparar os medicamentos na forma Galênica, e Química*
Autor: D. Caetano de Santo Antônio
Lisboa, no Real Convento de São Vicente, 1711, fol.. Coimbra, por João Antunes, 1714, 4°.[359]

16. *Sermões*
Autor: Padre Antônio Vieira[360]

---

[354] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 454.

[355] Segundo Diogo Barbosa Machado uma segunda obra, também denominada *Miscellanea Moral*, de autoria de Antônio Sodré Pereira das Coberteiras, sairia brevemente á luz, pois já estava nas mãos dos censores. No entanto, não julgamos tratar-se desta obra, uma vez que o inventário analisado data de 1751, tornando bastante limitado o tempo de circulação desta obra. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 396 e v. 2, p. 340.

[356] Biblioteca Nacional de Lisboa.

[357] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1985. (Reprodução "fac-simile" da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870), v. II, p. XXXIX..

[358] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 245.

[359] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 554.

[360] A coleção de sermões do Padre Antônio Vieira é bastante numerosa. Indicamos, aqui, os *Sermoens*, escritos em quatorze partes e publicados, em Lisboa, entre os anos de 1679 e 1710, em formatação *in quarto*. A edição da *1ª Parte* ficou à cargo de João da Costa e a impressão da *14ª Parte* é de Valentim da Costa Deslandes. As demais edições foram feitas por Miguel Deslandes. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 421-422.

17. *Tesouro Carmelitano manifesto, e oferecido aos Irmãos, e Irmãs da Venerável Ordem Terceira da Rainha dos Anjos, Mãe de Deus, Senhora do Carmo*
Autor: Frei José de Jesus Maria
Lisboa, por Miguel Manescal, 1705, 8°[361].

18. *Verdades eternas expostas em lições ordenadas principalmente para os dias dos exercícios espirituais, explicada cada uma lição para cada um dos oito dias dos exercícios espirituais*
Autor: Padre Miguel do Amaral
Coimbra, no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1726.[362]

19. Padre Antônio Vieira.

- **Caetano Francisco da Costa[363]**

1. *Bíblia sagrada e sua concordância.*

2. *Cópia de Acórdãos.*

3. *Obras.*
Autor: D. Francisco de Quevedo.

4. *Regimento das terras e águas minerais.*

5. *Regimento de Capitães do Mato.*

6. *Várias doutrinas e leis apontadas para todas as casas.*

7. *Várias ordens e curiosidades.*

8. *Apparatus ad Philosophiam, & Theologiam ad usum Lusitanorum adolescentium libri sex.*
Autor: Luís Antonio Verney
Romae, ex Typographia Palladis, 1751, 8°.[364]

9. *Arte Legal para estudar a Jurisprudência, com a exposição aos Títulos da Jurisprudência do Imperador Justiniano do Licenciado Francisco Bermudes de Pedraça Advogado nos Tribunais de Sua Magestade Católica*
Autor: Francisco de Almeida Jordão
Lisboa por Antônio Isidoro da Fonseca, 1737, 4°.[365]

---

[361] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 863.
[362] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 463.
[363] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/29/328/1788.
[364] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 233.
[365] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 101.

10. *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae in quibus, dilucide singulae leges explanantur, ac enucleantur secundum Juris, ac Praxis in utroque foro laico, et Ecclesiastico theoricam, continuando scilicet exlibro III tit. 13 ad perficiendum opus Commentariorum ab Emmanuele Alvares Pegas editum, usque ad tit. 12 lib. 3*
Autor: Manoel Gonçalves da Silva
Lisboa, 1731 a 1740. 4 vol. em 4°.[366]

11. *De Jure Lusitano in tres tractatus. I- de Gravaminibus: II- de Securitatibus: III- de Inquisitionibus*
Autor: Matheus Homem Leitão
Coimbra, 1645. 1 vol. em fólio.[367]

12. *Decisiones Supremi Senatus justitiae Lusitania, et Supremi Concilii Fisci*
Autor: Antônio de Sousa de Macedo
Ulyssipone apud Henricum Valente de Oliveira, 1660, fol., e Ulyssipone apud Joannem da Costa, 1677, fol.[368].

13. *Forma dos libelos, e da forma das Alegações judiciais, e forma de proceder no juízo secular, e Eclesiástico, e da forma dos contratos com suas glossas, e cotas de direito*
Autor: Gregório Martins Caminha
Coimbra, 1549. 1 vol. em fólio[369].

14. *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Felipe I de Portugal*
Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 vol., em fólio[370].

15. . *Prática judicial muito útil, e necessária para os que principiam os ofícios de julgar, e advogar, e para todos, os que solicitam causas nos auditórios de um, e outro foro*
Autor: Antônio Vanguerve Cabral
Lisboa, 1712 e 1727. 1 vol. em fólio.[371]

16. . *Regimento das contas do Reino e Casa, nesta nova impressão com um alfabeto para nele se achar com muita facilidade o que contêm todos os capítulos.*
Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1708..

17. . *Reportório das Ordenações deste Reino recopiladas com as remissões dos autores, que as declaram, e com a concórdia das leis da partida de Castela*
Autor: Manoel Mendes de Castro
Lisboa por Jorge Rodrigues, 1604, fol., e por eumd. Typ. 1608, fol., e por Pedro Crasbeck, 1623, adicionado por seu filho Martim Alvares de Castro Advogado da Casa de Suplicação. Coimbra, por Manoel Dias, 1661, fol., e por Francisco de Oliveira, 1725, fol.[372].

---

[366] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.", *Ordenações Filipinas*, v. II, p. L.
[367] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.", *Ordenações Filipinas*, v. II, p. LI.
[368] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 401.
[369] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra.", *Ordenações Filipinas*, v. II, p. XLVII.
[370] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. XXXIX..
[371] "Bibliografia: Legislação e Obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas*. v. II, p. LI.
[372] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 309.

18. . *Septem Linguarum Calepinus hoc est Lexicon Latinum, Variarum linguarum interpretatione adjecta in usum Seminarii Patavini*
Autor: Ambrósio Calepino
Editio octava retractior. Patavini, Typis Seminarii, MDCCVIII, 2v[373].

19. . Antônio de Paiva e Pona

20. . Antônio Cardoso do Amaral

- **João Francisco dos Reis[374]**

1. *Agricultura*, de

2. *Contos de Garrido*

3. *David arrependido*

4. *Dedicatória de São Domingos de Gusmão*

5. *Definições Morais*

6. *História Universal*

7. *Vida de Santa Ana*

8. *Alívio de tristes, e consolação de queixosos*
Autor: Mateus Ribeiro.
Partes 1, 2, 3 e 4. Lisboa, por João da Costa, 1672 (*Parte 1*) e 1674 (demais), 8°. Lisboa, por Miguel Deslandes, 1681, 4°[375].

9. *Arte de Furtar, espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gázua geral dos Reinos de Portugal*
Amsterdã, por Martinho Schagen, 1744, 4°[376].

10. *Coleção Moral de vários apótemas*
Autor: Pedro José Supico de Moraes
Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1720, 8°. Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1733, 8°[377].

11. *David perseguido e alívios de lastimados. História sagrada, parafraseada con exemplos, y varias histárias humanas, y divinas*
Autor: D. Cristovão Lozano
Madrid, na Oficina dos herdeiros de Juan de Ariztia, MDCCXL[378].

---

[373] ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999, p.107.
[374] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/79/950/1798.
[375] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 450.
[376] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 63.
[377] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 587.
[378] Biblioteca dos Bispos, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

12. *Desengano do mundo pelo mais enganado*
Autor: Fr. Antônio das Chagas
Coimbra, por Luiz Seco Ferreira, 1743, 4°[379].

13. *História de Portugal Restaurado*
D. Luís de Menezes
Tomo I: Lisboa, por João Galrão, 1679, fol.; por Antônio Pedroso Galrão, 1710, fol.
Tomo II: Lisboa, por Miguel Deslandes, 1698, fol.[380]

14. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*
Autor: Frei João Franco
Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8°. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida.[381]

15. *Palestra da Penitência. Origem, Graças, indulgências, privilégios da Terceira Ordem Seráfica, obra utilíssima para os Veneráveis filhos da Terceiras Ordens, e mais Católicos. Com a noticia da milagrosa Imagem do Menino Deus; da vida do Padre Fr. Thome de Santo Antonio filho da Santa Recoleição, e da Madre Cecilia Maria de Jesus Venerável Preta &c.*
Autor: Frei Jerônimo de Belém
Lisboa, por Antônio Isidoro da Fonseca, 1736, 8°.[382]

16. *Prognóstico geral, e Lunário perpétuo, assim das Luas novas, e cheias, como quartos, crescentes, e minguantes*
Autor: Gaspar Cardoso da Siqueira
Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1614, 8°. Lisboa, por João Galrão, 1686, 4°[383].

17. *Prontuário de Teologia Moral muito útil, e proveitoso para todos os que se quiserem expor para Confessores, e para a divina administração do Sacramento da penitência*
Autor: Francisco Larraga
Lisboa, por Francisco Xavier de Andrade, 1723, 4°. Coimbra, por Antônio Simões Ferreira, 1735, 4°. Lisboa, por Antônio de Souza e Silva, 1739, 4°[384].

18. *Tesouro de Prudentes. Contém quatro livros 1. Do cômputo Eclesiástico com algumas anotações para os Párocos 2. Tem dois Tratados 1. de coisas tocantes a Agricultura para semear plantar enxertar, modo para fazer Noras, que andem por si, para prognosticar dos tempos, e novidades. O 2. de coisas importantes a Medicina, e cirurgia com alguns remédios experimentados. Livro 3. da Aritmética com várias curiosidades a ela pertencentes. 4. da Esfera, maneira de fazer quadrantes para tomar altura, fabricar relógios diurnos, e noturnos; medição das horas planetárias. Preparação das duas figuras usadas na Judiciária para julgar dos tempos, novidades, e coisas semelhantes*
Autor: Gaspar Cardoso de Siqueira
Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1612, 4°[385].

---

[379] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 30.
[380] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 4, p. 30.
[381] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.
[382] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 486.
[383] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 117.
[384] Tanto Frei João Pacheco quanto Manoel da Silva de Morais traduziram esta obra do castelhano para o português. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 716 e v. 3, p. 377.
[385] A obra possui sucessivas edições, sendo a última editada em Coimbra por Miguel Manescal, 1712, 4. A edição de 1651, Coimbra, por Thomé Carvalho foi acrescentada pelo autor com o

- **Manoel de Lemos Vieira**[386]

1. *Concílio Tridentino*

2. *Seletas latinas*

3. *Novo método de Gramática latina*
   Autor: Antônio Pereira de Figueiredo[387]

4. *O Secretário Português compendiosamente instruído no modo de escrever cartas por meio de uma instrução preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e um grande número de Cartas com todas as espécies, que tem mais uso*
   Autor: Francisco Joseph Freire
   Lisboa, por Antônio Isidoro da Fonseca, 1745, 4°.[388]

5. *Prosodia in vocabularium trilingue latinum, lusitanum, et castellanum digestade*
   Autor: Bento Pereira
   Eborae apud Emanuelem Carvalho, 1634, fol., Ulyssip. apud Paulum Crasbeeck, 1643, fol. & ibi per eumdem, 1656, fol.[389].

6. Ovídio

7. Suetônio.

8. Virgílio.

- **André de Figueiredo da Silveira**[390]

1. *Ave*

2. *Matérias para acompanhar o Santíssimo Sacramento*

3. *Obras de Madre Tereza de Jesus*

4. *Breve aparelho, e modo fácil para ajudar a bem morrer um Cristão; com a recopilação da matéria de Testamentos, e penitência, várias orações devotas tiradas da Escritura Sagrada, e do Ritual Romano de nosso Santo P. Paulo V*
   Autor: Pe. Estevão de Castro
   Lisboa, por João Rodrigues, 1621; por Antônio Alvares, 1639; por Domingos Carneiro, 1663; por Miguel Manescal, 1677, 8°. Coimbra, por José Antunes da Silva, 1705, 8° e Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1723, 8°[391].

Prognostico, e Lunario perpetuo. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.

[386] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/32/352/1793.

[387] ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial.* Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999, p. 77.

[388] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 166.

[389] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 509.

[390] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/11/99/1760.

5. *Inocência prodigiosa, triunfos da Fé e da Graça nas vidas, e martírios admiráveis de vários meninos e meninas Santas*
Autor: Pe. Manoel Consciência
Tomo 1. Lisboa, na Oficina da Música, 1721, 4°.
Tomo 2. Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1727, 4°[392].

6. *Sermões Panegíricos, e Morais*
Autor: Padre Manoel Consciência
Tomo 1. Lisboa, na Oficina da Musica, 1721, 4°.
Tomo 2. Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1727, 4°[393].

7. *Tesouro de Prudentes. Contém quatro livros 1. Do cômputo Eclesiástico com algumas anotações para os Párocos 2. Tem dois Tratados 1. de coisas tocantes a Agricultura para semear plantar enxertar, modo para fazer Noras, que andem por si, para prognosticar dos tempos, e novidades. O 2. de coisas importantes a Medicina, e cirurgia com alguns remédios experimentados. Livro 3. da Aritmética com várias curiosidades a ela pertencentes. 4. da Esfera, maneira de fazer quadrantes para tomar altura, fabricar relógios diurnos, e noturnos; medição das horas planetárias. Preparação das duas figuras usadas na Judiciária para julgar dos tempos, novidades, e coisas semelhantes*
Autor: Gaspar Cardoso de Siqueira
Coimbra por Nicolau Carvalho, 1612, 4°[394].

8. *Vida do Capuchinho Escocês*
Autor: Antônio Vasques.[395]

9. *Vida do Venerável P. Jozé de Anchieta da Companhia de Jesus Taumaturgo do novo mundo*
Autor: Pe Simão de Vasconcelos
Lisboa, por João da Costa, 1672, fol.[396].

- **Manoel dos Reis[397]**

1. *Cirurgia reformada dividida em dois Tomos. O primeiro se divide em três partes segundo a ordem das três regiões do corpo humano. O segundo vai dividido em três livros em os quais se trata em geral de todas as feridas, apostemas, chagas, &c.*
Autor: Feliciano de Almeida
Lisboa, na Oficina Deslandesiana, 1715, fol., e por Antônio Pedroso Galrão, 1738, fol.[398].

---

[391] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 753.
[392] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 229.
[393] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 229.
[394] A obra possui sucessivas edições, sendo a última editada em Coimbra por Miguel Manescal, 1712, 4. A edição de 1651, Coimbra, por Thomé Carvalho foi acrescentada pelo autor com o *Prognostico, e Lunario perpetuo.* MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 339.
[395] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 412.
[396] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 724.
[397] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/97/1185/1798.

2. *Correção de Abusos introduzidos contra o verdadeiro método da medicina, e farol medicinal para Medicos, Cirurgiões, e Boticários dividido em três Tratados. 1. da Fascinação, olho, ou quebranto, e que é enfermidade mortal não só para meninos, senão para os de maior idade com os sinais para se conhecer, e remédios para se curar. 2. da curação das Bexigas, e Sarampo. 3. dos pós purgativos de ouro preparado chamados de Quintillo. Tom.2*
   Autor: Frei Manoel de Azevedo
   Lisboa, por João da Costa, 1680, 4° e por Manoel e José Lopes Ferreira, 1705, 4°[399].

3. *Erário Mineral dividido em doze tratados*
   Autor: Luiz Gomes Ferreira
   Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1735, fol.[400].

4. *Farmacopéia Tubalense Químico-Galênica. 1ª Parte, em que se faz não só uma reflexão física, sobre os princípios mistos expondo depois a definição de ambas as Farmacopéias, e as operações em que se dividem com os objetos dela inteiramente explicados, mas também se mostra um Dicionário com muitas vozes, e termos de ambas as Farmacopéias, e a explicação dos mais versados Sinônimos com que em diversos Idiotismos se pedem os simples medicinais, e finaliza com a indagação dos três Reinos Animal, Vegetal, e Mineral com algumas objeções propostas, e decididas acerca dos medicamentos deste tão dilatado Império*
   Parte 2, que contém um Tratado das mais usais e seletas composições dos antigos, como dos modernos, e ainda algumas que por ocultas se não vulgarizam; com os cálculos dos medicamentos purgantes, Narcóticos, e Mercuriais, e também com as anotações precisas, e necessárias para a sua mais perfeita manipulação
   Autor: Manoel Rodrigues Coelho
   Lisboa, por Antônio de Souza da Silva, 1735, fol.[401].

5. *Medicina Lusitana, Socorro Délfico aos clamores da natureza humana para total profligação de seus males dividido em três Partes. Na primeira trata da vida do homem antes de nascer. Na Segunda da arte de criar, e curar meninos. Na terceira trata das febres*
   Autor: Francisco da Fonseca Henriques, o Mirandela
   Amsterdã, por Miguel Dias, 1710 e 1731, fol.[402].

6. *Poliantéia Medicinal, notícias Galênicas, e Químicas repartidas em três tratados*
   Autor: João Curvo Semedo
   Lisboa, por Miguel Deslandes, impressor de Sua Majestade, 1695, fol.[403].

7. *Tesouro Apolíneo, galênico, químico, cirúrgico e farmacêutico divido em duas partes*
   Autor: João Vigier[404].

---

[398] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 4.
[399] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 185.
[400] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 103.
[401] Segundo Diogo Barbosa Machado, à época da publicação da *Biblioteca Lusitana*, a 3ª parte desta obra já encontrava-se pronta para a impressão e o autor já estava trabalhando na 4ª parte. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 358.
[402] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 148.
[403] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 643.
[404] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 286.

- **Luís de Figueiredo Leitão**[405]

1. *Descrição do Tormentoso Cabo da enganosa esperança à hora da morte exposta em uma nova carta de marear, que ensina como se pode atravessar com menos risco aquele tempestuoso Promontório por meio da Penitência, e reforma da vida*
   Autor: Nicolau Fernandes Colares
   Parte 1. Lisboa, por Miguel Manescal, impressor do Santo Ofício e da Sereníssima Casa de Bragança, 1718, 4°.
   Parte 2. Lisboa, por Filipe de Souza Vilela, 1720, 4°[406].

2. *De la diferencia entro lo temporal y eterno*
   Autor: Pe. Juan Eusébio Nieremberg
   Lisboa, Oficina de Pablo Craesbeck, 1653; Oficina de Antônio Craesbeck, 1665; Évora, Oficina da Universidade, 1678[407].

3. *Erário Mineral dividido em doze tratados*
   Autor: Luiz Gomes Ferreira
   Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1735, fol.[408].

4. *Luz de Verdades Católicas, e explicação da Doutrina Cristã, que segundo o custume da Casa professa da Companhia de Jesus de México todas as Quintas-feiras do ano tem explicado na Igreja o Padre João Martim de la Parra*
   Tradutor: Fr. Simão Antônio de Santa Catarina
   Partes 1, 2, 3 e 4. Lisboa, na Oficina da Música, 1722, 1723, 1727, 1728, 4°[409].

5. *Maria Santíssima, mística cidade de Deus. Breve compêndio da vida e mistérios de Maria, que nas obras da venerável madre soror Maria de Jesus de Agreda se contém.*
   Autora: Madre Maria de Jesus de Agreda.
   Lisboa, na Oficina da Música, 1730[410].

- **Domingos Ferreira Borges**[411]

1. *Horas Seráficas*

---

[405] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/57/639/1752.
[406] Segundo Diogo Barbosa Machado (v. 2, p. 596), João Baptista de Castro acrescentou mais duas partes a esta obra, escrevendo o complemento da *3ª Parte*, que o autor original teria deixado imperfeito e parcela da *4ª Parte*, seguindo o mesmo estilo e idéia que deram origem à matéria. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 493.
[407] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[408] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 103.
[409] Trata-se de uma tradução do castelhano. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 710.
[410] Biblioteca Nacional de Lisboa.
[411] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/15/156/1783.

2. *Descrição do Tormentoso Cabo da enganosa esperança à hora da morte exposta em uma nova carta de marear, que ensina como se pode atravessar com menos risco aquele tempestuoso Promontório por meio da Penitência, e reforma da vida*
Autor: Nicolau Fernandes Colares
Parte 1. Lisboa, por Miguel Manescal, impressor do Santo Ofício e da Serenissima Casa de Bragança, 1718, 4°.
Parte 2. Lisboa, por Filipe de Souza Vilela, 1720, 4°[412].

32. *Desengano de pecadores*
Autor: Alexandre Perier.
Lisboa, 1735[413].

- **Manuel Nunes de Pinho**[414]

1. *Corte Celeste*

2. *Horas Marianas*

3. *Mestre* da *Vida* que *ensina a viver, e morrer santamente*
Autor: Frei João Franco
Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8°. Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida.[415]

- **Pedro de Lima Curado**[416]

1. [*Corroído*].

2. *De la diferencia entro lo temporal y eterno*
Autor: Pe. Juan Eusébio Nieremberg
Lisboa, Oficina de Pablo Craesbeck, 1653; Oficina de Antônio Craesbeck, 1665; Évora, Oficina da Universidade, 1678[417].

---

[412] Segundo Diogo Barbosa Machado (v. 2, p. 596), João Baptista de Castro acrescentou mais duas partes a esta obra, escrevendo o complemento da *3ª Parte,* que o autor original teria deixado imperfeito e parcela da *4ª Parte,* seguindo o mesmo estilo e idéia que deram origem à matéria. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 493.
[413] ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*: Transgressão e Transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro; Brasília, José Olympio; Edunb, 1993, p. 323.
[414] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/40/453/1793.
[415] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.
[416] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/125/1567/1761.
[417] Biblioteca Nacional de Lisboa.

- **João Francisco de Aguiar**[418]

1. *Cirurgia*, livro de

- **Nicolau Gonçalves**[419]

1. *Tesouro singular, e admirável excelência do Sacrossanto Sacrifício da Missa da Lei Evangélica dividido em três partes, mostrando-se nela os profundos Mistérios da Missa em geral, e em particular com todas as significações de suas Santas Cerimônias*
Autor: Antônio Batista Viçoso
Lisboa, por Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo *Ofício*, 1731, fol.[420].

- **Pedro Gomes Carmo**[421]

1. *Missal*

- **Antônio Monteiro de Noronha**[422]

1. *Missal*

- **Thomás Rodrigues Vilarinho**[423]

1. *Missal*

---

[418] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/70/832/1766.
[419] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/52/588/1778.
[420] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 214.
[421] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1º/127/1580/1798.
[422] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/57/641/1775.
[423] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2º/63/706/1794.

7. – Artesãos

• Bento Fernandes de Araújo[424]

1. *Várias devoções* [?]

2. *A Mocidade enganada, e desenganada. Duelo espiritual onde com gravíssimas sentenças da escritura, e santos padres, com sólidas considerações, e exemplos mui singulares de erudição sagrada, e profana se propõem e convencem em forma de diálogo todas as escusas que a mocidade, e qualquer outro pecador alega, e com que se engana para se não converter a Deus*
   Autor: Padre Manoel Consciência
   Tomo 1. Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1728, 4° e por Maurício Vicente de Almeida, 1734.
   Parte 2. Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1730, 3°.
   Parte 3, Tomos 3 e *4. Lisboa* por Maurício Vicente de Almeida, 1731, 4°.
   Parte 5 e *Parte 6.* Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1737 e 1738, 4°.[425]

3. *Descrição do Tormentoso Cabo da enganosa esperança à hora da morte exposta em uma nova carta de marear, que ensina como se pode atravessar com menos risco aquele tempestuoso Promontório por meio da Penitência, e reforma da vida*
   Autor: Nicolau Fernandes Colares
   Parte 1. Lisboa, por Miguel Manescal, impressor do Santo Ofício e da Sereníssima Casa de Bragança, 1718, 4°.
   Parte 2. Lisboa, por Felipe de Souza Vilela, 1720, 4°[426].

4. *Exercícios espirituais, e meditações da via purgativa, sobre a malícia do pecado, vaidade do mundo, misérias da vida humana, e quatro Novíssimos do homem*
   Autor: Padre Manoel Bernardes
   Parte 1. Lisboa, por Miguel Deslandes, 1686, 4°; por Manoel Lopes Ferreira, 1706, 4° e por Antônio Pedroso Galrão, 1731, 4°.
   Parte 2. Lisboa, por Miguel Deslandes, 1686, 4°; por Manoel Lopes Ferreira, 1706, 4° e por Bernardo da Costa, 1731, 4°.[427]

5. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*
   Autor: Frei João Franco
   Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8° e por Maurício Vicente de Almeida.[428]

---

[424] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/24/263/1779.
[425] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 230.
[426] Segundo Diogo Barbosa Machado, João Batista de Castro acrescentou mais duas partes a esta obra, escrevendo o complemento da *3° Parte*, que o autor original teria deixado imperfeito e parcela da *4° Parte*, seguindo o mesmo estilo e idéia que deram origem à matéria. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 596 e v. 3, p. 493.
[427] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 195.
[428] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.

6. *Peregrinação Cristã com o epílogo das obras de Deus Nosso Senhor desde a Criação dos Anjos, do mundo do homem: da vida, paixão e morte do Redentor, e da Virgem Senhora Nossa com a predestinação, e sinais dos Predestinados*
Autor: Tristão Barbosa de Carvalho
Lisboa, por Geraldo da Vinha, 1620; por Antônio Crasbeeck de Mello, 1674, 4° e por Manoel e José Lopes Ferreira, 1709, 4°[429].

- **Domingos Ferreira Simões Vale**[430]

1. *Beneditinos lusitanos*

2. *Doutrina*, livro de

3. *Elevações da alma*

4. *Caminho dos Terceiros Seráficos para a Celestial Pátria descuberto pelo Serafim dos Patriarcas na instituição da sua Terceira Ordem manifesto no largo campo da Esclarecida Religião dos Menores por muitos, e graves Escritores*
Autor: Francisco Pereira da Silva
Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida, 1731, 8° e por Teotônio Antunes de Lima, 1736, 8°.[431]

5. *Historia de Carlos XII. Rei de Suécia escrita por Monsiur de Voltaire, e emendada segundo os reparos históricos, e críticos de Monsiur de la Motraye*
Tradutor: Padre Manoel Monteiro
Partes 1 e 2. Lisboa, na Impressão da Congregação, 1739, 8°. Tradução do francês.[432]

6. *Palestra da Penitência. Origem, Graças, indulgências, privilégios da Terceira Ordem Seráfica, obra utilíssima para os Veneráveis filhos da Terceiras Ordens, e mais Católicos. Com a noticia da milagrosa Imagem do Menino Deus; da vida do Padre Fr. Thome de Santo Antonio filho da Santa Recoleição, e da Madre Cecilia Maria de Jesus Venerável Preta &c.*
Autor: Frei Jerônimo de Belém
Lisboa por Antônio Isidoro da Fonseca, 1736, 8°.[433]

7. *Ramalhete seráfico composto de várias flores espirituais para salvação, e aproveitamento dos Irmãos Terceiros Seculares da Venerável Ordem Terceira da Penitência*
Fr. José do Egipto
Coimbra, por Bento Seco Ferreira, 1716, 8°.[434]

8. *Via Sacra elucidada, e defendida. Propõem-se nela as advertências, que na sua ereção devem observar-se segundo a declaração, que o Santíssimo Padre Papa Clemente XII,*

---

[429] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 764.
[430] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/33/396/1786.
[431] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 219.
[432] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 316.
[433] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 486.
[434] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 846.

mandou fazer pelo Eminentíssimo Senhor Cardial Pico de la Mirandola Perfeito da Sagrada Congregação das Indulgências
Autor: Frei José de Beringel
Lisboa, por Antônio Corrêa de Lemos, 1740, 8°.[435]

- **José de Castro Lobo**[436]

1. *Horas Seráficas*

2. *Óperas*, livro de

- **Manoel de Abreu Soares**[437]

1. *El devoto Peregrino*

2. *Graça das graças*

3. *Manual de orações*

4. *Finezas de Jesus*[438] *Sacramentado para com os homens, e ingratidões dos homens para Jesus Sacramentado*
   Autor: Sor. Francisca Josefa de Noronha
   Coimbra, por João Antunes, 1705, 8° e Lisboa, por Antônio Pedroso Galrão, 1722, 8°.[439]

5. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*
   Autor: Frei João Franco
   Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8° e por Maurício Vicente de Almeida.[440]

6. *Obras de Misericórdia*
   Autora: D. Izabel Senhorinha da Silva[441].

---

[435] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 832.
[436] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/23/244/1782.
[437] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/61/690/1752.
[438] Como o título registrado no inventário reduz-se apenas à *Finezas de Jesus* optamos por citar mais uma obra relacionadas por Diogo Barbosa Machado em sua *Biblioteca Lusitana*. *Finezas de Jesu Christo, e affectos da alma amante*. Autor: Simeão de Oliveira e Souza. Lisboa, por Antônio Isidoro da Fonseca, 1738, 8°. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 735.
[439] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 82.
[440] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663.
[441] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 926.

7. *Pecador Convertido ao caminho da verdade, instruído com documentos importantes para a observância da Lei de Deus*
   Autor: Fr. Manoel de Deus
   Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1728 e 1731, 8° e Coimbra, por Antônio Simões Ferreira, 1728, 4°[442].

8. *Sinal de predestinados Maria Santissima Mãe de Deus, Mãe dos homens, e advogada dos pecadores*
   Autor: José da Conceição[443].

- **Manoel Francisco dos Reis Vieira[444]**

1. *Sermões*
   Autor: Frei José de Sousa[445].

2. *Sermões*
   Autor: Padre Manoel dos Reis
   1ª Parte. Em que se contém muitos pertencentes ao Advento, e Quaresma, com outros adjuntos. 1717
   2ª Parte. Que constaõ do Santissimo Sacramento, a Virgem Senhora Nossa, e alguns Apostolos. 1720
   3ª Parte. Que constaõ de Panegyricos de Santos, e de Nacimentos, e Exequias de Principes. 1724.
   Évora, na Oficina da Universidade, 4°[446].

3. *Vida de São Francisco de Sales*
   Autor: Padre Anastácio Duarte[447].

---

[442] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 245.
[443] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 756.
[444] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/109/1393/1768.
[445] Diogo Barbosa Machado menciona em sua Biblioteca Lusitana a publicação pelo autor de quatro livros de sermões. Todos eles, em formato *in quarto*, foram editados em Lisboa, entre os anos de 1721 e 1724. As três primeiras publicações foram feitas na oficina de Paschoal da Silva e a última ficou a cargo de Antônio Pedrozo Galrão. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v.2, p. 902.
[446] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 349.
[447] À época da publicação da *Biblioteca Lusitana* esta obra existia apenas em manuscrito, mas Diogo Barbosa Machado nos informa que dentro em breve ela sairia à luz. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 1, p. 133.

8. – Mulheres

• Ana Petronilha da Cunha e Matos[448]

1. *Horas de Semana Santa*
   Autor: Pe. Francisco de Jesus Maria Sarmento.

2. *Mestre da Vida que ensina a viver, e morrer santamente*
   Autor: Frei João Franco
   Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8°; por Maurício Vicente de Almeida, 1732, 1735 e 1736, 8°; pelos herdeiros de Antônio Pedroso Galrão, 1741 e 1744.[449]

3. Andrade

• Iria Eufrásia da Silva Ávila[450]

1. *Manual de Missa*

2. *Novena de Santo Antônio*

• Ana Maria da Conceição[451]

1. *Livro in quarto*

2. *Descrição do Tormentoso Cabo da enganosa esperança à hora da morte exposta em uma nova carta de marear, que ensina como se pode atravessar com menos risco aquele tempestuoso Promontório por meio da Penitência, e reforma da vida*
   Autor: Nicolau Fernandes Colares
   Part. 1. Lisboa, por Miguel Manescal, impressor do Santo Ofício e da Sereníssima Casa de Bragança, 1718, 4.
   Part. 2. Lisboa, por Filipe de Souza Villela, 1720, 4°[452].

---

[448] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/1/3/1790.
[449] MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 2, p. 663-664.
[450] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 1°/120/1521/1766.
[451] AHMI-CSP. Ofício/Códice/Auto/Ano: 2°/6/60/1794.
[452] Segundo Diogo Barbosa Machado (v. 2, p. 596), João Baptista de Castro acrescentou mais duas partes a esta obra, escrevendo o complemento da *3ª Parte,* que o autor original teria deixado imperfeito e parcela da *4ª Parte,* seguindo o mesmo estilo e idéia que deram origem à matéria. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Lisboa: Biblioteca Nacional, s/d. (CD-ROM). v. 3, p. 493.